

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO HUMANO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO**

LUIZ ALEXANDRE CANAVEZI DE PAIVA

**AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO
HUMANO: desafios e possibilidades**

Taubaté – SP

2022

LUIZ ALEXANDRE CANAVEZI DE PAIVA

**AGRICULTURA FAMILIAR E
DESENVOLVIMENTO HUMANO:
desafios e possibilidades**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação.

Linha Pesquisa: Contextos, Práticas Sociais e Desenvolvimento Humano.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Coorientadora: Profa. Dra. Alexandra Magna Rodrigues

Taubaté – SP

2022

**Grupo Especial de Tratamento da Informação - GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

P149a Paiva, Luiz Alexandre Canavezi de
Agricultura familiar e desenvolvimento humano : desafios e possibilidades / Luiz Alexandre Canavezi de Paiva. -- 2022.
199f. : il.
Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2022.
Orientação: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.
Co-orientação: Profa. Dra. Alexandra Magna Rodrigues, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.
1. Desenvolvimento humano. 2. Agricultura familiar. 3. Economia solidária. 4. Cooperativismo. I. Universidade de Taubaté. Mestrado em Desenvolvimento Humano. II. Título. CDD - 338.1

LUIZ ALEXANDRE CANAVEZI DE PAIVA

**AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO
HUMANO: desafios e possibilidades**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação.

Linha Pesquisa: Contextos, Práticas Sociais e Desenvolvimento Humano.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Coorientadora: Profa. Dra. Alexandra Magna Rodrigues

Data: 30/05/2022

Resultado: APROVADO

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola - Unitau

Membro: Profa. Dra. Alexandra Magna Rodrigues - Unitau

Membro: Profa. Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro - Unitau

Membro: Profa. Dra. Silvia Eloiza Priore - UFV

Dedico esta dissertação a todos aqueles que lutam pela reforma agrária e pela produção agroecológica de alimentos no Brasil.

Janela sobre a utopia

Ela está no horizonte - diz Fernando Birri. – Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar.

(Eduardo Galeano, 1993)

AGRADECIMENTOS

A minha esposa Joana, por seu amor, companheirismo e compreensão em todos os momentos.

Aos meus pais, pelo amor incondicional e pelo esforço que fizeram para minha formação pessoal, profissional e acadêmica.

A minha irmã e sobrinhos, que sempre alegam minha vida.

A todos meus familiares e amigos que, de diversas formas, contribuíram para minha formação.

Ao corpo docente do Mestrado em Desenvolvimento Humano da Unitau, em especial a minha orientadora Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola e a minha coorientadora Profa. Dra. Alexandra Magna Rodrigues, pela paciência e dedicação a esta dissertação.

Aos alunos do Mestrado em Desenvolvimento Humano da Unitau que, mesmo a distância, dividiram comigo seus conhecimentos, experiências e angústias.

Aos agricultores familiares que contribuíram para este estudo e que me permitiram entender um pouco melhor esse universo fascinante.

RESUMO

Historicamente, o acesso do pequeno camponês à terra é defeso, em prol dos grandes latifúndios do agronegócio, o que salienta a política econômica voltada para o modo de produção capitalista e, conseqüentemente, devastadora para os trabalhadores rurais. Nesta pesquisa buscou-se discutir a questão agrária sob a ótica de iniciativas econômicas solidárias no âmbito da agricultura familiar, como opção que permitisse agregar concomitantemente aspectos ecológicos, sociais e econômicos, em uma resposta disruptiva ao avanço do capital que culminou no atual colapso ambiental, no aumento do abismo das desigualdades e na precarização do trabalho. Trata-se de pesquisa exploratória de caráter qualitativo, cujo instrumento foi a entrevista guiada por roteiro e análise por meio da técnica da triangulação. Foram realizadas entrevistas com quatro integrantes de iniciativas econômicas solidárias localizados em municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, dois representantes do Movimento Sem Terra (MST) e dois agricultores neorrurais que utilizam a tecnologia social denominada Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) para comercialização da produção agrícola. Como resultado, obteve-se que o modelo econômico brasileiro, que privilegia o agronegócio, sufoca a agricultura familiar que, em sinal de resistência, procura se articular por meio da economia solidária, mesmo na impossibilidade de estabelecer suas formas tradicionais, como o cooperativismo. Evidenciou-se que, apesar de experiências exitosas, faz-se necessária a mudança no escopo das políticas públicas, que atualmente têm corte neoliberal, para políticas que incentivem a reforma agrária e a economia solidária. Por outro lado, constatou-se que a articulação do MST com o CSA pode trazer resultados e benefícios para a agricultura familiar. O cooperativismo e a economia solidária são saídas viáveis para a sociedade contemporânea, apesar de não constituírem soluções para as desigualdades sociais, visto que, para favorecer a democratização do acesso à terra e à riqueza socialmente produzida, torna-se necessária a construção de outra ordem societária.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Humano. Agricultura Familiar. Economia Solidária. Cooperativismo.

ABSTRACT

Historically, access to land for small peasants has been denied in favor of agribusiness latifundium, which highlights the economic policy directed towards the capitalist mode of production and, consequently, devastating for farm workers. This research discusses the agrarian issue from the perspective of solidarity economic initiatives in family farming, as an option to allow the concomitant aggregation of ecological, social, and economic aspects, in a disruptive response to the advance of capital that culminated in the current environmental collapse, in the widening of the abyss of inequalities and in the precariousness of work. This is exploratory research with a qualitative approach, whose instrument was the interview guided by script and analysis through the triangulation technique. Interviews were conducted with four members of solidarity economic initiatives located in municipalities from the Metropolitan Region of Vale do Paraíba e Litoral Norte, two representatives of the Movimento Sem Terra (MST) and two neorural farmers who use social technology called Community Supported Agriculture (CSA) to commercialize agricultural production. As a result, it was obtained that the Brazilian economic model, which privileges agribusiness, suffocates family agriculture, which, as a sign of resistance, seeks to articulate itself through the solidarity economy, even in the impossibility of establishing its traditional forms as cooperativism. It was evidenced that, despite some successful experiences, it is necessary to change the current neoliberal scope of public policies to encourage agrarian reform and the solidarity economy. On the other hand, it was found that the articulation between MST and CSA can bring results and benefits to family farming. Cooperativism and solidarity economy are viable alternatives for contemporary society, although they do not constitute solutions to social inequalities, since, in order to democratize access to land and socially produced wealth, it is necessary to build another kind of society.

KEYWORDS: Human Development. Family Farming. Solidarity Economy. Cooperativism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	23
Figura 2 – Mapa da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	24
Figura 3 – Linha do Tempo dos Principais Eventos Históricos (RMVPLN)	26
Figura 4 – Mapa da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	28
Figura 5 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	29
Figura 6 – Ranking de municípios com melhor qualidade de vida entre os 100 maiores municípios do Brasil.	30
Figura 7 – Crescimento Populacional dos municípios de São José dos Campos e Taubaté (1900 – 2010)	31
Figura 8 – Localização o Assentamento Nova Esperança	35
Figura 9 – Localização do Sítio do Participante em Taubaté	35
Figura 10 – Números Oficiais de Assentamentos Rurais (1995-2018)	52
Figura 11 – Quantidade de Assentamentos Rurais Criados (1985-2016)	52
Figura 12 – Quantidade de Famílias Assentadas (1985-2016)	53
Figura 13 – Distribuição da Quantidade de Estabelecimentos Rurais e Área Ocupada no Brasil (2017)	54
Figura 14 – Evolução do PIB (2011-2020)	62
Figura 15 – Saldo da Balança Comercial Brasileira (2010-2020)	63
Figura 16 – Evolução das exportações e importações do agronegócio (1989-2009)	66

Figura 17 – Metas estabelecidas para o II PNRA	72
Figura 18 – Comparativo entre Autogestão e Heterogestão	82
Figura 19 – Números do Cooperativismo no mundo	84
Figura 20 – Estudo de Caso	98
Figura 21 – Análise por Triangulação de Métodos	104
Figura 22 – Comercialização Convencional da Agricultura Familiar	120
Figura 23 – Mapa Mental das Trajetórias dos Sujeitos da Pesquisa	123
Figura 24 – Mapa Mental da Questão Agrária na Percepção dos Sujeitos da Pesquisa	135
Figura 25 – Síntese da organização do assentamento - relação entre núcleos de base, setores e coordenação geral	146
Figura 26 – Organização institucional do MST - instâncias locais, regionais, estaduais e nacional	147
Figura 27 – Síntese da Estrutura de Comercialização do MST	152
Figura 28 – Síntese da estrutura da CSA	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População Estimada da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e dos municípios de São José dos Campos e Taubaté (2021)	25
Quadro 2 – PIB, PIB <i>per capita</i> e posição dos municípios de São José dos Campos e Taubaté no PIB estadual e nacional	25
Quadro 3 – Estabelecimentos Agropecuários no Brasil e na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (2017)	36
Quadro 4 – Taxa de Sindicalização por Grupamento de Atividade	37
Quadro 5 – Distribuição da Quantidade de Estabelecimentos Rurais e Área Ocupada na RMVPLN, São José dos Campos e Taubaté (2016/2017)	55
Quadro 6 – Total Arrecadado pelo Agronegócio em (R\$) (2013-2019)	69
Quadro 7 – Imposto de Exportação pago pelo Agronegócio (2011-2019)	70
Quadro 8 – Números do Cooperativismo no Brasil e no Estado de São Paulo (2020)	85
Quadro 9 – Estrutura Organizativa do MST	140

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ACI	–	Aliança Cooperativa Internacional
CEASA	–	Centro Estadual de Abastecimento
CEB	–	Comunidades Eclesiais de Base
CEP	–	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL	–	Comissão Econômica para a América Latina
CEPEA	–	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
COOTAP	–	Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre
COVID-19	–	Corona Virus Disease 2019
CNA	–	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNPJ	–	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNSAN	–	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPA	–	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPS	–	Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços
CSA	–	Comunidade que Sustenta a Agricultura
CUT	–	Central Única dos Trabalhadores
DAP	–	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMPLASA	–	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A.
ERNA	–	Emprego Rural Não-Agrícola
FAO	–	Food and Agriculture Organization
FHC	–	Fernando Henrique Cardoso
FJP	–	Fundação João Pinheiro
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDGM	–	Índice de Desafios da Gestão Municipal
IDH	–	Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM	–	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	–	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	–	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOSAN	–	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	–	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	–	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MST	–	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	–	Organização das Cooperativas do Brasil
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PAA	–	Programa de Aquisição de Alimentos
PANC	–	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PCB	–	Partido Comunista Brasileiro
PIB	–	Produto Interno Bruto
PNAD	–	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	–	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	–	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNRA	–	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	–	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP	–	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor
PT	–	Partido dos Trabalhadores
RMVPLN	–	Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
SAF	–	Sistema Agroflorestal
SAN	–	Segurança Alimentar e Nutricional
SCA	–	Sistema Cooperativista dos Assentados
SPA	–	Secretaria de Política Agrícola

SICONV	–	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SEBRAE	–	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SOFTEX	–	Sociedade Brasileira para Exportação de Software
TCLE	–	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	–	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNITAU	–	Universidade de Taubaté
UDH	–	Unidade de Desenvolvimento Humano
UPA	–	Unidade de Produção Agropecuária
USP	–	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Problema.....	21
1.2 Objetivos.....	22
1.2.1 Objetivo Geral.....	22
1.2.2 Objetivos Específicos.....	22
1.3 Delimitação do Estudo.....	23
1.4 Relevância do Estudo / Justificativa.....	36
1.5 Organização do Trabalho.....	42
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	43
2.1. Do Brasil-Colônia ao Gigante do Agronegócio Moderno.....	43
2.2. O Agronegócio e a Agricultura Familiar: polêmicas e contradições.....	56
2.3. Economia Capitalista Competitiva e/ou Solidária: conceitos, princípios, paralelos e contradições.....	74
2.4. As Várias Facetas do Desenvolvimento.....	86
3 METODOLOGIA.....	95
3.1 Delineamento da pesquisa.....	95
3.2 Tipo de Pesquisa.....	96
3.3 Participantes.....	98
3.4 Perfil dos Entrevistados.....	99
3.5 Instrumento de Pesquisa.....	101
3.6 Procedimentos para Coleta de Dados.....	102
3.7 Procedimentos para Análise de Dados.....	104
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	106
4.1 Trajetórias e Relação com as Iniciativas Econômicas Solidárias.....	106
4.1.1 A Questão Agrária na Percepção dos Sujeitos.....	124

4.2 As Iniciativas Econômicas Solidárias.....	136
4.2.1 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): desafios e contradições.....	136
4.2.1.1 Estrutura de Comercialização do MST.....	147
4.2.2 Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): estrutura e dinâmica.....	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
REFERÊNCIAS.....	173
APÊNDICE A - Instrumento de Pesquisa.....	195
ANEXO A - Declaração de Infraestrutura.....	196
ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	197
ANEXO C - Termo de Compromisso do Pesquisador Responsável.....	199

1 INTRODUÇÃO

A atual conjuntura econômica, marcada por crises frequentes, pelo sucessivo avanço do capital sobre os direitos sociais da classe trabalhadora, pela escalada do subemprego e pela legitimidade adquirida pelo trabalho informal, revela a incompetência do modo de produção capitalista em propor soluções que incluam o conjunto das classes trabalhadoras.

Apesar de historicamente o desemprego ou o trabalho informal serem marcas da sociedade brasileira (SANTOS, 2012), contemporaneamente ganharam ainda mais relevância, como demonstram, dentre outros autores, Ricardo Antunes (2018) e Ladislau Dowbor (2017).

Esta pesquisa visa discutir a questão agrária sob a ótica de iniciativas econômicas solidárias no âmbito da agricultura familiar, como uma opção ao atual modelo vigente, para que seja possível agregar concomitantemente aspectos ecológicos, sociais e econômicos

Antes de tratar da questão rural, será apresentado um panorama acerca das desigualdades conforme vários aspectos.

Ao longo da história, o Brasil revelou-se um país de imensas desigualdades sociais, sobre as quais há vasta produção historiográfica, como a obra de Caio Prado Júnior (1972).

A desproporção na distribuição de renda no país é brutal. Segundo o Relatório Mundial da Desigualdade 2022 (World Inequality Report 2022), os 10% mais ricos da população detêm 59% do total da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres detêm apenas cerca de 10%. Isso faz com que a metade mais pobre do país ganhe 29 vezes menos do que os 10% da camada superior, fato que torna o Brasil um dos países mais desiguais do planeta (CHANCEL *et al.*, 2021).

A má distribuição de renda não é exclusividade brasileira. Dowbor (2017) alerta que a desigualdade chegou a níveis alarmantes, o que faz com que oito indivíduos possuam uma riqueza maior do que a da metade mais pobre da população mundial. Nessa direção, segundo dados publicados pelo Banco Mundial (*World Bank*), em 2018 cerca de 46% da população do mundo vivia com menos de 5,50 dólares por dia.

Adicionalmente, constata-se que “[...] o planeta produz dois bilhões de toneladas de grãos por ano, equivalente a cerca de um quilo por dia e por habitante, e ainda temos 800 milhões de pessoas passando fome” (DOWBOR, 2017, p. 102).

Segundo Abramovay (2012), o crescimento econômico quase sempre vem acompanhado de níveis de concentração de renda que dificultam que a população mais pobre se beneficie desse processo.

No meio rural, as iniquidades estão evidenciadas pelo fato de o Brasil ser um dos países com uma das distribuições de terras mais injustas do planeta (CARVALHO *et al.*, 2006).

Nesse sentido, Furtado (1980, p. 103) relata que “[...] as terras de melhor qualidade e localização, ou que se beneficiam dos investimentos públicos, são apropriadas por uma minoria que tem acesso à informação, ao crédito ou já dispõem de recursos financeiros”.

De fato, no Brasil a estrutura agrária é historicamente desigual e, contemporaneamente, as disparidades têm se acentuado, conforme demonstra o Atlas do Espaço Rural brasileiro (IBGE, 2020).

No que se referem aos dados quantitativos, ao se analisar o índice de Gini¹, utilizado para medir as desigualdades na distribuição da terra, percebe-se que a estrutura fundiária brasileira ainda apresenta um alto grau de concentração, que se manteve, praticamente, inalterado entre 1985 e 2006, e cresceu no último levantamento. Segundo o Censo Agropecuário 2017, o índice de Gini – indicador da desigualdade no campo – registrou 0,867 pontos, patamar mais elevado em relação aos dados verificados nas pesquisas anteriores: 0,854 (2006), 0,856 (1995-1996) e 0,857 (1985). Cabe observar que quanto mais perto essa medida está do número 1, maior é a concentração na estrutura fundiária (IBGE, 2020).

Assim, apesar da vastidão territorial, percebe-se que o acesso à terra continua dificultado à maioria da população, enquanto a fronteira agrícola do agronegócio avança vigorosamente. Para ilustrar tal situação, Nakatani, Faleiros e Vargas (2012) apontam que a área ocupada por grandes propriedades cresceu 48,4% no período 2003 - 2010.

Ademais, nas últimas décadas o país passou por um processo de modernização da agricultura e integração com capitais industriais, comerciais e financeiros, o que gerou complexos agroindustriais que acentuam o problema fundiário, pois, do ponto de vista econômico, a reforma agrária perde relevância, uma vez que a competitividade no mercado de *commodities*² impõe a produção em grandes áreas e o investimento em novas tecnologias (GUANZIROLI *et al.*, 2009).

¹ “O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza”.

https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em fev. 2022.

² “*Commodities* são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria”.

<https://www.epsjv.fiocruz.br/commodities-definicao>. Acesso em fev. 2022

Nessa perspectiva, o agronegócio garante a primazia sobre o meio rural, afetando o desenvolvimento da agricultura familiar. Diante desse cenário, não surpreende que o agronegócio seja alardeado como altamente desenvolvido (CHÃ, 2018), ao passo que a agricultura familiar é estigmatizada como subdesenvolvida (VALENTE, 2008). Mesmo que seja possível contestar tal impressão, a agricultura familiar não se encontra, efetivamente, entre as prioridades das políticas públicas, principalmente em se tratando de reforma agrária.

A política agrícola em vigor, além das consequências sociais, traz também graves impactos ambientais (SILVA, 2011). “Que o capitalismo não se mostre capaz de reverter a tendência a um colapso ambiental global, eis algo que não deveria ser considerado uma tese, mas um dado elementar de realidade, tal sua evidência” (MARQUES FILHO, 2018, p. 549).

Conforme informa Dowbor (2017), os recursos naturais, que poderiam proporcionar a toda a humanidade um desenvolvimento perene, têm sido consistentemente devastados para o particular proveito de uma minoria composta por aproximadamente 1% da população mundial.

Nesta mesma direção, Andrioli (2003) aponta que, ao contrário dos tempos antigos, quando a produção era pequena e às vezes faltava alimentos, atualmente existe uma superprodução; no entanto, ainda assim milhões de pessoas passam fome no mundo.

Mesmo diante do fato de que poucos se beneficiam do consumo dos recursos do planeta, e do fato de que a população sofre com seus efeitos econômicos, sociais e ambientais, o enfrentamento a esse cenário ainda é insuficiente para reverter o processo em curso.

De fato, a polarização entre vencedores e perdedores é um dos efeitos do capitalismo (SINGER, 2002) que se consolidou ao longo dos anos. Apesar de se constatar que a maioria das pessoas ricas tem origem em famílias já abastadas, tal divisão social é aceita como natural e até mesmo justa, o que faz com que a existência de uma hierarquia entre ricos e pobres não seja questionada pela maioria da sociedade (HARARI, 2019).

Ao mesmo tempo, políticas voltadas para a população vulnerável são consideradas, por considerável parcela da sociedade, como privilégio e estímulo à ociosidade, o que revela o preconceito de classe. A falta de senso coletivo impede que se entenda que a sociedade se enfraquece quando grande parte de indivíduos se encontra debilitada, sem condições mínimas de produzir (MOREIRA, 2019). Assim, é possível analisar essa questão relacionando-a ao ambiente rural, pois o preconceito em relação aos camponeses é bastante evidente, e principalmente aos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e sua luta pela reforma agrária.

Por outro lado, Singer (2002) aponta que desigualdade e a competição generalizadas não são naturais, mas resultado do modo de produção capitalista. Nesse modelo, as vantagens e desvantagens são transmitidas para as gerações futuras, visto que os descendentes dos que acumularam capital estarão sempre em superioridade na competição econômica, fazendo com que as desigualdades sejam perpetuadas. Assim, para a construção de uma sociedade igualitária é preciso fazer a transição da economia competitiva para a solidária, para que a sociedade venha a ser menos desigual.

Segundo o autor, economia solidária, alicerçada na propriedade coletiva do capital e no direito à liberdade individual, surge logo após a entrada do capitalismo em sua fase industrial, como resposta ao empobrecimento da classe trabalhadora causado pela disseminação de novas tecnologias de produção (SINGER, 2002).

Assim, a economia social aflora em contraposição aos danos provocados pelo capitalismo. “Deles decorre a iniciativa de construir práticas amenizadoras do não-assalariamento para subsistência de trabalhadores desempregados, iniciativa que, na parte latina das Américas, recebeu o nome de economia solidária” (BARBOSA, 2007, p. 21).

Neste trabalho, procura-se incluir a economia solidária na discussão sobre a questão agrária brasileira, em especial sobre a agricultura familiar que sofre as agruras do excludente modo de produção capitalista que divide a sociedade, tanto no campo quanto na cidade.

Nessa direção, optou-se por esse caminho, pois, em meio ao cenário de privilégios ao agronegócio, alguns agricultores familiares buscam alternativas de resistência inspiradas nos modelos de economia solidária que atendam, concomitantemente, aos interesses econômicos, sociais e ambientais.

Na busca por enriquecer o debate, optou-se por agricultores familiares com diferentes históricos e perfis, que incluem militantes do MST, o principal ator na luta pela reforma agrária no país. Optou-se também por agricultores de origem urbana e escolheram a transição para a vida rural no percurso de suas trajetórias e que hoje comercializam sua produção agrícola diretamente aos consumidores, por meio da tecnologia social³ conhecida por Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA).

³ “Tecnologia Social compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação. Está baseado na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras. As Tecnologias Sociais podem aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando desenvolvimento social em escala.” <https://fbb.org.br/pt-br/viva-voluntario/conteudo/tecnologia-social>. Acesso em fev. 2022

Tanto a CSA quanto o MST buscam promover formas de economia solidária na perspectiva, apresentada por Rodrigues, Costa e Priore (2021, p. 51), de buscar “[...] novos modos de regimentar a economia, tentando atender as necessidades regionais através da autogestão, da solidariedade, da geração de trabalho e renda, e da emancipação local”.

De acordo com Silva Júnior *et al.* (2018) a CSA é uma estratégia de economia solidária em que um grupo de consumidores se compromete a custear o orçamento da produção de um agricultor familiar por um período determinado. Em troca, os componentes desse grupo recebem semanalmente uma cesta de produtos orgânicos.

Essa característica faz com que a CSA seja considerada uma iniciativa econômica solidária. Rodrigues, Costa e Priore (2021, p. 49) explicam que “[...] as iniciativas econômicas solidárias se manifestam por diferentes setores e segmentos da sociedade, como, por exemplo, através do consumo, da comercialização e da produção”.

Já o MST promove a economia solidária nos assentamentos incentivando os assentados a se organizarem em cooperativas autogestionárias (SINGER, 2002). Curiosamente, no entanto, os sujeitos desta pesquisa relataram dificuldades no estabelecimento desta forma organizativa na região, por questões que ainda serão debatidas, e comercializam sua produção por meio da CSA.

Ainda que, após finalizada a pesquisa de campo, seja possível questionar se os casos estudados podem ser categoricamente classificados como economia solidária – até pelo fato de que o próprio conceito de economia solidária é controverso e comporta interpretações diversas –, não se pode negar que ela é a fonte de inspiração para os agricultores participantes e que os princípios como solidariedade, cooperação e autogestão são observados na gestão dessas iniciativas.

A imersão no tema desta dissertação se deu pela congregação de alguns fatores que perpassam a trajetória pessoal e profissional do pesquisador. Inicialmente, pela preocupação com efeitos deletérios à maioria da população e ao próprio planeta, trazidos pela irrefreada escalada do capitalismo ao longo da história. Agora, ao atingir seu ápice, ele coloca em risco o futuro das novas gerações.

A sustentabilidade do planeta⁴, além de estar em voga atualmente, é alvo do interesse do pesquisador há muito tempo, que encontrou nesta pesquisa a oportunidade de

⁴ Um exemplo é o documento adotado na Assembleia Geral da ONU em 2015, “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que estabelece medidas para promover o desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 é um plano de ação que indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

aprofundamento também nesta área do conhecimento, agregando, no estudo da questão da agricultura familiar no Brasil, os aspectos ecológicos aos socioeconômicos.

Entende-se que a possibilidade de articular diversas óticas sobre o tema em uma perspectiva interdisciplinar, abriu um leque maior de possibilidades na discussão sobre o dilema da desigualdade, em especial no campo. Não se acredita que seja possível imaginar que haverá solução satisfatória para a questão sem debatê-la com a necessária profundidade e abrangência, pois é preciso entender sua complexidade, e não buscar respostas meramente paliativas.

A humanidade chegou a um ponto em que é preciso encontrar alternativas que genuinamente confrontem a concentração de renda/riqueza/terras por uma parcela diminuta da população, pois, segundo Dowbor (2017, p. 37), “[...] sem processo redistributivo, aprofundam-se os dramas ambientais, sociais e econômicos. Não se trata apenas de justiça e de decência moral. Trata-se de bom senso quanto ao funcionamento do sistema”.

Com a premissa de que o desenvolvimento não é mero sinônimo de crescimento econômico, acredita-se que não é razoável que ele esteja dissociado do fator humano ou voltado para interesses individuais, em detrimento do bem coletivo.

A experiência profissional do pesquisador como servidor público em instituição financeira contribuiu para sua decisão pelo tema. A difícil situação financeira enfrentada pela maioria da população brasileira é uma realidade que solidificou a ideia da necessidade do fortalecimento do papel social dos bancos públicos, mas também aguçou a curiosidade por alternativas de algum modo disruptivas em relação ao *status quo*.

Pessoalmente, o interesse pela questão da agricultura familiar passa pela reconexão com a infância do pesquisador, no distrito de Quiririm, em Taubaté/SP. O distrito, que abrigou muitos imigrantes italianos que vieram substituir a mão de obra escrava, ainda hoje apresenta fortes vínculos econômicos e culturais com a agricultura.

O pesquisador ainda tem um certo grau de arrependimento por não ter mergulhado mais cedo no estudo do fascinante universo da agricultura familiar, apesar de estar inserido nesse ambiente. Esta pesquisa, portanto, viabiliza uma correção do rumo de sua trajetória, mesmo que tardia.

1.1 Problema

A questão agrária/fundiária no Brasil evidencia a enorme concentração de terras nas mãos de poucos proprietários (latifundiários), em detrimento do acesso à terra de forma equânime e de seu usufruto social (MOTA, 2011). Essa é a principal razão pela qual os

trabalhadores rurais buscam construir alternativas no campo, a exemplo da agricultura familiar, ainda que esta, por integrar a lógica capitalista, não contemple a repartição da terra proposta pela reforma agrária.

Por outro lado, a política econômica brasileira contemporânea, inscrita no escopo das estratégias do capital para a retomada das taxas de lucro, mostra-se desoladora aos trabalhadores que experimentam histórico de perdas de direitos, o que os enfraquece como classe.

O agronegócio, por seu turno, com a produção de alta base tecnológica voltada para a exportação de *commodities*, empurra milhões de camponeses para as margens do sistema de produção rural (MITIDIERO JÚNIOR; GOLDFARB, 2021), daí os enormes empecilhos enfrentados pelos pequenos produtores rurais, em especial por aqueles que têm a economia solidária como alternativa para a produção agrícola.

Ademais, o modo de produção capitalista é incompatível com a sustentabilidade dos recursos naturais (MARQUES FILHO, 2018), o que também suscita reflexão sobre as formas sustentáveis de produção agrícola que possam conciliar os aspectos econômicos com os ambientais.

Considerando a complexidade da questão agrária no Brasil, e diante da expansão do agronegócio que sufoca da agricultura familiar, questiona-se: Em municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), o MST e a CSA, como iniciativas econômicas solidárias, contribuem para o desenvolvimento dos agricultores familiares e, conseqüentemente, para sua manutenção no meio rural?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar aspectos facilitadores e dificultadores para implementação e desenvolvimento de iniciativas econômicas solidárias por agricultores familiares de municípios da RMVPLN.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Verificar como os agricultores familiares percebem a mudança de suas condições de vida, quando são adotadas iniciativas econômicas solidárias;
- Conhecer a estrutura administrativa e financeira das iniciativas econômicas solidárias;

- Compreender como se dá a distribuição da produção agrícola dos agricultores familiares, quando são postas em prática iniciativas econômicas solidárias.

1.3 Delimitação do Estudo

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) localiza-se no extremo leste do Estado de São Paulo, na divisa com Minas Gerais e Rio de Janeiro, no eixo entre as duas maiores cidades do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Agrega as terras ao longo da calha do rio Paraíba do Sul e das encostas das serras da Mantiqueira e do Mar que, segundo Gomes e Andrade (2020), influenciaram fortemente a organização desse espaço geográfico e condicionaram o uso e a ocupação do solo.

Figura 1: Localização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (IPEA, FJP, PNUD, 2015).

A RMVPLN foi instituída no dia 9 de janeiro de 2012, pela lei complementar 1.166, sancionada pelo então Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. Conforme Figura

Quadro 1: População Estimada da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e dos municípios de São José dos Campos e Taubaté (2021).

REGIÃO/ MUNICÍPIO	População Estimada (2021)	Percentual da População Estadual de S. Paulo (2021)
RMVPLN	2.598.678	5,57%
São José dos Campos	737.310	1,58%
Taubaté	320.820	0,69%

Fonte: IBGE (2021). Elaborado pelo autor.

Há proeminência de São José dos Campos e Taubaté também quanto a aspectos econômicos. No Quadro 2, dados do Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB *per capita*⁵ dos dois municípios, bem como suas posições no ranking do PIB estadual e do PIB nacional.

Quadro 2: PIB, PIB *per capita* e posição dos municípios de São José dos Campos e Taubaté no PIB estadual e nacional (2019).

Cidade	PIB (Bilhões de R\$)	PIB per capita (R\$)	Posição Estadual (SP)	Posição Nacional
São José dos Campos	43,45	60.194,93	8º	20º
Taubaté	18,35	58.290,80	17º	56º

Fonte: IBGE (2021). Elaborado pelo autor.

Devide *et al.* (2014) apresentam os principais eventos da MVPLN, numa linha do tempo (Figura 3), que ajudam a compreender a dinâmica humana na região.

⁵ O Produto Interno Bruto (PIB) é o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final, sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos líquidos de subsídios sobre produtos. O PIB também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado, sendo também equivalente à soma das rendas primárias. O PIB *per capita* é calculado a partir da divisão do PIB pelo número de habitantes da região e mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo, se todos recebessem partes iguais (IPEA, 2021).

Figura 3: Linha do Tempo dos Principais Eventos Históricos (RMVPLN)



Fonte: Devide *et al.* (2014).

Historicamente, a colonização das terras da região, explicam Devide *et al.* 2014, passou por uma série de ciclos econômicos. Houve o ciclo do pau brasil, o do ouro, o da cana-de-açúcar e o do café. Mais tarde, com a decadência da cafeicultura o café deu lugar à pecuária e, já mais recentemente, à cultura do eucalipto. Como consequência desse histórico, a vegetação original, de Mata Atlântica, foi profundamente alterada, de modo que restam poucas áreas conservadas.

O período áureo de prosperidade econômica e influência nacional do vale do Paraíba paulista se deu no século XIX, com o desenvolvimento da cafeicultura, que se tornou o motor do crescimento da região e que promoveria progresso e maior diversificação de atividades nos centros urbanos (MÜLLER, 1969).

Os barões do café e sua ascensão política sobre a sociedade brasileira do período foram uma das consequências dessa prosperidade. Esta sobreviveu ao tempo, conseguindo no plano político estender-se até o século XX, com a primeira eleição de Rodrigues Alves para a presidência da República, em 1902, mandato que terminaria em 1906, ano do Convênio de Taubaté, que estabeleceu a valorização do produto no mercado internacional por meio da retenção de estoques dos excedentes produzidos (RICCI, 2008, p.23).

Notoriamente, Taubaté destacou-se no processo do desenvolvimento agrário da região, desde a sua fundação até a decadência da produção cafeeira. Mesmo a transição para a fase inicial de industrialização na cidade ocorreu sem mudanças bruscas em sua economia, pois as primeiras indústrias instaladas se destinavam a beneficiar produtos agrícolas. Assim, Taubaté manteve-se atrelada à sua tradição rural. O estabelecimento do Convênio de Taubaté dá a medida da importância política do município no período cafeeiro. A cidade havia se consolidado como a grande produtora de café e principal centro urbano, de comércio e serviços da região, ao passo que a vizinha São José dos Campos ainda tinha menor relevância no cenário

regional. Seu maior destaque era sua localização, que lhe permitia servir de ponto de conexão entre diversas rotas relevantes (MOREIRA NETO; COSTA; ZANETTI, 2021).

De fato, o Vale do Paraíba paulista configurou-se como um importante ponto de passagem de mercadorias e comerciantes, devido a sua localização estratégica entre as duas principais cidades do país: Rio de Janeiro e São Paulo (GOMES; ANDRADE, 2020). A inauguração da rodovia Presidente Dutra (BR-116)⁶, em 1950, propiciou maior velocidade e segurança na conexão entre os principais polos econômicos do Brasil e, mais do que isso, foi um marco no processo de desenvolvimento da região que acelerou ainda mais seu dinamismo industrial, que hoje se destaca em diferentes atividades econômicas, como a automobilística, a aeronáutica, a aeroespacial e a bélica (MELLO; TEIXEIRA; MELLO, 2012).

As indústrias, então, passaram a se estabelecer no entorno da via Dutra, e as cidades desse eixo rodoviário vivenciaram um amplo processo de crescimento econômico, expansão urbana e substituição da base econômica rural pela industrial. Taubaté e São José dos Campos são os municípios que mais se destacaram nesse processo, tornando-se polos do desenvolvimento regional (MOREIRA NETO; COSTA; ZANETTI, 2021).

No entanto, Vieira (2014) observa que outras cidades da região sofreram, nessa nova dinâmica, impactando parte de sua população. Dentre os problemas relativos a esse processo que estão presentes na RMVPLN, o autor cita a concentração espacial da renda e o subdesenvolvimento econômico de determinadas cidades.

Esse fenômeno é fruto do processo de industrialização da região aglutinado em poucos municípios, às margens da rodovia Presidente Dutra, que assim concentraram o PIB e a população, o que causou uma profunda desigualdade intrarregional. Os municípios com menos destaque econômico passaram a orbitar em volta dos municípios mais ricos, para utilização de suas estruturas de serviços e comércio, reforçando ainda mais as posições estabelecidas (TAVARES; COUTO, 2017).

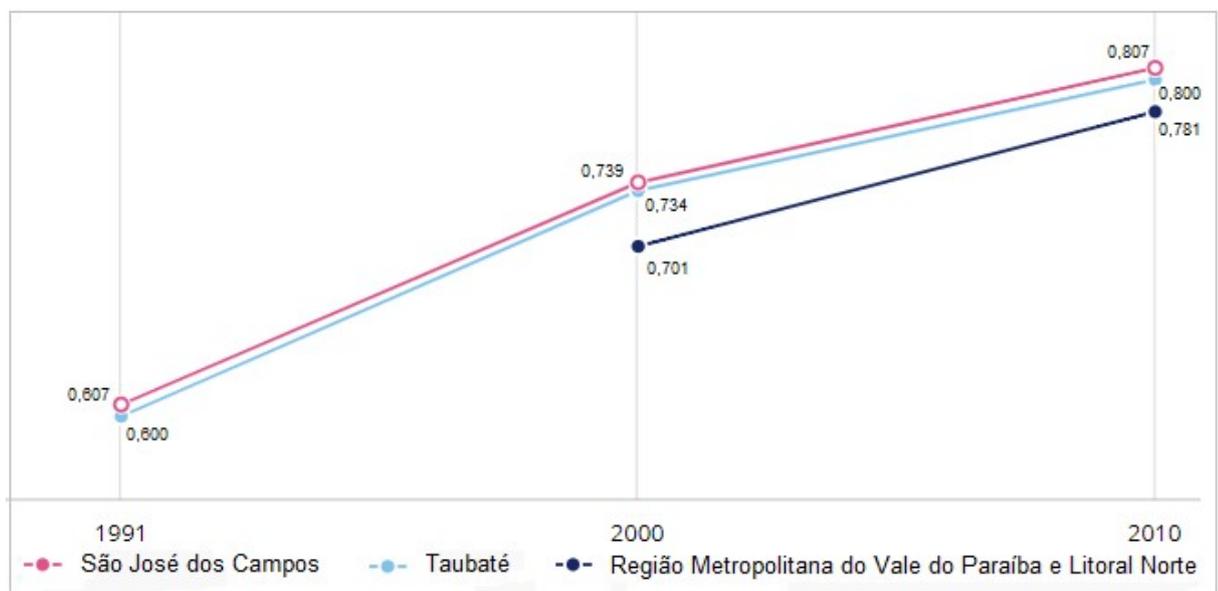
⁶ “A Rodovia Presidente Dutra (anteriormente, Via Dutra) (BR-116, também chamada de SP-60, no estado de São Paulo), conhecida coloquialmente como Via Dutra, é uma rodovia que faz a ligação entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, no Brasil. Possui uma extensão total de 402 quilômetros, iniciando-se no Trevo das Margaridas, no acesso à Avenida Brasil, no Rio de Janeiro e terminando na Ponte Presidente Dutra, no acesso à Marginal Tietê, em São Paulo. No estado do Rio de Janeiro, a rodovia tem uma extensão de 170 quilômetros e, no estado de São Paulo, uma extensão de 230 quilômetros. A Via Dutra é considerada a rodovia mais importante do Brasil, não só por ligar as duas metrópoles nacionais, mas também por atravessar uma das regiões mais ricas do país, o Vale do Paraíba”.

<https://www.rodoviapresidentedutra.com.br/>. Acesso em fev. 2022.

Percebem-se bolsões referentes às Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH)⁸ em que o IDHM é muito alto (azul), ao passo que as demais áreas da região apresentam IDHM alto (verde) ou médio (bege). Chama a atenção o fato de que, apesar das disparidades entre os municípios, atualmente não há nenhum município com IDHM baixo, na região. Os municípios de São José dos Campos e Taubaté apresentam UDHs com as três classificações de IDHM - muito alto, alto e médio - dentro de seus territórios, fato que suscita novamente a questão do desenvolvimento desigual advindo do rápido processo de industrialização e urbanização desses municípios.

Apesar das desproporções verificadas, é possível verificar (ver Figura 5) que, tanto a RMVPLN, como suas duas principais cidades - São José dos Campos e Taubaté -, apresentaram evolução significativa do IDMh, nas últimas décadas.

Figura 5 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).



Fonte: IBGE, 2010.

Observa-se, na Figura 6, que ambos os municípios estão classificados entre os melhores do país em qualidade de vida, no ranking dos 100 maiores municípios brasileiros, elaborado com base no Índice de Desafios da Gestão Municipal⁹ (IDGM, 2021).

⁸ Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH) são recortes espaciais, nos municípios.

⁹ O ranking do IDGM é construído a partir de um índice sintético que reúne 15 indicadores em 4 áreas: educação, saúde, segurança e saneamento

Figura 6 - Ranking de municípios com melhor qualidade de vida entre os 100 maiores municípios do Brasil.

#	Município	UF	IDGM 2021	△ Ano	△ Década
1º	Maringá	PR	0,756	▲ 3	▲ 1
2º	Jundiaí	SP	0,746	▼ 1	▲ 3
3º	São José do Rio Preto	SP	0,744	- 0	▼ 2
4º	Piracicaba	SP	0,743	▼ 2	- 0
5º	São José dos Campos	SP	0,740	▲ 1	- 0
6º	Franca	SP	0,734	▲ 3	▲ 17
7º	Curitiba	PR	0,733	▲ 1	▲ 7
8º	Taubaté	SP	0,730	▲ 9	▲ 17
9º	Campinas	SP	0,729	▲ 2	▲ 1
10º	Vitória	ES	0,726	▲ 4	▲ 8

Fonte: Macroplan, 2021.

Apesar do cenário de melhora apresentado por esses indicadores, ainda há um longo caminho para erradicar as desigualdades intra e intermunicipais existentes na região. Segundo Tavares e Couto (2017), na RMVPLN é possível verificar, como em outras áreas metropolitanas recentemente institucionalizadas e com taxas de crescimento populacional elevadas, um processo de periferização do crescimento físico-territorial que gera vulnerabilidade social nos principais centros.

De fato, os processos de industrialização e urbanização acelerados também trouxeram consequências negativas para os municípios que deles mais se favoreceram. Em São José dos Campos, por exemplo, o rápido aumento populacional ocorrido resultou no surgimento de loteamentos irregulares e favelas” (ALVARENGA; RESCHILIAN; GUERRA, 2018, p. 161).

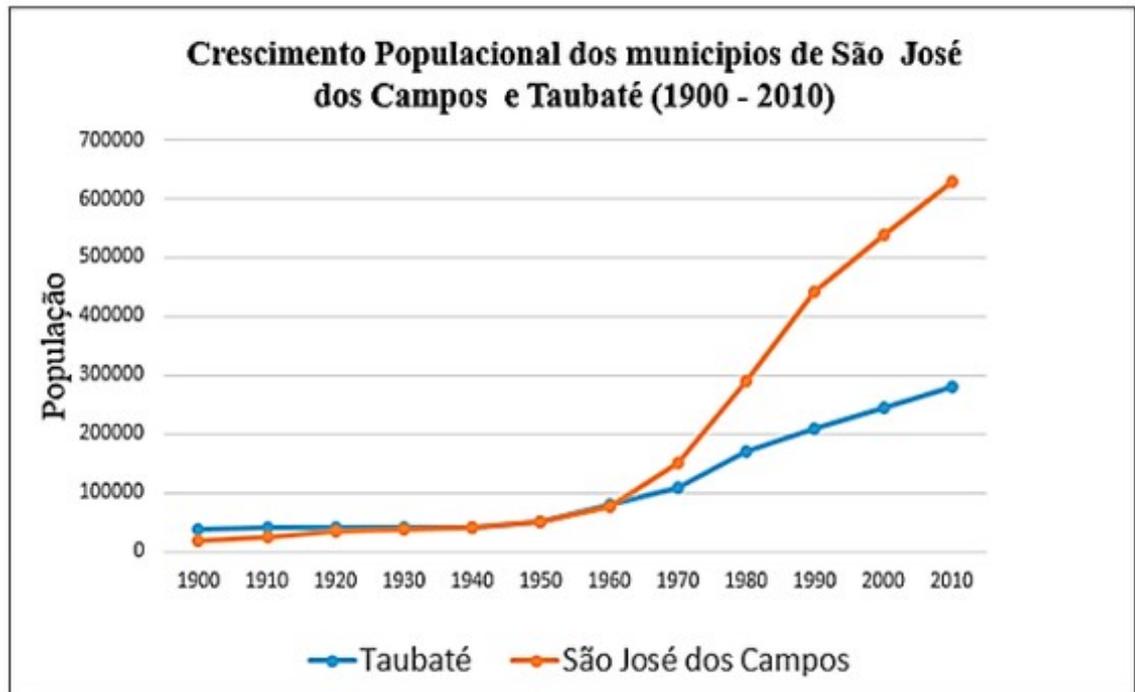
Ainda assim, Leme e Biderman (1997, p. 185) reforçam que o transbordamento da atividade industrial trouxe investimentos que efetivamente favoreceram a região, especialmente suas duas principais cidades:

Taubaté e São José dos Campos receberam a segunda onda de investimentos da indústria automobilística. Esta região também foi favorecida pelos gastos governamentais com a instalação de uma refinaria de petróleo, que

propiciaram o desenvolvimento da indústria química, e pelos gastos militares, que permitiram o crescimento da indústria de armamentos e do complexo aeronáutico. A cidade de São José dos Campos é sede de um centro de pesquisa aeroespacial ligado ao mais importante instituto de aeronáutica do país (LEME; BIDERMAN, 1997, p.185).

Na esteira desses acontecimentos, verificou-se, em ambas as cidades, mas principalmente em São José dos Campos, o aumento expressivo do número de habitantes a partir dos anos 1970, como apresentado na Figura 7. Esse período marca o início da inversão hierárquica entre as duas cidades, pois, com o crescimento exponencial de sua população, São José dos Campos assume o protagonismo e a hegemonia regional que historicamente couberam a Taubaté. Nas décadas subsequentes, São José dos Campos concentrou mais atividades produtivas, solidificando assim sua posição liderança regional (MOREIRA NETO; COSTA; ZANETTI, 2021).

Figura 7 – Crescimento Populacional dos municípios de São José dos Campos e Taubaté (1900 – 2010)



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por Moreira Neto, Costa e Zanetti, 2021.

Conforme Quadro 1 e Figura 7, São José dos Campos tem mais do que o dobro da população de Taubaté, o que evidencia que as cidades não mais disputam a primazia regional,

que efetivamente pertence a São José dos Campos há algumas décadas. No entanto, o significativo crescimento da população taubateana nos últimos anos não pode ser ignorado.

Verificou-se também que nesses municípios há um elevado grau de urbanização, que ganhou força com o avanço da industrialização no período pós Segunda Guerra Mundial, como já mencionado neste texto. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (2015), a RMVPLN tinha um grau de urbanização de 94,1%, em 2010.

Apesar disso, Mota (2011) observa que, ainda que a região seja reconhecida como vanguarda tecnológica cujas raízes campestres ficaram no passado, o meio rural é parte viva do de seu cotidiano, mesmo em suas maiores cidades. Na região, o mundo rural e o urbano estão entrelaçados, numa complexa relação entre o passado e o presente.

Essa colocação remete ao conceito de rurbanização, neologismo criado por Gilberto Freyre (1982), para definir “[...] um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma vivência regional – a do Nordeste, por exemplo, ou nacional – a do Brasil como um todo – valores e estilos de vidas rurais e valores e estilos de vida urbanos” (FREYRE, 1982, p. 57).

Nesse sentido, Silva (1997) afirma que atualmente há dificuldade para delimitar o rural e o urbano, e que, do ponto de vista espacial, o rural pode ser compreendido como uma continuidade do urbano. Não obstante, cabe a ressalva de que as condições de vida no campo, em termos de saúde, educação, distribuição de renda e saneamento básico, ainda se encontram em patamar inferior, quando comparadas com as condições de vida nas cidades.

Verificou-se também que a definição das áreas rurais tem caráter residual e administrativo, geralmente por decreto municipal, sendo consideradas rurais aquelas que escapam do perímetro urbano do município. Desse modo, qualquer adensamento populacional ou oferta de serviços pode bastar para reclassificar uma região como urbana. Este é mais um item que acelera o processo de urbanização do campo (ABRAMOVAY, 2001).

Além do mais, sob o prisma da organização da atividade econômica, o meio rural não mais se identifica apenas com atividades agropecuárias, assim como as cidades não se identificam apenas com atividades industriais. De fato, o campo urbanizou-se recentemente, devido ao processo de industrialização da agricultura e do transbordamento do mundo urbano no espaço tradicionalmente considerado rural (SILVA, 1997).

Tal processo, no entanto, não serviu para reduzir as adversidades enfrentadas pela população rural. Ao contrário, verifica-se recentemente um processo de agudização das desigualdades sociais no campo.

A mescla entre rural e urbano é particularmente interessante na RMVPLN. No que tange essa questão, uma conjunção de circunstâncias em seu processo de desenvolvimento culminou no caráter rururbano da região.

O Vale do Paraíba se reveste de condições propícias à rururbanização, por aduzir paisagem com adensamento demográfico crescente, dinâmica socioeconômica regional privilegiada no contexto nacional, polo de produção científico-tecnológica e industrial, corredor de exportação e escoamento de bens dos principais centros produtivos brasileiros e mancal do eixo metropolitano Rio-São Paulo. A onírica conurbação total envolvendo as duas metrópoles, e abarcando, de chofre, todo o vale que se imiscui entre elas, anuncia a possível megalópole (RIECHELMANN, 2006, p. 18).

Outro ponto importante, apontado pelo autor, é o fato de que a decadência do ciclo do café permitiu o rearranjo da distribuição das terras, devido ao desmembramento das grandes fazendas. Como consequência desse processo, grande parte das antigas fazendas cafeeiras deram lugar a várias propriedades menores, dentre as quais muitas se dedicam a uma produção de subsistência (RIECHELMANN, 2006).

Mota (2011) explica que gradativamente a região adquiriu característica laboral rururbana. O camponês permanece no campo como forma de sobrevivência, pois a perspectiva trabalho exclusivamente na cidade é cada vez menor. No entanto, não se pode afirmar que existe o estabelecimento de uma cultura camponesa arraigada.

Além disso, há uma parcela de assentados de origem rural que viveu um tempo nas periferias urbanas e logo voltou ao campo por falta de emprego e segurança pública. Esta tendência acentuou-se em alguns estados no início da década de 2000. [...] Nas áreas metropolitanas das cidades de Porto Alegre e de São Paulo há assentamentos denominados “rururbanos” onde a família reside no lote do assentamento, mas parte dos seus membros trabalha na cidade enquanto os outros familiares cuidam do lote rural. Nesses assentamentos é comum se encontrar uma combinação de famílias com tradição rural e outras que nunca exerceram atividades na agropecuária (CARTER; CARVALHO, 2010, p.299-300)

Esse é o caso da RMVPLN. Frente aos desafios dessa característica singular, Mota (2011) relata que a luta camponesa pela terra incorporou parte do exército industrial de reserva do proletariado urbano, que não detinha experiência anterior no campo. A luta pela terra passou a

ser também a luta contra o desemprego e opção para fuga das mazelas da sociedade urbana capitalista. “No Brasil são poucos os assentamentos rurais que possuem características rururbanas como no Vale do Paraíba. Esta nova realidade que veio à luz no século XXI, talvez corresponda à forma objetiva da luta pela terra na região” (MOTA, 2011, p. 49).

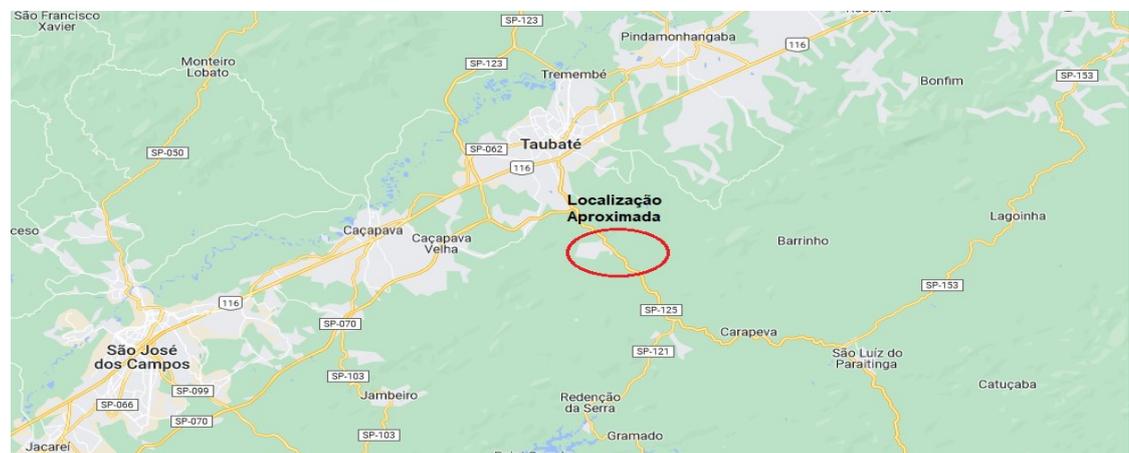
Todas essas informações permitem um melhor entendimento acerca do território em que se encontram os sujeitos envolvidos nesta pesquisa. A maioria deles, três dos quatro participantes, produzem em São José dos Campos, no assentamento da reforma agrária Nova Esperança, antiga Fazenda Santa Rita. A Figura 8 mostra a localização do assentamento em área urbana, fato que reforça o caráter rururbano da região. O outro participante está localizado às margens da Rodovia Oswaldo Cruz, em Taubaté, que dá acesso fácil à cidade, conforme Figura 9. Todos estão próximos dos centros urbanos de São José dos Campos e/ou Taubaté, que absorvem praticamente toda a produção agrícola das iniciativas econômicas solidárias em questão.

Figura 8: Localização do Assentamento Nova Esperança



Fonte: Prefeitura Municipal de S. José dos Campos. Elaborado por Riechelmann, 2006.

Figura 9 – Localização do Sítio do Participante em Taubaté.



Fonte: Google (2021).

1.4 Relevância do Estudo / Justificativa

A importância histórica da agricultura na formação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e a particularidade de sua condição foram os motivos do interesse em investigar possíveis iniciativas econômicas solidárias que buscam a emancipação da população camponesa marginalizada, diante da realidade rururbana apontada por Mota (2011), abordada na seção anterior. Acredita-se que a situação peculiar encontrada na RMVPLN mereça ser examinada com profundidade.

Dados estatísticos da região apontam a relevância do estudo dessa questão. O Censo Agropecuário 2017, promovido pelo IBGE, indica que, na região, de um total de 10.003 estabelecimentos agropecuários, apenas 3.578 estavam associados a cooperativas/entidades de classes, representando aproximadamente 35% do total e ficando abaixo do percentual nacional, que está na faixa de 39% (ver Quadro 3).

Quadro 3: Estabelecimentos Agropecuários no Brasil e na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (2017)

País/ Região	Estabelecimentos Agropecuários (Total)	Associados a Cooperativas ou Entidades de Classe (Total)	Associados a Cooperativas ou Entidades de Classe (%)
Brasil	5.073.324	1.996.422	39,35%
RMVPLN	10.003	3.578	35,77%

Fonte: IBGE (2017). Elaborado pelo autor.

Os dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (2019) mostram que, nos últimos anos, a região teve redução, em números absolutos e em termos percentuais, da quantidade de unidades de produção agropecuária (UPA) vinculadas a associações, cooperativas e sindicatos de produtores. Em 2008 havia 4.258 UPA's nessa situação, e em 2017 esse número caiu para 3.578 (ver Quadro 3).

Os números sobre o associativismo/cooperativismo na região refletem a tendência de fragilização de corpos associativos no país, em especial dos sindicatos, que vêm sofrendo ataques constantes no intuito de pulverizar a unidade da classe trabalhadora. Nesse sentido, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) divulgada pelo IBGE (2020), a taxa de sindicalização tem caído paulatinamente, atingindo apenas 11,2% dos trabalhadores, em 2019.

No segmento agrícola, conforme Quadro 4, a taxa de sindicalização de 19,4% representou uma pequena recuperação, frente à taxa de 19,1% verificada em 2018; no entanto,

ainda está abaixo dos anos anteriores da série histórica, que mostra a reversão na tendência, apontada por Picolotto (2018), de aumento na taxa de sindicalização rural iniciada na década de 1990. Ainda assim, os dados da PNAD Contínua apontam que o setor é o que apresenta maior taxa de sindicalização.

Em 2019, o grupamento de atividade da Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (9,1% dos ocupados) alcançou a maior taxa de sindicalização (19,4%). Essa atividade possui participação importante dos sindicatos de trabalhadores rurais, muitos deles de pequeno porte da agricultura familiar, o que eleva a cobertura sindical dessa atividade, principalmente nas Regiões Nordeste e Sul (IBGE, 2020)

Quadro 4: Taxa de Sindicalização por Grupamento de Atividade

Grupamento de Atividades	2012	2016	2017	2018	2019
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	23,2	22,4	21,1	19,1	19,4
Total	16,1	14,9	14,4	12,5	11,2

Fonte: IBGE (2019). Elaborado pelo autor.

Ressalte-se, no entanto, que a posição de aparente destaque não se deve ao aumento da taxa de sindicalização no setor, mas do fato de outros setores apresentarem quedas mais expressivas, reveladas por esse indicador.

Após crescimento de 212 mil pessoas em 2013, a população ocupada associada a sindicatos não registrou expansão em nenhum outro ano. A queda desse contingente, acentuada a partir de 2016, totalizava 4,0 milhões de pessoas até 2019, mostrando que o crescimento da ocupação, a partir de 2017, não reverteu a trajetória de queda da população sindicalizada (IBGE,2020).

Adicionalmente, Mitidiero Júnior e Goldfarb (2021) alertam que há possibilidade de um campo sem gente, no futuro próximo, devido à revolução tecnológica em curso, que tem substituído boa parte da mão-de-obra camponesa. Os autores reforçam esse argumento e informam que, apesar dos recordes da produção e das exportações de *commodities* em 2020, no agronegócio houve redução de 185.477¹⁰ trabalhadores.

A conjuntura, portanto, indica o agravamento da vulnerabilidade das camadas menos favorecidas da sociedade, no campo e na cidade, somando-se ao histórico de perdas de direitos

¹⁰ Fonte citada pelos autores: CEPEA (2021).

e precarização do trabalho e evidenciando a pertinência de se estudar a economia solidária como alternativa para mudança desse cenário. “De fato, a agricultura moderna depende profundamente da indústria, possui pouca capacidade de criar postos de trabalho e influi pouco nas dinâmicas socioeconômicas locais” (RETIÈRE; MARQUES, 2019, p. 492).

Paralelamente, a questão relacionada à agricultura familiar como possibilidade de articular os fatores sociais, econômicos e ecológicos também emerge como tema primordial. Com o fortalecimento de iniciativas de economia solidária nesse segmento, alguns autores projetam ser possível, simultaneamente, gerar melhor distribuição de renda, prover alimentos nutritivos e livres de agrotóxicos à população e garantir a perpetuidade da produção em longo prazo, a partir da preservação e do respeito aos recursos naturais.

Nesse sentido, Deivid *et al.* (2014) observam que sistemas agroecológicos, utilizados na região geralmente por agricultores familiares, auxiliam na preservação de áreas da Mata Atlântica original da região. Os autores defendem que esses agricultores deveriam ser recompensados por esse importante trabalho.

A economia solidária é aprofundada em tópico específico desta dissertação, mas adianta-se que há, na literatura disponível, uma série de categorias para sua identificação, tais como solidariedade, cooperação, participação, autogestão e democracia; associadas a preceitos como respeito ao meio ambiente, igualdade das relações de gênero/etnia e socialização dos meios de produção (AMORIM, 2010).

Lisboa (2005) ressalta que o diferencial da economia solidária envolve a incorporação da noção de solidariedade no centro da atividade econômica. O autor cita algumas experiências que se utilizam dos princípios de economia solidária, dentre as quais inclui formas diversas de agricultura familiar e assentamentos do MST.

A expressão economia solidária designa inúmeras experiências que incluem formas diversas de agricultura familiar; assentamentos do MST; empresas industriais ou rurais recuperadas por meio da autogestão; cooperativas; redes de catadores e recicladores; redes nacionais e internacionais de comércio justo; incubadoras de empresas; cooperativas populares; inúmeras experiências de finanças solidárias; clubes de trocas e as economias indígenas e dos quilombos (LISBOA, 2005, p.109).

No Brasil, a economia solidária está fortemente relacionada com as questões da agricultura. Carvalho *et al.* (2006) explicam que metade dos empreendimentos solidários estão localizados em zonas rurais e engajados na luta pela preservação ambiental e pela manutenção do camponês nesse ambiente.

Partindo desses pressupostos, foram selecionados inicialmente, para esta investigação, a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa escolha se deu pelo fato de CSA e MST atuarem no âmbito da agricultura familiar, incentivarem preceitos de economia solidária e estarem presentes em São José dos Campos e Taubaté, cidades indicadas como delimitação do estudo.

No decorrer da pesquisa, percebeu-se que, pela característica rururbana da RMVPLN, as duas iniciativas entrelaçam-se na região, de modo que os assentados do MST participantes possuem suas próprias CSA's. Não se trata de um caso inédito, pois a literatura disponível mostra que essa situação é verificada em outras localidades como, por exemplo, Iperó/SP (ALMEIDA, 2019), Ribeirão Preto/SP (SCHIAVINATTO, 2019) e Brasília/DF (DORNELES, 2020). Ainda assim, considera-se que se trata de um campo a ser explorado.

Essa característica enriqueceu a pesquisa, porque permitiu analisar a CSA como iniciativa econômica solidária em dois contextos distintos: as implementadas por agricultores familiares militantes assentados pela luta do MST e as implementadas por agricultores neorrurais que, como descreve Dorneles (2020, p. 113), “[...] são aqueles que nasceram na cidade, trabalharam e estudaram por lá, e que decidiram, por algum motivo, viver ou se dedicar ao trabalho na área rural”.

No entanto, “[...] ao procurar aprofundar o sentido do termo, percebe-se, na literatura, a existência de uma variedade de interpretações que atestam a heterogeneidade desses sujeitos” (DAL BELLO; SACRAMENTO; MARQUES, 2019, p. 16).

Para fins desta pesquisa, como sugerido por Morillo e Pablos (2016), os agricultores neorrurais são definidos como aqueles provenientes do meio urbano que voluntariamente se instalaram no ambiente rural em busca de um novo projeto de vida que implica, por consequência, uma nova forma de atividade econômica.

Ao delimitar a definição, conseguiu-se delinear dois tipos de sujeitos nesta pesquisa, os agricultores neorrurais e os agricultores assentados do MST, cujas raízes rurais são marcantes.

Sastoque (2014), em seus estudos, elenca quatro perfis de agricultores neorrurais: por atração comparativa, por atração ético-política, por atração econômico-produtiva, e os deslocados. O primeiro perfil é apresentado aqui com mais detalhes, porque se entende que representa os agricultores neorrurais participantes deste estudo.

Segundo Sastoque (2014), agricultores neorrurais por atração comparativa são aqueles que decidem mudar para o campo em busca do bem-estar que perderam na cidade, devido ao esgotamento provocado pelo estilo de vida contemporâneo. Fazem parte desse grupo os

agricultores neorrurais agroecologistas (SASTOQUE, 2014), no qual estão inseridos os participantes Tales e Felipe, que abandonaram suas carreiras na cidade para se dedicarem à agricultura agroecológica e que, nesse percurso, encontraram a CSA.

A CSA é uma tecnologia social que visa estabelecer relação direta e sem intermediários entre os produtores rurais e os consumidores urbanos, de modo a sedimentar práticas coletivas de cooperação que fomentem o desenvolvimento socioeconômico, as culturas alimentares identitárias e territoriais, o comércio justo e o meio ambiente (JUNQUEIRA; MORETTI, 2018). Trata-se de um modelo de trabalho conjunto entre produtores e consumidores no qual os últimos se tornam coagricultores¹¹ e se comprometem a cobrir o orçamento anual da produção agrícola, recebendo, em contrapartida, os alimentos produzidos sem custos adicionais.

Presente no Brasil desde 2011 e espalhada por diversos estados, a CSA pretende oferecer uma nova forma de economia que tenha como foco, não só o homem, mas também a terra, as plantas e os animais. Parte-se do pressuposto de que, sem a cooperação do consumidor, a agricultura familiar não tem futuro, pois passa a gerar desvalorização do trabalho do campo, baixos salários, falta de mão-de-obra e êxodo rural (CSA BRASIL, 2022).

Já o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), segundo Caldart (2001), surge da reivindicação da desapropriação de latifúndios improdutivos para reforma agrária, visando democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso por todos que queiram produzir. O enfrentamento mostra-se necessário, pois, como informa Mota (2011), o Brasil é um dos poucos países que não romperam com o monopólio da terra, já que nunca houve interesse de fato por parte do Estado em promover uma reforma agrária abrangente.

Caldart (2001, p. 207) explica que o MST

(..) é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. (Caldart, 2001, p. 207).

¹¹ “Por conta do compromisso, em uma CSA, o que comumente é chamado de consumidor é referido como coagricultor, pois passa a ser um colaborador do organismo agrícola que trabalha lado a lado com o agricultor e tem papel de protagonista no processo de cultivo de seus próprios alimentos. Assume, dessa forma, uma atitude ativa de corresponsabilidade, deixando a passividade de ser apenas um consumidor ou cliente.” <https://ligueospontos.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Cartilha-01-CSA-Web-1.pdf>. Acesso em fev. 2022.

O MST é um movimento social que atua em rede e que está praticamente em todo o território nacional, articulando conexões com partidos políticos, igreja e organizações não-governamentais (SILVA, 2004). Na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte essa articulação mostrou-se importante para a conquista da terra por militantes do MST que receberam o apoio da Igreja Católica, do sindicato dos metalúrgicos, da Central Única dos Trabalhadores (CUT)¹² e de partidos políticos (RIECHELMANN, 2006).

Como movimento social, o MST não está constituído juridicamente em um CNPJ (NEPOMUCENO, 2018), tampouco se trata de uma forma de economia solidária por si mesmo, como as cooperativas e associações. Entretanto, verificou-se que os assentamentos são incentivados a tomar como base princípios de economia solidária, como a cooperação agrícola e a autogestão.

Neste sentido, Severino (2006) relata que o sistema cooperativo é incentivado como forma de organizar o trabalho e aglutinar os assentados por meio do estabelecimento de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA' s), e Singer (2002) afirma que o MST optou por promover a agricultura familiar sob forma de uma modalidade de economia solidária, as cooperativas autogestionárias, criadas pelo Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

Na RMVPLN, entretanto, verificou-se que o caráter rururbano dos assentamentos, ao mesmo tempo que tem gerado dificuldades para a organização deles em formas tradicionais de economia solidária (associações e cooperativas), facilita o acesso direto aos consumidores na cidade. Assim, o modelo de comercialização direta da produção com os consumidores por meio da CSA tem sido uma alternativa utilizada por alguns assentados, inclusive pelos que participaram desta pesquisa.

Diante desse quadro, busca-se compreender os principais desafios que se impõem aos agricultores familiares na RMVPLN. Para isso, foram selecionados agricultores com destaque na comunidade, liderança perante seus pares e capacidade de organização, pois se considera que lideranças têm conhecimento acumulado sobre processos e representatividade para falar pelo conjunto dos agricultores.

¹² “A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Baseada em princípios de igualdade e solidariedade, seus objetivos são organizar, representar sindicalmente e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática. Presente em todos os ramos de atividade econômica do país, a CUT se consolida como a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo, com 3. 806 entidades filiadas, 7.847.077 trabalhadoras e trabalhadores associados e 23.981.044 trabalhadoras e trabalhadores na base.” <https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico>. Acesso em fev. 2022.

Evidentemente, são reconhecidos, de partida, os limites da agricultura familiar na dinâmica capitalista contemporânea. Contudo, compreende-se a significância do tema e a conveniência de buscar melhor compreensão das iniciativas de agricultura familiar com base na economia solidária e na sua utilização como estratégia de redução das desigualdades sociais e promoção do desenvolvimento humano.

1.5 Organização do Trabalho

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: introdução, revisão de literatura, metodologia, resultados e discussões, referências, apêndices e anexos.

A introdução subdivide-se em subseções que abrangem o problema, o objetivo geral, os objetivos específicos, a delimitação do estudo, a relevância do estudo/justificativa e a organização do trabalho.

A revisão de literatura traz um panorama de pesquisas relevantes sobre o processo de formação econômica do Brasil e o aprofundamento dos conceitos de agronegócio, agricultura familiar, economia solidária e desenvolvimento humano e trabalho. Além disso, são abordados outros pontos importantes que se relacionem aos assuntos tratados nesta pesquisa.

A metodologia subdivide-se nas seguintes subseções: delineamento da pesquisa, tipo de pesquisa, participantes, perfil dos entrevistados, instrumentos de pesquisa, procedimentos para coleta de dados e procedimentos para análise dos dados e perfil.

Na sequência são apresentados os resultados e discussões, as considerações finais e as referências. Ao final, encontram-se os apêndices e anexos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção apresenta-se a revisão narrativa da literatura referente ao tema da pesquisa. De acordo com Rother (2007), publicações desse tipo são amplas e pertinentes para definir e debater o desenvolvimento de um tema específico, do de vista teórico ou contextual. Constitui-se, efetivamente, da análise da literatura já publicada e da análise crítica do próprio autor.

2.1 Do Brasil-Colônia ao Gigante do Agronegócio Moderno

Não se objetiva esmiuçar a formação histórica, social e econômica do Brasil desde os tempos de seu descobrimento pelos europeus, no entanto, não seria possível compreender profundamente a atual estrutura fundiária do Brasil sem antes analisar, em linhas gerais, como se deu esse processo cujas consequências ainda estão presentes nos dias de hoje.

Segundo Cruz (2012):

Partimos do suposto de que para compreender a particularidade da agricultura familiar, imersa na dinâmica ampliada do capital, faz-se necessário um mergulho na gênese da constituição histórica desse modo específico de produção que traz à tona determinada contradição entre classes sociais que fundamenta a questão social (CRUZ, 2012, p. 243).

Portanto, inicialmente, busca-se situar a agricultura brasileira em seu contexto histórico, social e econômico, ressaltando a ocupação e utilização da terra como meio produtivo. Numa segunda etapa, busca-se compreender, tanto a evolução das relações patrimoniais, como os mecanismos de apropriação da renda fundiária (DELGADO; BERGAMASCO, 2017).

Para isso, foi fundamental uma consulta à vasta obra deixada por autores como Caio Prado Júnior, que dá acesso ao entendimento da situação paradoxal em que se encontra a questão fundiária no país, e que lança milhões de pessoas às margens do sistema, e sem que tenham acesso a qualquer quinhão de terra.

É por isso que para compreender o Brasil contemporâneo, precisamos ir tão longe; e subindo até lá, o leitor não estará se ocupando apenas com devaneios históricos, mas colhendo dados, e dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que o cerca na atualidade (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 6).

Sobre a agricultura no país, Prado Júnior (1972) destaca que seus elementos constitutivos são a grande propriedade (latifúndio), a monocultura e o trabalho escravo que,

associados, formam o sistema de exploração rural que foi a célula fundamental da economia agrária brasileira e alicerce de toda a estrutura econômica e social do país.

Destarte, “[...] formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio - e mais tarde de negro - na composição” (FREYRE, 2003, p. 65).

Prado Júnior (1972) busca explicar a origem desse processo, enfatizando a importância da compreensão da raiz histórica na estrutura agrária do país. Para o autor, a exploração agrícola em larga escala, em detrimento da agricultura camponesa, não advém de uma opção escolhida entre outras possibilidades, pois foi determinada pelas circunstâncias em que se deu, moldando-se conforme as condições internas e externas.

A grande exploração agrária - o engenho, a fazenda - é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil: o caráter tropical da terra, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais desta nova ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de ir buscar neles os gêneros que aquele centro reclama e que só eles podem fornecer. São estes, em última análise, os fatores que vão determinar a estrutura agrária do Brasil-colônia. Os três caracteres apontados: a grande propriedade, monocultura, trabalho escravo, são formas que se combinam e completam; e derivam diretamente e com consequência necessária daqueles fatores (PRADO JÚNIOR, 1972, p.113).

Assim, considera-se que a origem histórica não pode ser esquecida, por ser importante para a compreensão de que a estrutura agrária brasileira passa invariavelmente pela herança do passado colonial brasileiro: latifúndios, monocultura e escravidão (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

Os preconceitos decorrentes dessa origem estão enraizados no âmago da sociedade brasileira, de tal sorte que, para compreender as contradições do Brasil atual, é preciso primeiro entender cada um desses elementos e a maneira como eles se relacionam, se complementam e se atualizam.

Segundo Novais (1989), o ponto de partida para caracterizar a economia colonial está no significado básico de colonização e na estrutura da relação entre metrópole e colônia, no contexto do capitalismo mercantil. Assim, as metrópoles estavam empenhadas em acumular a maior quantidade possível de riqueza, de modo que no Novo Mundo todas as atividades foram organizadas em função dessa finalidade.

Portanto, de início, é possível deduzir que não havia interesse em diversificar a produção agrícola, pois significaria aplicar recursos e esforços em produtos que não agregavam valor à metrópole. Desse modo, a produção colonial, quase que em sua totalidade, foi destinada às mercadorias que atendiam à lógica mercantilista, ou seja, produtos tropicais com alta demanda na Europa (NOVAIS, 1989).

Consequentemente, o fluxo das mercadorias da colônia era determinado internacionalmente pelas demandas do mercado existente nas metrópoles. “Em suma, a reprodução do sistema no Brasil e o seu nexos com as economias centrais cunharam a frente e o verso da mesma moeda” (BOSI, p. 1992).

A colonização do Brasil, portanto, buscou abastecer o mercado europeu com gêneros tropicais ou minerais de alta demanda. Por aqui, a economia e a sociedade ficaram totalmente subordinadas à produção e à exportação de produtos como açúcar, algodão e ouro. O objetivo sempre esteve voltado para fora do país, descartando-se outros interesses que não os desse comércio, de modo que toda a estrutura e as atividades se moldaram a esse modelo. Essa foi a essência da formação econômica brasileira, e todo o resto jamais passou de acessório que pudesse amparar o objetivo principal (PRADO JÚNIOR, 1972).

As consequências de tal opção repetiram-se ao longo dos séculos e se sustentam ainda hoje, pois a construção de um mercado interno robusto sempre foi preterida em prol do modelo agroexportador. “Um país cuja economia se especializa na produção agrícola e obtém os excedentes de que precisa por meio da exportação depende do mercado externo e possui um mercado interno forçosamente débil” (FERNANDES, 1976, p. 87).

Desse modo, percebe-se que a monocultura sempre foi considerada pela metrópole como a única escolha viável para a produção agrícola no Brasil. Em função disso, optou-se também pela utilização de grandes propriedades rurais para a produção rural.

Prado Júnior (2006) explica que a monocultura e a grande propriedade sempre estarão associadas, no Brasil; são elementos correlatos e derivados da mesma causa, pois a agricultura tropical tem por objetivo exclusivo a produção de culturas específicas altamente lucrativas, e nelas devem se concentrar todos os esforços.

Para Guimarães (1964), o embrião dos latifúndios está no fato de que, apesar de seu papel preponderante na colonização, o capital comercial no Brasil, por não possuir a mesma influência de que gozava na metrópole, acabou por se submeter ao poder feudal aqui instituído com a entrega de vastas extensões de terras aos fidalgos.

Sobre isso, Nakatani, Faleiros e Vargas (2012) apontam que, em nosso processo de colonização, desde logo a metrópole portuguesa optou por utilizar o modelo aplicado anteriormente em suas ilhas no Atlântico, dividindo o território em vastas porções de terras chamadas de capitânicas hereditárias. Então, ainda não existia a propriedade privada, sendo a posse da terra, de fato, da Coroa portuguesa, que por sua vez concedia aos ocupantes seu uso com direito a herança.

Gouvêa, Ávila e Ribeiro (2009, p. 76) explicam como esse processo ocorreu.

O início da colonização do Brasil se deu a partir da divisão da porção leste da linha do Tratado de Tordesilhas (1494), que cabia à Portugal, em 15 capitânicas hereditárias, cujas administrações foram concedidas a homens de confiança da coroa portuguesa. Cada donatário recebia a concessão de vastas extensões de terras, tendo poder para ocupar e administrar a sua posse e conceder terras a particulares, as sesmarias. As terras deveriam ser ocupadas em 6 anos, após os quais era concedido o título de domínio pleno e perpétuo. Aquelas que não fossem efetivamente ocupadas eram retomadas pela coroa, o que deu origem às terras devolutas.

De acordo com Delson (1997), o sistema de sesmaria foi amplamente difundido no Brasil, institucionalizando o fenômeno do latifúndio. A fraca presença de representantes do Estado no interior que pudessem controlar o crescente poder dos grandes proprietários contribuiu para o surgimento de poderosas oligarquias agrárias interioranas, dotadas de enorme prestígio e influência.

As cartas de doação das capitânicas cediam ao donatário o privilégio de fabricar e possuir engenhos¹³ e moendas¹⁴, fato que, para Novais (1989), demonstra que a colonização se organizou, desde o começo, em função da produção agrícola para abastecer o mercado europeu com o açúcar produzido no Brasil.

Estabelecido tal objetivo, notamos o fortalecimento da opção pela produção em grandes propriedades rurais, os latifúndios, visto que o cultivo de produtos tropicais, o açúcar mais que

¹³ O engenho, a grande propriedade produtora de açúcar, era constituído, basicamente, por dois grandes setores: o agrícola - formado pelos canaviais -, e o de beneficiamento - a casa-do-engenho, onde a cana-de-açúcar era transformada em açúcar e aguardente.

(http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/eng_colonial.html) Acesso em fev. 2022)

¹⁴ “Durante o período colonial no Brasil, uma atividade de suma importância era a produção de açúcar nos engenhos coloniais. Ali, ficavam as terras destinadas ao plantio da cana-de-açúcar e os equipamentos essenciais na fabricação do produto, como por exemplo, a moenda. A moenda é um triturador composto por rolos, que tem como objetivo separar o bagaço do caldo de cana. Para fazer essa separação, uma espécie de esmagador preparava a cana para ser extraída nas moendas.” (<https://agro20.com.br/moenda>) Acesso em fev. 2022)

qualquer outro, mostrava-se incompatível com um sistema de colonização baseado na pequena propriedade (FURTADO, 2003).

Nakatani, Faleiros e Vargas (2012) concluem que o destaque adquirido pela agricultura altamente especializada no cultivo da cana-de-açúcar - a produção de outras culturas era absolutamente subsidiária na época - estimulou a adoção do modelo de *plantation* caracterizado por grandes unidades produtoras de larga escala; mas não só isso, pois também incitou uma das grandes atrocidades da história, a escravidão moderna dos negros africanos.

Assim chegamos, à terceira perna do tripé que sustentou a agricultura brasileira no período colonial e cuja influência ao longo dos tempos contribuiu para a perpetuação da exploração e das desigualdades no campo.

Holanda (1995) afirma que a enorme quantidade de terras férteis e não desbravadas favoreceu o emprego dos latifúndios como unidade produtora. Já o problema do trabalho só viria a ser solucionado com a introdução dos escravos africanos, que logo se tornariam presença obrigatória nas grandes propriedades rurais do país.

Nesse sentido, ressalta-se que a utilização da mão-de-obra escrava é um reflexo do sistema alicerçado na monocultura e na grande propriedade, uma vez que a população portuguesa era insuficiente para abastecer sua colônia com mão-de-obra e que não estava disposta a migrar para os trópicos para trabalhar como assalariada, no campo. A escravidão, mais que uma alternativa, tornou-se uma necessidade (PRADO JÚNIOR, 2006).

Costa (1999) explica-nos que a solução encontrada pelos colonizadores para a necessidade de cultivar as terras tropicais foi a utilização do negro africano como mão-de-obra escrava.

Encontramos vertentes de historiadores que apontam a forte relação entre a implantação e fortalecimento da escravidão do negro no Brasil com o objetivo principal de acumulação do capitalismo mercantil preponderante durante o período.

Nessa direção, Novais (1989) expõe-nos que a opção pela escravização do africano no lugar do indígena está vinculada ao caráter mercantilista da colonização, pois o abastecimento da colônia com escravos por meio do tráfico negreiro tornou-se em si uma nova fonte de comércio que estimulava a acumulação primitiva na metrópole, enquanto a utilização da população indígena nativa geraria tão somente negócios internos.

Portanto, percebemos que o processo de colonização do Brasil foi desenhado para apropriar-se do máximo de riqueza possível - objetivo central do capitalismo mercantil - gerada pelas terras tropicais. Na busca por esse objetivo, vemos que era aceitável que não fossem

considerados quaisquer outros aspectos, mesmo o humano ou o social. Como resultado, temos os séculos de escravidão e a perpetuação de desigualdade, como as que negam o acesso à terra para a maioria da população.

Desse modo, salientamos o fato de que os três componentes que formaram a base da sociedade rural colonial – latifúndio, monocultura e escravidão – estão correlacionados visceralmente, sendo difícil imaginar a proliferação de um sem o outro.

Avançando no tempo até o século XIX, encontramos outro fato histórico de suma relevância para a compreensão da atual estrutura agrária brasileira, a Lei de Terras. Porém, antes de discorrer sobre ela, esclarecemos que o sistema de sesmarias foi abolido com a Independência em 1822, passando a vigorar, a partir de então, o regime de posses até 1850, quando do advento da Lei de Terras. Nesse período de menos de 30 anos, pela ausência de uma legislação específica e de registros formais, a posse era a única forma de aquisição de terras (GOUVÊA; ÁVILA; RIBEIRO, 2009).

Se atualmente a força econômica de latifundiários é capaz de cercear o acesso à terra por pequenos camponeses, podemos imaginar a violenta repressão a qualquer investida nesse sentido no século XIX, quando sequer havia uma legislação vigente.

A Lei de Terras encerra este período proibindo a aquisição de terras públicas por outro título que não o de compra, estabelecendo também critérios para a legitimação das posses antigas. A Lei também instituiu o registro paroquial com finalidade cadastral para comprovação da posse, identificando as terras particulares e discriminando as terras públicas por exclusão. De fato, ela acaba com a posse e a doação de terras devolutas, impedindo a aquisição da propriedade por aqueles que simplesmente ocupassem a terra. Tal sistema consolida a propriedade privada, garantindo a exclusividade dos proprietários de terras existentes, num período de transição entre a força de trabalho escrava, agora liberta, e a força de trabalho assalariada dos imigrantes, os quais não teriam condições de adquirir terras pela compra, uma vez que não possuíam recursos próprios. Desta forma, a alocação de terras exclusivamente pela compra favoreceu a elite econômica, resultando na concentração da terra e no acirramento das desigualdades sociais (GOUVÊA; ÁVILA; RIBEIRO, 2009, p. 77).

De acordo com Costa (1999), a Lei de Terras, que passou a vigorar em 1850, acabou com as antigas formas de aquisição de terras por meio de posse ou doação da Coroa. Com a proibição dessas possibilidades de acesso à terra, a compra da propriedade tornou-se a única opção para sua aquisição.

A partir de então a terra transformou-se em mercadoria e somente poderia ser comprada do Estado, não mais apropriada por meio do trabalho. Podemos entender melhor essa transição por meio deste trecho de Ferreira (2005, p. 1):

Até meados do século XIX, a terra no Brasil era concedida pela Coroa – as sesmarias – ou simplesmente ocupada. Os municípios tinham o Rócio, terras em que se implantavam as casas e pequenas áreas de produção, sem custo. Assim, a terra ainda não tinha valor comercial, mas essas formas de apropriação já favoreciam a hegemonia de uma classe social privilegiada. A Lei das Terras, de setembro de 1850, transformou-a em mercadoria, nas mãos dos que já detinham "cartas de sesmaria" ou provas de ocupação "pacífica e sem contestação", e da própria Coroa, oficialmente proprietária de todo o território ainda não ocupado, e que a partir de então passava a realizar leilões para sua venda. Ou seja, pode-se considerar que a Lei de Terras representa a implantação da propriedade privada do solo no Brasil. Para ter terra, a partir de então, era necessário pagar por ela.

A instituição da Lei de Terras não arrefeceu o poder dos grandes proprietários. Ao contrário, segundo Costa (1999), com sua promulgação em 1850, a Lei de Terras solidificou o poder dos latifundiários em detrimento dos pequenos produtores rurais, permitindo a expansão das áreas destinadas para fins comerciais, enquanto minguavam as terras para a agricultura de subsistência.

Em locais nos quais a terra havia sido apenas parcialmente explorada, a expansão do mercado resultou comumente na expulsão de arrendatários e meeiros ou na expropriação das pequenas propriedades e das terras comunitárias (COSTA, 1999).

A instituição da Lei de Terras pretendia salvaguardar a exclusividade da terra nas mãos dos oligarcas rurais, já que impedia que escravos libertos pudessem obter a posse por meio de seu trabalho, num momento histórico em que já havia indícios de que a continuidade da escravidão seria insustentável.

Na verdade, o objetivo dessa legislação era bloquear o acesso à terra por parte da população supostamente livre (dado o esgotamento da escravidão), antecipando o que poderia ser uma ameaça ao poder de parcela da elite nacional, qual seja, a quebra do monopólio da terra. Nestes termos, [...] bloqueia-se a constituição de uma ordem social competitiva e bloqueia-se violentamente o processo de mobilidade social, como que congelando o tempo histórico e político, e, nesse bojo, a questão agrária (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 219).

De acordo com Costa (1999), no Brasil do século XIX buscou-se dificultar o acesso à terra pelas camadas desfavorecidas da sociedade. Não foi mera coincidência o fato de a Lei de Terras ter sido decretada em 1850, mesmo ano da lei que aboliu o comércio de mão-de-obra escrava e que colocou em perspectiva o fim da escravidão.

De fato, quando se deu a abolição, os negros, sem qualquer indenização, não dispunham de recursos para comprar terras do Estado, e já não podiam conseguir a posse por meio de seu

trabalho. Em meio ao processo de substituição da mão de obra negra no campo pelos imigrantes europeus, restou pouco à população negra, além do êxodo rural para vender sua força de trabalho na cidade por valores que mal lhes proviam as mais básicas necessidades.

A questão racial não é especificamente abordada nesta dissertação, porém não podemos ignorar o fato de que a condução da questão fundiária teve, e ainda tem, impacto significativo na situação da população negra na sociedade brasileira.

Assim, cabe registrar essa triste faceta da história brasileira, com consequências ainda hoje para os milhões de descendentes da população escravizada, aos quais seguem sendo negadas as mesmas oportunidades dadas à população branca. Como pontuado pelo abolicionista André Rebouças, “É, porém, preciso dar terra ao negro [...] A Escravidão é um crime. [...] O Latifúndio é uma atrocidade” (REBOUÇAS, 1887, *apud* BRUSANTIN; BARBOSA; CAMPOS, 2010, p. 54).

De volta ao aspecto econômico da questão, ainda hoje a organização do trabalho livre no Brasil mantém “[...] traços bastante vivos do regime escravista que o precedeu” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 7).

Com a Proclamação da República, já no epílogo do século XIX, aumentam as tensões econômicas entre os latifundiários e setores interessados no processo de industrialização do país. Com a chegada do século XX, a crise econômica debilita consideravelmente o modelo agroexportador, acelerando o processo de mudança na base econômica brasileira (CRUZ, 2012).

“A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial” (OLIVEIRA, 2003, p. 8).

Num período histórico relativamente curto quando comparado a outros países, o Brasil transformou-se numa sociedade predominantemente urbana. As consequências da intensidade desse processo são até hoje percebidas nas grandes cidades, sobretudo nas capitais dos estados: inchaço urbano, periferização e favelização (DEZEMONE, 2016, p. 136).

Enquanto a industrialização avançava nas cidades, verifica-se a intensificação da mobilização no campo no período que precedeu o Golpe Militar. Surgiram movimentos de luta por reforma agrária, como as Ligas Camponesas, que buscavam alterar a estrutura fundiária brasileira.

Entretanto, com o golpe militar de 1964, tais movimentos reformistas são interrompidos, dando lugar à “modernização conservadora da agricultura” que paralisa o debate da questão agrária no país por décadas (DELGADO, 2017).

Apesar da aprovação do Estatuto da Terra em 1964, que amplia os direitos trabalhistas para o meio rural e reivindica a função social da propriedade da terra, a política econômica beneficiou abertamente o latifúndio e os pacotes tecnológicos estrangeiros, por meio de política de crédito para as grandes propriedades, para aumentar a produtividade da agricultura industrial em detrimento da saúde dos trabalhadores, solos e rios (CRUZ, 2012, p. 250).

Com o regime militar, a possibilidade de reforma agrária é preterida em prol da “[...] articulação dos complexos agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito público. Produção e produtividade agropecuária são incrementadas, sem mudança da estrutura agrária” (DELGADO, 2017, p. 18).

Cruz (2012) classifica o modelo de modernização agrícola promovido no período militar, devido às profundas marcas socioambientais deixadas por ele até os dias de hoje, como a semente do atual sistema de agronegócio brasileiro.

Após a redemocratização, “[...] o debate da questão agrária retorna, levando a Constituição de 1988 a incorporar os princípios jurídicos da função social e ambiental de propriedade da terra, contidos no Estatuto da Terra, mas inteiramente ignorados na política agrária do regime militar” (DELGADO, 2017, p. 15).

Essa perspectiva histórica da questão agrária no país desde a colonização nos ajuda a compreender como o Brasil chegou ao atual modelo altamente concentrador de terras e renda, sem maiores preocupações com questões sociais e ambientais.

Mesmo sendo um país subdesenvolvido, ao longo de sua história o Brasil vivenciou períodos de crescimento econômico. Contudo, passou por este processo sem jamais alterar substancialmente a questão da propriedade. Da colonização portuguesa, passando pela Lei de Terras de 1850 e chegando ao processo de industrialização ainda em curso, a questão agrária pouco mudou, permanecendo repleta de contradições socioeconômicas e de violência no campo (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

Recentemente, a partir da década de 1990, notamos que houve avanço nos números da reforma agrária, iniciando-se no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC)¹⁵ e atingindo o ápice no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva¹⁶. A partir do

¹⁵ Fernando Henrique Cardoso (1931) foi presidente do Brasil entre 1995 e 2002.

¹⁶ Luiz Inácio Lula da Silva (1945) foi presidente do Brasil entre 2003 e 2010.

segundo mandato de Lula da Silva, os números começam a decrescer e seguem diminuindo nos governos subsequentes. Nas Figuras 10, 11 e 12 apresentamos dados que nos ajudam a visualizar essa tendência.

Figura 10: Números Oficiais de Assentamentos Rurais (1995-2018)

Governo Fernando Henrique Cardoso			
Ano	Assentamentos	Projetos	Área (Hectares)
1995	42.912	392	2.683.062
1996	62.044	465	2.515.865
1997	81.944	714	4.165.754
1998	101.094	760	3.025.000
1999	85.226	670	2.303.118
2000	60.521	423	2.151.574
2001	63.477	476	1.829.428
2002	43.486	381	2.401.925
Total	540.704	4.281	21.075.726

Governo Dilma Roussef			
Ano	Assentamentos	Projetos	Área (Hectares)
2011	22.021	109	1.902.884
2012	23.075	117	322.314
2013	30.239	132	315.574
2014	32.019	145	415.436
2015	26.335	81	206.542
Total	133.689	584	3.162.750

Governo Luiz Inácio Lula da Silva			
Ano	Assentamentos	Projetos	Área (Hectares)
2003	36.301	320	4.526.138
2004	81.254	454	4.687.393
2005	127.506	869	13.437.558
2006	136.358	672	9.237.949
2007	67.535	389	5.747.068
2008	70.157	331	4.143.246
2009	55.498	299	4.633.822
2010	39.479	210	1.878.008
Total	614.088	3.544	48.291.182

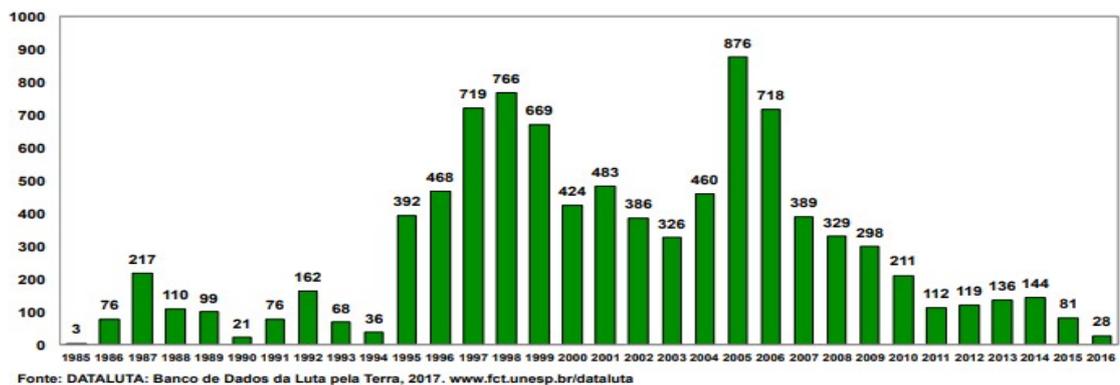
Governos Dilma Roussef/Michel Temer			
Ano	Assentamentos	Projetos	Área (Hectares)
2016	1.686	28	27.412
Total	1.686	28	27.412

Governo Michel Temer			
Ano	Assentamentos	Projetos	Área (Hectares)
2017	1.205	30	47.839
2018	8.940	80	607.629
Total	10.145	110	655.468

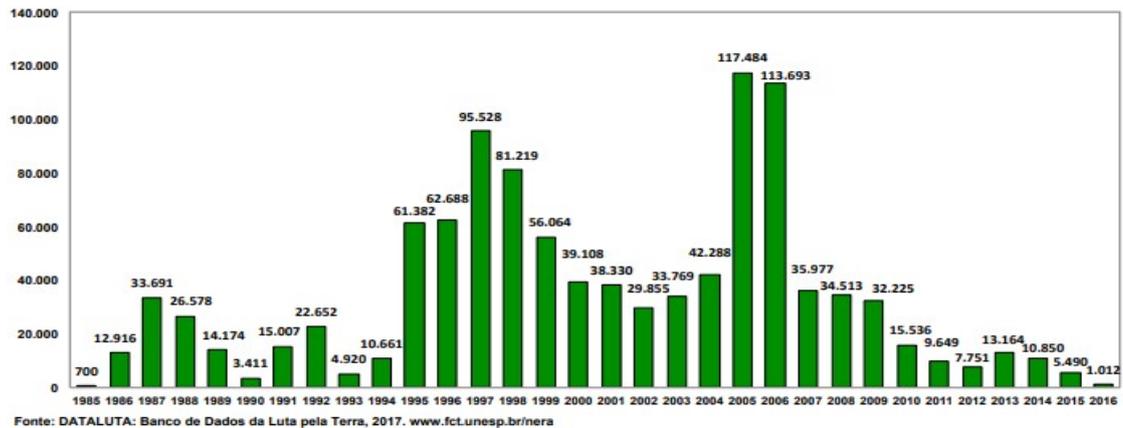
Fonte: INCRA, 2018. <https://antigo.incra.gov.br/pt/numeros-reforma-agraria>

Fonte: INCRA (2018).

Figura 11: Quantidade de Assentamentos Rurais Criados (1985-2016)



Fonte: DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra (2017).

Figura 12: Quantidade de Famílias Assentadas (1985-2016)

Fonte: DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra (2017).

Nesse sentido, ressaltamos que, ainda que haja divergência nos números apresentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹⁷ e pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA)¹⁸, ambos apresentam a tendência descrita no parágrafo anterior: ascensão no período FHC, ápice no primeiro governo Lula da Silva e queda a partir do segundo governo Lula da Silva, que se acentua nos governos seguintes. Sobre a divergência de dados, Sabourin (2008, p. 152) afirma que “[...] a ausência de estatísticas atualizadas e confiáveis no Incra não facilita os debates. De fato, há sempre uma guerra de números entre governos atuais e passados”.

Divergências à parte, notamos que, apesar de alguma melhora nos números da reforma agrária, a estrutura da propriedade da terra quase não sofreu alterações no país, nos últimos cinquenta anos, o que revela que a não realização de uma profunda reforma fundiária e agrária perpetua-se como política de Estado, e não de um governo específico (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012). Portanto, salienta-se que, mesmo no passado recente, a divisão

¹⁷ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o instituto está implantado em todo o território nacional, por meio de 29 superintendências regionais e 49 unidades avançadas. Parcerias com estados e municípios também viabilizam a oferta dos serviços da autarquia. (<https://antigo.incra.gov.br/pt/o-incra.html>) Acesso em mar. 2022)

¹⁸ O DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – é uma das atividades desenvolvidas no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA - do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, campus de Presidente Prudente. O DATALUTA é resultado do convênio UNESP/MST na criação do Centro de Documentação do MST, estabelecido no Centro de Memória e Documentação da UNESP – CEDEM. O resultado dos trabalhos é um relatório anual, quando apresentamos dados e informações de ocupações de terra e de assentamentos rurais realizados em todo o Brasil. (<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/148450>. Acesso em mar. 2022)

desproporcional das terras foi efetivamente pouco combatida, inclusive nas gestões de agenda governamental.

Nessa direção, a estrutura fundiária brasileira revela a forte concentração de terras no país. Na Figura 13, em que apresentamos a distribuição da área e da quantidade de estabelecimentos rurais segundo o Censo Agropecuário 2017, podemos notar que os estabelecimentos menores (menos de 50 hectares) correspondiam a 81,4% do total. Em contrapartida, ocupavam somente 12,8% da área. Por sua vez, os estabelecimentos maiores (mais de 2.500 hectares), que correspondiam a apenas 0,3% do total, abarcavam 32,8% da área ocupada.

Figura 13: Distribuição da Quantidade de Estabelecimentos Rurais e Área Ocupada no Brasil (2017)



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

Tamanha disparidade na distribuição fundiária já havia sido apontada por Riechelmann (2006, p. 121), que afirma que há “[...] por um lado, poucos latifundiários de posse de grandes extensões de terras, e ao mesmo estando a renda do país acumulado em mãos de poucos. Por outro, milhões de famílias lutando por um chão para plantar, detendo uma parcela irrisória da renda nacional”.

Delgado (2017, p. 19) convida-nos a refletir sobre essa questão:

A mercadorização absoluta da propriedade privada contém contradição insanável com a função social da terra, não apenas pela exclusão dos camponatos, mas também pela exclusão das condições de vida civilizada nos espaços urbanos, e ainda pela emergência dos novos riscos ambientais que o domínio privado absoluto do espaço da natureza impõe à sociedade nacional e planetária em pleno século XXI.

No Quadro 5 apresentamos a distribuição de terras na RMVPLN, que se configura diferentemente da nacional. Os estabelecimentos maiores (mais de 2.000 hectares) não possuem a maior área ocupada, como no Brasil, alcançando 9,2% da área total, mas salientamos que equivalem a apenas 21 estabelecimentos (0,1% do total), o que demonstra que há um nível considerável de concentração. Já os estabelecimentos menores (até 50 hectares), que são 70,9% do total, ocupam 20,2% da área ocupada. A faixa entre 50 e 500 hectares é o destaque em área ocupada, 55,2%. Portanto, notamos que a concentração fundiária da RMVPLN é menor do que a nacional, ainda que haja disparidades a serem apontadas

Quanto aos municípios de São José dos Campos e Taubaté, vemos que, no primeiro, a concentração de terras é maior do que na RMVPLN e menor do que no Brasil, e o segundo mostra-se com menos concentração que todos os demais entes observados e, inclusive, não possui estabelecimentos com mais de 2.000 hectares.

Quadro 5: Distribuição da Quantidade de Estabelecimentos Rurais e Área Ocupada na RMVPLN, São José dos Campos e Taubaté (2016/2017)

Região/Cidade	Até 50 ha		De 50 a 500 ha		De 500 a 1.000 ha		De 1.000 a 2.000 ha		Mais de 2.000											
	Nº de UPAs	%	Área Total	%	Nº de UPAs	%	Área Total	%	Nº de UPAs	%	Área Total	%								
RMVPLN	11.315	70,9%	209.964,7	20,2%	4.448	27,9%	574.203,8	55,2%	137	0,9%	91.028,3	8,7%	49	0,3%	69.799,5	6,7%	21	0,1%	95.645,6	9,2%
S. José dos Campos	452	64,8%	9.213,6	14,7%	232	33,3%	32.939,5	52,7%	9	1,3%	6.215,4	9,9%	2	0,3%	2.285,0	3,7%	2	0,3%	11.882,6	19,0%
Taubaté	204	48,9%	4.547,0	11,2%	204	48,9%	28.578,9	70,3%	7	1,7%	4.825,6	11,9%	2	0,5%	2.682,2	6,6%	0	0,0%	0,0	0,0%

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA. Elaborado pelo autor (2022).

Como é possível observar, a menor concentração fundiária na RMVPLN pode ser compreendida por fatores que já abordamos neste texto. Em primeiro lugar, pelo

desmembramento das grandes fazendas de café, após o declínio do ciclo cafeeiro, substituído por propriedades menores (RIEHELMANN, 2006). Além disso, nesta análise não podemos deixar de citar o forte processo de urbanização pelo qual a região passou, a partir da década de 1950, durante o acelerado processo de industrialização.

Ainda assim, percebe-se que a característica concentradora da organização agrária no país, que tem suas origens históricas em nossa formação econômica desde a colonização, mostra-se perene e resiliente a quaisquer vieses de governo. Assim, não nos surpreendem a atual pujança demonstrada pelo agronegócio especializado na produção de *commodities* para exportação, como já acontecia na produção colonial, tampouco a situação de fragilidade da agricultura familiar diante desse cenário.

“Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional” (PRADO JÚNIOR, 1972, p.7). Portanto, o caráter fundamental da economia agrícola brasileira pouco se modificou ao longo dos séculos, e segue relegando a segundo plano a construção de um mercado interno sólido para subordinar-se a outras economias, por meio da produção extensiva para mercados externos.

2.2 O Agronegócio e a Agricultura Familiar: polêmicas e contradições

Segundo Silva e Breitenbach (2013), os conceitos de agronegócio e agricultura familiar estão em construção, tanto no meio acadêmico/científico, quanto no meio político/ideológico, de modo que não raramente geram entendimentos divergentes. Enquanto alguns autores falam em contraposição entre agricultura familiar e agronegócio, outros argumentam que se trata de uma falsa dicotomia. Portanto, percebe-se que, de fato, as definições de agricultura familiar e agronegócio ainda estão em disputa.

Nesse sentido, Altafin (2007) explica que a agricultura familiar, por sua ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, ganha novas significações recorrentemente. Sobre o termo agronegócio, Silva e Breitenbach (2013) explicam que sua definição é abrangente, gerando compreensões distintas e, conseqüentemente, batalhas teóricas entre autores que querem sua utilização na forma original, com base em seu conceito seminal e autores que defendem o termo como sinônimo do modelo agroexportador.

Também há duas correntes de destaque para a delimitação conceitual de agricultura familiar. A primeira classifica a agricultura familiar moderna como uma categoria nova, advinda da metamorfose ocorrida nas sociedades capitalistas desenvolvidas (ALTAFIN, 2007), que geraram uma ruptura definitiva com o passado, a ponto de o agricultor familiar moderno ser considerado um ator completamente novo e não relacionado aos antigos camponeses (WANDERLEY, 1999).

Nessa direção, Abramovay (2007, p. 33) argumenta que “[...] uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”.

A segunda vertente advoga que a agricultura familiar é um conceito em evolução, mas suas raízes históricas são inegáveis e significativas, de modo que as transformações pelas quais passam os agricultores familiares modernos não implicam ruptura com as tradições camponesas (ALTAFIN, 2007).

Schneider (2009) adverte que é preciso superar o maniqueísmo ideológico que coloca, de um lado, os que sugerem que as transformações do campesinato para a agricultura familiar revelam a associação total com o agronegócio e, de outro, aqueles que consideram que toda forma de produção familiar está necessariamente atrelada à condição camponesa. Para o autor, essa simplificação pouco ajuda a entender a diversidade das formas familiares de produção e trabalho, suas dinâmicas territoriais, suas estratégias individuais e coletivas de reprodução e seus processos de diferenciação social.

Caume (2009, p. 35) recomenda tratar a agricultura familiar em três perspectivas que se relacionam, mas que possuem dinâmicas, racionalidades e objetivos específicos.

Como categoria social, a agricultura familiar remete aos processos de autoidentificação dos sujeitos sociais, de sua capacidade de se perceberem como ocupantes de uma mesma posição no mundo social e portadores de demandas comuns. Como categoria sociológica, a agricultura familiar é resultado de uma dada forma de apreensão e construção do social legitimada pelo campo do conhecimento, pela ciência. Como objeto de política pública (público-alvo das políticas estatais), a agricultura familiar é uma definição operacional e sua qualificação é dada pela necessidade de o Estado proceder a um recorte seletivo dos potenciais beneficiários da política pública.

Por sua vez, “[...] o gerenciamento de um negócio que envolve muito mais que uma planta industrial ou um conjunto de unidades agrícolas é uma das tônicas da ideia de agronegócio” (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010, p. 160). Sob esse prisma,

corriqueiramente a preocupação do modelo está demasiadamente voltada à administração do negócio - resultado financeiro, volume da safra, produtividade, eficiência, receitas, entre outros - sem oferecer a devida atenção a questões socioambientais. Afinal, os grandes proprietários de terras são primeiramente homens de negócio para os quais o uso da terra se constitui em um negócio como qualquer outro (PRADO JÚNIOR, 2000).

O termo agronegócio é um neologismo do conceito de agribusiness (VALENTE, 2008), formulado em 1957 por pesquisadores de Harvard, John Davis e Ray A. Goldberg, caracterizado como um processo que engloba a produção e distribuição de suprimentos agrícolas, a produção agropecuária, o armazenamento, o processamento e a distribuição de produtos agrícolas e de itens produzidos a partir deles. A ideia é que a agricultura deve ser entendida como parte de uma cadeia de agentes econômicos que vai da produção dos insumos até a distribuição de produtos agrícolas (SILVA; BREITENBACH, 2013).

Valente (2018, p. 22) informa que o conceito de agronegócio é descritivo e que não deveria causar controvérsia, por sua simplicidade e suposta “neutralidade científica”. A autora critica ainda o discurso do que ela chama de suposto dualismo entre agronegócio e agricultura familiar, que ignora que o agronegócio é também uma atividade praticada pela agricultura familiar.

Por exemplo, a agricultura familiar sustenta um dos ramos mais bem-sucedidos do agronegócio, o das exportações de frango. Marcas conhecidas, como Sadia ou Perdigão¹⁹, são responsabilizadas por esse sucesso, mas é importante lembrar que 97% dos fornecedores da “matéria-prima” são granjeiros familiares; ou seja, na base de tão competitiva cadeia produtiva do agronegócio, está a menosprezada agricultura familiar.

Adicionalmente, Silva e Breitenbach (2013) argumentam que o debate que coloca a agricultura familiar em oposição ao agronegócio é dispensável, uma vez que esses conceitos são interdependentes e complementares.

Entretanto, como contraponto, verificamos que “[...] é inequívoco que o desenvolvimento das cadeias produtivas do agronegócio impõe processos de seleção de alguns e de exclusão de outros tantos agricultores” (CAUME, 2009, p. 27).

Adicionalmente, Bruno (2016, p. 142) explica que

O pequeno agricultor familiar proprietário de terra produzindo para o mercado interno quase sempre esteve presente na pauta das prioridades econômicas e

¹⁹ “A fusão desses dois negócios, em 2009, deu origem a um dos maiores complexos agroindustriais do mundo, a BRF” (<https://www.brf-global.com/sobre/a-brf/nossa-historia/>. Acesso em mar. 2022)

políticas das elites rurais agroindustriais no país. Embora em nenhum momento tenha sido visto como alguém em pé de igualdade com os grandes proprietários de terra e empresários agroindustriais, apesar do discurso sinalizando o contrário. O seu papel é “subsidiar os interesses da grande exploração agropecuária” (PICOLOTTO, 2011:18), da empresa agroindustrial e, mais recentemente, do projeto do agronegócio.

A autora supracitada questiona o quanto o agronegócio paulatinamente abarcou os agricultores familiares e as cooperativas de produtores. Esse processo, na visão da autora, produziu a submissão desses agricultores aos interesses das elites agrárias, por meio da adoção de discursos “modernizadores”, tais como “empreendedorismo rural” (BRUNO, 2016)

Em entrevista dada a Regina Bruno *et al.*, em 2007, Luís Antônio Pinazza²⁰ (2007) explica a amplitude dessa dominação ideológica:

Do ponto de vista da visão de mundo, os empreendedores familiares são representados pelas elites agroindustriais como “ordeiros” e “conscientes” em comparação com as agriculturas familiares “desordeiros” e “inocentes úteis” porque mobilizados e organizados na luta por direitos. E por serem “ordeiros” e “conscientes”, estariam aptos para incrementar a rentabilidade, ampliar o campo de influência do agronegócio, conhecer suas particularidades e harmonizar elos para reduzir conflitos (PINAZZA, 2007, *apud* BRUNO, 2016, p. 152).

A partir da visão exposta por Pinazza, é possível compreender os motivos pelos quais há conflitos no campo.

Além disso, percebe-se que, em seu processo de evolução, o agronegócio passou a ser controlado por corporações transnacionais do mercado de *commodities* e, assim, adquiriu tanto poder que consegue manipular todo o mercado (WELCH; FERNANDES, 2008).

Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem (FERNANDES, 2005, p. 4863).

Mitidiero Júnior e Goldfarb (2021) seguem a mesma linha de raciocínio e contam que o latifúndio, termo utilizado até a década de 1970, passou a ser denominado agribusiness na

²⁰ Luís Antonio Pinazza é presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG). Entrevista realizada em São Paulo, em 17 de abril de 2007. Pesquisa Grupos de solidariedade, Frentes Parlamentares, Pactos e Unidade e Ação. Em Pauta, o fortalecimento e disputa pela representação no campo. NEAD/MDA-IICA. Entrevistadores: Regina Bruno, Janaina Tude Sevá e Olavo Brandão Carneiro.

década seguinte e, posteriormente, agronegócio, entre a década de 1990 e 2016. Agora, estrategicamente, converte-se em Agro e mostra que o modelo desenvolve novas roupagens para seguir se reproduzindo.

Delgado (2012) defende que há dois projetos políticos opostos que passaram a disputar a sociedade brasileira a partir da metade dos anos 1980. O projeto neoliberal, representado no meio rural pelo agronegócio, e o projeto democratizante, cujos protagonistas são os sem-terra, assentados e agricultores familiares.

Nesse sentido, no que tange o desenvolvimento rural, a sociedade brasileira encontra-se dividida e apresenta esta configuração:

Por um lado, o projeto hegemônico, que se traduz pela modernização conservadora da agricultura, centrada na grande empresa agropecuária, cujos fundamentos socioeconômicos e políticos são dados pela propriedade concentrada da terra e demais recursos produtivos e para a qual são prioritariamente canalizados os recursos financeiros administrados pelo Estado. O desenvolvimento rural, nesse caso, é visto como decorrência do desenvolvimento da grande agricultura, adotando, portanto, um enfoque setorial, excludente e empobrecedor. De sua dominação resultam os traços marcantes do mundo rural: a pobreza das populações do campo, o seu esvaziamento social, através do êxodo rural e a concepção do mundo rural como espaços (e populações) periféricos e residuais; por outro lado, em contraponto, um outro modelo de desenvolvimento vem se consolidando no Brasil, cujos principais elementos são, o reconhecimento de outras formas de agricultura e de vida no campo. Territorial e não setorial, essa concepção tem como foco, o desenvolvimento da agricultura familiar em sua grande diversidade e o reconhecimento das particularidades das comunidades tradicionais, parcela importante das populações do campo (DELGADO; BERGAMASCO, 2017, p. 65).

No Brasil, a posição institucional do Estado sobre os conceitos de agronegócio e agricultura familiar segue a linha de evitar o dualismo apontado por Valente (2018) e Silva e Breitenbach (2013), considerando que os pequenos agricultores estão inseridos no agronegócio.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o agronegócio contempla pequenos, médios e grandes produtores rurais e agrupa atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final. Já a agricultura familiar é formada por pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, sendo a principal responsável pela produção dos alimentos consumidos da população brasileira. A atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda cuja gestão fica a cargo da própria família (BRASIL, 2020).

Ainda assim, chama a atenção o fato de que as informações encontradas no sítio da internet do MAPA, órgão responsável pela gestão das políticas públicas de agricultura no país, trazer à mente a imagem de um agronegócio moderno, competitivo e desenvolvido, e de uma agricultura familiar restrita aos modos tradicionais de produção agrícola.

Nesse sentido, Guilhoto *et al.* (2006) informam que o desenvolvimento tecnológico dos setores produtivos da economia, em especial o setor agropecuário, reduziu a influência da agricultura familiar, que passou a ser frequentemente referida como parte do passado, atrasada e pouco significativa. Como aponta Valente (2008), a agricultura familiar é considerada como pouco competitiva e rudimentar, o que denuncia o preconceito enfrentado pelos camponeses.

Por sua vez, encontramos no imaginário popular brasileiro a ideia do agronegócio como a base de sustentação da economia nacional, fonte de alimentos e gerador de riquezas. Essa imagem é fruto da hegemonia no campo construída pelo agronegócio com resultados econômicos, apoio político e fortes investimentos em publicidade de grande alcance (CHÃ, 2018).

Mitidiero Júnior e Goldfarb (2021) reforçam que existe uma estratégia - que inclui publicidade, poder político e presença em universidades e institutos de pesquisa - que visa posicionar o agronegócio como o salvador da economia brasileira.

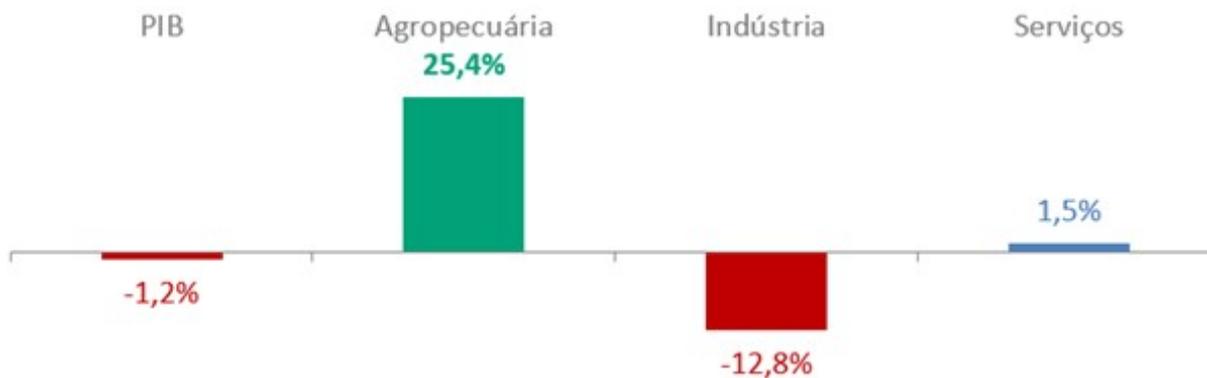
Não é de hoje que tentativas de construir a imagem de uma agricultura moderna no Brasil são encontradas. Ainda na segunda metade do século XIX, por exemplo, havia propostas de desenvolvimento de uma "indústria rural" moderna, em oposição às tradicionais práticas da agricultura de então. "Assim foi com a introdução dos engenhos a vapor e com as usinas de açúcar no Nordeste canavieiro; ou com o uso sistemático de máquinas no arroz e no trigo no sul do país nos anos de 1950" (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010, p. 159).

Segundo os autores supracitados, a política de modernização conservadora da agricultura, aplicada pelo regime militar nos anos 1970, ajudou a propagar as ideias de "agricultura moderna", "agricultura capitalista", "empresas rurais" e "empresários rurais" (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE 2010).

Ao longo dos anos, o setor patronal da agricultura brasileira reforçou essa posição, divulgando a teoria de que as unidades produtivas de grande escala são as responsáveis pelo vigor do agronegócio que se tornou um dos motores da economia brasileira, ao passo que agricultura familiar tem papel meramente social como geração de emprego e renda para os trabalhadores rurais excluídos das cadeias de produção (CAUME, 2009).

Ademais, Souza (2019) lembra que, nas últimas décadas, as políticas públicas têm servido para a consolidação do agronegócio como o modelo de desenvolvimento rural brasileiro. Na última década, como mostra a Figura 14, tais políticas foram capazes de assegurar a evolução de 25,4% no PIB do setor agropecuário, enquanto o PIB do país involuiu.

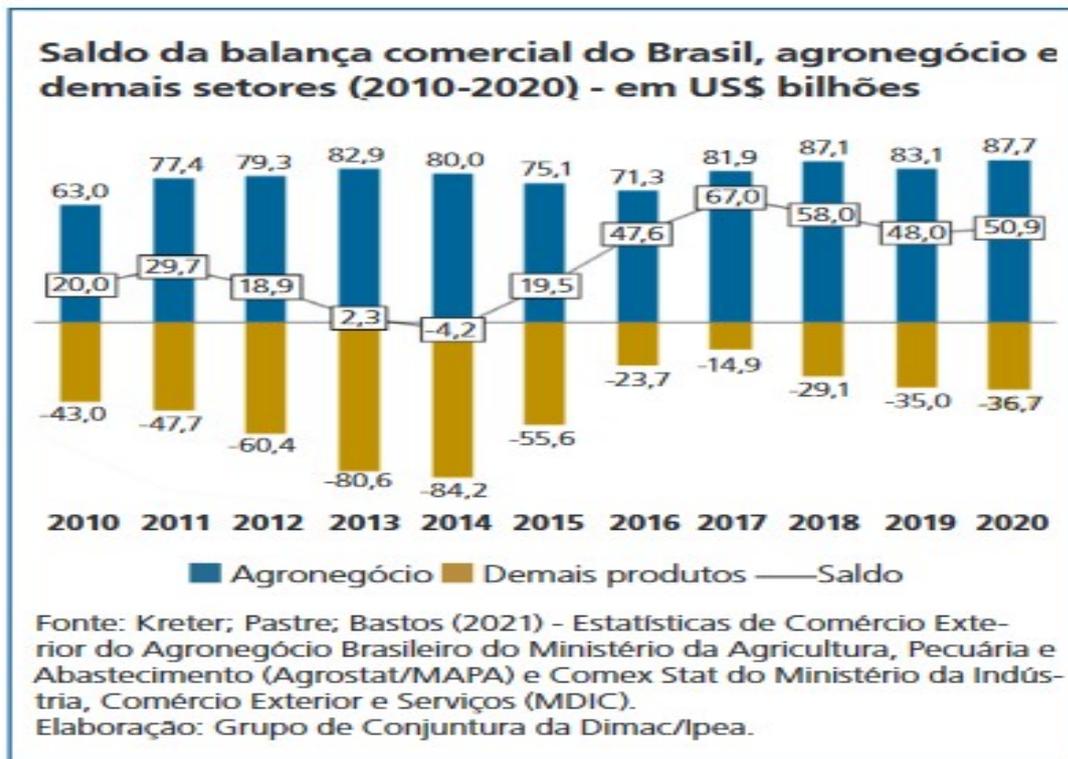
Figura 14: Evolução do PIB (2011-2020)



Fonte: IBGE – Contas Nacionais Trimestrais. Elaboração CNA, 2021.

Além disso, verifica-se, na Figura 15, que o superávit comercial do agronegócio tem assegurado sucessivos superávits à Balança Comercial Brasileira, compensando o déficit comercial dos demais setores da economia.

Figura 15: Saldo da Balança Comercial Brasileira (2010-2020)



Fonte: Mitidiero Júnior e Goldfarb, 2021.

Mitidiero Júnior e Goldfarb (2021) alertam que nenhum país se tornou desenvolvido por meio de uma pauta exportadora agrária como a brasileira, ao contrário, para atingir esse patamar investimentos pesados foram feitos no setor industrial e de serviços, na educação e em ciência e tecnologia.

É impossível não fazer relação com o período colonial da nossa história, caracterizado social e economicamente por produzir e vender matérias-primas e comprar produtos manufaturados. A nossa balança comercial seria, portanto, um eterno retorno ou uma reatualização das relações comerciais fruto das ocupações territoriais e grandes navegações do século XV e XVI (MITIDIERO JÚNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 7).

Não obstante, não se nega a exuberância e a consistência dos resultados econômicos do agronegócio, que ajudam a moldar a imagem do setor como o salvador da economia nacional, conforme haviam alertado Mitidiero Júnior e Goldfarb (2021).

Adicionalmente, o favorecimento ao modelo agroexportador tem-se mostrado uma política de Estado, mais do que a política de um governo. Iglécias (2007) lembra que a política de favorecimento ao setor agropecuário não é recente, e que o setor provavelmente tenha sido

o que mais recebeu incentivos dos diversos governos, ao longo do século XX. Assim, há tempos o setor estabeleceu aliados para avançar suas pautas.

Atualmente, o apoio da bancada ruralista é consistente e de grande valia na manutenção do projeto do agronegócio. Isso por si só não seria um problema, pois alianças são indispensáveis e fazem parte do processo democrático. Não obstante, há uma grave desproporção entre o número de representantes do agronegócio em comparação com o número dos que defendem a ampla reforma agrária como meio de garantir a função social da terra (DELGADO, 2017).

Na década de 2010 tal política solidificou-se, e os agentes políticos ligados ao agronegócio ganharam notoriedade na agenda pública nacional, desenhando uma espécie de pacto de economia política para expandir o domínio sobre terras, inclusive públicas. Além do aumento da concentração de terras, como já abordado neste texto, como consequência dessa visão patrimonialista verificam-se retrocessos nas práticas de preservação ambiental e de direitos de indígenas, de populações tradicionais e de camponeses (POMPEIA 2020).

“As consequências políticas e sociais de tal estratégia são a desestruturação da reforma agrária, dos direitos constitucionais dos povos indígenas e quilombolas e ainda da preservação ambiental, segundo sua regra matriz legitimadora do direito de propriedade” (DELGADO; BERGAMASCO, 2017, p. 13). Assim, a função social da terra e as necessidades da população camponesa são preteridas frente ao interesse da oligarquia rural nacional associada aos grandes grupos transnacionais, que expandem seus domínios e influência.

Destarte, o estabelecimento de freios para a ação do capital sobre o território é condição vital à própria democracia, como verificado em regimes democráticos consolidados. No Brasil, entretanto, os limites legais impostos pela Constituição são persistentemente desconsiderados (DELGADO, 2017).

Assim, faz-se necessário reforçar o papel da agricultura familiar no projeto de desenvolvimento nacional, em face da atual conjuntura de perda de espaço político de segmentos sociais e do fortalecimento da hegemonia do agronegócio. “Portanto, recolocar a agricultura familiar em lugar de destaque no projeto político de desenvolvimento é fundamental para a democracia” (VILELA, 2017 p. 248).

Guanziroli *et al.* (2009) informam que, nos países desenvolvidos, a agricultura desempenhou o papel estratégico de garantir que a passagem de uma economia de base rural para uma economia urbana e industrial ocorresse de maneira socialmente equilibrada. No Brasil, entretanto, segundo Mota (2011), o Estado jamais demonstrou disposição para romper

com o monopólio da terra e executar uma ampla reforma agrária. Sabourin (2008) alerta sobre a ineficiência do Estado em promover uma política de reforma agrária, e sobre o fato de que as conquistas, em geral, advêm do esforço e luta dos movimentos populares.

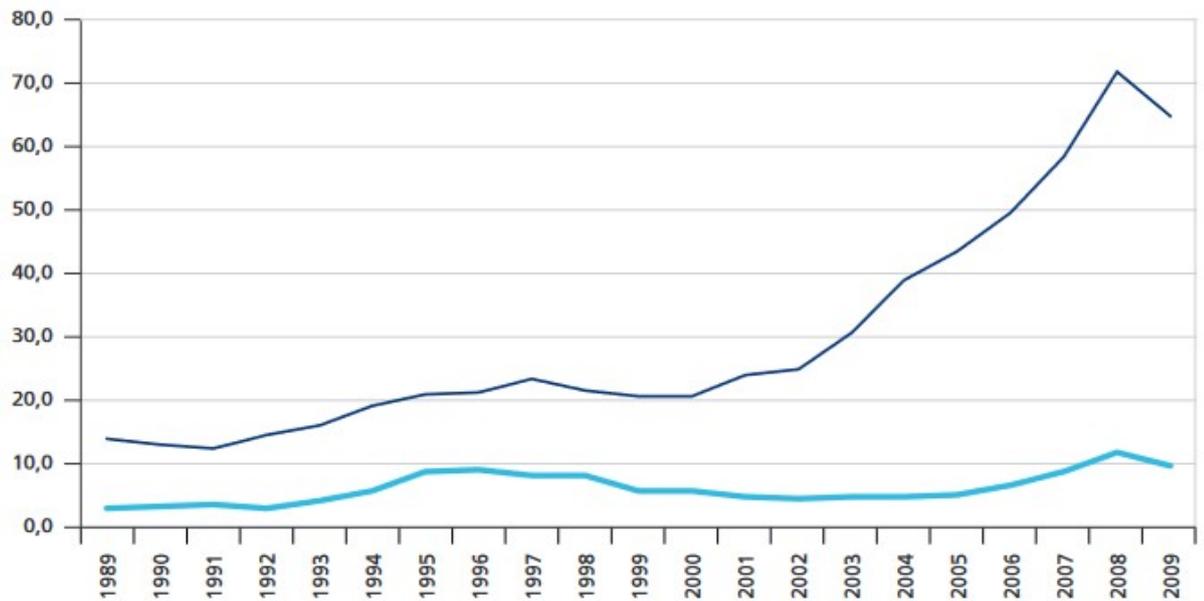
No Brasil de hoje, o que vem fracassando na reforma agrária deve-se, antes de tudo, à inadequação dos instrumentos de políticas públicas ou da sua aplicação. A parte bem-sucedida do processo fundiário – primeiro, o fato de a reforma agrária existir, bem ou mal, mas em geral com resultados positivos – pode ser considerada como uma conquista dos movimentos sociais, inclusive do MST (SABOURIN, 2008, p. 25).

Na RMVPLN, o cenário não é diferente, no que se refere à conquista da terra. Mota (2011) relata que, na conquista da fazenda Santa Rita, que viria a ser o assentamento Nova Esperança I, os trabalhadores, em sua maioria de origem urbana, fizeram pressão e expulsaram o grileiro que dela se apossara, demandando a desapropriação para reforma agrária que, por fim, conseguiram.

Foram 64 famílias assentadas, entre 17 de fevereiro de 2000 e 11 de maio de 2001 no território que passou a ser chamado de Assentamento Nova Esperança I, sendo composto aproximadamente por 61% de desempregados, 12% de moradores de rua, 13% de ex sem-teto, 2% de aposentados, 9% eram militantes agrupados em partidos de esquerda e 1% compunha os líderes (MOTA, 2011, p. 44).

Apesar da luta aguerrida dos movimentos populares pela reforma agrária, as políticas econômicas continuam a funcionar em prol do modelo agroexportador, hoje representado pelo agronegócio. A partir da reestruturação política rural engendrada nos anos 2000, o setor alinhou-se, externamente, à ‘reprimarização’ da pauta exportadora, e internamente, à captura da renda fundiária, causando retrocesso na política fundiária de Estado que aderiu à propriedade capitalista, preterindo questões de natureza socioambiental (DELGADO; BERGAMASCO, 2017).

De fato, na entrada do século XXI, observa-se que a posição econômica do Brasil como exportador de produtos primários foi reforçada. “A participação das *commodities* primárias na pauta de exportações brasileiras subiu de 37% para 51% entre 2000 e 2010” (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p.229). A Figura 16, que apresenta a evolução das exportações e importações do agronegócio brasileira entre 1989 e 2009, ajuda-nos a visualizar essa situação.

Figura 16: Evolução das exportações e importações do agronegócio (1989-2009)

Fonte: AgroStat Brasil; Secex/MDIC. Elaborado por SRI/DPI/CGOE/MAPA.

Mitidiero Júnior e Goldfarb (2021) advertem que a opção por uma pauta exportadora agrícola com menor valor agregado, inclusive com isenção de impostos, coloca o Brasil em uma posição subalterna no mercado, em comparação com países como a China, que usa a estratégia de comprar matérias-primas e processá-las para agregar valor e gerar emprego e renda. Ainda assim, os autores ressaltam que o agronegócio brasileiro mantém o enorme prestígio político que levou o país a consolidar, nas últimas duas décadas, a posição de exportador de *commodities*.

Delgado (2017) acrescenta que, não bastasse a já consolidada força política, reforçou-se também a formação de um aparato ideológico que visa legitimar o modelo como um dos pilares da economia do país. Propagandas na mídia, tradicionais e disfarçadas de jornalismo, são a principal forma de “vender” o agronegócio como a “indústria-riqueza” do Brasil, ao mesmo tempo que criam no imaginário da população a ideia de que os integrantes de movimentos sociais, como o MST, são invasores, “vagabundos” e “baderneiros”.

De fato, percebe-se que “[...] a maior criminalização do MST parte da mídia burguesa, a qual insiste em acusá-lo de organização semiclandestina [...] com uma face operacional, patrocinadora de ações que começam a ganhar roupagem de terrorismo”, conforme registro do jornal O Globo, de 21/03/2008 (BRISOLA, 2012, p. 145).

Esta postura tem forte influência sobre o público, disseminando pela sociedade a equivocada impressão de que a implantação de um assentamento do MST venha acompanhada de violência.

Brisola (2012, p. 151) volta a destacar essa questão ao afirmar que, “[...] no que tange aos movimentos sociais, evidencia-se o papel central da mídia na ideologização da sociedade contra ações de protestos e de lutas por direitos, os quais são tomados por delitos, passíveis de judicialização”

Essa situação joga luz ao fato de que ainda há desconhecimento por parte da população sobre o efetivo trabalho e o *modus operandi* do Movimento. Nesse sentido, Navarro (1997) alerta sobre a ventilada tese de que o MST se utiliza somente das ocupações como tática de pressão na luta pela terra, desprezando a disputa política, a mobilização social e as dificuldades com nossa legislação.

Esta é, provavelmente, uma das formulações mais conhecidas e difundidas atualmente acerca do Movimento, normalmente com o propósito de desqualificar politicamente suas ações, pois as ocupações de terras transgridem o chamado “império da lei”, sendo obviamente ilegais nos termos dos parâmetros jurídicos hoje existente (embora não sendo ilegítimas, conforme se apontará posteriormente) (NAVARRO, 1997, p. 97).

Nepomuceno (2018) lembra que o processo de criminalização de movimentos populares pelo poder instituído é frequente na história brasileira, e que se agudiza no contexto da escalada de violência no país. Desse modo, cada vez mais os movimentos populares sofrem com o punitivismo estatal.

Ainda existe a inegável questão do preconceito, especialmente contra o MST, que não pode ser analisada sem que se considere o histórico da sociedade brasileira, lembrando que a questão agrária “[...] expressa um conjunto de contradições decorrentes da apropriação capitalista da terra que envolve, por um lado, um processo de concentração fundiária, renda e riqueza, e, por outro, a produção de miséria, exclusão e desigualdade social no campo” (DUARTE, 2015, p. 316).

A gênese da questão agrária está na formação social do Brasil, por conta das formas pelas quais a metrópole organizou a estrutura social no período colonial, pois, conforme aponta Caio Prado Júnior (1972), a organização agrária do Brasil voltou-se basicamente para exportação de produtos primários, instituída sob a base da grande propriedade fundiária, da monocultura e do trabalho escravo. O latifúndio foi e ainda é o primeiro e determinante

elemento concentrador de terras nas mãos de uma aristocracia rural que detinha poder e riqueza em detrimento da massa da população.

Nem mesmo o avanço da industrialização do país foi capaz de levar a um processo significativo de desconcentração de terra. Mesmo com algumas iniciativas promovidas em diferentes governos, atualmente o que se constata é a concentração fundiária nas mãos de grupos internacionais e de elites rurais do agronegócio, o que evidencia que:

A estrutura fundiária brasileira sempre foi de natureza excludente para a grande massa de trabalhadores rurais: pequenos proprietários, posseiros ou mesmo trabalhadores sem-terra. Esta estrutura concentracionista está na raiz da questão agrária e da pobreza rural, devido à exclusão de milhares de pessoas do acesso à terra como meio para a produção de sua existência. (DUARTE, 2015, p. 320).

Assim, percebemos que a dificuldade em fixar o pequeno agricultor ao campo está além da mera conscientização da sociedade, pois existem óbices na estrutura social e nas próprias políticas públicas adotadas no país, que não abrem espaço para o efetivo desenvolvimento da agricultura familiar por meio de uma reforma agrária abrangente de fato (MOURA, 2000).

Adicionalmente, vale destacar novamente que o preconceito contra a agricultura familiar não se dá de forma aleatória e descoordenada, pois é fruto da hegemonia no campo pelo agronegócio, que dominou também a retórica oficial (CHÃ, 2018).

A criminalização dos movimentos sociais/populares refere-se a “[...] uma dimensão ‘orgânica da política’ de ‘controle social’ dos Estados em tempos de crise do capital” (BRISOLA, 2012, p. 145). Nessa direção, constata-se que essa articulação não se dá apenas no Brasil, mas também no Chile (com os povos Mapuche), na Argentina, no México e no Paraguai, ou seja, faz parte de um conjunto de estratégias no sentido de “[...] subordinar os povos às lógicas políticas do grande capital, para assegurar o controle dos territórios, das populações que os habitam, dos bens da natureza, e para reduzir ou domesticar as dissidências” (LONGO; KOROL, 2008, p. 18).

Além do MST, outros movimentos são alvos preferenciais da criminalização. Lembremos, por exemplo, a ação de reintegração de posse que aconteceu em 2012 no município de São José dos Campos, no estado de São Paulo, com a população da ocupação do Pinheirinho. A área-massa falida, ocupada em 2004 por 1200 famílias, quase 6000 mil pessoas entre homens, mulheres e crianças, pertence a um empresário condenado pela justiça por golpes no sistema financeiro. A ação truculenta da polícia militar deixou marcas profundas nos moradores da

ocupação (BRISOLA, 2012). Até o presente momento, a área desocupada encontra-se sem utilização.

Ainda sobre essa questão, um levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre 1985 e 2018, aponta que somente 117 dos 1.468 casos de assassinatos em conflitos de terra chegaram a ser avaliados por um juiz. A impunidade é um dos pilares para a perpetuação da violência no campo.

Se, por um lado, notamos um processo de desconstrução das bandeiras agricultura familiar e reforma agrária, por outro lado, recordam Mitidiero Júnior e Goldfarb (2021), sedimenta-se a ideia do agronegócio como “carro chefe da economia brasileira”.

Nessa direção, percebemos que latifundiários são tratados como empresários bem-sucedidos que geram e administram a riqueza do campo, em um projeto orquestrado e conduzido pelo grande capital com o impulso do Estado, que tributa muito pouco o setor, como se observa no Quadro 6.

Quadro 6: Total Arrecadado pelo Agronegócio em (R\$) (2013-2019)

Ano	Total arrecadado pelas atividades de agricultura, pecuária e serviços relacionados
2013	5.295.594.754,60
2014	6.000.744.587,41
2015	5.345.945.792,79
2016	6.802.975.965,78
2017	7.427.052.421,09
2018	7.309.536.455,78
2019	6.407.302.291,41

Fonte: Receita Federal (2021)

A título de comparação, Mitidiero e Goldfarb (2021) citam três setores que arrecadaram mais que o agronegócio em 2019: comércio varejista (112 bilhões), atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria (13 bilhões) e publicidade e pesquisa de mercado (13 bilhões). Os autores explicam que um dos principais motivos dessa situação é a isenção do imposto de exportação para quase a totalidade das vendas externas do setor. Para ilustrar essa situação, o

Quadro 7 mostra que os valores arrecadados com esse imposto, entre 2011 e 2019, foram irrisórios em relação ao universo tributário brasileiro.

Quadro 7: Imposto de Exportação pago pelo Agronegócio (2011-2019)

Imposto de Exportação pago pelas Atividades de Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados, entre 2011 e 2019 (R\$)	
Ano	Imposto de Exportação
2011	72.109
2012	6.453
2013	20.629
2014	85.049
2015	84.828
2016	44.992
2017	5.804
2018	9.703
2019	16.331

Fonte: Receita Federal do Brasil

Não obstante, chama atenção o fato de que grande parte do que foi abordado até o momento ocorreu durante a vigência de governos pertencentes ao Partido dos Trabalhadores (PT)²¹, alinhado ao campo político progressista e frequentemente associado aos movimentos sociais pela reforma agrária, em especial o MST.

Santos (2011) aponta que, durante a presidência de Lula da Silva, houve maior diálogo do governo federal com os movimentos populares, além de políticas públicas destinadas à questão agrária.

Contudo, o apoio de Lula ao agronegócio foi mais expressivo. Este avançou nas terras agricultáveis do país deslocando a fronteira agrícola e solidificando um modelo de desenvolvimento baseado na monocultura, na produção de *commodities*, nas grandes extensões de terra, nas práticas predatórias dos recursos naturais, na reprodução ampliada do capital no campo. O agronegócio se torna cada vez mais atividade de grandes corporações e empresas nacionais e estrangeiras, de diversos setores, atraídas por condições favoráveis propiciadas pelo governo através de elevados subsídios agrícolas (SANTOS, 2011, p. 65).

²¹ O PT governou o Brasil de 01/01/2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse como presidente, a 31/08/2016 quando Dilma Rousseff deixou o cargo após sofrer um processo de *impeachment*.

Apesar dos avanços nas estatísticas de assentamentos - com ressalva para a dificuldade de obter dados confiáveis -, durante o governo Lula da Silva, seguindo a tendência iniciada no período FHC, conforme apresentado nas Figuras 10, 11 e 12, o volume foi insuficiente para reverter a forte concentração de terras (ver Figura 13).

Segundo Oliveira (2009), a reforma agrária deixou de fazer parte dos planos de governo petista em 2008, após o fim do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Sobre o II PNRA, percebe-se, pelas metas estabelecidas (Figura 17) e pelo excerto que segue, do próprio Plano, o discurso avançado – e não cumprido - segundo Oliveira (2009), que intencionava alterar a estrutura fundiária, democratizando o acesso à terra:

Trata-se de um plano que integra um Programa de Governo e um Projeto para o Brasil Rural que busca retomar a trajetória anunciada pelo I Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado em 1985 como uma das expressões do projeto de redemocratização do país. Expressa uma visão ampliada de Reforma Agrária que pretende mudar a estrutura agrária brasileira. Isso exige necessariamente a democratização do acesso à terra, desconcentrando a estrutura fundiária, e ações dirigidas a impulsionar uma nova estrutura produtiva, fortalecendo os assentados da Reforma Agrária, a agricultura familiar, as comunidades rurais tradicionais e superando a desigualdade de gênero. Esta profunda mudança no padrão de vida e de trabalho no meio rural envolve a garantia do crédito, do seguro agrícola, da assistência técnica e extensão rural, de políticas de comercialização, de agroindustrialização, de recuperação e preservação ambiental e de promoção da igualdade (INCRA, 2003).

Figura 17: Metas estabelecidas para o II PNRA

METAS II PNRA - 2003/2006	
META 1	400.000 novas famílias assentadas
META 2	500.000 famílias com posses regularizadas
META 3	150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário
META 4	Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos
META 5	Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado
META 6	Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais
META 7	Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas
META 8	Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas
META 9	Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária
META 10	Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas
META 11	Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas

Fonte: II PNRA

Oliveira (2009) alega que, ao final do ciclo de cinco anos, a meta ficou longe de ser atingida, com o resultado de 30% de assentamentos das 520 mil famílias esperadas. Para o governo, entretanto, esse número estava acima de 85%. Thomaz Júnior (2007) explica que essa diferença entre os números ocorre porque os dados oficiais contavam indevidamente regularizações fundiárias como assentamentos.

Mais uma vez, depara-se com a questão da ausência de dados confiáveis (SABOURIN, 2008). De toda sorte, apesar de algum esforço por parte dos governos petistas, a questão agrária seguiu mal resolvida (MELLO; SULZBACHER, 2013).

Thomaz Júnior (2007) explica que a política de reforma agrária dos governos petistas foi compensatória e não prioritária, pois, apesar do avanço quanto aos assentamentos, jamais o enfrentamento ao agronegócio e à luta de classes foi colocado em discussão.

Nessa mesma direção, Mello e Sulzbacher (2013, p. 19) complementam que:

As ações realizadas a partir de políticas públicas ainda assumem caráter compensatório e uma ênfase pela sua importância social, tirando-lhes o caráter estratégico ao praticamente pormenorizar sua importância econômica em face aos incentivos à setores ligados à agricultura comercial, especialmente vinculada a agroenergia e a produção de *commodities*.

É compreensível o pragmatismo dos governos petistas diante das dificuldades de alterar as estruturas de poder, de caráter conservador, para pautar uma ampla reforma agrária, mas, como pontuou Raquel Rigotto, professora e pesquisadora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, em entrevista concedida a Manuela Azenha para o sítio Viomundo, em 20/02/2011:

O governo Lula teve um papel muito importante na expansão do agronegócio no Brasil. Para dar dados bem sintéticos, o financiamento que o governo disponibilizou para o agronegócio anualmente foi em torno de 100 bilhões de reais e para a agricultura familiar foi em torno de 16 bilhões de reais. Então há um desnível muito grande. O governo Lula foi omisso em relação às legislações vigentes no Brasil desde 1997, que concedem uma isenção de 60% do ICMS para os agrotóxicos. Ou seja, existe um estímulo fiscal à comercialização, produção e uso dos agrotóxicos no país. Isso, evidentemente, atrai no espaço mundial investimentos para o nosso país, investimentos que trabalham com a contaminação (RIGOTTO, 2011, s/p).

Raquel Rigotto (2011) lembra que, mesmo que economicamente o agronegócio se apresente sólido e viável, as mazelas socioambientais geradas pelo modelo expõem suas incongruências, que precisam ser enfrentadas, pois, como explica Caume (2009), o agronegócio não se trata de um objeto natural e preexistente, que estava apenas aguardando para ser revelado. Ao contrário, a hegemonia do modelo nas políticas públicas foi e segue sendo construída por meio de sua influência em diversas áreas do conhecimento, como a economia, a sociologia e, principalmente, a administração. Trata-se, como vimos afirmando até aqui, de parte das estratégias do capital para a retomada das taxas de acumulação do capital:

Esse discurso não emerge em um vácuo e nem é novo. Defende-se aqui que esse discurso é reatualizado valendo-se de uma crise do sistema capitalista mundial, que tem a possibilidade de sua recriação tendo em vista o momento pelo qual passa o planeta; ou seja, a crise e a sobredeterminação absoluta do contexto do aquecimento global e dos impactos da mudança do clima sobre todas as formas de vida do planeta. O esgotamento paulatino das reservas de petróleo, a necessidade e a urgência da promoção de energias limpas para alimentar o crescimento econômico vêm ocupando lugar central nos debates públicos mundiais como se esses fossem problemas novos (SOUZA; THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 125).

Curiosamente, o agronegócio raramente é apontado como parte central do problema da questão agrária; ao contrário, o modelo segue definido como a base de sustentação da economia nacional (MITIDIERO JÚNIOR; GOLDFARB, 2021).

Diante dos privilégios concedidos ao setor, assistimos ao desmonte da agricultura familiar, desnudando a ineficiência das políticas públicas que nos trazem a um cenário desalentador, no que concerne à reforma agrária (THOMAZ JÚNIOR, 2007).

“As evidências da hegemonia política de uma economia do agronegócio com tendência a concentração e valorização fundiária como estratégia de acumulação capitalista são claras” (DELGADO, 2017, p. 18.). Assim, a reforma agrária, necessária para amenizar as iniquidades produzidas no campo segue preterida em favor do agronegócio, que conquista excelentes resultados financeiros, porém gera também a concentração da terra e da riqueza socialmente produzida.

2.3 Economia Capitalista Competitiva e/ou Solidária: conceitos, princípios, paralelos e contradições

Na economia capitalista, a regra deveria ser o livre mercado, ou seja, a competição entre empresas com mínima intervenção estatal (SINGER, 2001). Em essência, a economia capitalista é marcada pelos ideais do mercado, da competição e da apropriação individual do lucro (CARVALHO, 2021).

Nesse desenho, a competição é tida como essencial para equilibrar oferta e demanda, pois deveria, em teoria, impedir a imposição de preços. Entretanto, Singer (2001) aponta-nos o paradoxo dessa situação:

A concentração do capital é uma consequência da própria competição, como Marx já tinha mostrado. A competição é sobretudo de preços, entre vendedores e entre compradores. Quem vende mais barato expulsa os outros vendedores do mercado. Quando o logra, a competição acaba, é substituída pelo monopólio (SINGER, 2001, p. 101).

Ainda assim, como o capitalismo pressupõe algum nível de concorrência, contemporaneamente formaram-se oligopólios, ou seja, a competição ocorre fundamentalmente entre poucas grandes empresas. Então, na atual configuração, a força do capital é desproporcionalmente maior que a dos consumidores, dispersos e com menos opções de escolha/negociação (SINGER, 2001).

Dowbor (2017, p. 102) detalha o processo de oligopolização ao qual tende o modelo atual. Por falta de regulação, as corporações podem agir inadvertidamente, o que resulta na dificuldade do acesso a bens essenciais por grande parte da população:

A oligopolização significa que, na prática, além das cinco operadoras principais, poucas são as que têm importância sistêmica. Isto significa que estas corporações têm como definir os preços e manipular a oferta de maneira organizada. Chamam isto de “mercado” na imprensa, mas não se trata de mercado no sentido econômico, de livre jogo de oferta e procura. Na ausência de concorrência efetiva, os mecanismos de manipulação tornam-se prática corrente.

Hobsbawm (2000, p. 19) explica que o êxito do capitalismo significou “[...] o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender no mais caro”.

A ideia de que no capitalismo o trabalho também é uma mercadoria remete-nos ao conceito de exército de reserva, trazido por Marx (2013), e à maneira como o sistema dele se beneficia.

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (MARX, p.875, 2013).

Assim, segundo Barbosa (2007), tal situação propicia as condições necessárias para que o sistema capitalista recorra à desvalorização da força de trabalho para enfrentar suas constantes crises. Percebe-se que o modo de produção capitalista se beneficia do fato de haver uma massa marginalizada, pois se torna possível reposicionar o custo da mão-de-obra em menores patamares, como visto nas últimas décadas, com o avanço do capital sobre os direitos da classe trabalhadora, a fim da retomada de suas taxas de lucro.

De fato, estamos diante de processos sociais que fomentam formas diferenciadas e mais complexas de trabalho. Cada vez mais o capital e sua lei do valor necessitam do trabalho, mas recorrem cada vez mais ao trabalho parcial ou precarizado. Com essa demanda, a extração do sobretrabalho se intensifica e se faz em menos tempo, garantindo a maximização do uso da força de trabalho. O valor do trabalho continua preponderante; o que se altera

são as formas sociais com a diminuição do trabalhador estável, a ampliação do trabalho intelectual e a precarização baseada em contratos temporários, terceirizados e informais (BARBOSA, 2007, p. 47).

Segundo Antunes (2018), o capitalismo foi capaz de produzir um método de autovalorização que visa ao lucro independentemente das reais necessidades autorreprodutivas dos indivíduos que não conseguem ter uma vida autônoma e, conseqüentemente, estão condenados a sobreviver sem expectativas que ultrapassem os limites da servidão.

Na mesma direção, Rosa (2017, p. 18) acrescenta que o capitalismo tem por características ser “[...] autoperpetuador, ingovernável e incontrolável, sujeitando-nos individual e coletivamente a suas coerções objetivas”.

Dessa maneira, compreende-se que a exploração do homem pelo homem existe desde antes do advento do capitalismo; entretanto, o modo de produção capitalista a intensifica.

Para Marx, o capitalismo é determinado pela contradição em que a “acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (Marx, 1996, p.246). Ou seja, quanto mais rica se torna a classe burguesa e mais concentrado e centralizado está o capital, maior é a superpopulação relativa e o controle do capital sobre o trabalho, mais miserável se torna a classe trabalhadora (RAMALHO, 2013, p. 27).

Destarte, nota-se que a desigualdade, mais do que um mero resíduo, é parte integrante do sistema capitalista, que impede a classe trabalhadora de acessar as riquezas produzidas. Nessa direção, Dowbor (2017, p. 13) alerta que “[...] hoje 800 milhões de pessoas passam fome, não por culpa delas, mas por culpa de um sistema de alocação de recursos sobre o qual elas não têm nenhuma influência”

Furtado (1974) reforça essa condição, explicando que as iniquidades são inerentes à própria estrutura do sistema capitalista, cujo processo de acumulação tende a aumentar o abismo entre o centro hegemônico e as economias periféricas (FURTADO, 1974).

Portanto, o capitalismo, enquanto se reproduz, reproduz também desigualdades, dividindo a sociedade entre vencedores e derrotados. Enquanto os primeiros concentram a riqueza, os últimos acumulam derrotas e dívidas. Algum desavisado poderia dizer tratar-se de mérito/demérito, porém tal argumento não se sustenta, pois as vantagens e desvantagens são transmitidas dos pais para os filhos, fazendo com que os herdeiros privilegiados obtenham ampla vantagem, nessa competição (SINGER, 2002).

Apesar disso, principalmente após a derrocada do bloco socialista, no final do século XX, o pensamento capitalista dominou a sociedade, criando a impressão de que não há

alternativa, ideia difundida por Margareth Thatcher²² nos anos 1980 (ROSA, 2017). Aparentemente, Fisher (2009) estava com a razão, quando nos advertiu ser mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo.

Assim, contemporaneamente, com a hegemonia adquirida pelo capitalismo, temos propensão a considerá-lo natural, de modo que nos acostumamos com a ideia de que a economia de mercado, competitiva em todos os sentidos, deve prevalecer e, conseqüentemente, normalizamos o fato de haver alguns ganhadores de um lado e muitos perdedores do outro. Ainda que possamos obter algum benefício dessa competição, por exemplo, em termos de preço e qualidade de produtos e serviços, tal acirramento econômico nos trouxe graves conseqüências no aspecto social (SINGER, 2002).

Além disso, importa considerar que há graves impactos no que tange o meio ambiente, pois os efeitos do estilo de vida capitalista, sem maiores compromissos com qualquer pauta que não a financeira que favorece a uma minoria de privilegiados, têm provocado conseqüências ambientais catastróficas (DOWBOR, 2017).

Se, por um lado, ainda testemunhamos grande parte do estrato social, admitindo que a produção de desigualdades, sob diversos aspectos, faz parte do processo econômico, sendo então inevitável (HARARI, 2019), por outro lado surgiram ideias em outra direção, como as de Paul Singer, que considera que desigualdade e competição generalizada não são naturais, mas resultado do modo de produção capitalista.

Assim, a construção de uma sociedade menos desigual requer a substituição da economia competitiva pela economia solidária, com a cooperação harmoniosa entre os indivíduos (SINGER, 2002), uma vez que o capitalismo é um sistema que consegue organizar a produção, “[...] mas é um péssimo distribuidor, um empregador cada vez mais precário, e um destruidor ambiental que leva, ao concentrar poderosas tecnologias em formas cada vez mais predatórias de exploração dos recursos naturais, a um impasse planetário” (DOWBOR, 1999, p. 4).

Apesar de Singer (2008) definir a economia solidária como um novo modo de produção cujas características são a posse coletiva dos meios de produção, a igualdade de direitos e a autogestão, nota-se que, tanto ele quanto Dowbor, defendem a busca por uma sociedade mais

²² Margaret Hilda Thatcher (1925-2013) foi a primeira mulher a exercer o cargo de primeira-ministra do Reino Unido (1979 a 1990). Conhecida como a "Dama de Ferro", ela difundiu a expressão "There Is No Alternative (TINA)", para argumentar que não há alternativa ao capitalismo, em geral, e ao neoliberalismo, em particular.

harmoniosa e menos desigual, dentro da ordem do capital, o que consideramos contraditório, devido à dinâmica e à estrutura capitalista, pois, como nos lembra Marx (1996).

O próprio mecanismo do processo de acumulação multiplica, com o capital, a massa dos “pobres laboriosos”, isto é, dos assalariados, que transformam sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente e, por isso mesmo, precisam perpetuar sua relação de dependência para com seu próprio produto, personificado no capitalista (MARX, 1996, p. 248).

Adicionalmente, Germer (2007) adverte que Singer nos confunde, ao classificar a economia solidária como um novo modo de produção, pois efetivamente ela está inserida e, portanto, submete-se ao modo de produção capitalista dominante.

Segundo Amorim (2010), a economia solidária é o novo sendo gestado dentro do velho, a economia capitalista. Dessa forma, ainda não devemos interpretar experiências de economia solidária como um modo de produção novo, mas como estratégia de enfrentamento da pobreza que permite, a uma parcela de excluídos, acesso ao mercado formal de trabalho.

De toda sorte, Reintjes (2008) argumenta que há algum grau de rebeldia e subversão na gênese da economia solidária que a torna capaz de potencializar a transformação social, pois não se trata somente de reorganizar a economia de forma menos desigual, mas de alterar radicalmente pautas de pensamentos, de organização pessoal e de consumo, para que as pessoas passem a ser sujeitos da transformação social, econômica, política e cultural.

Antes de aprofundarmos o diálogo sobre economia solidária, alertamos que não há unanimidade quanto a seu conceito (LEITE, 2009) e que, apesar de imputarmos relevância ao tema, ela não está imune a críticas, que também apresentaremos.

O termo economia solidária é usado para referenciar diversas experiências organizacionais que gravitam em torno da ideia de solidariedade (FRANÇA FILHO, 2001).

A economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162).

Por sua vez, Barbosa (2007, p. 21) adverte que o termo economia solidária em si é controverso, por carregar duas imprecisões:

uma, por supor segmentos diferenciados e autônomos de Economia., outra por classificar a economia por uma categoria como a solidariedade há muito tempo cara ao debate é social e historicamente enraizado, mas profundamente questionável na sociedade capitalista, que precisa desgarrar os indivíduos de

valores substantivos têm convivência e inserção social e aproximá-los em condições ou situações políticas principalmente formalista e instrumentais para os fins de dominação que lhe são próprios.

No Brasil, o termo economia solidária começa a ser utilizado na década de 1990, por Paul Singer (AMORIM, 2010), e suas expressões rapidamente se proliferaram sob diversas formas que procuram socializar os recursos produtivos e adotar critérios igualitários, ou seja, priorizavam a solidariedade sobre o interesse individual (LAVILLE; GAIGER, 2009).

No Brasil, a economia solidária adquiriu maior relevância conforme as iniciativas de natureza associativa e foram sendo reconhecidas por suas práticas de cooperação e autogestão (GAIGER, 2013) que, junto da própria solidariedade, são os princípios de economia solidária mais debatidos e analisados (FERREIRA; SHIMBO, s/d). Esses princípios serão aprofundados neste trabalho, por entendermos que, de alguma forma, acabam por englobar as demais categorias.

No entanto, esclarecemos que, além desses princípios, encontramos na literatura a economia solidária associada a vários outros preceitos, como participação e democracia, ou vinculada a pressupostos como respeito ao meio ambiente, igualdade das relações de gênero/etnia e socialização dos meios de produção (AMORIM, 2010).

Também ressaltamos que, sob a hegemonia capitalista, encontramos-nos frente a um cenário de agudização do individualismo, sobre o qual Singer (2010, p. 25) nos alerta.

Uma sociedade que levasse o individualismo e a competição como norma de sociabilidade às últimas consequências pereceria em pouco tempo. Alguma solidariedade, alguma interação desinteressada e altruísta é indispensável à reprodução de qualquer sociedade. Sem este tipo de interação as mulheres não teriam filhos – não por acaso elas os têm cada vez menos – e as que os tivessem os tratariam como objetos de prazer, o que dificilmente garantiria uma nova geração de adultos.

Por outro lado, “[...] a solidariedade é a categoria chave da economia solidária; é ela que empresta a carga simbólica e subjetiva da expressão” (AMORIM, 2010, p. 25). O princípio da solidariedade não tem o sentido filantrópico que presume uma relação de superioridade/subalternidade entre as partes; ao contrário, é marcado por um sentido democrático que valoriza a igualdade e a reciprocidade (LEAL; RODRIGUES, 2018).

No âmbito econômico, a solidariedade só é possível “[...] se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave

dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (SINGER, 2002, p. 9).

Rossi (2011) acrescenta que o sentido de solidariedade é o de união de esforços e de ajuda mútua, que devem prevalecer nas relações. É a busca por superar a visão individualista dominante pela construção do senso de responsabilidade mútua.

Martins (2002) informa que a solidariedade não se restringe às nossas questões imediatas, pois inclui também uma visão de futuro, de modo que se deve buscar [...] garantir tanto a solidariedade sincrônica (em relação às gerações presentes, principalmente no que se refere às populações carentes no planeta) quanto uma solidariedade diacrônica (em relação às gerações futuras)”.

A solidariedade, assim pensada como um pacto entre a geração atual e a futura, permite projetar a economia solidária como alternativa capaz de articular diversos aspectos num esforço organizado que proponha diminuição das causas dos problemas ambientais, da pobreza e da exclusão social, seja no campo, seja na cidade (MONTROYA, 2011).

Nesse sentido, Reintjes (2008) explica que a economia solidária se preocupa em administrar, não só a economia, mas também a sociedade, considerando todas as atividades da cadeia produtiva/comercial/financeira, até o consumo, o que contribui para socializar a economia e democratizar a sociedade.

Além disso, busca desenvolver vínculos baseados em solidariedade e cooperação entre os seus integrantes e com outros setores sociais (REINTJES, 2004). Como podemos perceber, solidariedade e cooperação se entrelaçam a ponto de frequentemente encontramos cooperação empregada como sinônimo de solidariedade (BARROS; OLIVEIRA, 2019).

A cooperação é o segundo princípio do qual trataremos. Namorado (2007) recorda que a cooperação já foi uma condição necessária à sobrevivência humana, pois os membros das sociedades primitivas precisavam cooperar entre si para que conseguissem sobreviver. O autor também nos lembra que a cooperação está na raiz do fenômeno cooperativo.

No sentido restrito, a cooperação é entendida como a base das relações econômico-sociais que os trabalhadores associados pretendem estabelecer no processo de trabalho. Denota um valor ético-político, resultante de uma visão de mundo e de ser humano que atribui ao sujeito coletivo a disposição, o empenho, a solidariedade, o compromisso de apoiar, de fazer com, de produzir com, de tomar parte de um empreendimento coletivo cujos resultados dependem da ação de cada um dos sujeitos ou instituições envolvidas (JESUS; TIRIBA, 2009, p. 80).

Nesse sentido, segundo Ferreira e Shimbo (s/d), a cooperação serve de contraponto à noção de competição, vital para a economia capitalista, como vimos, e pressupõe que os trabalhadores se associem em torno de objetivos comuns, em vez de competirem entre si.

Efetivamente, a cooperação implica o fato de que, na economia solidária, as relações se darão pela reciprocidade, e não pela competição. “Enquanto na competitividade, a motivação das ações são os interesses e objetivos individuais, na cooperação os sujeitos atuam como um conjunto, constituído a partir da soma das contribuições individuais, de forma coordenada, direcionadas a um objetivo comum” (LEAL; RODRIGUES, 2018 p. 215.).

Singer (2002) defende que os trabalhadores deveriam ser estimulados a cooperar uns com os outros, e não a competir. Segundo o autor, o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária passa pela adoção de uma economia focada na cooperação.

Segundo Reintjes (2008), devemos perseguir uma nova economia que produza observando critérios éticos, ambientais e sociais, sob uma forma organizativa autogestionada.

Assim, chega-se ao princípio da autogestão, que não é exatamente uma novidade, mas que se fortaleceu na década de 1990, como reação à reestruturação produtiva no mundo do trabalho e ao desemprego estrutural. Na economia solidária, a autogestão é vista como a prática de plena autonomia do processo produtivo por um conjunto de trabalhadores voltados para o interesse geral (ICAZA; ASSEBURG, 2004).

A autogestão não deve ser entendida como um conceito pronto e único, mas como um projeto em desenvolvimento, em que há diversas propostas de definição, compreensão e práticas que se vinculam a ela. Não obstante, vemos que usualmente a autogestão tem sido interpretada como um “[...] processo de avanço democrático, participativo, igualitário, de cooperação, autossustentável e que proporcione desenvolvimento humano e de uma sociedade mais justa e equilibrada” (LUSSI, 2018, p. 63).

Segundo Mothé (2009), trata-se de um projeto de organização democrática que prioriza o exercício da democracia direta. Na autogestão todos participam, de forma voluntária, direta e sem intermediários, das decisões importantes.

Para Singer (2002) a prática da autogestão significa que a empresa solidária é administrada coletiva e democraticamente por todos os seus participantes, exigindo dos trabalhadores que se empenhem, além de seus afazeres cotidianos, na gestão de todas as questões da empresa.

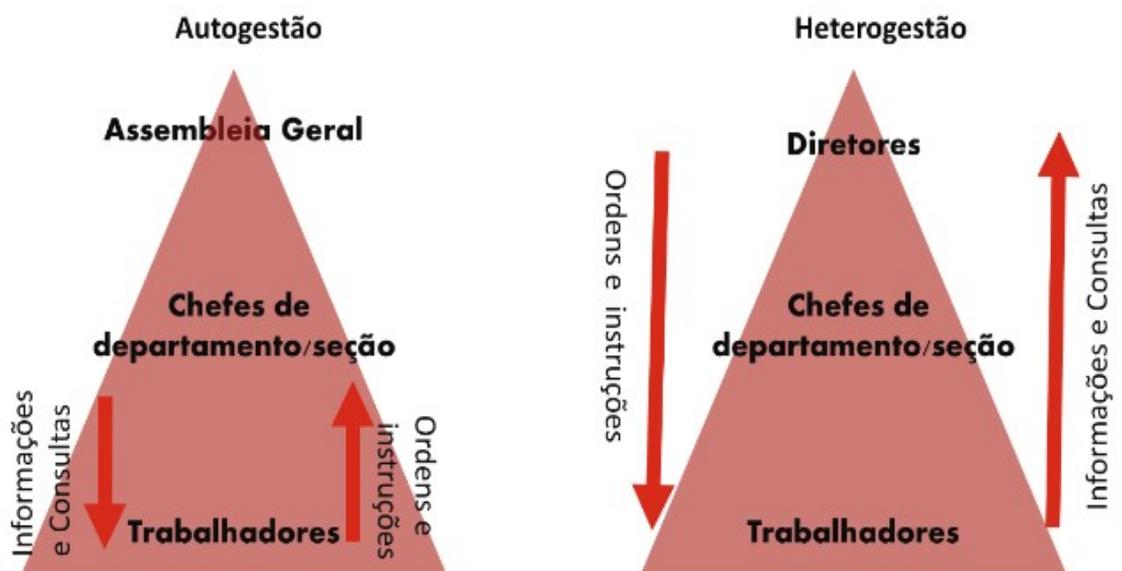
O fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por

competições para saber quem é o melhor de todos. Mas o esforço adicional torna-se desgastante quando é preciso se envolver em conflitos, tomar partido pró ou contra companheiros, participar de reuniões cansativas etc. (SINGER, 2002, p. 19).

Assim, o autor adverte que um problema enfrentado na autogestão pode ser a recusa/desinteresse dos participantes em realizar o esforço exigido pela administração democrática. Além disso, lembremos que, desde cedo, somos reprimidos e impelidos a obedecer a ordens e aos superiores. Portanto, para a autêntica prática da autogestão é preciso superar essa carga alienante (SINGER, 2002).

Leal e Rodrigues (2018) lembram que a autogestão, por sua estrutura não-hierarquizada, de base coletiva e participação democrática, é um modelo de administração alternativo à heterogestão. As autoras explicam que, na heterogestão, as ordens e instruções vêm de cima para baixo, e as informações e consultas, de baixo para cima. Por sua vez, na autogestão, esses fluxos são invertidos (Figura 18).

Figura 18: Comparativo entre Autogestão e Heterogestão



Fonte: Leal e Rodrigues (2018).

Nesse sentido, compreende-se o argumento de Lussi *et al.* (2018, p. 63), de que “[...] a autogestão é um modelo de gestão social, de gestão de empresas, mas, sobretudo, uma crítica radical à lógica dominante, na sua condição de uma nova forma de gestão autônoma do conjunto social”.

Além dos princípios da solidariedade, cooperação e autogestão, é importante apresentar as formas comumente utilizadas na economia solidária, que são muitas vezes confundidas entre si ou tomadas por sinônimos: associativismo e cooperativismo.

Lüchmann (2014, p. 169) adverte sobre a dificuldade de se encontrar um conceito preciso de associação, devido à diversidade de atividades associativas, mas define as associações como “[...] organizações voluntárias, autônomas e sem fins lucrativos, que promovem a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo”.

A associação é uma tradução em atos do princípio de solidariedade que se expressa pela referência a um bem comum, valorizando pertencas herdadas, no caso da solidariedade tradicional, ou pertencas construídas, no caso da solidariedade moderna filantrópica ou democrática. A criação associativa é impulsionada pelo sentimento de que a defesa de um bem comum supõe a ação coletiva (CHANIAL; LAVILLE, 2009, p. 21).

“O associativismo é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de ações coletivas e de formas democráticas” (MUMIC; AGUIAR; LIVRAMENTO, 2016, p. 6). Pelo histórico brasileiro, marcado pela colonização e pela menor participação pública frente à participação privada, verifica-se menor tendência ao associativismo, em relação a outros países (TESSER JUNIOR, *et al.*, 2015).

Por outro lado, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, no artigo 174, parágrafo 2º estipula que “A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo” (BRASIL, 1988, p.110). Assim, o texto constitucional esclarece que o cooperativismo é uma forma de associativismo.

Nesse sentido, Sampaio e Paixão (2012) definem o cooperativismo como um desdobramento do associativismo. Para os autores, associativismo, em geral, advém de uma problemática sociopolítica, e o cooperativismo, de uma questão socioeconômica.

Namorado (2009) apresenta o conceito de cooperativa como uma forma de associação autônoma e voluntária por meio de uma empresa controlada democraticamente, com vistas a atingir objetivos econômicos, sociais e culturais comuns.

O conceito utilizado pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) indica que na cooperativa há uma combinação entre associação e empresa. Trata-se de “[...] uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns através de uma empresa conjunta e democraticamente controlada” (ACI, 2021, tradução nossa).

O cooperativismo é sistema que busca a renovação social por meio da cooperação e que fundou as bases teóricas das realizações cooperativistas, ou seja, opera num sentido mais amplo de doutrina/ideologia que objetiva “[...] a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico” (PINHO, 1966, p. 8).

Namorado (2007) apresenta uma série de características de uma cooperativa:

- síntese de associação e de empresa;
- baseada na cooperação entre os participantes;
- a democracia interna e participação são determinantes;
- sem fins lucrativos;
- responde a necessidades econômicas, sociais e culturais;
- autonomia e independência;
- capital e composições variáveis;
- dotada de personalidade jurídica.

Os números do cooperativismo pelo mundo são significativos, conforme mostra a Figura 19. O Quadro 8 apresenta os dados sobre o cooperativismo no Brasil e no Estado de São Paulo. Destaca-se que, no Estado de São Paulo, há uma queda considerável nos percentuais, quando considerado apenas o setor agrícola.

Figura 19: Números do Cooperativismo no mundo



Fonte: OCB (2021)

Quadro 8: Números do Cooperativismo no Brasil e no Estado de São Paulo (2020)

	Todos os Setores			Setor Agrícola		
	Brasil	São Paulo	% SP	Brasil	São Paulo	% SP
Cooperativas	4.864	614	12,62%	1.173	107	9,12%
Cooperados	17.121.076	2.942.800	17,19%	1.001.362	121.343	12,12%
Empregados	455.995	65.595	14,39%	223.477	11.336	5,07%

Fonte: Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2021)

Apesar disso, Barbosa (2007) adverte que a economia solidária é um fenômeno recente e, como tal, caracteriza-se por incertezas quanto aos dados, ainda não consolidados. A autora explica que as virtudes da economia solidária não são suficientes para dar condições de competir em mercados altamente competitivos, além de ser pouco crítica e esclarecedora, o que pode desviar o conflito social.

Por sua vez, Reintjes (2008), com uma visão favorável à economia solidária, enxerga no modelo a possibilidade de reorganizar a classe trabalhadora frente ao avanço do neoliberalismo.

A globalização econômica é a globalização nos cristais quebrados. A Economia Alternativa e Solidária funde estes milhões de pedacinhos partidos, milhões de pedacinhos micro. Fundidos à temperatura rebelde, transformam-se em espelho cristalino, um espelho do que é economia neoliberal, e do que pode ser uma economia inovadora (REINTJES, 2008, p. 91).

A autora vê na economia solidária a possibilidade de combater a deterioração social, econômica e cultural que afetam as pessoas em razão da atual falta de valores éticos, da degradação ambiental e da precarização da qualidade de vida.

Muitos são os conceitos e os debates acerca da economia solidária e, certamente, outros virão. Fato é que

Na entrada do séc. XXI, a aceleração dos movimentos do capital, que se desprendem de sua natureza social e de seus compromissos com a coletividade, choca-se com a satisfação decrescente das necessidades humanas e com a perpetuação da pobreza em amplas regiões do planeta. Encontrar respostas diante dessas mutações da economia e da política é uma tarefa crucial. A reconstituição das condições objetivas e subjetivas de transformação social requer uma atenção redobrada às iniciativas que contenham, mesmo em germe e em pequena escala, a capacidade de instituírem outras formas de vida, por estarem imbuídas do valor da justiça, de um *ethos* redistributivo e de um ensejo de humanização. Em particular, importa valorizar as experiências que nascem da auto-organização, que defendem os direitos básicos do trabalho e que apostam na associação e em soluções coletivas, formando o lastro de experiências e de convicções morais e intelectuais indispensáveis à construção de novos rumos para a sociedade (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162).

Como discutido até aqui, o conceito de economia solidária é complexo e apresenta contradições, pois é apontada como saída para aos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho ou do acesso à terra. Trata-se de uma alternativa à dinâmica capitalista, sem, contudo, rompê-la.

A economia solidária, no entanto, se realizada na perspectiva cooperativista, pode constituir-se em estratégia para a organização dos trabalhadores e trabalhadoras para a construção de outra ordem social.

2.4 As Várias Facetas do Desenvolvimento

Embora costumeiramente situado no campo da economia, o tema do desenvolvimento não é exclusividade dele, recebendo atenção de outras áreas, como sociologia, antropologia, psicologia social, ciência política e educação. Essa característica interdisciplinar deve ser valorizada no estudo do desenvolvimento, pois “[...] seria uma lástima se, depois de investigados na riqueza de sua interpenetração com outros aspectos da realidade, ao serem tratados, perdessem esta riqueza, esvaziando-se de sua força, na estreiteza dos especialismos” (FREIRE, 1987, p. 66).

Entretanto, pela complexidade e dificuldade de conceituar objetivamente o desenvolvimento, recorre-se com frequência ao recorte segmental que leva a discussão para determinada área específica, tornando-a mais acessível ao estabelecimento de um viés de análise.

Assim, acostumou-se a discutir o assunto, em sua concepção plural, sob uma ótica singular, de modo que a palavra desenvolvimento reiteradamente é apresentada acompanhada de algum adjetivo que a qualifica e restringe. Dessa forma, observa-se o surgimento de ramificações do conceito e a eclosão de subcategorias, como desenvolvimento econômico, social e humano.

O sentido de desenvolvimento tem variado conforme o momento histórico e o setor de aplicação. Não obstante, é muito comum a ênfase no crescimento econômico e a participação no mercado globalizado, minimizando-se outras perspectivas. Muitas vezes o desenvolvimento é considerado como mero sinônimo de crescimento, ou de aumento de riqueza ou produtividade (CASAGRANDE; BEGNINI, 2018).

Mesmo que o crescimento seja elemento integrante e significativo do processo dentro do quadro estrutural capitalista, não é prudente desconsiderar as diversas outras nuances do desenvolvimento, muitas das quais propositadamente ignoradas por especialistas em finanças.

Obviamente, o conceito de desenvolvimento é abrangente. Ainda assim, existem nele limites que o fazem passível de críticas, como a de que “[...] não se trata, portanto, de uma categoria de profundo conteúdo histórico, tampouco de uma categoria ontologicamente atrelada ao devir da sociedade, como poderia deduzir-se da consideração e, às vezes, veneração, com que esta ideia é apresentada e trabalhada” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2002, p. 21).

No Brasil, por exemplo, há o gravíssimo problema ambiental como consequência típica do processo de acelerado desenvolvimento urbano-industrial, historicamente desigual e excludente, que concentrou a população nas periferias das grandes cidades. Assim, o estilo de desenvolvimento moderno está associado à degradação do meio-ambiente e à piora da qualidade de vida de grande parte da população

Para Montenegro Gómez (2002), não se pode afirmar que exista apenas uma única forma de compreender e apresentar o desenvolvimento, muito menos da maneira como está colocado no sistema capitalista atual.

Porto-Gonçalves (2004) questiona a premissa de desenvolvimento proposta pelo projeto civilizatório do pensamento europeu ocidental que foi universalizada por meio da hegemonia conquistada pelo capitalismo. Segundo o autor, nessa concepção o desenvolvimento simboliza a ideia de domínio sobre a natureza. Em resumo, ser desenvolvido é ser urbano e industrializado, isto é, ser aquilo que aparta a humanidade da natureza e que a coloca, necessariamente, defronte a construções humanas, como as cidades.

Segundo Furtado (1974), no campo econômico a ideia de desenvolvimento não passa de mito, uma vez que o estilo de vida concebido pelo capitalismo industrial sempre privilegiará apenas uma pequena minoria, em detrimento das grandes massas populacionais. Ademais, as economias periféricas nunca serão similares às dos centros hegemônicos, e pensar o contrário tem utilidade apenas para levar os povos subalternos a aceitarem os sacrifícios constantes a que estão submetidos nesse modelo.

Desse modo, ao não se permitir que o conjunto da sociedade desfrute das benesses do progresso, não haveria sentido a aplicação do termo desenvolvimento, a não ser que acarretasse melhorias nas condições de vida dos menos favorecidos. No entanto, na lógica do capitalismo, não é possível aumentar significativamente os padrões de vida dos pobres sem que se aumente também a renda e o consumo dos ricos. “A ideia de distribuir riqueza em lugar de aumentá-la é atraente, mas não é viável em termos políticos e não seria suficiente para garantir o nível de consumo exigido pelos pobres” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 11).

Deve-se considerar o desenvolvimento, portanto, como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social, e não meramente associado ao crescimento (OLIVEIRA, 2002), pois “[...] o crescimento econômico carece de sentido, se não consegue promover, em última instância, o desenvolvimento, entendido como a realização (ou satisfação) pessoal dos indivíduos de um país/região” (RODRIGUES, 1993, p. 20).

Depois de tanto se perseguir o crescimento econômico sem maiores preocupações com suas consequências, recentemente ganhou força o entendimento de que ele não basta por si só. Destarte, aumentou-se a preocupação com o modo como os indivíduos são afetados pelo processo de crescimento, ou seja, como e se os incrementos positivos no PIB e na renda total promovem o desenvolvimento humano (OLIVEIRA, 2002).

As questões sociais, culturais, políticas e ambientais têm sido progressivamente abarcadas dentro das visões de desenvolvimento, na medida em que se passa de uma visão estrita de desenvolvimento enquanto apenas crescimento econômico, contabilizado primordialmente através do Produto Nacional Bruto ou do Produto Interno Bruto, total e per capita, para abordagens que levam em consideração a qualidade da vida humana de forma mais ampla (MARTINS, 2002, p. 172).

Não obstante, qualificar o desenvolvimento com adjetivos do tipo humano, solidário e sustentável é uma tentativa de harmonizar a lógica destrutiva do capital ao gênero humano. Tentativas como essa estão fadadas ao fracasso, pois nessa suposta potenciação dos recursos endógenos, do incentivo à participação popular na idealização do desenvolvimento e da relação em harmonia com o território, subjaz a lógica da rentabilidade, da concorrência e do controle social (MONTENEGRO GÓMEZ, 2002).

Isso posto, verifica-se que há investidas neste sentido. A tese de Bresser-Pereira (2014), por exemplo, é a de que o desenvolvimento humano se configura no processo histórico por meio do qual as nações, a partir do momento em que realizam sua Revolução Capitalista, atingem seus objetivos políticos de segurança, liberdade, avanço material, redução da injustiça social e proteção do meio ambiente.

Para Sen (2000), o desenvolvimento é um processo de expansão de liberdades que os indivíduos podem desfrutar por meio da eliminação de privações. Assim, o autor explica que a liberdade é o fim (papel constitutivo) e o principal meio (papel instrumental) do desenvolvimento. Os tipos de liberdades, na perspectiva instrumental, complementam-se e permitem ao indivíduo viver livremente. São elas: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Trata-se, portanto, de uma crítica à definição de Amartya Sen, Bresser-Pereira (2014, p. 36):

Identificar desenvolvimento com liberdade implica uma amplificação excessiva do conceito de liberdade; é mais razoável associá-lo ao acesso à saúde, à educação, às necessidades materiais básicas e à participação na vida da comunidade, uma vez que tais capacidades estão positivamente associadas à realização dos objetivos políticos compartilhados pelas sociedades moderna (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 36).

Paulo Freire (1987) também dialoga com a ideia de liberdade, em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, ao alegar que, para aferir se uma sociedade se desenvolve ou não, é preciso superar a fixação pela análise de índices *per capita* ou dados de renda bruta, que não necessariamente expressam a verdade, e ponderar se a sociedade é ou não é de fato livre, ou “um ser para si”, expressão que o autor utilizou em sua obra. “Se não é, todos estes critérios indicarão sua modernização, mas não seu desenvolvimento” (FREIRE, 1987, p. 92).

Assim, o desafio de atingir o desenvolvimento humano só será plenamente alcançado quando os indivíduos se dedicarem ao aumento das próprias liberdades e capacidades de realização.

Para que o desenvolvimento humano se torne de fato realidade, deve-se superar a ignorância, a intolerância e a opressão, bem como aumentar o bem-estar, reduzir as desigualdades e proteger o meio ambiente (BRESSER-PEREIRA, 2014). Ressalte-se o fato de que, na proposição de Bresser-Pereira, está contida a ideia de redução das desigualdades, e não a sua superação.

Observa-se que, objetivamente, são utilizados alguns critérios para aferir o grau de desenvolvimento humano pelo mundo.

A Organização das Nações Unidas usa os seguintes indicadores para classificar os países segundo o grau de desenvolvimento: índice de mortalidade infantil, expectativa de vida média, grau de dependência econômica externa, nível de industrialização, potencial científico e tecnológico, grau de alfabetização, instrução e condições sanitárias (SANDRONI, 1999, p. 169).

A introdução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²³ mostrou-se importante para a popularização do sentido de desenvolvimento humano, pois facilitou sua disseminação para um público amplo (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005).

²³ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de

De acordo com Rodrigues (1993), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) divulgado pela ONU significou avanços teóricos e metodológicos, tanto no cálculo da *performance*, como na comparabilidade entre os países. A partir da introdução do IDH, consolidou-se a corrente de pensamento de que não é suficiente medir apenas o desempenho econômico de um país, pois estatísticas de PIB e PIB *per capita* por si só não bastam para atestar o processo de desenvolvimento de uma região.

Dentro da discussão da adequação (ou não) do PIB como medida de bem-estar, é interessante observar que as Nações Unidas calculam periodicamente um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que, além de um índice econômico (Renda Nacional Bruta per capita, pelo critério de paridade de poder de compra), inclui dois indicadores sociais: um índice de expectativa de vida e um índice de educação (VASCONCELLOS; GARCIA, 2014, p. 139).

Nesse sentido, evidenciamos a preocupação contemporânea de se encontrar abordagens que ultrapassem o aspecto econômico e, por conseguinte, levem em consideração visões amplas sobre as condições de vida humana em diferentes regiões do planeta.

Porém, nota-se que o conceito de desenvolvimento humano também suscita questionamentos. A concepção de desenvolvimento de Amartya Sen - prêmio Nobel de 1990 - por exemplo, tem o seu foco não “[...] na desigualdade de renda, nem na propriedade privada, mas na desigualdade de liberdade para acessar os benefícios do mercado” (MARANHÃO, 2010, p. 90). Essa concepção objetiva, em última instância, oferecer “oportunidades sociais” via mercado, ou seja, não tem como alvo a redução da pobreza ou das desigualdades sociais.

Aliás, Amartya Sen (2000) deixa explícito, em sua tese, que a sua “visão ampla” de desenvolvimento humano não contempla a redução da pobreza, e esta não pode ser a motivação suprema das políticas de desenvolvimento econômico e social, razão pela qual defende o combate das privações dos indivíduos no acesso à liberdade ao mercado. Para isso, é necessária a edificação de “oportunidades sociais” para o desenvolvimento de capacidades dos agentes individuais no processo de inclusão dos excluídos no novo mercado de trabalho e na dinâmica produtiva do capital). Sen (2000) defende, portanto, “[...] a criação de condições sociais básicas

oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento”.

(<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em mar. 2022).

para que os agentes individuais conquistem seu lugar na competitividade do mercado livre” (MARANHÃO, 2000, p. 92)

Autores como Maranhão (2010) e Mauriel (2008) explicam que a proposta de desenvolvimento humano de Amartya Sen (2000), focada nos efeitos do mercado sobre o indivíduo, apesar de bem intencionada, não realiza análise de totalidade social, na medida em que tem seu foco no hiperdimensionamento do papel das capacidades individuais e na exaltação das virtudes do mercado. Isso porque, para o autor indiano, o desenvolvimento como liberdade distingue-se em duas dimensões: do ter (renda, bem-estar, bens, etc.) e do ser/fazer (oportunidades sociais e capacidades individuais), sem questionar a distribuição de renda ou terra, a desigualdade entre países centrais e periféricos, nem a crescente concentração da propriedade.

No contexto contemporâneo, vemos emergir outras preocupações no cenário, para pensarmos o desenvolvimento para além da perspectiva econômica. Passamos, então, a buscar um processo de desenvolvimento que permita aos indivíduos, não só a satisfação de suas necessidades, mas, ao mesmo tempo, a garantia, às gerações futuras, da possibilidade de também atendê-las. Desse modo, notamos que a integração entre o desenvolvimento social e econômico com as preocupações ecológicas está cada vez mais em voga (OLIVEIRA; SOUSA, 2020).

Assim, surge o conceito de ecodesenvolvimento, concebido nos anos 1970 para áreas rurais de países em desenvolvimento, que busca agregar “[...] as potencialidades de cada ecossistema, com técnicas apropriadas e com utilização parcimoniosa dos recursos nativos, além da participação das populações locais, assentando-se sobre três princípios básicos: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica” (MARTINS, 2002, p. 172).

Na época, a proposta de um novo estilo de desenvolvimento - o ecodesenvolvimento - representava uma espécie de “terceira via”, colocando-se como uma alternativa à bipolarização que o debate então assumira: por um lado, a proposta do “crescimento zero²⁴” e, por outro, as reivindicações desenvolvimentistas dos países do terceiro mundo: seu “direito ao crescimento” (FERNANDEZ, 2011, p. 110).

²⁴ “Para alcançar a estabilidade econômica e ecológica, Meadows *et al.* propõem o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial; mostram a realidade dos recursos limitados e rediscutem a velha tese de Malthus do perigo do crescimento desenfreado da população mundial. A tese do crescimento zero, necessário, significava um ataque direto à filosofia do crescimento contínuo da sociedade industrial e uma crítica indireta a todas as teorias do desenvolvimento industrial que se basearam nela” (BRÜSEKE, 1995, p. 29).

Brüseke (1995) explica que o conceito de ecodesenvolvimento foi introduzido em 1973 por Maurice Strong²⁵, para descrever uma ideia alternativa de política do desenvolvimento. Posteriormente, Ignacy Sachs²⁶ formulou seus princípios básicos: a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com futuras gerações; participação da população envolvida; preservação ambiental; garantia de emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e, programas educacionais.

O ecodesenvolvimento é o “[...] desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio” (RAYNAUT; ZANONI, 1993, *apud* MONTIBELLER FILHO, 1993, p. 132).

Assim, verifica-se que há conexão entre ecodesenvolvimento e economia solidária aplicada na agricultura familiar devido à “[...] preocupação com os aspectos econômicos, porém, não dissociados da problemática social e da ambiental” (MONTIBELLER FILHO, 1993, p. 133).

Além disso, encontramos um segundo vínculo, destacado por Montibeller Filho (1993), no fato de o ecodesenvolvimento, assim como a agricultura familiar, pautar-se na necessidade de promovermos a solidariedade, não apenas em relação às gerações presentes (sincrônica), como também em relação às gerações futuras (diacrônica).

O ecodesenvolvimento representa uma abordagem ao desenvolvimento cujo horizonte temporal coloca-se a décadas ou mesmo séculos adiante. Entende que a satisfação das necessidades das gerações futuras deve ser garantida, isto é, deve haver uma solidariedade diacrônica sem que, no entanto, comprometa a solidariedade sincrônica com a geração presente, já por demais sacrificada pelas disparidades sociais da atualidade (LAYRARGUES, 1997, p. 7).

²⁵ O canadense Maurice Frederick Strong (1929-2015), primeiro diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e pioneiro na formulação de políticas para promover o desenvolvimento sustentável, foi o principal organizador da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, a Rio-92.

(<https://revistapesquisa.fapesp.br/o-articulador-da-rio-92/> Acesso em mar. 2022)

²⁶ Ignacy Sachs (1927-atual) Economista polonês, naturalizado francês. Referenciado também como ecossocioeconomista, por sua concepção de desenvolvimento como uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental.

(<https://www5.pucsp.br/catedraignacysachs/ignacy-sachs.html>). Acesso em mar. 2022

“Por sua vez, o conceito de desenvolvimento sustentável emergiu no contexto da elaboração do Relatório Brundtland – Our Common Future²⁷ –, de 1987, encomendado pela ONU, e, mais tarde, no transcurso da Eco-92²⁸, realizada no Rio de Janeiro” (FERNANDEZ, 2011, p. 110).

De acordo com Brüseke (1995), o desenvolvimento sustentável busca atender às necessidades atuais sem colocar em risco a possibilidade de as gerações vindouras também satisfazerem suas próprias necessidades.

“O desenvolvimento sustentável, neste sentido, busca combinar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental e a inclusão social, visando o pleno bem-estar humano” (ALEXANDRE; MARTINS; HAROLD, 2018, p. 18).

Não obstante, Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) advertem que o conceito de desenvolvimento sustentável gera a ideia equivocada de que há possibilidade de conciliação entre o capitalismo e a questão ambiental, fato que Marques Filho (2018) já alertara ser impraticável.

Como conceito, a ideia de desenvolvimento sustentável é apresentada de forma dissociada da sua concepção social-histórica, ou seja, a sua concepção é apresentada sem levar em consideração seus limites, a sua relação com o real. É apresentada como racionalidade absoluta, mas na realidade tem pouca sustentação por servir a qualquer momento, em qualquer situação dentro da lógica espacial e temporal estática e imutável. Para as organizações ou intelectuais que se apropriam das concepções de sustentabilidade, o que importa é encaixá-las dentro dos contextos e dos discursos que atendam aos seus interesses pragmáticos (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012 p. 580).

Ainda assim, no âmbito agrário, Guanzirolí *et al.* (2009) afirmam que, no chamado mundo desenvolvido do capitalismo, os países passaram por um processo de desenvolvimento rural sustentável que permitiu aos agricultores elevarem o rendimento da terra e a produtividade

²⁷ “Em dezembro de 1983, o secretário geral das Nações Unidas apontou Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega, nessa época, para coordenar uma comissão independente com foco nos problemas relacionados à crise ambiental e ao desenvolvimento. Essa iniciativa ficou conhecida por Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e teve seus trabalhos encerrados em 1987 com a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como “Relatório Brundtland” (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p.574).

²⁸ “A Conferência Eco-92 ou Rio-92 foi a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992. A Conferência teve desdobramentos importantes dos pontos de vista científico, diplomático, político e na área ambiental, além de ceder espaço a debates e contribuições para o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável.

(<https://www.politize.com.br/eco-92/>. Acesso em mar. 2022)

do trabalho mesmo diante de eventuais restrições ecológicas e socioeconômicas a que estivessem submetidos.

No Brasil, entretanto, sabemos das limitações para realizar esse tipo de processo, pois o acesso à terra, por meio de uma ampla reforma agrária, segue consistentemente sendo negado à massa da população camponesa.

A ideia de desenvolvimento humano sustentável, outra tentativa por conciliar os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento humano, apresenta a noção de capacidade-suporte dos ecossistemas, já bastante disseminadas em determinadas áreas científicas, como a ecologia, relacionada ao crescimento econômico e ao desenvolvimento humano (MARTINS, 2002).

Segundo Alexandre, Martins e Harold (2018), e como mencionado anteriormente, há diferentes compreensões e sentidos empregados ao termo desenvolvimento, e isso também se aplica ao termo sustentabilidade. Não obstante a dificuldade em encontrar uma definição, pela complexidade do tema, para os autores o desenvolvimento humano sustentável

[...] é compreendido a partir da constatação de que o pleno desenvolvimento humano tem maior potencial de ser alcançado quando adota modelos orientados pela intersecção entre as diferentes dimensões que determinam a vida humana, a saber, a social, a econômica, a cultural, a ambiental, considerando ainda a busca pela equidade (ALEXANDRE; MARTINS; HAROLD, 2018, p.18).

Para finalizar esta seção, sem a pretensão de esgotar a temática, consideramos relevante salientar a estreita relação entre desenvolvimento humano e agricultura familiar. Vemos que os países com os melhores indicadores de desenvolvimento humano apresentam como característica comum a forte presença da agricultura familiar, que desempenhou, e ainda desempenha, papel essencial na estruturação de economias mais dinâmicas e de sociedades mais igualitárias (GUANZIROLI *et al.*, 2009).

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento da Pesquisa

O principal objetivo da ciência está na busca pela veracidade dos fatos, não se diferenciando, neste sentido, de outras áreas do conhecimento. No entanto, a característica da verificabilidade do conhecimento científico a destaca das demais. Assim, para que um conhecimento seja considerado científico, é preciso identificar as técnicas que o tornam verificável, isto é, o método que possibilitou que ele fosse atingido (GIL, 2008).

A pesquisa científica busca ultrapassar o senso comum (que por si é uma reconstrução da realidade) através do método científico. Como já dito, o método científico permite que a realidade social seja reconstruída enquanto objeto do conhecimento, através de um processo de categorização (possuidor de características específicas) que une dialeticamente o teórico e o empírico (DESLANDES, 2007, p. 34).

Segundo Gil (2008), se método é o meio pelo qual se atinge determinado objetivo, então o método científico é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para o alcance do conhecimento

“A Metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)” (MINAYO, 2007, p. 14).

A pesquisa social, utilizando-se da metodologia científica, possibilita ao pesquisador alcançar novos conhecimentos no campo da realidade social, que abrange os diversos aspectos relativos ao ser humano em suas relações com seus pares e com instituições sociais (GIL, 2008.)

Sobre as ciências sociais, pode-se dizer que “[...] a pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tomando-os solidariamente imbricados e comprometidos” (MINAYO, 2007, p. 13)

Neste sentido, percebe-se que há uma relação entre sujeito e objeto, visto que “[...] o observador é da mesma natureza que o objeto, e o observador é, ele próprio, uma parte de sua observação”(LEVY-STRAUSS, 1975, *apud* MINAYO 2007, p. 13). Enfim, “[...] na pesquisa social o investigador é um ator que contribui com suas peculiaridades (concepção do mundo, teorias, valores etc.)” (TRIVIÑOS, 1987, p. 38).

Por fim, é preciso afirmar que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de conter a totalidade da vida social. As Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade da existência dos seres humanos em sociedade, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso, elas abordam o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados (MINAYO, 2007, p.14).

Desse modo, as Ciências Sociais devem versar sobre o conjunto de expressões humanas que se apresentam nas diversas estruturas, processos, representações sociais, expressões da subjetividade, símbolos e significados (MINAYO, 2007).

3.2. Tipo de Pesquisa

Nesta pesquisa, procedeu-se a uma abordagem qualitativa que, segundo Brisola e Marcondes (2011), é marcada pelo foco em questões particulares de uma realidade específica, buscando entender seu sentido e importância para o sujeito, e não meramente convertê-la em números.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos (MINAYO, 2007, p. 21).

Quanto à natureza, trata-se de pesquisa aplicada cujo interesse está voltado para uma aplicação prática em determinada realidade específica e não para a formulação de teorias de valor universal (GIL, 2008).

Em relação aos objetivos este estudo é exploratório uma vez que visa entender, de forma abrangente, por meio de entrevistas individuais, as dificuldades, as angústias, as satisfações, enfim, a vivência dos camponeses.

Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. [...] Então o pesquisador planeja um estudo exploratório para encontrar os elementos necessários que lhe permitam, em contato com determinada população, obter os resultados que deseja. [...] Este tipo de investigação, por exemplo, não exige a revisão da literatura, as entrevistas, o emprego de questionários etc., tudo dentro de um esquema elaborado com a severidade característica de um trabalho científico (TRIVIÑOS, 1987, p. 109-110)

Quanto aos procedimentos, trata-se de estudo de caso, porque envolve estudo profundo e exaustivo de poucos objetos. De acordo com Ventura (2007), o estudo de caso, que se tornou uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais, frequentemente apresenta foco múltiplo, pois alguns indivíduos/organizações são analisados simultaneamente. Para a autora:

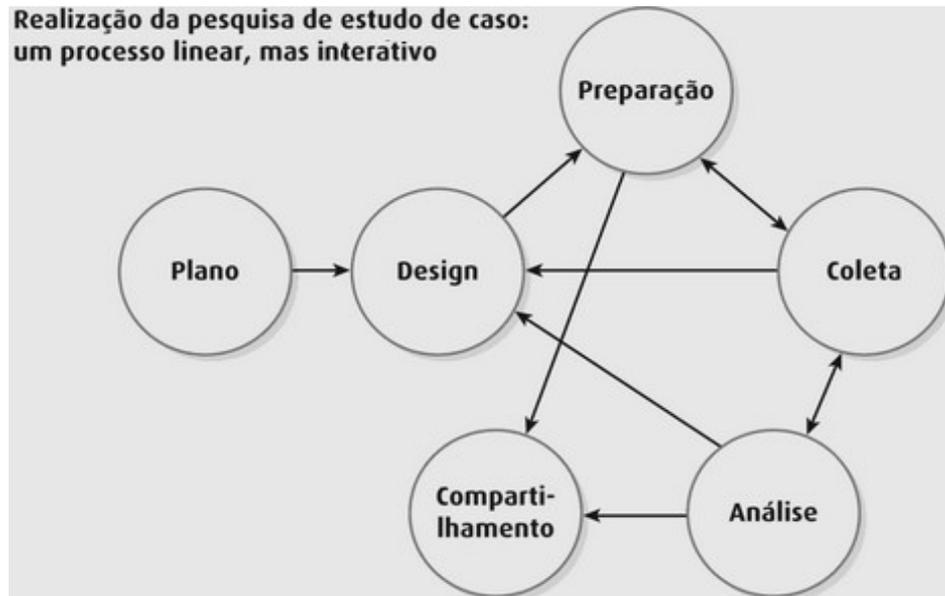
[...] o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações (VENTURA, 2007, p. 384).

Nesta pesquisa foram estudados casos de agricultores familiares participantes do MST e/ou da CSA. Visando ao alcance dos objetivos propostos, na pesquisa de campo, documental e bibliográfica foram utilizados diferentes procedimentos para que fosse possível compreender o evento específico em profundidade.

Como explica Yin (2015), o estudo do caso, que é utilizado em várias áreas do conhecimento, inclusive em estudos sobre a estrutura/economia de um determinado setor ou região (YIN, 2015), mostra-se relevante nas seguintes situações:

- as principais questões da pesquisa são “como” ou por quê;
- o pesquisador tem pouco/nenhum controle sobre eventos comportamentais; e
- o estudo tem como foco um fenômeno contemporâneo

Muitas são suas aplicações, mas o estudo de caso é especialmente útil em pesquisas exploratórias e comparadas. Não obstante, “[...] como toda pesquisa apresenta vantagens e limitações na sua aplicação, merecendo o cuidado necessário quando buscar generalizações. Em nenhum momento, o pesquisador deverá desprezar, em busca da simplificação, o rigor científico necessário para sua validação” (VENTURA, 2007, p. 386).

Figura 20: Estudo de Caso

Fonte: YIN, R.K. (2015)

3.3. Participantes

Segundo Minayo (2007), o universo das pesquisas sociais, particularmente nas de abordagem qualitativa, é formado pelo conjunto de representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes de um sujeito. Destarte, não é pertinente utilizar amostras, devido à impossibilidade de que elas representem adequadamente um universo tão amplo e complexo.

Inicialmente, quando do estabelecimento do projeto de pesquisa, optou-se por convidar dois integrantes de cada uma das iniciativas econômicas solidárias (MST e CSA). Sem embargo, um dos achados desta pesquisa foi a verificação de que há uma conexão entre MST e CSA na RMVPLN, de modo que os dois militantes do Movimento também aderiram ao conceito de CSA para comercializar sua produção.

Dessa maneira, foram estudadas iniciativas econômicas solidárias situadas nos municípios de Taubaté e São José dos Campos, cujos agricultores têm destaque na comunidade, liderança perante seus pares e capacidade de organização. Assim, a percepção desses sujeitos, captada por meio de entrevistas, permitiu a consecução dos objetivos da pesquisa.

Por seu perfil de liderança, os participantes têm familiaridade com os processos de implementação e desenvolvimento das iniciativas econômicas solidárias, o que também foi importante para que se conseguisse atingir os objetivos propostos.

Os sujeitos foram indicados pela Rede Apoena Vale do Paraíba, associação formada por agricultores do Vale do Paraíba para certificação participativa de alimentos orgânicos,

conforme critérios objetivos estabelecidos: tempo mínimo de 2 anos participando da iniciativa econômica solidária, perfil de liderança, acessibilidade e conveniência.

3.4. Perfil dos Entrevistados

Nesta seção apresenta-se o perfil dos sujeitos deste estudo de caso, com a intenção de ajudar o leitor a compreender melhor as discussões aqui realizadas. Os nomes dos participantes são fictícios, pois houve o intuito de preservar suas identidades.

Alex é um homem de 51 anos de idade, filho de agricultores. Nasceu em numa pequena cidade do Rio Grande do Sul. Por volta dos 10 anos de idade, seus pais venderam o sítio da família e se mudaram para a cidade, onde ele concluiu o ensino médio. Pouco depois, a convite de um amigo militante, ingressou no MST. Em pouco mais de 30 anos no MST, passou por várias cidades e setores, acumulando muito conhecimento sobre as cadeias produtivas do Movimento, em especial a do arroz orgânico. Em 2012, estabeleceu-se com sua companheira no assentamento Nova Esperança, na cidade de São José dos Campos, e passou a cultivar alimentos agroecológicos. Há aproximadamente cinco anos, iniciou seu projeto de CSA, enquanto ainda trabalhava na área de comercialização da produção do MST. A partir 2019, passou a se dedicar exclusivamente a sua CSA, para a qual sua produção é destinada atualmente.

Valter tem 48 anos e estudou até o ensino médio. É filho de agricultores e sempre trabalhou na agricultura. Nascido no Paraná e criado no Mato Grosso, mudou-se para o Estado de São Paulo nos anos 1990, onde conheceu o assentamento do MST em que viviam seus tios, na cidade de Campinas. Essa experiência abriu-lhe os olhos para a possibilidade de conseguir seu pedaço de terra e para o trabalho do Movimento, que passou a integrar. Com 25 anos de MST, participou de acampamentos no interior de São Paulo e da Marcha para Brasília²⁹, em 1997. Logo após, recebeu o convite do MST para fazer a luta pela terra na cidade de São José dos Campos, onde acabou assentado no começo dos anos 2000. Atualmente, vive com sua

²⁹ Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, Brasília 1997: Iniciada no dia 17 de fevereiro de 1997 e partindo de três pontos do país, a Marcha Nacional foi programada para chegar a Brasília no dia 17 de abril, exatamente um ano depois do Massacre de Eldorado do Carajás. A chegada a Brasília foi celebrada com um grande ato público com mais de 100 mil pessoas. O objetivo da mobilização foi chamar a atenção para a urgência da Reforma Agrária e pedir punição aos responsáveis pelo Massacre de Eldorado do Carajás. Durante a Marcha foi celebrado pela primeira vez o Dia Internacional da Luta Camponesa.

(<https://mst.org.br/2021/04/17/memoria-marcha-nacional-por-emprego-justica-e-reforma-agraria-brasilia-1997/>. Acesso em mar. 2022)

esposa e dois filhos no Assentamento Nova Esperança, onde produz alimentos em um sistema agroflorestal (SAF³⁰) que são destinados à sua CSA.

Alex e Valter têm histórias de vida semelhantes. Ambos têm vínculo com a terra desde a infância e se engajaram no MST devido às dificuldades vividas pelos agricultores familiares no contexto brasileiro. Eles têm o mesmo grau de escolaridade (ensino médio) e relatam um intenso processo de formação por parte do Movimento, inclusive sobre o cooperativismo que é incentivado pelo MST. Entretanto, os dois relataram dificuldades para desenvolver economia solidária na RMVPLN, de maneira que estabeleceram suas próprias CSAs para comercialização da produção.

Felipe tem 40 anos, é casado e formado em desenho industrial. A maior parte de sua vida profissional ocorreu em uma grande indústria na cidade de São José dos Campos. Em busca de melhorar seus hábitos alimentares, aproximou-se do universo da agricultura familiar e conheceu o conceito de CSA, pelo qual se encantou. Após uma imersão sobre o tema, que incluiu visitas a unidades e cursos, ele decidiu organizar uma CSA em São José dos Campos. Como não reside na zona rural, fez uma parceria com o assentado Alex que já dura aproximadamente 5 anos. Atualmente atua também como integrador de diversas CSAs da região.

Tales, que tem 39 anos de idade, é graduado e pós-graduado na área de engenharia. Trabalhou em grandes obras na Amazônia e na usina nuclear de Angra 3³¹. Em determinado momento de sua trajetória, passou a questionar seu ambiente de trabalho e pediu demissão. Estreitou laços com a agricultura, primeiramente trabalhando com jardinagem e, em seguida, se dedicando ao cultivo de alimentos e à comercialização de alimentos orgânicos e

³⁰ SAF's para recuperação ambiental são sistemas produtivos que podem se basear na sucessão ecológica, análogos aos ecossistemas naturais, em que árvores exóticas ou nativas são consorciadas com culturas agrícolas, trepadeiras, forrageiras, arbustivas, de acordo com um arranjo espacial e temporal pré-estabelecido, com alta diversidade de espécies e interações entre elas. Em geral, nos SAFs são realizados plantios de sementes e/ou de mudas. Os recursos e o retorno da produção são gerados permanentemente e em diversos estratos. SAFs otimizam o uso da terra, conciliando a preservação ambiental com a produção de alimentos, conservando o solo e diminuindo a pressão pelo uso da terra para a produção agrícola. Podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas. <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/sistemas-agroflorestais-safs>. Acesso em abr. 2022.

³¹ Angra 3 será a terceira usina da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAEA), localizada na praia de Itaorna, em Angra dos Reis (RJ). Quando entrar em operação comercial, a nova unidade com potência de 1.405 megawatts, será capaz de gerar mais de 12 milhões de megawatts-hora por ano, energia suficiente para abastecer as cidades de Brasília e Belo Horizonte durante o mesmo período. Com Angra 3, a energia nuclear passará a gerar o equivalente a 50% do consumo do Estado do Rio de Janeiro. Angra 3 é irmã gêmea de Angra 2. Ambas contam com tecnologia alemã Siemens/KWU (hoje, Areva ANP). As etapas de construção da Unidade incluem as obras civis, a montagem eletromecânica, o comissionamento de equipamentos e sistemas e os testes operacionais. <https://www.eletronuclear.gov.br/Nossas-Atividades/Paginas/Angra-3.aspx>. Acesso em abr. 2022.

agroecológicos. Há pouco mais de dois anos estabeleceu um grupo de CSA na cidade de Taubaté, para o qual destina toda a produção agrícola do sítio em que vive.

As trajetórias de Felipe e Tales assemelham-se. Ambos tiveram a oportunidade concluir o ensino superior e trabalhar nas respectivas áreas de formação. A partir de determinado momento, passaram a questionar as relações de trabalho e o estilo de vida urbano, o que os levou a ter contato com a agricultura e com a CSA. Ao contrário dos assentados Alex e Valter, Felipe e Tales não tiveram infância rural. Para eles, o estabelecimento de uma CSA é a etapa final de um processo de transformação que os levou da cidade para o campo.

A presença exclusiva de participantes do gênero masculino deve ser apontada e suscita questionamentos, sobretudo em relação ao MST, que, desde os seus primórdios, traz orientações práticas quanto à participação das mulheres (FURLIN, 2013) e sobre o fato de que, ainda hoje, apesar de sua luta no campo, elas não alcançaram o espaço de liderança.

Como explica Bourdieu (2012), a divisão entre os gêneros está naturalizada na sociedade a ponto de ser considerada normal, aceitável e até mesmo inevitável, de modo que a ordem estabelecida, apesar de suas contradições, perpetua-se com facilidade constrangedora, inclusive em movimentos políticos. Essa tendência conservadora tende a justificar o injustificável: relações de dominação, privilégios, injustiças.

Nesse sentido, Gonçalves (2009, p. 203) aponta que:

Observa-se, sobretudo no espaço dos assentamentos, uma relação de hierarquia entre os gêneros, uma valorização diferente do trabalho das mulheres, mesmo quando estas exercem as mesmas atividades que os homens. Esta “tradição” nos assentamentos é reforçada pela divisão sexual explícita no próprio contrato de concessão da gleba: o homem aparece como responsável pelo lote ao passo que a mulher é uma “dependente”.

Na seção específica dedicada ao MST o assunto é abordado com detalhes, mas sem aprofundamento nesse debate, por estar fora do escopo desta pesquisa. Contudo, aponta-se aqui a necessidade de estudos e discussões sobre essa questão, reflexo de uma sociedade machista e patriarcal que enxerga as mulheres como subalternas e dificulta sua ascensão a posições de destaque e liderança.

3.5. Instrumentos de Pesquisa

Não é factível que se compreenda determinado problema por meio de uma investigação às cegas, ao contrário, em especial no estudo da realidade social, faz-se necessário que seja guiada por formulações conceituais que permitam chegar a conclusões. Assim, “[...] os

instrumentos de pesquisa, o questionário, a entrevista etc., para a coleta de informações, são iluminados pelos conceitos de uma teoria” (TRIVIÑOS, 1987, p. 101).

Esta pesquisa fez uso da entrevista, definida “[...] como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” (GIL, 2008, p. 109).

As entrevistas foram guiadas por um roteiro (APÊNDICE A), para que se pudesse coletar as percepções dos participantes, com base nos conceitos de Gil (2008) de entrevista como forma de interação social, isto é, um diálogo assimétrico em que o entrevistador busca coletar os dados apresentados pelo entrevistado, a fonte de informação.

3.6. Procedimentos para Coleta de Dados

Por envolver seres humanos, antes da coleta de dados o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté (CEP-UNITAU), que tem por finalidade defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Após a aprovação pelo CEP-UNITAU, os agricultores indicados pela Rede Apoena Vale do Paraíba foram convidados a participar da pesquisa de forma individual. Em razão da pandemia da covid-19, os contatos foram realizados pelo telefone, por aplicativo de troca de mensagens ou por ferramentas de reuniões virtuais.

Inicialmente, explicou-se aos envolvidos que a participação na pesquisa era voluntária e que não acarretaria custos, tampouco riscos adicionais. Também foi esclarecido que poderiam deixar a pesquisa a qualquer tempo se assim o desejassem. Antes da realização da coleta de dados, foi devidamente providenciada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), pelos participantes.

Os participantes foram informados sobre os benefícios e riscos inerentes à participação em pesquisas científicas. Quanto aos riscos oferecidos pela pesquisa, entende-se que, em virtude dos procedimentos metodológicos estabelecidos, os participantes não foram expostos a perigos.

Como benefício às lideranças, a participação na pesquisa permitiu refletir sobre as condições, práticas e vivências inerentes ao engajamento em uma iniciativa econômica solidária com possibilidade de aprimoramento pessoal do participante, além de reflexos positivos ao conjunto dos integrantes do projeto.

Ainda quanto aos benefícios indiretos da pesquisa, destaca-se a divulgação dos projetos, bem como o fortalecimento de suas reivindicações e o combate ao preconceito por que passam os pequenos agricultores.

Assegurou-se aos agricultores participantes da pesquisa que suas identidades não seriam expostas, garantindo-lhes assim a condição de falar sob anonimato, de modo a evitar eventuais represálias e constrangimentos advindos de seu discurso e posicionamento.

Devido ao prolongamento da situação de pandemia da covid-19 ao longo do ano de 2021, os procedimentos para as entrevistas foram adaptados para este momento *sui generis*. Dois participantes não se sentiram confortáveis para receber a visita do pesquisador, devido a sob essa circunstância; assim, essas duas entrevistas foram realizadas por meio da ferramenta tecnológica de reuniões virtuais *Zoom*.

Os outros dois participantes optaram por receber o pesquisador presencialmente para a realização de entrevistas. Nesses casos, para salvaguardar a saúde de todos os envolvidos, foram adotados os protocolos sanitários: distanciamento de 2 metros entre pesquisador e participante e uso de máscaras e de álcool em gel.

Sem dúvida, o fato de a coleta de dados não ter sido realizada da mesma forma com todos os participantes pode ter influenciado a percepção do pesquisador acerca dos objetos de pesquisa. Nesse sentido, não se pode negar que a entrevista remota apresenta limitações, diferentemente daquela realizada presencialmente, em que se pode apreender mais do que a narrativa do entrevistado. Assim, considera-se importante esclarecer como foram os contatos com cada participante durante a fase de coleta de dados.

Alex e Tales concederam suas entrevistas remotamente pela ferramenta de reuniões virtuais *Zoom*. A diferença é que o sítio de Alex foi visitado antes da entrevista, enquanto o contato com Tales, durante todo o curso da pesquisa, foi exclusivamente remoto.

Valter e Felipe receberam o pesquisador para a entrevista, mas também é preciso ressaltar uma diferença significativa na coleta, pois Valter mora no assentamento e recebeu o pesquisador em dia de colheita dos produtos da cesta da CSA no seu sítio. Já Felipe concedeu sua entrevista na cidade, visto que não mora no campo.

Esses esclarecimentos são necessários para que tenha compreensão do processo da pesquisa. De toda sorte, todas as entrevistas transcorreram em clima amigável, e os participantes demonstraram interesse em compartilhar suas experiências com a agricultura e a economia solidária.

3.7. Procedimentos para Análise de Dados

Segundo Marcondes e Brisola (2014), o papel de interpretar dados e atribuir significados são temas primordiais que devem ser amplamente debatidos e analisados no processo de investigação científica.

Neste trabalho a análise se deu por meio da técnica da triangulação de métodos, para que se pudesse articular as narrativas ao contexto em que foram produzidas e captar as percepções dos entrevistados na riqueza de seus detalhes.

A técnica da triangulação objetiva englobar a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão da pesquisa, pois não se pode compreender isoladamente um fenômeno social sem antes entender também suas raízes e significados (TRIVIÑOS, 1987).

Conforme aponta Yin (2015), a inspiração da triangulação é o princípio da navegação que calcula a localização precisa de um objeto pela interseção de pontos de referência diferentes. Da mesma forma, é provável que as conclusões de um estado de caso sejam mais precisas e convincentes, se baseadas em múltiplas fontes de evidências, pois a abordagem de mais aspectos históricos e comportamentais permite que se encontrem linhas convergentes de investigação.

Na análise por Triangulação de Métodos, está presente um *modus operandi* pautado na preparação do material coletado e na articulação de três aspectos para proceder à análise de fato, sendo que o primeiro aspecto se refere às informações concretas levantadas com a pesquisa, quais sejam, os dados empíricos, as narrativas dos entrevistados; o segundo aspecto compreende o diálogo com os autores que estudam a temática em questão; e o terceiro aspecto se refere à análise de conjuntura, entendendo conjuntura como o contexto mais amplo e mais abstrato da realidade (MARCONDES; BRISOLA, 2014, p. 204).

Figura 21: Análise por Triangulação de Métodos



Fonte: Marcondes e Brisola (2014).

Por meio da compreensão dessas três dimensões, o processo de interpretação foi realizado sobre os dados primários, num primeiro momento, para posteriormente serem “[...] contextualizadas, criticadas, comparadas e trianguladas” (GOMES *et al.*, p. 185, 2010, *apud* MARCONDES; BRISOLA, 2014, p. 204).

Desse modo, a aplicação da técnica da triangulação de dados possibilitou que se analisassem as narrativas dos pequenos produtores rurais, e também que elas fossem articuladas com os contextos de exclusão, preconceito, desvalorização e marginalização aos quais estão submetidas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As histórias dos agricultores possibilitaram, de acordo com metodologia apresentada, conhecer as experiências que moldaram a trajetória de cada um deles.

Em seguida, apresentou-se a estrutura do MST e da CSA em termos administrativos, financeiros e logísticos, para, adiante, fosse possível apreender como os participantes percebem a importância das iniciativas de economia solidária para seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Pela riqueza de detalhes, as narrativas dos participantes permitem a investigação por prismas diversos, e é possível perceber pontos de convergência e divergência entre eles e, ainda, ressaltar a particularidade de cada experiência que a torna única.

4.1. Trajetórias e Relação com as Iniciativas Econômicas Solidárias

Segundo Freire (1996), o amadurecimento do ser não se dá de forma abrupta. Ao contrário, é um processo que se consolida durante sua vivência e por meio das incontáveis decisões que se fazem necessárias em seu cotidiano.

Por sua vez, o filósofo Ortega y Gasset (1967) afirma que é impossível dissociar o indivíduo das circunstâncias que o rodeiam. Para o autor, o 'eu' é fortemente suscetível à realidade ao seu redor que, portanto, acaba por moldá-lo.

Tais colocações mostram o quanto a trajetória de um sujeito está intimamente ligada às suas experiências de vida e, conseqüentemente, há impossibilidade de dissociação entre as trajetórias profissional e pessoal e os contextos no quais elas se dão, em meio a contradições próprias da realidade social.

Tardif e Raymond (2000) apontam que a identidade do trabalhador é transformada pelo trabalho realizado, já que o ato de trabalhar não se reduz apenas a fazer algo, mas a fazer algo de si mesmo.

Assim, nesta seção procura-se compreender as trajetórias pessoais e profissionais dos participantes da pesquisa, além de identificar as características convergentes e as situações peculiares dos agricultores entrevistados.

Nesse sentido, verificou-se, na análise das narrativas, que as trajetórias dos agricultores provenientes do MST são bastante semelhantes entre si, o mesmo ocorrendo com os agricultores

neorrurais. Os pontos de maior divergência surgem justamente na comparação entre esses dois tipos de agricultores.

Para melhor compreensão, procurou-se estruturar a análise das trajetórias dos participantes apresentando, primeiramente, os agricultores militantes do MST para, na sequência, discorrer sobre os neorrurais.

Como afirmado anteriormente, as trajetórias dos participantes militantes do (MST), Valter e Alex, guardam semelhanças, como a de tantos outros militantes, como relata Ribeiro (2012)

A trajetória que precede a entrada no Movimento consistiu em uma vivência traumática, marcada pela condição de despossuído (no fato de não ter terra, mas também não ter emprego, escolarização ou condições dignas de vida). Ou seja, a essas pessoas não foi permitida a cidadania plena e seus direitos não foram reconhecidos ou garantidos pelo Estado. Paradoxalmente, é na luta por esse reconhecimento e por sua efetivação que uma cidadania é conquistada (RIBEIRO, 2012, p. 212).

Assim, a inserção no Movimento é consequência da histórica dificuldade de acesso à terra. Afinal, quando o controle das terras está nas mãos de uma pequena minoria, como é o caso do Brasil, a exploração da população rural se torna ainda mais dura (FURTADO, 1980).

Ambos são filhos de agricultores e, conseqüentemente, têm ligações com o campo desde a infância. Concluíram o ensino médio, mas não avançaram na formação de nível superior, apesar de apontarem que há incentivo por parte da direção do MST. Além do mais, relatam que passaram por um intenso processo de formação interna no Movimento.

Os dois são provenientes de outros estados e acabaram assentados na RMVPLN em função da participação no Movimento. O perfil tipicamente rural de ambos difere do caráter urbano muito frequente na região, especificamente no assentamento em que se encontram. Não obstante, assemelha-se ao da maioria dos assentados no país, conforme relata Stédile em entrevista para a Revista Estudos Avançados concedida ao professor Alfredo Bosi e aos jornalistas Marco Antonio Coelho e Dario Luís Borelli, em 1997.

Em termos gerais, é o seguinte: 95% dos assentados eram agricultores, assalariados, filhos de pequenos agricultores ou viviam como parceiros e arrendatários. Embora haja muito desemprego na cidade, a ampla maioria dos assentados é de agricultores. Em termos de escolaridade, 65% deles têm até o 3º ano primário, os adultos. Todo esforço daquele *setorzinho* de educação agora é justamente para os filhos ultrapassarem aquele limite dos pais. Em todos os assentamentos já temos escolas de 1º grau e a nossa luta é para que os filhos dos assentados consigam chegar ao 2º grau. Temos duas escolas que formam

professores de 2º grau, e uma escola técnica de administração de cooperativas, em nível de 2º grau (STÉDILE, 1997, p. 75).

Além da preocupação com a educação formal apontada por Stédile, pode-se extrair das narrativas das lideranças do MST que ambos acumularam conhecimentos em diversas áreas, num processo que, segundo Silva (2013), visa à transformação social por meio da educação.

Nesse sentido, Alex, por exemplo, descreve o processo de desenvolvimento proporcionado por sua formação no MST que, ainda que sem os vínculos formais da academia, lhe rendeu conhecimento em diversas áreas.

[...] uma coisa muito boa no Movimento, e eu agradeço muito, foi a formação que eu tive, que eu conquistei através do movimento e que, boa parte dela, depende exclusivamente de uma vontade individual e depois de uma vontade coletiva que você se insere dentro de um programa, de um projeto de formação que existe dentro do movimento e, com essa iniciativa particular sua, a gente consegue evoluir muito. Eu me considero uma pessoa privilegiada por ter estudado bastante. Eu não fiz nenhum curso superior dentro do Movimento, tive até oportunidade, mas isso não me impediu de poder adquirir muito conhecimento na área da filosofia, na área da história, da economia, de todo esse desenvolvimento da história, desenvolvimento econômico, da história do desenvolvimento da agricultura no Brasil, das lutas sociais que existiram todo esse período, nesses mais de quinhentos anos de Brasil, ou de invasão do Brasil. Então eu adquiri uma carga de conhecimento muito boa e eu acho que isso foi muito bom (ALEX, grifos nossos).

Nesse sentido, Ribeiro (2012, p. 209) relata que “[...] é notável a importância que o MST dá à educação que pode ser aqui compreendida como escolarização formal, mas também como um processo de formação mais amplo que envolve toda uma proposta de mudança de valores”.

Em pesquisa realizada com a juventude do MST do assentamento Palmares, situado na zona rural de Nina Rodrigues - Maranhão, Francinalda Araújo e Silva (2013) demonstra a importância da formação em todos os âmbitos para o Movimento. Bogo (2003) corrobora essa assertiva:

A formação deve ser um processo permanente, para assimilar os objetivos e capacitar a militância, para intervir na realidade em que vive para transformá-la; o ponto de partida da formação deve ser a prática social. A partir dela, ter acesso à teoria para que esta possibilite compreender, orientar e corrigir, voltando à prática, construindo assim um movimento permanente prática-teoria-prática; além de contribuir com o desenvolvimento da prática, a formação tem por objetivo desenvolver e garantir a unidade política e ideológica do MST; o processo de formação deve refletir e construir uma ética revolucionária no comportamento dos militantes, baseada no amor à causa do povo, no companheirismo, disciplina, honestidade, responsabilidade, crítica e autocrítica, solidariedade, corrigir e eliminar vícios, dedicação à causa e à organização; os programas de formação devem incluir trabalho prático e

teórico e desenvolver a mística, a disciplina e a emulação; os cursos de formação devem garantir o domínio de conhecimentos científicos, resultar em firmeza ideológica, dar embasamento metodológico para que os militantes tenham capacidade de reproduzir conhecimentos e contribuir para a organicidade do MST (BOGO, 2003, p. 182).

No MST, a formação, seja ela política ou técnica, integra o conjunto das estratégias de luta do Movimento. Como explica Silva (2013, p. 64), citando Pizetta (2007, p. 87), “[...] a principal tarefa da formação é motivar para que os silenciados saiam de seu silêncio, que os dominados aceitem sair da dominação através da luta”.

Assim, verifica-se que a formação ocupa lugar de destaque no Movimento, pois é por meio dela que as lideranças e a militância se preparam para assumir as diferentes frentes de atuação. Para isso, o MST, em sintonia com os conceitos do educador Paulo Freire, apregoa que a educação deve se relacionar com realidade dos militantes, os educandos (RIBEIRO, 2012).

O relato de Valter ilustra o modo de fazer educação do MST com foco na humanização do militante e na construção da identidade sem-terra, o que Caldart (2004) definiu como a Pedagogia do Movimento:

[...] quando entrei no movimento, no MST no Estado de São Paulo, me deram essa oportunidade de conhecer como as comunidades indígenas estão organizadas, como os quilombolas estão organizados, os movimentos sem teto que estão na cidade, os movimentos que estão no campo, não só o MST, mas outros movimentos também. **Então, é uma formação muito importante para você entender um todo, e até mesmo para se posicionar enquanto pessoa, saber de fato qual o projeto que você defende, como que você quer se organizar. Então, o Movimento deu essa capacidade de até mesmo entender a sociedade e relacionar. Porque a gente ficava muito preso no campo [...] e movimento social, como é um movimento político, ele traz muito isso para a gente entender, então a gente acaba tendo essa formação que é muito importante. Eu acho que toda pessoa que passou pelo movimento social, ela tem esse entendimento, essa capacidade de olhar diferente** (VALTER, grifos nossos).

Desse modo, o processo de formação do Movimento permite ao trabalhador moldar-se como novo sujeito social dotado de consciência e identidade, que lhe dão as condições para a resistência política (CALDART, 2000).

Alex relata que, em sua experiência com o MST, pôde acompanhar, na prática, o processo pedagógico transformador descrito por Caldart.

Também uma coisa que acontecia muito e que o Movimento soube e sabe fazer muito bem, é a formação de massa com grupos de pessoas tão

grandes. Você tem que saber lidar, você tem que ter um a dinâmica, uma pedagogia, um método para conseguir dar formação para um grupo tão grande de pessoas que, às vezes, podem ter níveis diferentes de conhecimento nesse acampamento. Mas era maravilhoso esse processo que acontecia, essa transformação que acontecia com essas pessoas que vão para o acampamento (ALEX, grifos nossos).

Nesse sentido, Silva (2013, p. 59), aponta que “[...] o processo de formação vivenciado pela coletividade Sem-Terra é a força impulsionadora de uma educação voltada para o desenvolvimento do ser humano comprometida com a formação de novos sujeitos, com a transformação social e com a luta”.

Os participantes reforçam que o processo de formação de quadros no MST não é só uma possibilidade, mas, segundo Silva (2013), uma necessidade e uma preocupação do Movimento desde sua criação, o que é corroborado pelo participante Valter:

[...] quando eu entrei, na época, no Movimento, pouca gente tinha curso universitário e hoje, se você for nas instâncias do movimento, nos setores, nas lideranças do Movimento, como o Movimento é organizado no Brasil, ele só tem essa resistência porque é a forma do Movimento se organizar, o Movimento não é preso a uma figura. Então, você tem um coletivo, você tem as instâncias do Movimento, tem as instâncias lá em cima. Até chegar no acampamento você tem uma divisão, até mesmo para permitir essa formação, que você não conheça apenas uma parte do movimento, que você conheça o movimento como um todo, como que é organizado nos 26 estados e as exigências do movimento. Ele passa por esse processo. Se o movimento social não tiver formação de liderança, você tem muito problema que é o que a gente está tendo aqui no Brasil. Se a gente hoje for ver a esquerda no Brasil, a gente está numa encruzilhada porque a gente cresceu a esquerda no Brasil e por um período ela parou de formar. Você vê que a figura que a gente tem hoje para ser candidato a presidente da república é o Lula. Hoje você não vê outra liderança de esquerda no Brasil se destacando. Se o Lula tiver um problema de saúde e o Lula falecer hoje, qual a liderança que a gente tem de referência, que de fato venha discutir o problema do Brasil? A gente não tem e o movimento social também passou por um período assim, mas hoje o Movimento tem trabalhado muito nessa questão de formação porque a liderança tem de se formar enquanto pessoa. Então, é muito importante para o ser humano ter essas informações e conhecer como que a gente está organizado enquanto sociedade (VALTER, grifos nossos).

Valter traz uma leitura importante sobre o papel da formação no âmbito do Movimento e, mais que isso, indica o quanto a esquerda brasileira perdeu ao deixar de fazer a formação de quadros. A luta contra a ditadura civil-militar (1964-1985) exigiu da esquerda brasileira o trabalho de formação e organização das classes trabalhadoras e subalternas. Tal trabalho de base foi catapultado com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as quais desempenharam papel central nesse processo.

Durante o regime militar, as CEBs resistiram às imposições e tornaram-se espaços para que os grupos pudessem se expressar religiosa e politicamente. Ao longo desse período, a luta pelos direitos civis, o compromisso com os direitos humanos e a denúncia contra as torturas cresceram consideravelmente. O palco de debates e mobilizações contra a injustiça social e a doutrina de segurança nacional, particularmente depois do AI-554, eram as CEBs. Diversas vozes e mobilizações resistiram às imposições. A contribuição das CEBs se fazia sentir nas denúncias de violência no campo, nas fábricas e no movimento estudantil. Diversos grupos que não tinham outro espaço integraram-se na pastoral popular, contribuindo, com suas experiências, para mudanças qualitativas na sociedade brasileira e para o restabelecimento dos direitos políticos (DELGADO; PASSOS, 2014, p. 124).

O Partido dos Trabalhadores surgiu nesse contexto, ou seja, a partir das CEBs passam a ser aglutinadas práticas de conscientização e críticas às mazelas sociais, forjando o processo organizativo do partido. As CEBs também exerceram influências junto às populações rurais. Na década de 1960, por exemplo, as CEBs, segundo relata Frei Betto (1981), estimularam a formação das Ligas Camponesas³²- movimento de contestação e resistência contra a opressão no campo que se espalhou, principalmente no Nordeste do país, embora o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tenha sido o primeiro a abraçar a causa dos camponeses no Brasil.

O processo de luta contra a ditadura desencadeado primeiramente pelas CEBs, seguido do trabalho de organização promovido por partidos de esquerda, dentre eles o PT, produziu um cenário que possibilitou a emergência de novos atores sociais, de costas para o Estado (SADER, 1988).

Entretanto, com a eleição de Lula da Silva para a presidência da República, em 2003, a formação política ocupou lugar secundário, sobretudo porque muitos movimentos sociais (feministas, negros, trabalhadores e outros) e seus quadros assumiram cargos no governo, o que dificultou o movimento de resistência e organização da população. Evidentemente, reconheceu-se que o avanço da agenda neoliberal no Brasil contribuiu substantivamente para a desorganização das classes trabalhadoras e populares, porém a adesão dos movimentos sociais à agenda governamental pode ter contribuído para sua desorganização pela base.

³² Em 1955 surge a primeira Liga Camponesa em Pernambuco, com o objetivo de lutar pela posse da terra e reforma agrária. Desde então, espalham-se por todo o Nordeste, usando a literatura de cordel como instrumento de luta dos trabalhadores do campo, sob a influência socialista e comunista. O movimento que se tornou nacionalmente conhecido como Ligas Camponesas iniciou-se, de fato, no engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco. A propriedade congregava 140 famílias de foreiros nos quinhentos hectares de terra do engenho que estava de "fogo morto". O movimento foi criado no dia 1º de janeiro de 1955 e autodenominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). De um modo geral, as associações criadas tinham caráter civil, voluntário, e por isso mesmo dependiam de um estatuto e de seu registro em cartório. As Ligas Camponesas constituíram-se em Movimento autônomo, avesso à colaboração com o Estado (ARAÚJO, 2010).

O reflexo desse processo de despolitização e ausência de formação pode ser constatado no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff³³, em 2016, quando a esquerda não obteve apoio popular para se manter no poder, devido à ausência do trabalho de base.

Valter, ao fazer esse comparativo entre MST e os partidos políticos de esquerda, demonstra conhecimento político dos quadros do MST e reflete o pensamento crítico do Movimento, evidenciando o quanto o processo formativo é qualificado, com vistas à ação, ou à práxis.

Assim, observa-se que o conhecimento se espalha por todos os níveis do Movimento. Trata-se de uma estratégia crucial de resistência e avanço da causa, pois, se o conhecimento estiver restrito a apenas alguns líderes e intelectuais, então estará em risco de se perder (LUXEMBURGO, 2002).

Conforme sinalizam Stédile e Fernandes (2012, p. 75), “Superamos a ideia de ficar presos a delegados, de restringir a participação. Ao contrário, quanto mais gente participar, mais gente vai aprender”.

O debate sobre o processo de formação de quadros pelo MST é extenso na literatura, mas segue relevante, pois, como se vê nas trajetórias de Alex e Valter, o desenvolvimento dos assentados está relacionado à formação que receberam no Movimento.

Como adiantado, as trajetórias dos agricultores neorrurais - “[...] residentes instalados recentemente em meio rural vindos de centros urbanos” (RETIÈRE; MARQUES, 2019, p. 492) - vinculados a CSA também se mostram semelhantes. Nenhum deles nasceu no campo ou teve uma infância rural.

Em termos de formação, Felipe e Tales concluíram o ensino superior e exerceram funções profissionais relacionadas às suas respectivas áreas de formação, antes de enveredarem pelo caminho da agricultura familiar. Portanto, ambos tiveram oportunidade de trabalhar no que a sociedade convencionou chamar de “bom emprego”, e a decisão de tomar um novo rumo profissional passou por uma transformação gradativa cujo estopim foi o questionamento acerca de seus estilos de vida. Nesse sentido, Sastoque (2014) relata que os agricultores neorrurais costumam buscar um novo estilo de vida, mais saudável e agradável.

Como descrito em seu perfil, Tales, após se formar como engenheiro, trabalhou na construção de um gasoduto na Amazônia e em uma obra na usina nuclear de Angra 3. Em um momento de crise, situação que aflige grande parte da classe trabalhadora, optou pela mudança de rumo. No excerto que segue ele descreve essa situação.

³³ Dilma Vana Rousseff (1947) foi presidenta do Brasil entre 2011 e 2016.

Eu comecei a questionar o ambiente de trabalho, comecei a questionar se o que eu estava fazendo era realmente uma coisa importante para a sociedade porque eu sempre gostei da minha profissão, mas eu comecei a questionar e comecei a perder um pouco do prazer de atuar nessa área. Enfim, eu aproveitei toda situação e pedi desligamento da empresa (TALES).

No que tange o trabalho, Marx (1983) traz importantes contribuições sobre essa categoria, o que ajuda a compreender o sentido da mudança empreendida por muitos trabalhadores. Para Marx, o homem construiu-se mediante o trabalho, ou seja, por meio de sua ação transformadora sobre a natureza. Ao atuar sobre a natureza, humanizou-se. Evidentemente, o autor está se referindo ao longo processo pelo qual o homem se diferenciou dos animais, construindo instrumentos e meios para a realização das tarefas que atendiam, em última instância, às suas necessidades. Conforme Marx (1983, p. 149), “[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

Lukács (2018), na obra “Para uma ontologia do ser social”, baseado nos estudos de Marx sobre o trabalho, segue na mesma direção, e explica que:

[...] o conceito de trabalho comparece em uma acepção muito precisa: é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho (LESSA, 2012, p. 25).

Nesse longo processo de transformação/dominação da natureza, o homem desenvolveu capacidades que permitiram essa diferenciação. O trabalho, nessa perspectiva, alcançou um estatuto ontológico, o qual permitiu o desenvolvimento de potencialidades e capacidades dos que o realizavam.

Contudo, Marx (1983) expõe que, com o advento da propriedade privada e da divisão social e técnica do trabalho inerentes à sociedade capitalista, o trabalho deixa de ser fonte de realização do homem, pois passa a ser explorado e alienado.

Atualmente, de acordo com Antunes (2018), a situação enfrentada por Tales não é aleatória, mas consequência de um processo sistemático de desregulamentação das relações de trabalho.

Conforme já apontado, o trabalho no capitalismo deixa de ser fonte de realização do homem, ganhando contornos mais perversos na contemporaneidade, tanto na exploração como na alienação, subtraindo do trabalhador a possibilidade de sua realização.

Felipe, por sua vez trabalhou em uma grande indústria antes de se tornar agricultor, e o processo de mudança para ele se iniciou quando buscou hábitos alimentares mais saudáveis, que o levaram a conhecer a CSA.

Cheguei na CSA através da transição dos hábitos alimentares. Eu me alimentava mal, me alimentava nos *fast-food* da vida, no sistema convencional. E quando a gente foi tendo os filhos, eu e minha esposa, a gente começou a se preocupar mais com alimentação e fomos em busca de alimentos mais naturais, *in natura* e começamos a frequentar feiras, essas coisas. Essa foi uma transição de sair do restaurante, sair do *fast-food*, de ir para uma feira livre, começar a querer conhecer de onde vem a comida, começar a querer conhecer o agricultor. E nesse movimento eu conheci o movimento de CSA (FELIPE).

A questão apresentada por Felipe expressa um movimento que vem ganhando força entre determinados setores da sociedade brasileira, em especial aqueles que detêm maior poder aquisitivo, os quais podem optar por uma alimentação mais saudável, apesar do alto custo que ela pode acarretar. Como se percebe, a escolha por alimentação saudável está imbricada na condição de classe. Edison Bertonecelo (2019), no artigo “Classe Social e Alimentação: Padrões de consumo alimentar no Brasil contemporâneo” expõe a estratificação alimentar entre diferentes classes sociais. O estudo mostra as dificuldades de acesso aos alimentos de maior valor nutricional, bem como a escolha por alimentos de maior valor energético pelas classes menos favorecidas.

Nesse sentido, Borges *et al.* (2015) alertam que as opções alimentares são processos complexos que sofrem influência de fatores biológicos, sociais, culturais e econômicos. No que tange ao aspecto econômico, a renda dos indivíduos e o preço dos alimentos exercem influência significativa na decisão de ingerir ou não alimentos saudáveis. Para os autores, a superação dessa situação passa por uma série de medidas, em sua maioria relacionadas às políticas públicas.

Para reverter essa situação atual, podem ser destacados alguns caminhos que são facilitadores na busca de uma dieta mais saudável, entre eles, estão a importância de se ter uma política de redução de preços dos alimentos considerados mais saudáveis e aplicação de impostos mais rigorosos sobre os alimentos com inferior qualidade nutricional. É necessário, também, que se adotem políticas como: incentivo à produção de alimentos locais ou regionais; educação alimentar, para a reorientação dos gastos com alimentos, que atualmente estão direcionados para a compra de alimentos pouco saudáveis; e uma melhor distribuição de renda, de forma a melhorar o poder aquisitivo da população. Todos esses fatores, agregados, podem desempenhar um importante papel na promoção da alimentação saudável no Brasil e devem ser considerados eixos de discussão para a nova proposta do Guia Alimentar para a População

Brasileira desenvolvido pelo Ministério da Saúde (BORGES *et al.*, 2015, p. 146).

Destarte, deveria ganhar importância o papel desempenhado pela agricultura familiar na disseminação de práticas de produção sustentáveis de alimentos saudáveis. No Brasil, no entanto, o segmento segue preterido e sofre com as políticas públicas de valorização do agronegócio exportador de *commodities*.

Ainda assim, a questão da alimentação saudável inscreve-se no escopo da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme o artigo terceiro da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN).

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Como lembram Martinelli e Cavalli (2019), a participação do Estado na adoção de políticas alimentares é, de fato, fundamental para a consolidação da alimentação sustentável no país.

A partir da década de 1990, segundo Paiva *et al.* (2019), a preocupação institucional com o tema aumenta. Relatórios e publicações de órgãos oficiais passam a utilizar o adjetivo “saudável” relacionado a práticas alimentares. Em 2004, a expressão “alimentação saudável” passa a ser institucionalizada e aparece no relatório da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (II CNSAN³⁴), que também consolidou o atual conceito de SAN.

Segundo Calcanhoto *et al.* (2020), a evolução da SAN mantém relação com políticas sociais voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar reivindicadas por movimentos sociais.

Neste sentido, cabe destacar a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a proposta dos assentamentos rurais que contribui para a garantia da SAN de famílias assentadas, uma vez que possibilita o plantio para o autoconsumo, bem como para a geração de renda das famílias, o respeito a

³⁴ Realizada em Olinda (PE), no período de 17 a 20 de março de 2004, a II CNSAN constitui um marco na mobilização nacional pela erradicação da fome e promoção da segurança alimentar e nutricional, dez anos após a I Conferência Nacional, em 1994.

As deliberações da II CNSAN consistiram de propostas de ações estratégicas para uma política nacional de segurança alimentar e nutricional, bem como dezoito moções sobre diversas questões relacionadas com a SAN no Brasil e no mundo. (https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II_Conferencia_2versao.pdf. Acesso em mar. 2022).

preceitos de justiça social e desenvolvimento sustentável (CALCANHOTO *et al.*, 2020, p. 271)

Apesar disso, Martinelli e Cavalli (2019) apontam que a alimentação contemporânea caminha para se tornar insustentável. Utiliza-se energia demasiada para produção de alimentos, com impacto ambiental aterrador e necessidade de vastas extensões de terras. Uma vez mais, não se pode deixar de contrapor a situação atual com as possibilidades trazidas pela agricultura familiar de produção agroecológica.

Adicionalmente, observa-se que o histórico de má alimentação citado por Felipe está em um contexto, verificado especialmente nos grandes centros do Ocidente, de drásticas mudanças nos hábitos alimentares, para adaptação à agilidade dos tempos atuais, conforme explica Bleil (1998):

O fast-food é o principal fenômeno de consumo no mundo moderno e a carne aparece como o alimento de maior prestígio no Ocidente. O sanduíche e os refrigerantes ganham preferência quando o mais importante é a praticidade e a rapidez. A publicidade e a ideologia do consumo favorecem a formação de novos hábitos inimagináveis há pouco mais de três décadas (BLEIL, 1998, p. 2).

O aumento do consumo de alimentos ultraprocessados³⁵ gera desequilíbrios nutricionais e maior ingestão de calorias, impactando negativamente a saúde da população, pois contribui, por exemplo, para crescimento dos casos de obesidade, diabetes, hipertensão arterial, doenças do coração e câncer (MARTINS; FARIA, 2018).

Como adverte o guia alimentar para a população brasileira, elaborado pelo Ministério da Saúde,

[...] o Brasil vem enfrentando aumento expressivo do sobrepeso e da obesidade em todas as faixas etárias, e as doenças crônicas são a principal causa de morte entre adultos. O excesso de peso acomete um em cada dois adultos e uma em cada três crianças brasileiras (BRASIL, 2014, p. 5).

Ademais, de acordo com Marques Filho (2018), a população mundial deve passar de 6,1 para 9,8 bilhões de habitantes, entre 2000 e 2050, que corresponde a um acréscimo pouco superior a 50%. No entanto, a estimativa da Organização das Nações Unidas para a Alimentação

³⁵ Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), alimentos ultraprocessados são formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes).

e Agricultura (FAO) é que a produção de carne mais do que dobre no mesmo período, saltando de 229 para 465 milhões de toneladas. O aumento desproporcional do consumo de carnes gera impactos à saúde da população e ao meio ambiente.

Schneider e Gazolla (2017, p. 9) refletem sobre essa situação:

Há algo profundamente errado com o modo como se produz e consome alimentos na nossa sociedade. De um lado, se produzem cada vez mais fibras e matérias-primas agroalimentares e aumentam os impactos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e os próprios agricultores. Por outro, os números da fome e da pobreza no mundo continuam quase inalterados, mas a quantidade de pessoas obesas e malnutridas em decorrência do tipo de comida que ingerem só faz crescer. Em meio a isso, quem realmente se beneficia são as empresas que produzem e distribuem os alimentos, especialmente as grandes redes de supermercados e as lojas de fast food globais. Chegamos a um ponto em que, no século XXI, há oferta suficiente para alimentar toda a humanidade, mas convivemos com a fome e a malnutrição, e a insatisfação dos produtores (agricultores) e dos consumidores.

De volta aos casos de Felipe e Tales, a decisão de formar uma CSA e viver da agricultura familiar é, portanto, a última etapa de um processo de transformação que se iniciou já na vida adulta e que está relacionado com busca de melhor qualidade de vida.

Essa trajetória, segundo Retière e Marques (2019, p. 501) não é incomum entre agricultores neorrurais. “Agricultores e neorrurais justificam suas escolhas por acreditarem que o meio rural pode oferecer maior qualidade de vida, tanto em relação à moradia como em termos de atividade profissional”.

Os excertos que seguem, das entrevistas de Tales e Felipe, ajudam a sustentar esse argumento:

Fui plantar sem saber de nada, trabalhar com meu pai. A gente começou a fazer uns cursos de agricultura orgânica, de agroecologia e eu vi que eu ia feliz trabalhar, eu estava contente, estava junto com a minha família, com meu pai. E foi isso. Eu não parei mais. [...] Eu comecei a vender orgânicos de parceiros também e aí conseguimos fundar a primeira CSA de Taubaté. E aí é isso. Me tornei agricultor e eu acho que a vida me levou a isso e eu acabei me tornando agricultor (TALES, grifos nossos).

Eu me dei essa oportunidade. Hoje eu reconheço que foi um privilégio poder fazer isso. Enquanto eu trabalhava na indústria [...] eu ia passar férias na fazenda ou no assentamento, num sítio acampado. Viajei para várias cidades, vários lugares, onde eu ouvia falar que tinha agroecologia, onde ouvia falar que tinha CSA eu fui visitar. Conheci muita gente bacana, muita gente que hoje é referência da CSA e depois dessas imersões eu voltei para São José dos Campos e falei assim: “vamos tentar montar um grupo de CSA aqui em São José” (FELIPE, grifos nossos).

Tales e Felipe, como agricultores neorrurais, precisaram adquirir conhecimentos sobre agricultura e, como visto, parte dele foi adquirido na prática, convivendo no ambiente rural, inclusive com o MST, e outra parte adveio de uma preparação técnica por meio da realização de cursos e treinamentos.

Sobre isso, os participantes relatam que há suporte e treinamentos oferecidos pela CSA, mas que, diferentemente do que se vê no MST, não se voltam para a formação política, restringindo-se a questões técnicas e administrativas.

Tales conta que teve acompanhamento especializado, treinamentos e reuniões durante o processo de formação de sua CSA. Já Felipe informa que esteve na CSA Brasil, na cidade de Botucatu-SP, para realizar o curso de formação oferecido por lá.

De acordo com o sítio da CSA Brasil (2021), o curso de formação dura 4 dias, e são ensinados os passos para a criação de uma agricultura coletiva com orientação prática no campo e instruções administrativas. A formação tem por base responder a estas questões:

- Como criar um CSA, o que é CSA?
- Quantas pessoas nós precisamos para começar um CSA?
- Qual o tamanho da área necessária?
- Como planejar a diversidade no campo? Como calcular os custos do projeto?

Como pode ser visto, de fato, trata-se de uma formação voltada a questões técnicas e à administração do negócio.

Apesar disso, Tales e Felipe observam que não existe um roteiro fechado para a criação de uma CSA, mas cultura e conceitos a partir dos quais os indivíduos se conectam e desenvolvem o caminho de acordo com suas peculiaridades. A ideia é que cada sítio seja um “organismo agrícola”, como indica Felipe.

Nesse sentido, Tales também traz importante contribuições.

A CSA tem os princípios, [...] mas cada CSA tem a sua característica. Ela não tem uma regra geral assim de como fazer. Cada CSA tem as suas características locais. Enfim, que tem várias variáveis que definem essas características (TALES, grifos nossos).

Esse conceito de que a CSA é uma escultura social que as pessoas elas são a própria matéria-prima e são a própria escultura. E essa matéria-prima ela não é fixa e imóvel, ao contrário, ela é móvel, ela é moldável o tempo todo. Então, assim, conforme a gente vai trabalhando CSA e vai passando os anos e a gente vai se envolvendo cada vez mais, nós vamos nos moldando em uma comunidade que está dentro de uma grande sociedade (TALES, grifos nossos).

Apesar da menor importância do viés político para CSA, quando comparada ao MST, nota-se no conceito a busca por incorporar mudanças significativas nos modos de produção, comercialização e interação entre os membros. Trata-se de uma mudança introduzida na fresta rural da sociedade, valorizando o agricultor, a agroecologia e o consumo solidário.

O ponto de interseção entre as duas experiências, pode-se dizer, concentra-se no fato de ambas buscarem formas de produção e comercialização, priorizando: 1) a produção coletivizada entre produtores, 2) a agricultura familiar e 3) a produção orgânica, por meio da agroecologia.

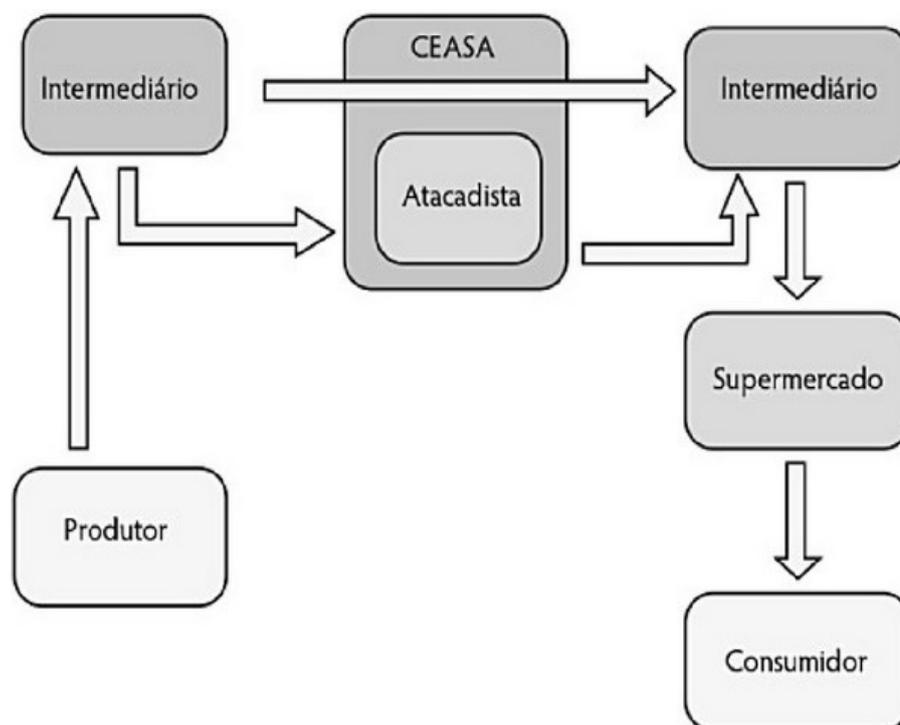
Apesar de os agricultores se dividirem em dois grupos bem definidos, militantes do MST e neorrurais, há convergências entre eles, a começar pela devoção à agricultura e admiração aos conhecimentos do campo. *“O agricultor é um ser sábio, o agricultor ele está ali na terra por gerações. [...] tem muito saber na agricultura”* (FELIPE).

O respeito pelos saberes da agricultura não se trata apenas de retórica. De fato, ao buscar formas alternativas de produção e comercialização, os agricultores familiares tornam-se frente de resistência ao avanço do agronegócio, que traz consigo o esvaziamento de técnicas tradicionais de produção agrícola, substituindo-as por novas tecnologias que, na maioria das vezes, trazem impactos ambientais e sociais.

Mitidiero Júnior e Goldfarb (2021) explicam que o agronegócio consegue aumentar a produtividade por meio do uso de tecnologias mecânicas, fármaco-químicas e biotecnológicas que, no entanto, trazem inúmeras consequências para a saúde e o meio ambiente.

Por sua vez, os agricultores familiares entendem que a produção agrícola com uso de agrotóxicos e a comercialização pelos canais tradicionais, dominados por intermediários (Figura 22), não são condizentes com o tipo de agricultura que idealizam e defendem.

Figura 22: Comercialização Convencional da Agricultura Familiar



Fonte: Andriolo (2017).

Desse modo, todos têm a produção agroecológica como ponto em comum, que possibilita obter alimentos com a devida preocupação com o meio ambiente. Além disso, a agroecologia também foca em aspectos socioeconômicos, promovendo a inclusão social e melhores condições econômicas aos agricultores (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). Sob os preceitos agroecológicos, a produção agrícola dá prioridade às culturas da estação e nativas da região. A gama de alimentos é variada e inclui a fruticultura, a horticultura e olericultura³⁶.

Este tipo de agricultura é radicalmente oposto ao modelo agroexportador de monoculturas, atualmente defendido pelo agronegócio e historicamente dominante na agricultura brasileira. “Assim, a agroecologia passou a ser considerada como uma possibilidade de consolidação de uma agricultura em conexão com os agroecossistemas, indo na contramão da modernização conservadora, da revolução verde, e do agronegócio” (SILVA; BALESTRIN; BRANDENBURG, 2018, p. 88).

Portanto, a Agroecologia nos traz a ideia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um

³⁶ “Cultivo de certas plantas de consistência herbácea, de ciclo curto e de tratamentos culturais intensivos, cujas partes são comestíveis, por isso utilizadas na alimentação humana” (SCHENKEL, 1995, p. 58).

todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica de práticas agroecológicas com intuito de agregar concomitantemente a manutenção das famílias de agricultores no rural, o manejo sustentável dos solos, a conservação dos recursos naturais, a valorização dos saberes locais e a independência dos pequenos agricultores que comercializam seus produtos sem a presença do atravessador (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 13).

Apesar de o lado financeiro ter influência em qualquer escolha profissional, pois afinal se vive em uma sociedade de consumo, ele não se mostra o fator decisivo na opção do indivíduo de se tornar um agricultor familiar. Efetivamente, nessa decisão o apreço pelo estilo de vida rural desponta como um dos principais motivos. Também se percebe um elevado grau de idealismo entre os agricultores, que têm a convicção de estar defendendo uma causa justa.

Nesse sentido, Valter sugere que se deve

[...] de fato criar uma relação mais justa e não ficar preso só ao dinheiro. **A gente dentro do movimento social vem discutindo muito essa questão de buscar uma outra forma de vida, uma outra forma de comercialização. Não ficar preso às grandes empresas e aos grandes conglomerados de Supermercados porque a agricultura familiar no campo sofre muito com os grandes atravessadores.** O produtor produz o produto e ele tem valor depois que ele sai da porteira propriedade para fora. **Então, a gente tem que se organizar enquanto movimento social com a sociedade para que esteja um preço mais justo, que seja bom para quem vai consumir o produto, mas seja bom também para quem está lá no campo** (VALTER, grifos nossos).

A fala de Valter, apesar de atrelada ao contexto do MST, não se restringe aos assentados, mas expressa o sentimento comum de que a agricultura familiar não deve se ater à lógica de mercado e/ou a busca por lucro em qualquer medida; ao contrário, deve priorizar melhores relações socioeconômicas, o vínculo agricultor/terra e a utilização sustentável dos recursos naturais.

A busca por substituir o individualismo exacerbado dos dias de hoje pelo senso coletivo é um ponto de convergência entre os agricultores familiares. Assim, todos formaram CSAs para comercialização da produção, tendo por base alguns princípios de economia solidária.

Cabe ressaltar que a utilização do termo economia solidária para definir a CSA é controversa e pode ser questionada, visto que algumas de suas peculiaridades podem ser interpretadas como uma descaracterização da definição comumente aceita de economia

solidária. Um exemplo disso é o fato de a posse dos meios de produção não ser coletivo, numa CSA.

Ainda assim, na bibliografia disponível, verifica-se que os termos “CSA” e “economia solidária” usualmente se encontram vinculados. Esta é a abordagem de Silva Júnior *et al.* (2018) e Bertolaia, Queda e Ribeiro (2021).

Além do mais, em vídeo disponível no canal da CSA Brasil no *Youtube*, seu fundador no Brasil, Hermann Pohlmann, a define como uma forma de economia solidária, ideia compartilhada e difundida pelos próprios agricultores.

Desse modo, considera-se que as CSAs são iniciativas econômicas solidárias que se utilizam dos princípios da solidariedade (relação de confiança entre as partes), cooperação (gestão e atividades compartilhadas) e autogestão (deliberações colegiadas); portanto, aproximam-se de organizações típicas de economia solidária (BERTOLAIA; QUEDA; RIBEIRO, 2021).

O funcionamento das CSAs da região, em termos administrativos, econômicos e logísticos, é parecido, e seguem os princípios da solidariedade, cooperação e autogestão. Todas são formadas por consumidores (coagricultores) que se juntam em torno de agricultores familiares para dividir os custos anuais da produção agroecológica de alimentos. O orçamento anual, que inclui condições dignas de vida dos agricultores, é dividido em cotas mensais. Em contrapartida, os agricultores entregam aos coagricultores uma cesta semanal de alimentos.

As decisões são tomadas coletivamente (autogestão), ainda que, especialmente em relação aos alimentos cultivados, a opinião do agricultor tenha bastante peso, em virtude de sua experiência e do respeito que o grupo tem por ele.

Com relação à distribuição dos alimentos, a maioria dos coagricultores retiram sua cesta em dia da semana e local predeterminados, mas há também aqueles que ajudam nas tarefas de colheita e montagem das cestas, levando a sua própria cesta para casa.

Ao adotarem as CSAs, os agricultores da região buscam escapar dos intermediários que dominam o mercado de alimentos e que obtêm os maiores ganhos no mercado convencional. Para eles, a iniciativa econômica solidária lhes dá maiores garantias do que empreender de forma individual.

Os agricultores apontam que há maior estabilidade financeira numa CSA do que a de um feirante, por exemplo, uma vez que a renda do primeiro está garantida por todo o ano e que o segundo está sujeito à sazonalidade e às oscilações de mercado. Além disso, numa CSA, em

teoria o agricultor estaria protegido pelo grupo, em caso de problemas/perdas na produção, pois, por princípio, divide-se a abundância, mas também a escassez.

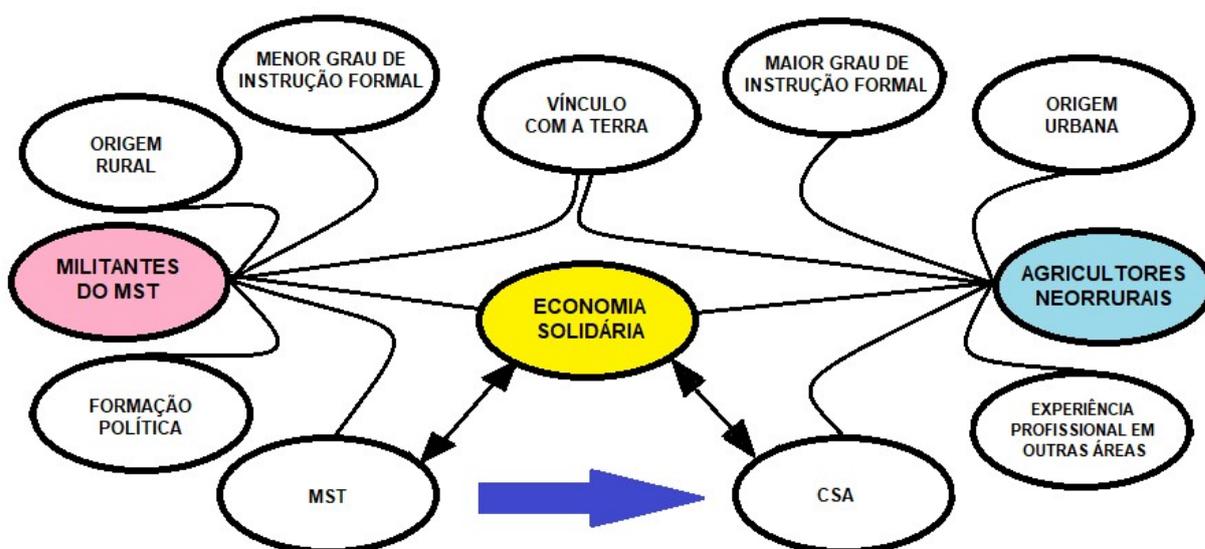
Apesar de ser essa a ideia por trás de uma CSA, não há garantias práticas ao agricultor, nesse sentido. Uma vez que não há um contrato formal de adesão, na prática o consumidor está livre para abandonar o projeto a qualquer tempo, sem que venha a sofrer consequências. Desse modo, uma CSA está baseada fundamentalmente na relação de confiança que se estabelece entre agricultores e coagricultores (SILVA JÚNIOR *et al.*, 2018).

Assim, especialmente em seu início, as CSAs sofrem com a rotatividade de coagricultores que não se adaptam ao modelo. As razões para isso são várias, mas passam, basicamente, pela dificuldade de o consumidor se transformar em um coagricultor, o que significa aceitar o menor poder de escolha e o preço justo dos alimentos (TORUNSKY; FERREIRA NETO; AMORIM, 2015).

Mesmo diante das adversidades encontradas, os agricultores acreditam no potencial transformador das iniciativas econômicas solidárias como possibilidade de criar um modelo que seja mais justo, solidário e humano.

Finaliza-se esta seção apresentado um mapa mental (Figura 23) da discussão realizada sobre as trajetórias dos sujeitos participantes desta pesquisa.

Figura 23: Mapa Mental das Trajetórias dos Sujeitos da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A síntese apresentada na Figura 23 traduz as trajetórias dos agricultores do MST e da CSA participantes desta pesquisa, cujo ponto de convergência é a economia solidária, apesar das diferenças entre os dois organismos.

4.1.1 A Questão Agrária na percepção dos sujeitos

Atualmente, o debate sobre modelos alternativos ao capitalismo mostra-se prioritário, visto que “[...] a lógica da impossibilidade de um capitalismo sustentável comprova-se concretamente em numerosos aspectos do *modus operandi* do capitalismo” (MARQUES, 2018, p. 559).

Este é o caminho tomado pelos militantes do MST. Valter argumenta que vivemos um momento apropriado para fazer a disputa para convencer a sociedade de que a produção agrícola brasileira utiliza um “*modelo muito depredatório*”, que precisa ser substituído.

Alex também segue nessa linha e defende que o caminho deve ser o da conscientização para, inclusive, combater o já abordado preconceito sofrido pelos militantes, que advém do desconhecimento sobre o trabalho do Movimento.

Então, **eu diria que o preconceito que existe por grande parte da sociedade é pelo fato de não conhecer**. Vem aqui em casa. Fica algumas horas conversando comigo ou trabalhando conosco aqui no sítio. Eu quero ver se ele não muda de ideia. Eu nem vou precisar conversar muito (ALEX, grifos nossos).

Para além do acesso à terra, a reforma agrária deve ser discutida como a possibilidade de ruptura com o atual modelo rural (CARVALHO *et al.*, 2006). Para isso, o MST busca realizar a disputa na sociedade de forma ampla, incluindo outras pautas que ajudem a angariar apoio, tanto no meio rural quanto no urbano.

O MST incorpora temas que vão além do acesso à terra, tais como a construção de um projeto popular que enfrente o neoliberalismo; a luta pela preservação ambiental; a defesa das sementes crioulas e nativas em contraposição às geneticamente modificadas; a luta para que a produção de agrocombustíveis esteja sob controle dos camponeses; a defesa do ensino público de qualidade; a construção de meios populares de comunicação como as rádios comunitárias, e a articulação dos movimentos sociais do campo e da cidade (BELO; PEDLOWSKI, 2014, p. 75).

Como o MST se utiliza da questão agrária para propor à sociedade respostas alternativas ao atual modelo neoliberal, o processo de formação política dos militantes é primordial, pois

forma quadros capazes de defender essa proposta. Conforme excerto que segue, os assentados demonstram ter consciência de seu papel a ser desempenhado, como militantes.

O Movimento sempre entendeu que a luta é para garantir direitos mínimos para toda uma classe. Em primeiro lugar, ter acesso à Terra, políticas de fixação do homem ao campo, políticas para a juventude no meio rural, políticas de industrialização do meio rural, de educação, saúde. Então, a luta pela terra é uma luta bem abrangente, ela não é específica pela terra porque lutar simplesmente só pela terra seria muito simplista, muito egoísta ao mesmo tempo porque a gente sabe que só a terra não basta para fixar o homem ao campo, o jovem ao campo (ALEX, grifos nossos).

O entrevistado Alex apresenta um ponto central da questão agrária: trata-se de uma questão estrutural da sociedade capitalista, a qual é dividida em classes sociais. Uma delas detém a riqueza - os meios de produção e a terra -, e as outras só têm a sua força de trabalho.

Com a penetração do capitalismo no campo as manifestações da questão agrária vão ser aprofundadas, evidenciando a dicotomia entre uma classe de proprietários e outra de não proprietários ou subproprietários no rural brasileiro, que dá vida a dois polos: um onde se concentra riqueza e outro que acumula miséria, dando origem a um exército de reserva no campo e na cidade (DUARTE, 2015, p. 320).

Por isso, o MST defende que a disputa política deve continuar mesmo após o assentamento, para que a conquista da terra não seja apenas uma vitória pontual, mas parte de um debate maior sobre a necessidade uma nova estrutura social.

Segundo Caldart (2000), o componente político está presente desde o início do MST, devido à convicção de que a conquista pela reforma agrária somente será atingida por meio do processo de luta política, ou seja, pela luta de classes. Os assentados da região trouxeram contribuições a esse respeito, inclusive sobre as dificuldades encontradas junto o poder público.

[...] se o município, se o poder público municipal tomasse algumas medidas muito simples ajudaria muito, mas, eu sinto que o vereador, o assistente do secretário, ele nos veem, os agricultores familiares, ainda como reserva de mão-de-obra. Ele não acredita na agricultura familiar, os municípios não acreditam na agricultura familiar ou é um projeto acabar com a agricultura familiar, de não admitir que tem agricultura familiar no município. Então, eu sempre digo que para pobre nem concessão do lixo. Então, se a prefeitura realmente tivesse desejo. Porque todos os recursos que vem para agricultura familiar obrigatoriamente tem que passar pelo município. E às vezes o município nem está inscrito no SICONV³⁷, que é um sistema único brasileiro. Porque as vezes ele está em débito com alguma coisa e daí não adianta estar inscrito lá porque aí não vai vir recursos para ele. As emendas parlamentares vêm via município. Então, o município poderia ser essa ponte

³⁷ Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.

para nós, esse facilitador e o município não está sendo essa ponte, ele não está abraçando a nossa causa (ALEX, grifos nossos).

A análise de Alex é reveladora, pois, para o recebimento de recursos, os assentados necessitam de apoio municipal que, na maioria das vezes, inexistente. Assim, mesmo que haja recursos disponíveis para fomentar a economia solidária como forma de organização, produção e comercialização de alimentos, na prática os assentados têm muita dificuldade para acessá-los. Essa dinâmica individualiza e fragmenta as ações e, por consequência, ajuda a desconstruir os princípios do cooperativismo nos assentamentos (MELO; SCOPINHO, 2018).

Nesse sentido, exige-se dos assentados um grau de profissionalização e estruturação para o acesso a recursos públicos que, contraditoriamente, dificultam a implementação do modelo de economia solidária proposto pelo Movimento, na medida em que as políticas públicas estão voltadas para a iniciativa privada (MELO; SCOPINHO, 2018).

A partir de 1988, os governos municipais ganharam maior relevância no debate público, por conta do processo de descentralização trazido pela Constituição Federal que, em seu artigo 23, por exemplo, estabelece a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para:

- VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos (BRASIL, 1988, s/p).

Assim, os deveres da municipalidade, no âmbito executivo e legislativo, de promover ações que atendam aos dispositivos legais, estão evidenciados. Além disso, assume-se a concepção de que o município deve ser *locus* da vida cotidiana, pois nele “[...] vivem os cidadãos e surgem as críticas e insatisfações que mais rapidamente alcançam os gestores. Neles exercemos nossos direitos com mais intensidade, esperamos resultados com mais ansiedade e, quando frustrados, reclamamos aos servidores” (MELO, 2018, p. 7).

A relação dos poderes executivo e legislativo com os assentamentos do MST é dificultada pela falta de diálogo e vontade política. Nesse sentido, a pesquisa realizada por Melo e Scopinho (2018), junto a um assentamento do município de Ribeirão Preto, corrobora a visão de Alex sobre as dificuldades encontradas pelos assentados junto ao poder público municipal:

Aqui é brechado, é fechado. Não tem interesse da prefeitura abrir um espaço para o pessoal sem-terra trabalhar. Em outro lugar a prefeitura oferece o

espaço e aqui não tem essa vontade (entrevista cedida a Melo, em 3 de novembro de 2013).

Cabe contextualizar que Ribeirão Preto é uma cidade do interior do Estado de São Paulo conhecida como a capital brasileira do agronegócio, e em que o MST sofre com o poder político e econômico de latifundiários.

Com relação a São José dos Campos, *locus* do assentamento deste estudo, em que pese ser uma cidade altamente industrializada e dona de um complexo tecnológico, o poder público também costuma se alinhar ao agronegócio e não vê com bons olhos a existência de um assentamento do MST, reproduzindo visões preconceituosas e estereotipadas a respeito dos militantes,

Apesar disso, o Movimento procura negociar com as administrações municipais, independentemente do espectro ideológico, e com organizações da sociedade civil.

[...] nós enquanto movimento social começamos a fazer essa articulação com a cidade A gente tem negociado com todos os prefeitos que têm entrado. Então, a gente buscou esse canal de negociação. A gente negociou com o PT quando esteve no governo, a gente negociou com os outros prefeitos, com o Emanuel³⁸, com o Cury³⁹ e esse prefeito a gente tem buscado conversar e até mesmo aproximar porque a gente vê que a gente depende da sociedade. Não tem como a gente, enquanto movimento social, achar que a gente vai criar uma bolha isolada no campo e a gente vai viver isolado no campo. E aí nós somos a mesma sociedade que está lá fora, não tem como criar uma outra sociedade. Então, a gente tem que se articular enquanto sociedade e a gente têm trabalhado para isso e eu acho que foi a coisa positiva, de trazer e mostrar para a sociedade que é possível você ter o movimento social no campo, um movimento social organizado e que a sociedade precisa disso. A sociedade precisa se informar. É muito analfabeto político ainda. Muita coisa acontece que a gente não tem conhecimento. Eu acho que a sociedade tem até mesmo que ter formação e eu acho que o movimento social, o sindicato, essas organizações dentro das igrejas, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) vêm para contribuir com a sociedade, para organizar a sociedade, dar a formação para que se entenda como que a gente está organizado enquanto sociedade no Brasil. Para a gente saber isso. Porque a gente vive numa bolha, se a gente olhar de fora para dentro parece que o todos os problemas do Brasil estão resolvidos, mas quando você vê internamente tem uma desigualdade social muito forte. Então, você tem muita gente que está lá na linha da pobreza. Muita gente ganhando muito dinheiro no Brasil e a maioria da sociedade não ganha nada, então a gente tem de ter uma igualdade social. Eu acho que a gente vai ter isso só se a gente se organizar enquanto sociedade, não tem outra forma, não tem outro jeito. Quem tem muito dinheiro não vai distribuir dinheiro assim (VALTER, grifos nossos).

³⁸ Emanuel Fernandes (1956) foi prefeito de São José dos Campos entre 1997 e 2004, pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

³⁹ Eduardo Pedrosa Cury (1963) foi prefeito de São José dos Campos entre 2005 e 2012, também pelo PSDB.

O grau de politização apresentado por Valter é compreensível para quem se aprofunda no estudo do processo de formação dos quadros do MST, mas também pela dinâmica na qual os militantes são inseridos desde o ingresso nos acampamentos do Movimento, como descreve Alex:

*Coincidentemente, na segunda-feira já tinha um encontro do Movimento [...] e comecei a me integrar ao Movimento. Num primeiro momento eu fiquei mais ligado na organização, nós chamamos hoje no Movimento de frente de massa que é um setor responsável pela organização de novos acampamentos, de articular famílias para ir para o acampamento. [...] tive **um processo de formação num primeiro momento e daí já comecei a ajudar a articular novas famílias para ir para o acampamento** (ALEX, grifos nossos).*

A passagem citada por Alex ocorreu no Rio Grande do Sul. Por sua vez, no Estado de São Paulo e em especial na RMVPLN, onde ele se encontra assentado, ele percebe maiores dificuldades de organização. Sua visão crítica corrobora a ideia de individualização e fragmentação dos assentados abordada por Melo e Scopinho (2018).

*Já o Estado de São Paulo, eu diria que parece que não faz parte do Brasil. Sinceramente, porque é totalmente diferente. Eu acho que a construção, a história das famílias de agricultores, a história da organização da agricultura familiar no estado de São Paulo ela é bem diferente dos outros Estados. [...] eu posso estar errado, muito equivocado aqui, mas é a minha avaliação. Eu gostaria de conviver mais com agricultores aqui do Estado de São Paulo, mas o Estado, eu acho que ele conseguiu fazer aqui um trabalho bem diferente que foi individualizar muito todos os processos. Na questão da organização, conseguiu se colocar na cabeça das pessoas que a associação ou que cooperativa só vai dar problema. É bem difícil de conversar sobre cooperação com as pessoas, grande parte das pessoas ligadas ao campo não sabe realmente o que é, por exemplo, economia solidária. Então realmente é difícil aqui no Estado de São Paulo de trabalhar essa questão da organização dos agricultores, dos assentados também. Apesar de que muitas pessoas estão há 20 anos assentadas, mas eu observei que essa dinâmica do processo de organização da produção no Estado de São Paulo é bem difícil, muito difícil, mesmo internamente dentro do Movimento Sem Terra. **Eu participei de algumas instâncias do setor de produção e não consegui mais, vou ser sincero, não consegui mais porque era difícil. Questões internas nossas** (ALEX, grifos nossos).*

As dificuldades encontradas no Estado de São Paulo mostram que a agricultura familiar também está inserida na discussão sobre a predominância do individualismo na sociedade atual, mesmo para aqueles que já se organizaram coletivamente para a conquista de um direito, como é o caso dos assentados da reforma agrária.

Além dessa dificuldade, outras são apontadas pelos assentados. Por exemplo, a falta de assistência técnica pelo Estado, que dificulta o acesso a linhas de crédito que pedem que o

projeto seja elaborado por um agrônomo, mostra o descuido das políticas públicas para a construção de uma estratégia coletiva para agricultura familiar.

Adicionalmente, a ausência de suporte, por parte do próprio MST, às famílias assentadas na região, especialmente àquelas de perfil urbano e, conseqüentemente, sem maior conhecimento das condições necessárias ao desenvolvimento da produção agrícola familiar, mostra que ainda há necessidades de aprimoramento da organização do Movimento.

Aqui no Estado de São Paulo, a primeira coisa que eu vi foi isso: não tem assistência técnica. Mais específico aqui no Vale [...] grande parte dos assentados nem o CNPJ de agricultor familiar tem. Ele não sabe dessa necessidade ou dessa importância de ter um CNPJ de agricultor familiar, de ter o talão de notas de produtor rural e grande parte não tem e nem sabia ou nem sabe como fazer para ter. Outro documento importantíssimo que era a DAP, Declaração de Aptidão ao Pronaf, que muitos também nem sabiam que para você acessar determinada linha de crédito. Você tem que estar enquadrado dentro desse Pronaf. A primeira linha de crédito é o Pronaf A, é a primeira linha de crédito que como assentado você acessa, então você tem que ter a DAP A. [...] aqui no Vale do Paraíba esse suporte por parte do Estado, e eu vou ser bem crítico também a nós mesmos, o próprio Movimento não tem esse suporte para as famílias assentadas. Então, nós estamos muito ao deus-dará, muito nas iniciativas próprias de cada assentado. Então é bem difícil isso aqui. Então, aquele que tem uma desenvoltura boa vai para frente. Ele corre atrás, ele conhece as entidades sindicais e acaba se envolvendo com muitas pessoas, então ele consegue se desenvolver economicamente. Mas isso são uns gatos pingados em cada assentamento. [...] aqui no Vale do Paraíba tem muitas organizações até, mas [...] a pauta é a mesma. Então, eu acho que o grande desafio nosso aqui no Vale do Paraíba é conseguir nos abraçar e caminharmos juntos para poder realmente construir uma organização que venha a ajudar mais nesse desenvolvimento das famílias não somente dos assentamentos, mas da agricultura familiar porque nós temos, eu não gosto de falar mercado consumidor, mas nós temos milhares de pessoas que moram aqui no Vale do Paraíba e que podem ajudar a dar esse suporte para agricultura familiar. A gente pode comercializar com essas pessoas aqui do Vale Paraíba. Não precisamos produzir para levar para São Paulo, o custo já é muito grande para levar daqui para lá. Então, nós precisamos fazer com que essas organizações que já existem aqui no Vale do Paraíba se abracem e se construam. Com certeza a gente conseguiria crédito para financiar a assistência técnica para nós. Então, acho que esse é o detalhe, nós precisamos disso, nós conseguirmos nos organizar para podermos evoluir mais rápido. Esse é o nosso grande problema aqui no Vale (ALEX, grifos nossos).

Ainda que, como observado no depoimento de Alex, haja resistência por parte dos agricultores envolvidos na CSA em identificar os coagricultores como mercado consumidor, é inegável que esse é o papel que geralmente lhes cabe.

Melo e Scopinho (2018), em seu estudo na região de Ribeirão Preto, relatam dificuldades semelhantes às verificadas no assentamento de São José dos Campos, como a

prática de atividades assalariadas na cidade pelos assentados. Ali, apesar de ter se constituído uma cooperativa no assentamento, a adesão real dos cooperados é questionável, e apenas aproximadamente 10% deles estavam de fato integrados a atividades cotidianas da cooperativa, enquanto a maioria se encontrava desmotivada e desenvolvendo outras atividades de forma informal. Assim, as autoras advertem que não raramente as condições objetivas e subjetivas dos assentados diferem significativamente do modelo cooperativista proposto pelas políticas públicas.

A prática da militância, como não poderia deixar de acontecer, também foi contemplada nas entrevistas dos assentados. Ambos participaram de marchas e ocupações promovidas pelo Movimento. Valter relata que, a convite do Movimento, caminhou durante sessenta dias na Marcha para Brasília, em 1997.

Para Alex, as ações promovidas pelo MST servem como instrumento de mobilização das bases e difusão do projeto de país defendido pelo Movimento, cuja base é a reforma agrária.

*[...] a gente participou de muitas marchas [...] teve marcha para Brasília, marchas do interior do Rio Grande do Sul para Porto Alegre, ocupações de fazenda, ocupação da GM em Gravataí. Muito contato também com meio urbano através da Marcha Popular pelo **Brasil que foi um movimento muito bom para levar à população que existe outras opções, outros projetos alternativos para o Brasil** (ALEX, grifos nossos).*

As marchas do MST visam mobilizar a sociedade em favor da reforma agrária como forma de cumprir a função social da terra (SANTOS; RIBEIRO; MEIHY, 1998). A marcha configura-se numa metáfora para compreendermos a luta e a constituição do MST, pois o Movimento e os sujeitos a ele vinculados seguem em frente com suas ações de forma contínua. Nesse sentido, como forma de organização, o MST está sempre em construção e avançando, apesar das dificuldades (RIBEIRO, 2007).

A Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, conhecida como a Marcha para Brasília, citada por Valter e Alex, ocorreu em 1997, quando se completava um ano do massacre de Eldorado dos Carajás⁴⁰, e é bastante documentada na literatura científica e nos textos jornalísticos.

⁴⁰“Buscando pressionar o governo para a desapropriação de terras na região, cerca de mil e quinhentos trabalhadores rurais que estavam acampados nas proximidades interditaram a rodovia PA-150, entre os municípios de Marabá e Eldorado dos Carajás, mais precisamente na chamada ‘Curva do S’. Pouco mais de cento e cinquenta policiais militares do Estado do Pará foram incumbidos de desobstruir a rodovia. Durante a tarde de 17 de abril de 1996 as negociações se transformaram em confronto direto: paus e pedras dos sem-terra contra armas de fogo da Polícia Militar, tudo registrado por cinegrafista de equipe jornalística que estava presente no local quando se iniciou o massacre. Segundo os números oficiais, sessenta e nove

Por exemplo, no livro “Vozes da marcha pela terra”, Santos, Ribeiro e Meihy (1998) reúnem relatos de participantes dessa manifestação que muito se parecem com os de Valter e Alex. Percebe-se que as razões do engajamento no MST passam, entre outras, pela busca por melhores condições de vida e pela conexão com a terra.

O vínculo com a terra também é considerado central pelos agricultores neorrurais participantes deste estudo. Assim, no decorrer de suas trajetórias, encontraram a CSA, cujo objetivo é a manutenção do agricultor no campo por meio de um modelo que lhe traga estabilidade financeira, diferentemente do que ocorre na dinâmica do mercado agrícola tradicional, repleta de flutuações e intempéries (MATZEMBACHER E MEIRA, 2020).

A CSA, por sua vez, é uma tentativa de conciliar a necessidade de fixação do pequeno agricultor no campo por meio do crescente interesse por alimentos saudáveis e agroecológicos na sociedade.

A CSA visa manter o agricultor familiar, orgânico e agroecológico no campo de uma forma justa. É por isso que as pessoas se unem. Em contrapartida as pessoas que estão na cidade recebem um alimento saudável produzido com interferência delas, com ajuda delas e por alguém que elas confiam e, muitas vezes, por elas próprias porque quem tem disponibilidade e vem até trabalhar na horta uma vez por semana, enfim. Então a CSA tem essa ideia de estreitar bem os laços mesmo da cidade para o campo (TALES).

Para Felipe, na CSA “[...] o agricultor deixa de ser aquela figura isolada que está lá no campo plantando sozinho e ele passa a ser a figura central de uma comunidade que está ao redor dele. O grupo todo se une ao redor desse agricultor”.

No entanto, ainda que haja experiências bem-sucedidas, cabe observar que, segundo Barbosa (2007, p. 23) essa “[...] suposta autonomização civil com o lema ‘a sociedade por conta própria’” apresenta limitações por prescindir de políticas públicas; portanto, não se configura como solução para a fixação de grandes massas camponesas nas áreas rurais.

Além do mais, o espalhamento do modelo de CSAs vincula-se à necessidade de um processo de conscientização da sociedade, inclusive acerca das dificuldades a que os pequenos agricultores estão expostos:

A vida no campo não teve essa evolução que nem teve a vida na cidade, dos supermercados, hipermercados. Então, resgatar isso nas pessoas ou lembrá-las de que tem um ‘cara’ no campo que trabalha no sol, na chuva, de

camponeses ficaram feridos ou mutilados, e dezenove morreram assassinados – os laudos da perícia confirmaram que muitas das mortes foram execuções sumárias. O episódio chocou o mundo, inclusive pela impunidade que o acompanhou, ficando conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás” (COSTA, 2018, p. 165).

segunda a domingo, sem final de semana, sem férias, sem feriado. [...] Então, é essa conscientização, resgatar isso para as pessoas, levar as pessoas no sítio, mostrar para elas, elas pegarem na enxada, isso na minha opinião é o mais difícil, mas também é o mais sensacional, o mais empolgante (TALES, grifos nossos).

Assim, o estreitamento da relação entre a cidade e o campo é vital numa CSA que tende a se fortalecer com a tomada de consciência da sociedade sobre as reais condições de vida do agricultor.

Quem vive no campo, a gente sabe, tem uma vida sofrida, mas, se a gente tiver uma participação na sociedade, se torna muito mais fácil para o agricultor que está lá. As vezes a gente consome o produto e não sabe de que forma o agricultor vive, se tem um serviço escravo, se ele tem casa para morar, se os filhos dele tem condições de ir para escola, se está estudando, se ele tem estudo ou não tem. Então, a gente vai melhorar essa situação se a gente tiver essa relação, se tiver uma relação de campo e cidade vai ficar bom para todo mundo (VALTER, grifos nossos).

Ainda que esse não seja o foco da CSA, observa-se que seus conceitos também desempenham papel político. O *slogan* “da cultura do preço para a cultura do apreço” denota a intenção de subverter o atual modelo de comercialização de alimentos. De fato, o conceito de CSA, se empregado em larga escala, resultaria numa mudança radical do modo de produção agrícola e, portanto, há um aspecto político em sua concepção.

Efetivamente, a CSA busca construir soluções coletivas; porém, os meios utilizados não incluem a mobilização política das massas trabalhadoras, tampouco instrumentos de pressão sobre os entes governamentais para a transformação da ordem social. como no caso do MST.

O excerto que segue, da entrevista de Tales, permite compreender melhor como se dá esse processo entre os agricultores neorrurais:

[...] a gente está tentando formar uma rede de CSAs para justamente ter essa troca de produtos, troca de conhecimento [...] já iniciamos esse processo, já estamos debatendo esse processo, como é que vai ser, enfim. Agora apoio municipal, governamental [...] sou bem sincero em falar, eu estou um pouco por fora. Eu procurei a CAT⁴¹ algumas vezes sim. Aqui no sítio está tendo o curso de agricultura orgânica do SENAR⁴² junto o sindicato rural, mas a gente trabalha tanto, depois tem tanta atividade extra, horta também que a gente tem que fazer à noite, tem reuniões da associação, tem reuniões de um monte de coisa. Eu admito que eu estou um pouco ausente dessa questão municipal, sabe. Então, eu preciso até aparecer mais na prefeitura, no sindicato e ver como estão as coisas. Eu estou um pouco por fora. Está sendo muita essa questão mesmo da organização pela CSA e pela associação (TALES, grifos nossos).

⁴¹ Centro de Apoio ao Taubateano.

⁴² Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

Ainda assim, nota-se que há confluência de ideias entre MST e CSA, ao ponto de alguns assentados da reforma agrária hoje se utilizarem do modelo de CSA para a comercialização de sua produção, casos de Valter e Alex.

A gente está aqui produzindo para um CSA e está muito bom. É uma dinâmica diferente. Até que eu tive sorte, eu diria assim muita sorte de estar produzindo para um grupo de famílias da nossa CSA. Eu sinceramente gostaria que todos os agricultores assentados ou todos os agricultores familiares do Brasil tivessem um CSA porque dá muita tranquilidade. Eu acho que o grande desafio para um agricultor familiar é você produzir e depois não ter onde comercializar, então o CSA dá uma estabilidade muito boa para uma família de agricultores (ALEX, grifos nossos).

Alex expõe um gargalo importante para o desenvolvimento dos assentamentos que não conseguem estabelecer cooperativas: a dificuldade de comercialização da produção. Isso decorre de alguns motivos, como o fato de que lei estabelece que o fornecimento de alimentos ao Estado pelos assentados se dê por meio de cooperativas ou associações (MELO; SCOPINHO, 2018) (MIRANDA; CUNHA, 2018).

Existem as lojas do Movimento, os Armazéns do Campo, como opção para a venda de produtos de assentamentos da reforma agrária, porém eles ainda são poucos e não têm capacidade para receber uma quantidade significativa da produção. Além disso, existe a adicional dificuldade logística trazida pela distância física entre a maioria dos assentamentos e os Armazéns do Campo. Esse é um dos motivos pelos quais os assentados da RMVPLN não utilizam essa opção, atualmente.

Apesar da propensão a trabalhar com a economia solidária demonstrada por Alex e Valter, peculiaridades e dificuldades na região os forçaram a trilhar seus próprios caminhos, empurrando-os a empreender. Diante do dilema que os colocam a decidir entre o empreendedorismo e a economia solidária, as CSAs aparecem como uma resposta híbrida que tenta conciliar as contradições entre esses dois caminhos. Na impossibilidade de trabalhar o cooperativismo no assentamento, os assentados optaram por trabalhar a questão da economia solidária diretamente com os consumidores que se juntaram a eles e que com eles dividem os custos, os riscos, as tarefas e os frutos da produção.

Em relação a essa questão, cabe uma reflexão importante, pois o discurso do empreendedorismo distancia-se radicalmente da proposta política do MST- da reforma agrária. Trata-se de um desvio de rota que coloca em risco o Movimento, porque o discurso tradicional

de empreendedorismo colide com alguns de seus princípios centrais, como o de cooperação e solidariedade, de tanta importância na economia solidária.

O empreendedorismo é estratégia do capital para a retomada das taxas de lucro no contexto de sua crise estrutural, na qual ele se desonera e coloca o trabalhador como empregado de si mesmo. Conforme expõe Barbosa (2007), na proposta do empreendedorismo está inscrita a ideia do autoemprego, que se transforma na única alternativa de uma parcela da população para a qual o acesso trabalho formal é negado. A autora refere-se à “cultura do autoemprego” baseada nas “virtudes empreendedoras” com vistas ao “empresariamento popular de pequeno porte”, para o qual o trabalhador se encontra em desvantagens, porque desprovido de “bens materiais e simbólicos” para concorrer no mercado.

Para Tavares (2018), sob o manto do discurso da autonomia o empreendedorismo encobre a sujeição, ainda que indireta, do trabalhador, o qual está submetido ao regramento inflexível do mercado.

O empreendedorismo é uma estratégia pela qual é transferida ao trabalhador a atribuição de gerar postos de trabalho, de modo a garantir “ordem e progresso” capitalistas; é um ardid engendrado pelo capital e viabilizado pelo Estado, para confundir a oposição das classes sociais; é uma tentativa de obscurecer a figura do trabalhador proletário e, desse modo, pôr fim ao sujeito revolucionário; é, enfim, uma forma pela qual se quer combater o desemprego, sem possibilitar a relação de emprego, na aceção de um contrato pelo qual o trabalhador vende força de trabalho e em troca recebe um salário e a proteção social que, por lei, ainda é garantida aos trabalhadores percebidos como assalariados (TAVARES, 2018, p. 110).

O empreendedorismo, portanto, visa dissolver a luta de classes, razão pela qual se entende que não cabe ao MST aderir a tal discurso. Contudo, observa-se que se trata de mais uma contradição que o próprio sistema capitalista impõe ao movimento social.

Isso posto, os caminhos do MST e da CSA se entrelaçaram na RMVPLN, tornando-se tão relevante para os assentados que chamou a atenção de dirigentes do Movimento.

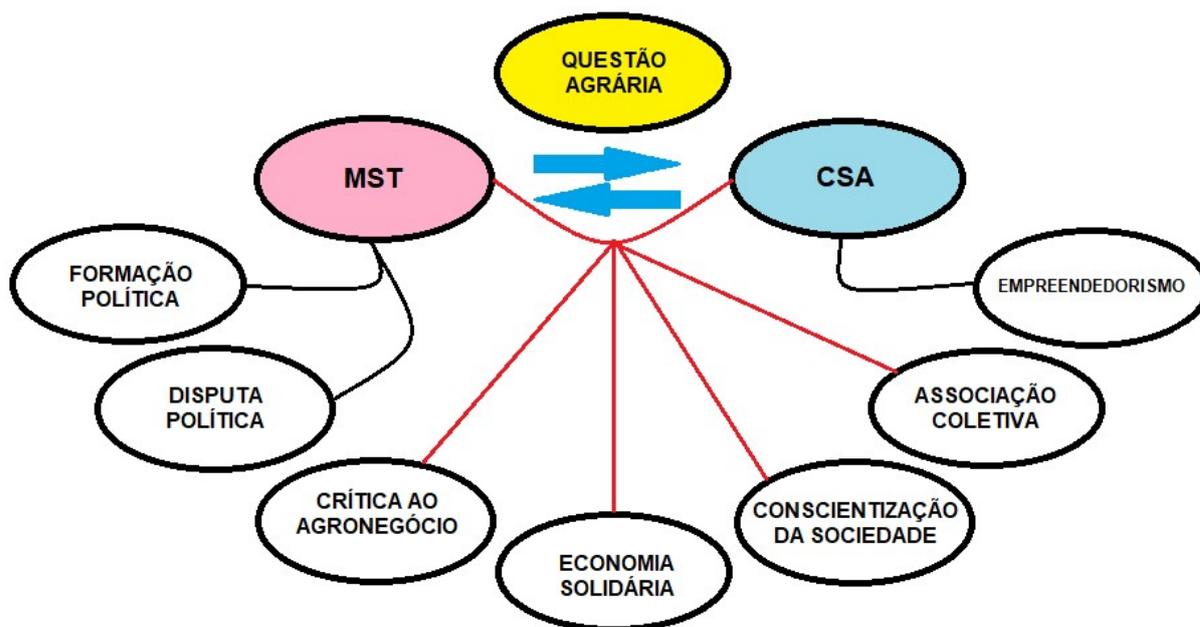
E aqui como a gente tem a CSA, a gente está comercializando. A gente também leva para dentro do Movimento [...] A gente recebeu aqui um grupo de dirigentes do Movimento que vieram conhecer, porque é uma coisa nova dentro do Movimento também, para a gente levar para os assentamentos esse sistema de comercialização (VALTER, grifos nossos)

A simbiose entre MST e CSA, na região, tem-se consolidado, não apenas no sentido de os assentados chegarem ao modelo proposto pela CSA, mas também no caminho inverso. Felipe, por exemplo, afirma que, ao descobrir a CSA, pôde conhecer mais a fundo o trabalho

desenvolvido pelo MST. Portanto, percebe-se que há de fato um estreitamento da relação entre MST e CSA que começa a ser explorado. De um lado, existem milhões de assentados que precisam de um mercado consumidor estável que lhes garanta uma receita justa, e que podem se utilizar da cultura e do modo de comercialização da CSA; de outro lado, a CSA pode ter no MST o parceiro ideal para disseminar seu conceito pelo país, devido à capilaridade do Movimento em todo o território nacional.

Do ponto de vista político, o MST pode conquistar aliados para a luta pela terra e plantar sementes na CSA, quanto à crítica às desigualdades do campo, apesar de se compreender os limites que terá qualquer estratégia de atração e fixação de agricultores familiares no campo, sem o estabelecimento de políticas públicas capazes de consolidar socioeconomicamente a produção agrícola familiar (DA ROS, 2006).

Figura 24: Mapa Mental da Questão Agrária na Percepção dos Sujeitos da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

No mapa mental observa-se que, apesar de os assentados realizarem a crítica ao agronegócio como aquele que coíbe a justa distribuição da terra, concentrador de riqueza e impeditivo à agricultura familiar, ao mesmo tempo adere ao empreendedorismo como saída para suas dificuldades, encontrando-se aí uma das mais evidentes contradições desse processo, na medida em que, como visto anteriormente, o empreendedorismo não se coaduna com os princípios defendidos pelo Movimento.

4.2 As Iniciativas Econômicas Solidárias

Como visto, o Brasil passa por um processo de reprimarização da economia que consolidou o agronegócio como modelo para o campo. Diante do cenário em que as “[...] elites nacionais vão se tornando proprietárias de terras e capitalistas da agricultura para produzirem mercadorias para o mercado mundial” (OLIVEIRA, 2007, p. 148), as iniciativas econômicas solidárias configuram-se em estratégias de resistência dos agricultores familiares.

Nesta seção, procura-se compreender a complexidade e as singularidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) como modelos alternativos para o meio rural.

4.2.1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): desafios e contradições

A distribuição de terras no Brasil está entre as mais injustas do planeta, tornando necessária a reforma agrária como ferramenta para redução das desigualdades sociais (CARVALHO *et al.*, 2006).

Como explica Duarte (2015), a estrutura fundiária brasileira tende à concentração e, por consequência, descarta a maioria dos trabalhadores rurais, dentre eles os trabalhadores rurais sem terra.

Esse cenário não se alterou, mesmo em períodos de governos intitulados progressistas, que mantiveram a agricultura familiar num papel de subalternidade nas políticas públicas. Apesar de manter o diálogo aberto com o MST, o governo de Lula da Silva foi marcado pela continuidade da preferência ao agronegócio e por limitações ao desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária (CARTER; CARVALHO, 2010).

Nesse sentido, Ribeiro (2007) relata críticas de militantes do MST ao governo de Lula da Silva, que apresentava um discurso favorável à reforma agrária quando candidato, mas que, uma vez eleito, teve atitudes semelhantes à de seu antecessor na presidência, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

Ainda que a atuação do MST no período também possa ser criticada, pois houve dificuldade em adaptar a estratégia para pressionar um governo de viés progressista, é inegável que a concentração de terra e renda fundiária por grandes empresas capitalistas seguiu com o apoio ostensivo das políticas públicas, no período.

Frente a um modelo que transforma os indivíduos e a natureza em mercadorias, a espoliação dos recursos naturais e a exploração da população rural são consequências inerentes

ao processo. Assim, o desprezo pelos trabalhadores/as e a concentração de terra e renda devem ser interpretadas como elementos fundantes e cláusulas pétreas do modo de produção capitalista no meio rural (CARVALHO, 2013).

O MST surgiu para confrontar a concentração fundiária, fruto das políticas não distributivistas, cujos primórdios remontam a períodos históricos da formação do país, como organização do espaço rural por meio das Sesmarias e a promulgação da Lei de Terras, em 1850 (NEPOMUCENO, 2018).

A Lei nº 601/1850 (Lei de Terras) estabeleceu uma espécie de anistia quanto às ocupações irregulares ocorridas até o seu advento: sesmarias ou concessões poderiam ser validadas, desde que demonstrada a posse de terras cultivadas ou sua ocupação útil (art. 4º). De maneira similar, a ocupação primária da terra (quando não se apresentasse o título concedido pela Coroa) podia ser legitimada (art. 5º), anistiando assim a posse irregular sobre terras exercida no momento da entrada em vigor da Lei. As demais terras do Império seriam consideradas “terras devolutas” (MIRANDA, 2011, p. 159).

Esse é um momento histórico que, de acordo com Ianni (2004), marca a questão agrária no Brasil, pois substitui o princípio da doação para aquisição de terras devolutas pelo da compra. A partir de então, para as classes subalternas rurais, como os escravos libertos, o acesso à terra tornou-se inviável. “Ou seja, foi com a Lei de Terras de 1850 que ocorre a mercantilização da propriedade fundiária, marcando o início do capitalismo na agricultura” (CARVALHO, 2010, p. 396).

Delgado (2010) aponta que apenas a partir das mobilizações camponesas, a partir dos anos 1950, a discussão sobre a questão agrária ganhou força na pauta econômica nacional.

O debate teórico aparecerá de maneira mais sistemática no início dos anos 1960, ancorado em quatro centros de reflexão: o Partido Comunista Brasileiro (PCB); setores reformistas da Igreja Católica; a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL); e um grupo de economistas conservadores da Universidade de São Paulo (USP) (DELGADO, 2010, p. 82).

Entretanto, com a implantação do regime militar (1964-1985), que colocou em marcha o processo de modernização conservadora da agricultura, os movimentos pela reforma agrária perderam força, que só foi recuperada ao final desse período (DELGADO, 2010).

Os governos incentivaram modelos agrícolas técnicos e inovações tecnológicas que se confrontavam radicalmente com os preceitos defendidos pela agricultura familiar (SOUZA, 2011). Desse modo, implantou-se um novo padrão de acumulação de capital no meio rural e,

ao mesmo tempo, desmobilizaram-se as ligas camponesas e os sindicatos rurais (OLIVEIRA, 2007).

O caráter conservador do modelo escora-se no fato de que as estruturas de dominação política e econômica não foram alteradas. Como resultado desse movimento, a concentração fundiária ficou ainda maior, gerando aumento da desigualdade social e êxodo rural (CHRISTOFFOLI, 2006).

Portanto, esse período do regime militar representou a derrota dos movimentos de reforma agrária e moldou a luta camponesa nas décadas seguintes, entre elas a do MST (DELGADO, 2010).

Segundo Navarro (2002), o final dos anos 1970 marca a emergência de movimentos populares no campo como reação à instauração do modelo capitalista no meio rural, o que aumentou a violência no campo. Na década seguinte surge o MST que, daí em diante, será referência na luta pela reforma agrária no ambiente político brasileiro.

Assim, “[...] a luta na terra precisa ser compreendida no seu contexto e, de modo particular, a partir da dinâmica conservadora da reforma agrária brasileira. Ela é que explica em grande parte as forças, fraquezas e limitações do MST” (CARTER; CARVALHO, 2010, p. 303).

Navarro (2002) aponta que três fatores foram determinantes para o surgimento de movimentos sociais no campo no final dos anos 1970: a liberalização política nos últimos anos do regime militar; os graves impactos sociais advindos do processo de modernização da agricultura; e, o crescimento significativo de ações de setores progressistas da Igreja Católica relacionadas aos conflitos rurais.

De acordo com Fernandes (1999), especificamente a ocupação da gleba Macali, no município de Ronda Alta - RS, por 110 famílias, no dia 7 de setembro de 1979, foi o estopim do processo de formação do MST.

Para Caldart (2001), a gênese do MST ocorre em função da situação estrutural do país. Com a rearticulação da luta pela terra, no final dos anos 1970, as ocupações são retomadas, primeiramente no Centro-Sul, e expandindo-se para outras regiões. O período 1979 - 1984 é considerado a fase de incubação do MST, quando a ideia do Movimento foi desenvolvida. Em 1984, durante o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado em Cascavel-PR, entre 21 e 24 de janeiro, o MST é formalmente criado.

Não obstante, cabe salientar que o MST não começa sua luta do zero, pois acumulou conhecimentos a partir da análise de experiências camponesas anteriores, tanto no Brasil como na América Latina (STÉDILE; FERNANDES, 2012).

Nepomuceno (2018) aponta que, em termos jurídicos, o MST é um movimento popular sem formalidade legal, pois não tem personalidade jurídica, devido à ausência de um CNPJ⁴³. Trata-se de um ajuntamento social espontâneo, o que não significa dizer que não haja organização.

Atualmente presente em quase todo o território nacional, o MST é um movimento social que atua para estreitar vínculos com outras entidades da sociedade civil (SILVA, 2004). Essa articulação já estava presente desde a sua origem, quando obteve forte apoio político-organizativo de Sindicatos, da Igreja Católica e da Igreja Luterana (RIBAS, 2000).

Esta pesquisa constatou que a articulação com sindicatos de trabalhadores, Comunidades Eclesiais de Base (CEB) vinculadas à Igreja Católica e Igrejas de outras denominações fortaleceu o Movimento na RMVPLN. Aliás, a conquista da área onde se encontra o assentamento é um exemplo bem-sucedido disso. A área pertencia a uma família com enorme dívida junto ao Estado. O posicionamento político da Igreja Católica em favor do MST, reunindo uma grande quantidade de paróquias, padres, freiras, bispo, ajudou a inserir a questão da reforma agrária no debate da sociedade e, por fim, assentar 63 famílias na referida área. Contudo, cabe registrar que o processo se deu por conta da organização e luta do Movimento.

A influência de grupos católicos progressistas é especialmente importante nos primeiros anos do MST, então restrito ao sul do Brasil. Apesar de poucas conquistas em termos de assentamentos, esse período foi relevante para solidificar a capacidade de mobilização do Movimento (NAVARRO, 2002).

Posteriormente, o MST espalhou-se pelo país e assumiu uma postura de maior confronto, sob o lema “Ocupar, produzir, resistir”, e a influência de membros da Igreja Católica diminuiu. Com a transferência da sede para São Paulo e sua consolidação no Estado mais influente da federação, o Movimento assumiu papel preponderante no debate sobre a reforma agrária. Por sua vez, aumentaram também as críticas quanto às suas estratégias (NAVARRO, 2002).

⁴³ Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

Segundo Miranda e Cunha (2013), em termos de estrutura o MST evoluiu ao longo do tempo para se adaptar a questões relacionadas à ação política, mobilização de militantes, organização de acampamentos e projetos de assentamentos.

A estrutura organizativa do MST é múltipla, plural e híbrida. Tem caráter formal e informal, e foi construída como novas e antigas formas de organização. Sua amplitude garante os trabalhos nos mais variados assuntos, abarcando dimensões sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas. Seu traço principal, porém, não está na definição de sua estrutura, mas em seu movimento, ou seja, em sua versatilidade e flexibilidade. Seu caráter multidimensional e flexível lhe permite estar presente simultaneamente em diversos espaços políticos, e lhe facilita a possibilidade de criar novos espaços de atuação. Essa estrutura multifacética, com variadas instâncias de decisão coletiva, ajuda também a proteger o MST, pois torna muito mais difícil o intento de cooptar, controlar ou reprimir o Movimento por parte das forças que lhe são hostis (FERNANDES, 2010, p. 184).

O autor explica que “[...] o processo de institucionalização do MST ajudou a cristalizar sua estrutura organizativa atual, constituída de três partes interativas: **(1) as instâncias de representação; (2) os setores de atividades; e (3) as organizações com registro público**” (FERNANDES, 2010, p. 182, grifos nossos). O Quadro 9 apresenta essa estrutura organizativa, que está detalhada na sequência deste texto.

Quadro 9: Estrutura Organizativa do MST

<p>Instâncias de representação Congresso Nacional Encontro Nacional Coordenação Nacional Direção Nacional Encontro Estadual Coordenação Estadual Direção Estadual Coordenação Regional Coordenação de Assentamentos Coordenação de Acampamentos Núcleos de Base</p>	<p>Setores de atividades Secretaria Nacional Secretarias Estaduais Secretarias Regionais Setor de Frente de Massa Setor de Formação Setor de Educação Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente Setor de Comunicação Setor de Finanças Setor de Projetos Setor de Direitos Humanos Coletivo de Relações Internacionais Setor de Saúde Setor de Gênero Coletivo de Cultura Coletivo de Mística</p>
<p>Organizações convencionais ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes</p>	

Fonte: Fernandes (2010).

De acordo com Carter e Carvalho (2010), o MST é uma organização complexa, com articulação em rede e instâncias de representação em nível nacional, estadual, regional e local.

As instâncias de representação política reúnem diferentes espaços, formados por diversas modalidades: núcleos, coordenações, direções, encontros e Congresso Nacional. Uma instância elege ou indica os membros de outra instância em nível superior. A porta de entrada nesse processo são os núcleos de base, constituídos pelas famílias sem-terra nos acampamentos e nos assentamentos. Os assentamentos e acampamentos elege suas coordenações, que escolhem as coordenações regionais, que, por sua vez, elege as coordenações estaduais. A coordenação estadual elege os representantes da coordenação nacional. Os coordenadores indicam entre seus membros os componentes da direção estadual e nacional. É nos núcleos, nas coordenações e nas direções que o MST toma suas decisões cotidianas (FERNANDES, 2010, p. 182-183).

Os núcleos de base, como o próprio nome sugere, representam a fundação de toda a estrutura do MST. Configura-se no espaço em que todos os militantes estão presentes, debatendo os problemas locais e participando das decisões. Cada núcleo elege seus integrantes para compor a coordenação (LOPES; MORETTI, 2017).

Os núcleos são compostos por um número determinado de famílias, sob a coordenação de um homem e uma mulher, e devem se organizar para discutir problemas e organizar o trabalho. A opção pela organização em núcleos de base objetiva aumentar a participação dos acampamentos e assentamentos nas decisões, enfatizando a organização horizontal (MIRANDA; CUNHA, 2013).

Alex participou ativamente da organização de núcleos, quando estava acampado. Segundo ele, os núcleos chegavam a ser compostos por até 40 famílias e facilitavam a organização de acampamentos e o envolvimento de todos.

*Era incrível que essa participação tem um engajamento nesses setores, o dia passava tão rápido porque você já começava uma reunião logo às 7 da manhã que era a reunião dos setores. Cada um desses 12 setores se reunia separadamente com os representantes de todos os 60 núcleos. **Depois tinha a reunião da coordenação que daí eram dois representantes, um homem e uma mulher eram os representantes desses setores lá na coordenação. Aí tinha lá cento e poucas pessoas, aliás 120 pessoas na reunião da coordenação. Aí, depois da reunião da coordenação, tinha reunião da direção que já era um grupo bem mais reduzido. E, após tudo isso, daí tinha reunião dos núcleos, 60 núcleos. Aí lá cada representante de cada setor ia relatar o que aconteceu na reunião, dos encaminhamentos das discussões e, quando necessário, havia uma assembleia geral onde todas as 5 mil pessoas do acampamento se reuniam para tomar um encaminhamento** (ALEX, grifos nossos).*

A narrativa de Alex demonstra ainda a preocupação do MST em promover a igualdade de gênero e estimular a formação de lideranças femininas. Nesse sentido, Gonçalves (2009, p. 202) explica que

[...] se na fase inicial do MST a preocupação com a presença das mulheres é quase nula, paulatinamente, nos anos 1990 começou a ser criado um Coletivo Nacional de Mulheres do MST. A “invisibilidade” da participação feminina passou a ser o objeto de debates e resoluções. No artigo 45 do Documento Básico do MST, de 1993, é enfatizada a necessidade de “Considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero”; além disso, no artigo 152, ressalta-se que é preciso “garantir a participação das mulheres em todos os níveis da cooperação agrícola e sobretudo estimular sua participação no trabalho produtivo, como também combater as desigualdades e o tradicionalismo que existe no meio camponês”.

Apesar disso, a autora aponta que o ambiente rural ainda se constitui num reduto machista, no qual é muito comum o afastamento da participação política da mulher, para se dedicar apenas ao trabalho doméstico, após o assentamento. Essa base social de viés consideravelmente conservador é um desafio que se apresenta às lideranças do MST (GONÇALVES, 2009).

De acordo com Furlim (2013), a atuação feminina é destacada e corajosa na organização e consolidação do MST, principalmente nos acampamentos, mas, de fato, há evidências de que, com a conquista da terra, a participação das mulheres se reduz drasticamente nos espaços públicos e nas instâncias de decisão, enquanto sua dedicação ao lar aumenta.

Não se pode negar que, numa sociedade conservadora e patriarcal como a brasileira, a mulher, de modo geral e em particular no meio rural, assume uma posição de subordinação que, muitas vezes, conta com a anuência de instituições importantes, como a Igreja e órgãos de extensão voltados para o meio rural. Nesse cenário, o processo de emancipação feminina confronta-se com a estrutura familiar estabelecida (PAULILO, 2003).

Porém, há que se considerar, na análise da questão da mulher no MST, além das dificuldades impostas pelo contexto, a complexidade e as contradições de um processo que ainda está em construção e que, pelo menos, reconhece a necessidade de maior participação feminina (GONÇALVES, 2009).

Ainda assim, e mesmo aceitando que os esforços do Movimento para dirimir a desigualdade de gênero são reais, há um longo caminho a ser percorrido antes que sejam alcançadas condições de igualdade entre camponesas e camponeses.

Nesta pesquisa, por exemplo, todos os agricultores são do sexo masculino, apesar de constatada a participação ativa de mulheres no cotidiano dos assentamentos da região. O fato é que, ao procurar por lideranças do MST, normalmente o nome indicado ainda é o de um homem. De acordo com Gonçalves, essa é uma questão de caráter político e, por isso, é importante que seja problematizada pelas relações de gênero e pela luta de classes (GONÇALVES, 2009).

De volta à questão da organização, os integrantes dos núcleos de base devem se envolver nas atividades do Movimento, os chamados setores. Os setores são formados, na prática, com base nas experiências e necessidades impostas pela luta e se constituem no alicerce que sustentam a estrutura organizativa do MST (STÉDILE; FERNANDES, 2012).

“Os setores e as secretarias têm caráter administrativo e executivo e são responsáveis pela realização de projetos de desenvolvimento socioterritorial nos assentamentos e nos acampamentos” (FERNANDES, 2010, p. 183).

Franco García (2004) apresenta os principais setores e descreve suas atividades:

- Frente de Massas: planejamento das ocupações e direção dos acampamentos;
- Produção: organização da produção e acompanhamento técnico;
- Educação: organização das escolas;
- Comunicação: divulgação na imprensa e articulação de rádios comunitárias;
- Cultura: resgate da cultura camponesa e o fomento de atividades culturais e esportivas;
- Saúde: acompanhamento das carências básicas em relação à saúde;
- Coletivos de Gênero: conscientização para a questão e mobilização política das mulheres;
- Formação: aprofundamento político e ideológico das bases;
- Intersetorial: discussão, análise e diagnósticos dos setores.

Já as organizações convencionais são aquelas com registro público, estabelecidas pela necessidade de o Movimento se organizar por meio de associações e cooperativas, de modo que estejam legalmente estabelecidas e tenham caráter formal. É por meio delas que o MST consegue captar recursos para seus projetos, realizar movimentações financeiras e firmar contratos legais (FERNANDES, 2010).

Nesse sentido, Miranda e Cunha (2018) relatam que a representação dos assentados frente a entes governamentais por meio de associações ou cooperativas é praticamente uma exigência do Estado para o repasse de créditos.

Melo e Scopinho (2018, p. 69) acrescentam que “[...] a legislação estabelece que as aquisições de alimentos sejam realizadas por meio de cooperativas ou associações organizadas pelos produtores”.

Na prática, essas organizações permitem “[...] operar contas bancárias, estabelecer contratos legais e canalizar recursos externos para a implementação de projetos de desenvolvimento em diversas áreas” (FERNANDES, 2010, p. 182).

Assim, as famílias são incentivadas a assumir um modelo econômico solidário baseado na cooperação e no associativismo, uma vez que o MST entende a cooperação como elemento estratégico, dentro do processo de construção de novas relações sociais (MST, 1997).

Conforme Scopinho (2007, p. 87), desde sua gênese a cooperação desempenha papel fundamental no MST:

A cooperação, entendida como ação social espontânea ou organizada, sempre foi essencial para o MST, desde a sua origem. É entendida como um processo de aprendizagem de longo tempo, que se inicia nos acampamentos antes mesmo da posse da terra, precisa ser continuamente revisado e assume diferentes formas, conforme se transformam as condições objetivas da realidade. Os dirigentes enfatizam que a cooperação não se resume na organização de cooperativas e que a luta pela terra é, por excelência, a experiência de cooperação mais importante para um Sem Terra.

Carter e Carvalho (2010) afirmam que, desde o princípio, o MST buscou promover o desenvolvimento do cooperativismo e de atividades associativas, nos assentamentos. Nos anos 1980 surgiram as primeiras Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), inspiradas no modelo agrícola cubano, que ganharam força como “ilhas de resistência” ao governo Collor⁴⁴, na década seguinte.

Sobre essa questão Ribas (2012, p. 45) comenta que

[...] materializou-se a lógica da organização cooperativa da produção, tendo como base estratégica - organizacional, num primeiro momento, a implantação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), em 1992, que tem como base no assentamento, a formação de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) e Cooperativas de Comercialização e Prestação de Serviços (CPSs).

Os assentados confirmam que o MST valoriza formas de economia solidária, especialmente o cooperativismo, e que, uma vez estabelecidas, as cooperativas fazem parte do cotidiano das famílias assentadas em termos financeiros, de formação e de assistência técnica.

⁴⁴ Fernando Affonso Collor de Mello (1949) foi Presidente do Brasil de 1990 até sua renúncia, em 1992, em meio a um processo de *impeachment*.

Portanto, há predisposição e interesse do MST em adotar o cooperativismo nos assentamentos. Valter relata que existe um setor com pessoas designadas para desenvolver estratégias e

[...] que cuidam do sistema de cooperativismo no Brasil, trazendo isso forte para que, enquanto agricultor, você se organize porque o sistema de cooperativa não é só para você melhorar sua renda, mas para você poder também fazer uma gestão melhor, para você fazer compra coletiva, essas coisas, as cooperativas, associação. Aqui a gente faz parte de uma associação que não só é do assentamento, mas é uma associação de agricultura familiar. Então, a gente tem um grupo na região grande de agricultor que a gente tem um sistema de certificação participativa com a sociedade (VALTER, grifos nossos).

Cabe ressaltar que o cooperativismo como modo de organização da produção nos assentamentos é muitas vezes apontado como uma resposta “mágica” à situação de precariedade no campo; porém, os resultados verificados na prática nem sempre são satisfatórios e, portanto, não se constituem em garantias para os assentados (LACERDA; MALAGODI, 2007).

Além do mais, Melo e Scopinho (2018, p. 64) advertem que o modelo de desenvolvimento rural presente no Brasil, no qual o cooperativismo está inserido, é um estímulo à lógica de mercado, que não raramente responsabiliza os sujeitos por suas condições.

Por isso elas seriam insuficientes para estabelecer a cooperação nas relações concretas dos sujeitos. Na prática, as relações sociais permanecem pautadas na competitividade, desconfiança e pessoalidade, configurando um cooperativismo por ocasião das exigências das políticas.

Esse cenário suscita dúvidas se de fato as cooperativas do MST conseguem seguir os preceitos de economia solidária ou se simplesmente são ferramentas usadas para aumentar a competitividade dos assentamentos diante da disputa econômica no mercado agrícola dominado por grandes empresas e intermediários.

Nesse sentido, é preciso considerar, ainda, que cada assentamento é único e que cada região tem suas peculiaridades e dificuldades. Na cidade de São José dos Campos, por exemplo, onde se encontram Valter e Alex, a maioria dos assentados tem origem urbana e não apresentam bases sólidas de economia solidária. Em consequência disso, o estabelecimento de uma cooperativa no assentamento não foi possível.

O fato de não se envolverem em uma cooperativa traz dificuldades, pois, como já dito, o fornecimento de alimentos para os programas governamentais exige que ela seja constituída. Além disso, também há dificuldades para providenciar a assistência técnica adequada aos

produtores que precisam de acesso a crédito para investimentos em projetos sustentáveis econômica e ambientalmente (BORSATTO; CARMO, 2013).

Valter e Alex explicam ainda que os contratempos enfrentados pelos assentados com relação a esses temas também se devem ao fato de o modelo vigente ser pensado para atender aos interesses de grandes e médios produtores, em detrimento da agricultura familiar.

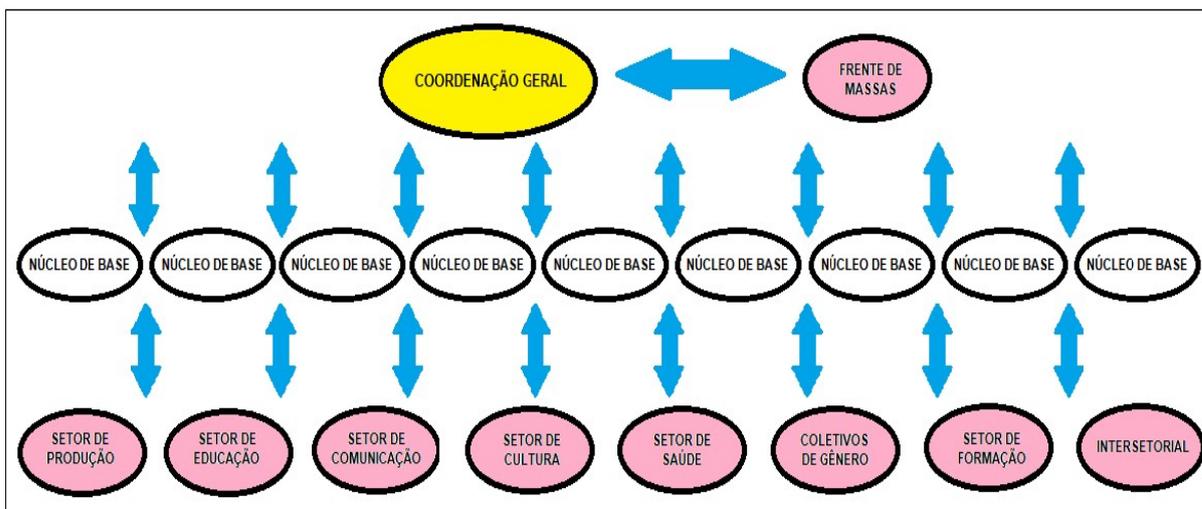
A gente sabe que precisa de muitas condições de acesso a crédito, a linhas de créditos com juros baixos. A agricultura familiar não tem esse privilégio como tem a grande propriedade que tem incentivos fiscais, que tem isenções, as vezes ele tem 20, 30 anos ou mais para pagar as dívidas dele ou ainda eles têm uma bancada ruralista que vai perdoar as dívidas deles. Então, o Movimento ele tem uma luta bem abrangente (ALEX, grifos nossos).

Apesar disso, eles buscam manter os laços com a economia solidária, por meio de suas próprias iniciativas econômicas solidárias, as CSAs que implementaram em seus sítios, onde produzem alimentos orgânicos para um grupo de consumidores (coagricultores) que semanalmente recebem uma cesta de produtos. Contudo, conforme apontado anteriormente, esse modelo, que se adapta às condições materiais dos assentados, foge do adotado pelo MST, de modo geral.

As dificuldades impostas aos assentados obriga-os ao desenvolvimento de estratégias diversas para seguir na luta pela terra. Diante disso, a questões da produção e sua distribuição são particularmente interessantes, devido à diversidade de alternativas encontradas pelo MST. Essa questão é desenvolvida na seção subsequente.

Para encerrar esta subseção, são apresentados dois quadros sínteses sobre a estrutura organizacional do MST. A Figura 25 permite melhor visualização da organização de um assentamento e do modo como se dá a relação entre núcleos de base, setores e coordenação geral. Já a Figura 26, demonstra como se dá a organização institucional do MST desde as instâncias locais e regionais, passando pelas instâncias estaduais e culminando nas instâncias nacionais.

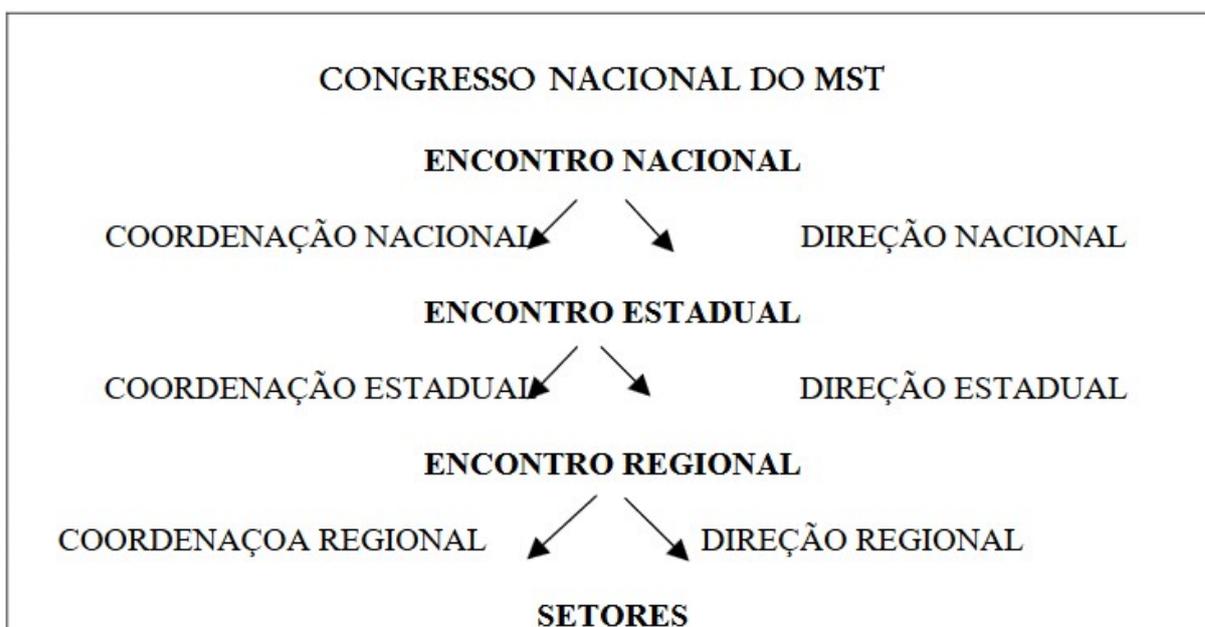
Figura 25: Síntese da organização do assentamento - relação entre núcleos de base, setores e coordenação geral



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Como se nota, a organização do MST pressupõe relação orgânica com a base, a fim de que o processo decisório aconteça com a participação de todos os integrantes. Essa forma de organização, como já destacado, proporcionou o fortalecimento e a continuidade do movimento, apesar da criminalização por ele sofrida.

Figura 26: Organização institucional do MST - instâncias locais, regionais, estaduais e nacional



Fonte: Franco García, 2004.

4.2.1.1 Estrutura de Comercialização do MST

Na discussão sobre a estrutura do MST ganham destaque as formas de comercialização construídas pelo Movimento. É importante notar que uma forma de comercialização não exclui necessariamente outras e que, portanto, elas podem coexistir. Nesse sentido, Valter relata que “[...] o Movimento tem várias estruturas de comercialização”.

Há algumas lojas físicas do MST pelo país que comercializam itens produzidos por assentamentos de suas proximidades. A principal delas, que fica em São Paulo, já vendeu produtos do assentamento de São José dos Campos. No entanto, a distância dificulta e encarece a logística, de modo que atualmente os assentados da RMVPLN não se utilizam da comercialização via Armazém do Campo. Ademais, a pequena quantidade de lojas físicas atuais são capazes de receber um volume pouco significativo da produção do universo de assentamentos do MST pelo país.

Assim, para aumentar os pontos de venda de produtos da reforma agrária, “*o Movimento também ajuda articular e organizar as feiras da agricultura familiar nos municípios, principalmente nas capitais*” (ALEX).

Segundo Darolt e Lamine (2017), o mercado institucional também se abriu para os pequenos agricultores, com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, posteriormente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), destinados às famílias de baixa renda e aos alunos da educação básica, respectivamente, pois os produtos agroecológicos⁴⁵ devem ser adquiridos da agricultura familiar sem necessidade de licitação

Nesse sentido, os assentados apontam que boa parte da produção dos assentamentos do MST é direcionada ao PNAE, que antigamente também se destinava ao PAA⁴⁶ e, ainda, que o Movimento estimula a participação dos assentados em chamadas públicas⁴⁷ para fornecimento de alimentação escolar.

⁴⁵ “A Agroecologia constitui um campo de estudos que procura deter as formas degradantes e exploradoras da natureza e da sociedade através de ações sociais coletivas de caráter participativo na busca da implantação de sistemas de agriculturas alternativas potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural” (CARVALHO *et al.*, 2006, p.3).

⁴⁶ Em 2021 o Congresso Nacional aprovou a Medida Provisória 1.061/21, que instituiu o Alimenta Brasil, em substituição ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

⁴⁷ A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório.

Especificamente na RMVPLN, ganha destaque a estratégia de formação de grupos de CSA dentro dos assentamentos como iniciativas econômicas solidárias para a comercialização e distribuição da produção.

Esse é o caminho tomado por Valter e Alex que já chamou a atenção de dirigentes do MST que vieram ao assentamento para entender melhor o funcionamento do modelo. No caso deles, formaram-se grupos que funcionam de forma similar. Os coagricultores em torno deles dividem o orçamento anual da produção agrícola, que é pago por meio de cotas mensais e, em contrapartida, recebem uma cesta semanal de alimentos. Esse é um modelo que começa a ganhar corpo no MST, com experiências do gênero sendo encontradas em outras cidades, além de São José dos Campos.

Em termos nacionais, Alex explica que “*o Movimento está organizando a produção em cadeias produtivas*”, nas quais os agricultores que se dedicam a um determinado item - arroz, leite, feijão ou hortaliças - são organizados por meio de cooperativas e, assim, definem as políticas com base em suas necessidades e demandas. Ele ressalta: “***A vida econômica das famílias assentadas passa pela cooperativa, pela organicidade da cooperativa. Então, a renda das famílias assentadas na sua grande maioria passa pela cooperativa***” (grifos nossos).

Ribeiro (2007) explica que os assentados desenvolvem um senso coletivo nas cooperativas, pois as decisões são tomadas em grupo, o que diminui o sentido da esfera privada entre eles. Ao fazer com que os diversos aspectos da vida cotidiana dos assentados passem pelas cooperativas, abre-se espaço também para a discussão de questões políticas e sociais e, assim, assegura-se o fazer democrático.

Segundo Alex, o cooperativismo é uma estratégia adotada em muitos assentamentos do MST para organizar e fortalecer os pequenos produtores rurais no enfrentamento dos desafios impostos pelo modelo capitalista vigente. Como consequência, ele propicia maior segurança econômica para as famílias assentadas:

[...] a maioria das cooperativas nasce por um motivo, é organizada por algum motivo. Vou pegar em específico esse exemplo da COOTAP⁴⁸ que eu conheço bem. Lá em 1995/96, na produção de arroz, a maioria dos assentados produzia arroz convencional. A metade sul do Rio Grande do Sul tem uma característica que boa parte das áreas é para arroz porque é muita planície, muita área encharcada ou alagada. Então, ela é própria para a produção de arroz. E naquela época, nos anos 1990, a produção de arroz convencional estava em queda. Estavam aumentando os custos de produção e diminuindo a produtividade. Isso, na produção convencional de modo geral é assim, ela chega a um pico e depois só começa a ir para trás, se inverte, cai a produção

⁴⁸ Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região Porto Alegre Ltda.

e aumenta o custo. Então, a COOTAP começou a construir essa produção orgânica, a construir todo um corpo técnico, a desenvolver o conhecimento da produção do arroz orgânico e agora a cooperativa só está crescendo e a produção aumentando com o arroz agroecológico orgânico. Essa é a lógica, aumenta a produção e diminui os custos da produção. E a qualidade de vida das famílias envolvidas na maioria das cooperativas, nas cooperativas do Movimento o que acontece é que vai melhorando a qualidade de vida, da vida econômica das famílias, a inserção delas dentro da cooperativa, o envolvimento, tudo vai melhorando. [...] o Movimento tem até com parcerias com a Mondragon⁴⁹, que é a maior cooperativa do mundo, que é do país Basco, que dá muito assessoria, muita formação na área de cooperação em vários aspectos: administrativo, contábil, de relação com seus sócios. Eu acho que isso a cooperativa Mondragon tem ajudado muito as cooperativas, de um modo geral, do movimento no Brasil e muitos cursos na área de cooperação também eles têm assessorado (ALEX, grifos nossos).

A narrativa de Alex aponta para aspectos significativos no que se refere ao cooperativismo, visto que por meio dessa prática é possível rever os rumos e os entraves da produção, no sentido de otimizá-la, além de encontrar estratégias para a redução de custos e a introdução de outros tipos de plantio. Além disso, a assistência técnica alcançada pelas cooperativas auxilia os produtores a implementar e melhorar os processos produtivos. A migração para a produção orgânica em larga escala – o MST afirma ser o maior produtor de arroz orgânico da América Latina – realizada pela COOTAP no Rio Grande do Sul, que vai na contramão do modelo defendido pelo agronegócio, é um exemplo emblemático nesse sentido.

Ainda sobre a comercialização, Vanden indica que o MST está ciente da prevalência de grandes estruturas capitalistas nessa área.

O MST entende claramente a crescente comercialização da produção agrícola, suas ligações a economia capitalista internacional e suas consequências para a vida social. De forma análoga, têm consciência plena de como a globalização está fortalecendo essas tendências e ameaçando seu modo de vida (VANDEN, 2012, p. 66).

Assim, o MST utiliza-se de uma estratégia pragmática que se adapta de acordo com a fase em que o assentamento se encontra. Stédile (1997) explica que, com o assentamento das famílias, ocorre um processo gradativo de adaptação às estruturas de mercado. Nos primeiros dois anos, a preocupação é obter uma produção suficiente para alimentar as famílias de maneira

⁴⁹ Segundo o Portal do Cooperativismo Financeiro, o Complexo Cooperativas de Mondragón “[...] reúne 120 empresas sob forma de Cooperativas, sendo 87 industriais, 1 de crédito (Caja Laboral), 1 de consumo (Eroski), 4 agrícolas, 13 cooperativas de pesquisa, 6 de serviços em consultoria e 8 cooperativas de educação. São associados das Cooperativas apenas seus trabalhadores que atualmente somam 93 mil pessoas” (disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/expressao-mundial/cooperativismo-de-credito-na-espanha/o-case-de-mondragon-na-espanha/> Acesso em fev.2022).

que não haja fome entre os assentados. Superada essa etapa, o foco passa a ser produzir também para o mercado, de modo a gerar renda. e a etapa final é o desenvolvimento das agroindústrias mais adaptadas para o enfrentamento de mercados organizados e competitivos.

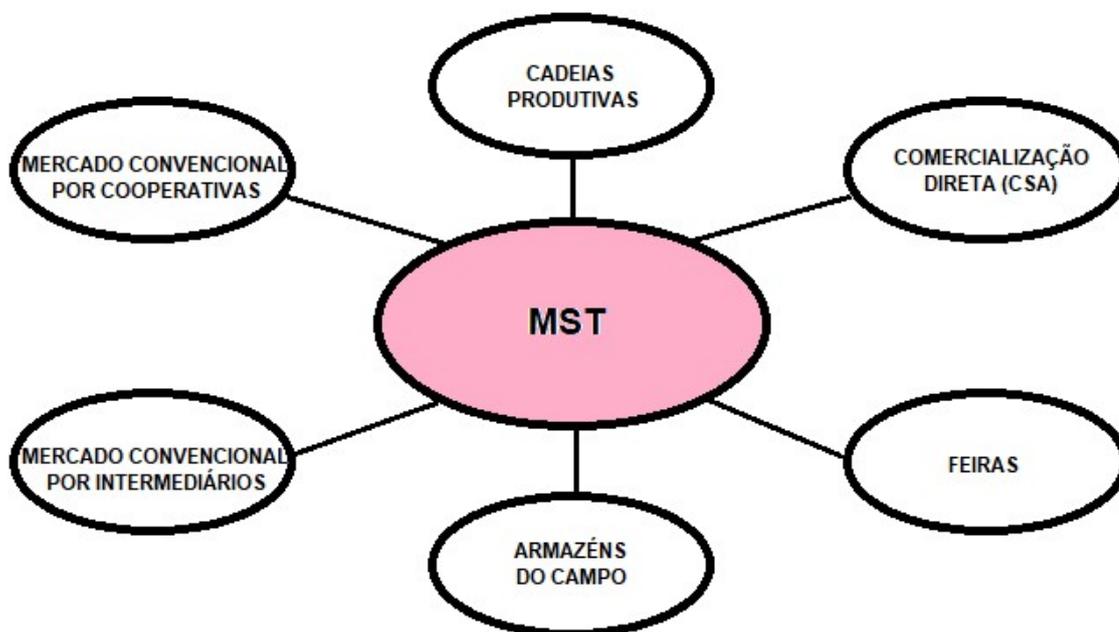
De certo modo, esse pragmatismo na adaptação à economia de mercado e ao modo de produção capitalista pode ser visto como um afastamento dos ideais propostos por Singer (2002), que defendia a substituição da economia competitiva de mercado por uma economia de fato solidária e capaz de combater as desigualdades na sociedade.

Por outro lado, Fernandes (1999) sugere que a ideia do componente corporativo é pensada pelo Movimento justamente no intuito evitar que o assentado se isole e perca o vínculo com a organização dos trabalhadores, pois é ele que permite que a luta avance em direção à reforma agrária. Destarte, a conquista da terra não deve ser o fim, mas o ponto de partida de reivindicações no campo que sejam menos egoístas e mais abrangentes.

Como pode ser constatado pelas narrativas dos participantes desta pesquisa e por autores que analisaram a estrutura do MST, o Movimento é atravessado por contradições as quais, em determinadas situações, podem levar a questionamentos de seus princípios norteadores. Evidentemente, para que se possa compreender essas contradições é necessário que se faça uma leitura da totalidade das complexas dimensões que incidem sobre esse fenômeno chamado MST.

A dinâmica capitalista atual certamente é uma dessas dimensões que requerem análise, pois, em nome da retomada das taxas de acumulação, o capital engendra estratégias que pressionam o Movimento, como os trabalhadores rurais em geral. A adoção da agenda neoliberal também se constitui elemento desorganizador dos trabalhadores em geral e, em particular, dos trabalhadores rurais.

Figura 27: Síntese da Estrutura de Comercialização do MST



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

4.2.2. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): estrutura e dinâmica

A modalidade de organização denominada Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) é uma tecnologia social - entendida aqui como um processo de construção social da existência - que visa transformar a relação entre produtores e consumidores de alimentos por meio de alguns pilares fundamentais: a) comercialização direta entre as partes; b) adoção de circuitos curtos⁵⁰ de suprimento/comercialização; c) fortalecimento de práticas coletivas de cooperação; d) atuação política para o desenvolvimento socioeconômico endógeno; e) valorização das culturas alimentares identitárias e territoriais; f) comércio justo e defesa e proteção do bem comum, em especial quanto ao meio ambiente (JUNQUEIRA; MORETTI, 2018).

Silva Júnior *et al.* (2018) definem a CSA como um mecanismo organizacional voltado ao desenvolvimento agrário sustentável, em que a produção é repassada de forma direta, sem intermediários e atravessadores, do produtor para o consumidor, numa relação estreita entre ambos.

⁵⁰ “Os circuitos curtos de comercialização são sistemas agroalimentares alternativos em que se busca a proximidade do produtor-consumidor fortalecendo a agricultura local e regional. Apresentando no máximo um intermediário, envolvem proximidade geográfica, que facilita a distribuição, transporte e gestão das vendas” (CHAVANTE *et al.*, 2019, p.11).

Nesse sentido, o modelo de CSA pode ser entendido como uma cadeia agroalimentar curta (circuito curto) de abastecimento que implica diminuição ou mesmo eliminação dos intermediários na relação de troca entre consumidores e fornecedores e na redução dos locais de passagem de uma cadeia de valor, a fim de encurtar o percurso do alimento no sistema agroalimentar (SCHNEIDER E GAZOLLA, 2017).

Os circuitos curtos de comercialização fazem parte das redes alimentares alternativas (RAA) (CASSOL; SCHNEIDER, 2015), que são redes emergentes de produtores, consumidores e outros atores que se utilizam de alternativas ao modelo industrial padronizado que atualmente domina o mercado de abastecimento alimentar (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2017).

Essa é a direção para a qual a CSA caminha. “A participação das comunidades organizadas em torno das CSAs deve necessariamente implicar consciência e atividade política e social, posto que não se rege pelas lógicas operativas dos mercados tradicionais” (JUNQUEIRA; MORETTI, 2018, p. 531).

De toda forma, a CSA pretende superar a mera relação instrumental de venda direta. “O objetivo é que haja a construção de um trabalho coletivo alicerçada na formação de uma comunidade que possua laços de confiança e pertencimento, em que agricultores e coagricultores assumam funções específicas para a manutenção do sistema (MELO; FREITAS; CALBINO, 2020)

Felipe explica que

[...] basicamente, a gente forma um grupo, uma comunidade. Essa comunidade unida sustenta e financia os processos da agricultura, os processos de plantio, colheita e manejo. E essa comunidade se junta ao agricultor para que juntos potencializem o que o agricultor já sabe. Então, o agricultor deixa de ser aquela figura isolada que está lá no campo plantando sozinho e passa a ser a figura central de uma comunidade que está ao redor dele. O grupo todo se une ao redor desse agricultor, passa dividir com agricultor o ônus e o bônus, o ruim e o bom, o orçamento, o prejuízo, o risco, tudo, com objetivo de plantar, de cultivar o próprio alimento (FELIPE, grifos nossos).

Trata-se, portanto, de uma estratégia inspirada nos conceitos de cooperativismo e economia colaborativa que propõe a organização de um mercado justo, participativo e solidário. A base fundamental para a formação de uma CSA é o estabelecimento de relações de confiança entre agricultores e coagricultores. O agricultor apresenta todos os custos relacionados à produção aos coagricultores que firmam o compromisso de financiá-los (SILVA JÚNIOR *et al.*, 2018).

Nas palavras de Tales, “[...] a CSA é um **projeto de economia solidária** em que os consumidores se unem com o agricultor local, conhecem esse agricultor, confiam nesse agricultor e passam a financiar o custo de produção da horta” (grifos nossos).

Conforme apontado anteriormente, entende-se que a CSA se encaixa nas definições de economia solidária, contudo tem-se conhecimento dos questionamentos que envolvem a questão.

Isso posto, cabe também a discussão sobre economia solidária no âmbito da CSA e se ela se encaixa nos preceitos de trazidos por Singer (2002), para quem a economia competitiva deve ser substituída por outra solidária e com base na cooperação entre as pessoas, pois só assim é possível combater as desigualdades.

No caso da CSA, os princípios da autogestão, cooperação e solidariedade estão presentes, mas o lado empreendedor também é bastante valorizado. Portanto, o modelo de CSA “[...] *não deixa de ser um empreendedorismo, mas não é muito um empreendedorismo econômico, ele é mais um empreendedorismo social. Acredito que seja mais um empreendedorismo social, filosófico*” (Tales, grifos nossos).

De fato, o empreendedorismo é um dos fundamentos do modelo de CSA. Ainda que os agricultores considerem que a economia solidária prevaleça, não se encontram visões críticas ao empreendedorismo.

A CSA para mim, sem dúvida, está do lado da economia solidária, mas ela precisa ter o pragmatismo do empreendedor. Ele precisa ter o foco ali no resultado. O foco, objetivo concreto que o empreendedorismo tem, que os empreendedores têm. Assim, sem sombra de dúvida, a CSA é um movimento da economia solidária, mas a gente precisa pegar o que tem de bom dos dois lados e desenvolver o movimento, desenvolver o projeto (Felipe, grifos nossos).

O ponto trazido por Felipe merece ser analisado com maior profundidade. Segundo Medeiros (2017), a economia solidária, ao fornecer o arcabouço ideológico, impulsiona o empreendedorismo social.

Não obstante, Neves (2019) aponta que o debate sobre a relação do empreendedorismo com a economia solidária é complicado pelas diferenças entre os princípios da economia solidária e da economia competitiva de mercado.

De fato, utilizar-se de características de modelos contraditórios é uma tarefa complexa. Se de um lado a economia solidária se ancora nos princípios da solidariedade e cooperação, de outro lado o empreendedorismo é desenhado para atuar na economia competitiva.

Os integrantes da CSA compreendem o sistema econômico capitalista no qual estão inseridos, mas acreditam que há possibilidades de suavizá-lo por meio do empreendedorismo social.

Segundo Medeiros *et al.* (2017), o empreendedorismo social não representa a negação do lucro, mas que este é colocado abaixo do principal intuito, que é a criar valor social. Assim, a colocação de Tales representa bem a forma como os agricultores enxergam o tema do empreendedorismo no campo, buscando amenizar a brutalidade do modelo capitalista e conciliar as contradições entre os interesses de um empreendimento capitalista em sua essência e a solidariedade e cooperação.

Os participantes da CSA afirmam que empreendem tentando fugir da lógica do mercado e, de fato, não se nota em seus discursos aquilo que Chomsky (2020, p. 73) denominou “paixão pelos mercados livres”, que ganhou força a partir da década de 1980. Para eles, mesmo tendo fins comerciais, CSA “[...] *é uma forma de empreender solidariamente, uma forma de empreender coletivamente, uma forma de empreender com relações humanas. Você não toma decisão individual, você está sempre tomando decisão coletiva, em grupo*” (Felipe).

A colocação de Felipe está em consonância com Dal Bello, Sacramento e Marques (2019, p. 27), que informam que “[...] nem toda a forma de empreendedorismo assume o lucro como principal objetivo. Há empreendedores que são motivados por uma consciência social ou ambiental, e há também aqueles que são forçados a empreender por questões de sobrevivência”

Contudo, considerando o posicionamento crítico adotado nesta pesquisa, cabe refletir sobre o que se entende por empreendedorismo e os motivos pelos quais não é aqui defendido.

Andrade *et al.* (2016) explicam que o empreendedorismo começa a se fortalecer no Brasil com a criação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Sociedade Brasileira para Exportação de Software (SOFTEX), como resposta à crise gerada pelo fim do ciclo de industrialização do país, nos anos 1980.

Segundo Mota Júnior (2021), o estímulo ao empreendedorismo ganhou força na década de 1990, com a adoção de políticas voltadas ao autoemprego. Desde aquela década, difundiu-se de tal maneira, que alguns estudos alegam que se vive, atualmente, a era do empreendedorismo.

Assim, não se aprofunda a discussão sobre a caótica situação do mercado de trabalho que empurra milhões de trabalhadores ao mercado informal disfarçado de empreendedorismo, sob o argumento de uma autonomia que, no mais das vezes, o empreendedor jamais consegue usufruir (TAVARES, 2018).

Amplamente defendido pela grande mídia e por políticos, que agora se declaram gestores, o empreendedorismo viu as críticas mais contundentes minguaem ao longo dos anos. Assim, a defesa acrítica do empreendedorismo dominou o debate público contemporâneo e o ideal empreendedor arraigou-se no imaginário popular como a grande oportunidade para uma mudança de vida.

Novamente aqui se constata as contradições que envolvem o debate do empreendedorismo, na medida em que o conceito integra o conjunto de estratégias do capital desde os seus primórdios, ainda mais no contexto da sua crise contemporânea. Nesse sentido, afirmar que a CSA não se enquadraria na lógica capitalista por ser um empreendedorismo social pode levar a um equívoco conceitual.

A expressão Comunidade que Sustenta a Agricultura remete à tradução do termo utilizado no idioma inglês *Community Supported Agriculture*, que permitiu que fosse utilizada a mesma sigla, em português, CSA (AMORIM, 2018).

Assim, além do Brasil, o termo CSA é utilizado em países anglófonos. No entanto, outras iniciativas de associação entre consumidores e agricultores são registradas pelo planeta como exemplos: Associations Pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne (AMAP) na França; RElação de Cidadania entre PROdutores e Consumidores (Reciproco), em Portugal; Gruppi di Acquisto Solidali (GAS), na Itália; os Voedselteam, na Bélgica; os Grupos de Consumo ou Ecocajas, na Espanha; a Agriculture Soutenue par la Communauté, no Canadá, a Organic Consumers Association, nos Estados Unidos; e, Canastas Comunitarias, no Equador (SILVA JÚNIOR *et al.*, 2018).

Segundo Paiva (2019), as primeiras experiências de CSA nos organismos agrícolas têm origem na busca por compartilhar riscos e dividir responsabilidades. Com o passar dos anos, tais arranjos entre consumidores e produtores geraram diversos modelos, dentre os quais a CSA. Mesmo entre as experiências de CSAs existem diferenças, de acordo com as particularidades do grupo que se forma.

CSA para mim não tem uma definição única. CSA é um grupo de amigos, CSA é uma família, CSA é uma arte, é uma obra de arte. CSA pode ser uma escultura onde ninguém sabe que forma que vai dar. Se você for pesquisar CSA na internet tem várias e várias definições, mas acho que na essência é isso: a gente se empoderar dos processos da agricultura (Felipe).

Segundo Torunsky, Ferreira Neto e Amorim (2015), a CSA nasceu nos Estados Unidos, em 1986, da iniciativa de dois agricultores biodinâmicos europeus cuja intenção era desenvolver uma nova relação entre produtores e consumidores, na qual os últimos assumissem, em conjunto com os primeiros, os riscos e benefícios da produção, isto é, se tornassem coagricultores.

De acordo com Kondoh (2014), o movimento Teikei, originário do Japão nos anos 1960 e 1970, serviu de inspiração para a CSA. O Teikei dispõe-se a desenvolver uma parceria entre os consumidores que apoiam os produtores que, em contrapartida, compartilham a sua produção. Adicionalmente, essa parceria visava ainda restaurar as áreas agrícolas e seus arredores.

Conforme o sítio oficial da Urgenci⁵¹, o Teikei baseia-se nos seguintes princípios: apoio mútuo, intencionalidade da produção, aceitação do produto, concessão na decisão de preço, aprofundamento de relacionamentos amigáveis, autodistribuição, gestão democrática, aprendizagem coletiva, manutenção do tamanho de grupo apropriado e desenvolvimento contínuo.

“No Japão há o projeto Teikei, que é muito semelhante (à CSA). A CSA tem muito dos princípios do Teikei japonês e alguns princípios da antroposofia⁵² e da biodinâmica⁵³, do Rudolf Steiner⁵⁴. Então, ela mescla essas duas linhas” (TALES).

⁵¹ Urgenci é uma organização internacional cujo objetivo é divulgar a CSA e facilitar as conexões entre as redes CSA nacionais e locais existentes, por meio da crença compartilhada nos valores centrais da Agroecologia: Soberania Alimentar, Economia Solidária e Biodiversidade.

⁵² Antroposofia, do grego “antropo” (ser humano) e “sofia” (sabedoria), é o nome que Rudolf Steiner atribuiu ao seu método de conhecimento da natureza do ser humano e do universo, que amplia o conhecimento obtido pelo método científico convencional, bem como a sua aplicação em praticamente todas as áreas da vida humana.

⁵³ Agricultura biodinâmica é uma forma alternativa de agricultura semelhante à agricultura orgânica, mas com características próprias, como o uso de preparados biodinâmicos e o acompanhamento do calendário astronômico.

⁵⁴ “Rudolf Steiner- idealizador da Antroposofia, nasceu em 1861, onde hoje é a Croácia; na época, a região fazia parte do Império Austro-húngaro. Desde cedo, o jovem Steiner demonstrou imensa habilidade intelectual: estudou matemática, física, química e história natural na Universidade Técnica de Viena, um dos polos culturais mais importantes da época e, em 1891, recebeu seu Doutorado em Filosofia na Universidade de Rostock, Alemanha, com a tese Verdade e Ciência, especialmente em relação à filosofia de Fichte. Rudolf Steiner foi filósofo, educador, artista e esoterista. Idealizou a Antroposofia que, posteriormente, deu origem à pedagogia Waldorf, à agricultura biodinâmica, à medicina antroposófica e à euritmia, esta última criada com a colaboração de sua esposa, Marie Steiner-von Sivers. Após um período de vivência em Berlim, onde sobrevivia como escritor de uma revista literária, Steiner ininterruptamente aderiu a uma trajetória de conferencista e escritor, desenvolvendo a ciência espiritual antroposófica, ou antroposofia. Entre 1902 e 1912, foi o líder da Sociedade Teosófica na Alemanha, mas rompeu com ela e fundou a Sociedade Antroposófica. Mais do que uma concepção de ensino, o filósofo, educador e artista Rudolf Steiner criou uma linha de pensamento que enxerga o homem além do material: a Antroposofia, que prega o conhecimento do ser humano aliando fé e ciência. A linha pedagógica que dela se originou, a Pedagogia Waldorf, é um reflexo dessa forma de pensar, que sobrevive há um século. Desenvolvida por ele, é aplicada em escolas específicas. São cerca de 1092 ao redor do mundo, 74 espalhadas somente pelo Brasil, tendo também a primeira faculdade waldorf do país. Tudo começou quando o

Assim, o movimento Teikei e a agricultura biodinâmica, somados à procura por um modelo mais saudável, justo e solidário formaram o embrião do que hoje é o modelo de CSA (PAIVA, 2019).

No Brasil, a história de iniciativas econômicas solidárias nos moldes da CSA é recente. Uma das primeiras experiências que se aproxima dos conceitos é a Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica (ADAO) fundada em Fortaleza - CE em 1997, na qual os consumidores e produtores pactuam que a produção e seus custos seriam estipulados em conformidade com as necessidades das duas partes (YAMAMOTO, 2006).

A CSA propriamente dita chega ao país em 2011, pelas mãos de Hermann Pohlmann, que conheceu o conceito na Alemanha e, posteriormente, articulou a criação do CSA Demétria, em Botucatu-SP. Nas palavras de Pohlmann (2012, p. 52):

A Community Supported Agriculture (CSA) é uma agricultura sustentada pela comunidade. Nesse conceito, o agricultor deixa de vender seus produtos por meio de intermediários e conta, para a organização e financiamento de sua produção, com a participação de membros consumidores, colaborando para o desenvolvimento sustentável da região e estimulando um comércio justo. Todos os custos de marketing são eliminados. Assim, os consumidores e os produtores podem juntos criar uma “agricultura” alimentar, compartilhando tanto as suas responsabilidades pela produção dos alimentos, quanto pela conservação da paisagem e do solo.

Conceitualmente, a ideia de uma agricultura apoiada pela comunidade conecta-se com a definição de Economia Associativa proposta por Steiner (2006), cujo objetivo é coletivizar o processo de forma eficiente, para satisfazer as necessidades do grupo, e não somente os interesses individuais de cada participante. “Baseadas nos conceitos da Economia Associativa, as CSAs têm por objetivo a criação de relações saudáveis, buscando satisfazer as necessidades de cada membro envolvido com a comunidade” (AMORIM, 2018, p. 10).

Para Ferreira Neto e Torunsky (2014), o entendimento do pensamento econômico associativo de Rudolf Steiner (2006), mesmo após tantos anos, é importante para a compreensão adequada do conceito de CSA. Steiner defendia as associações como alternativa às formas de organização econômicas vigentes em seu tempo histórico: a economia liberal de mercado e a economia planificada pelo Estado.

diretor de uma fábrica em Stuttgart, na Alemanha, pediu que Steiner o ajudasse na fundação de uma escola para os filhos dos funcionários. A empresa chamava-se Waldorf-Astoria – daí o nome dado ao método de ensino, nascido em 1919” (<https://rudolflanz.com.br/rudolf-steiner/>. Acesso em fev. 2022).

Atualmente, no entanto, o capitalismo praticamente não possui rivais, e todo o planeta opera sob os princípios econômicos da produção voltada ao lucro e do capital majoritariamente privado e sem coordenação central (MILANOVIC, 2020).

A predominância do modelo capitalista chegou a tal ponto que é capaz de transformar tudo em mercadoria, para que seja incorporada à sua lógica, de modo que é muito difícil de ser contestada.

Porém, há autores que alegam que as RAAs podem gerar outras práticas econômicas e, assim, constituir-se-iam em formas alternativas ao atual modelo capitalista, no que tange a produção, distribuição e consumo de alimentos (CASSOL; SCNHEIDER, 2015).

Assim, o modelo de CSAs pode representar um desafio potencial aos modos industriais de produção de alimentos, pois é possível manter o capital na economia local e apoiar o desenvolvimento de pequenas indústrias relacionadas, ao encurtar as cadeias de abastecimento alimentar (ALLEN *et al.*, 2017).

Nessa direção, Yamamoto (2006) aponta que os princípios da CSA criam uma relação entre produção e comercialização alternativa ao típico mercado capitalista, pois geram antecipação de demanda, desvinculam o preço da lei de oferta e demanda e promovem a solidariedade entre os envolvidos.

Já os críticos do modelo alegam que a CSA não é um arranjo alternativo de mercado, mas uma tentativa de ajustes parciais à economia de mercado, para torná-la mais justa e solidária; não obstante, a relação comercial ainda prevalece (SILVA JÚNIOR *et al.*, 2018).

Nesse sentido, Cassol e Schneider (2015) advertem que RAAs, como a CSA, estão mais para mercados híbridos que produzem, tanto relações convencionais de produção e consumo, como relações alternativas. Assim, elas não representam uma real confrontação aos mercados agroalimentares convencionais, mas uma adaptação a eles. Nas RAAs, portanto, as relações mercantis e de troca são singulares e fomentam regimes mais justos e sustentáveis, ainda que dentro do modelo capitalista.

Por sua vez, Junqueira e Moretti (2018) lembram que há limites no modelo, principalmente para atingir a massa populacional de baixa renda, que não tem as sobras financeiras dos atuais consumidores da CSA, em geral pertencentes às classes sociais A e B, para arcar com a valorização dos produtos defendida pelo modelo.

É necessário, portanto, que a CSA encontre outras soluções para além do apelo à consciência social, econômica e ambiental de seu público atual. Como explicam Alexandre,

Martins e Harold (2018), a boa vontade de indivíduos é parte importante do processo, mas está longe de ser suficiente.

Neste processo não apenas as atitudes dos consumidores individuais são importantes, como também os mercados locais, as políticas e programas públicos que em conjunto podem construir sistemas alimentares mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, social, econômico e cultural. Conforme demonstrado no Brasil, nas últimas décadas, um conjunto de políticas públicas pode induzir ao desenvolvimento local por meio da diversificação das atividades econômicas e formas de viver, pela superação das desigualdades, por assegurar o acesso ao direito humano à alimentação e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (ALEXANDRE; MARTINS. HAROLD; 2018, p. 18)

Calcanhoto *et al.* (2020) afirmam que o conceito de SAN considera que todos devem ter acesso, em quantidade suficiente, a alimentos de qualidade e direito a itens essenciais, como moradia, saúde, lazer e educação. Além disso, é dada ênfase a práticas alimentares que promovam saúde, diversidade cultural e sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Como se pode observar, o atual conceito de SAN condiz com os ideais de valorização do pequeno agricultor e com a adoção da alimentação produzida localmente de forma saudável e livre de agrotóxicos, defendida pela CSA (PAIVA, 2019). Portanto, esse alinhamento deveria ser mais utilizado para o avanço do modelo no Brasil, em especial no que concerne às políticas públicas.

Cabe novamente apontar as dificuldades encontradas para o estabelecimento de um modelo que se propõe antagonizar a lógica de mercado dominante, ainda mais de um setor como o agronegócio, que amealhou aliados na mídia e na política durante décadas.

Com relação às questões práticas da CSA, a proposta é produzir alimentos orgânicos para um grupo de consumidores que financia a produção por meio de cotas mensais. Todos os custos - preparação do solo, insumos e até gastos pessoais - são orçados e divididos pelos membros, que compreendem que o agricultor precisa de remuneração digna para se dedicar à terra, e que essa dedicação se reverterá em benefícios para a própria comunidade e para o meio ambiente (TORUNSKY; FERREIRA NETO; AMORIM, 2015).

A CSA é um projeto de economia solidária em que os consumidores se unem ao agricultor local numa relação de confiança e passam a financiar o custo de produção da horta. Os custos de produção anual, por sua vez, são calculados e rateados pelo número de famílias, e esse valor é dividido por 12, para se chegar à cota mensal (TALES).

Ferreira Neto *et al.* (2015) explicam que o orçamento anual é decidido coletivamente pelos membros da CSA, num ambiente democrático e participativo. O valor, além dos custos

de produção, deve prover condições de vida dignas aos agricultores e suas famílias, de modo a lhes propiciar estabilidade financeira. Todos esses valores são contabilizados no orçamento anual, para posterior divisão pelos membros da comunidade.

Felipe relata como o processo se dá, na prática:

Em linhas gerais, o que a gente faz é **estabelecer um orçamento**. Dentro desse **orçamento estará contemplado todas as necessidades da família agricultora e do território, da terra em si**. Então, [...] tem todos os custos envolvidos. **Tem o custo da semente, tem o custo da mão de obra, tem o custo da água, tem o custo do maquinário, tem o custo da mão de obra terceirizada, tem os custos da energia elétrica, da luz, da água**. Então, a gente começa literalmente a planilhar todos esses custos e bolar um orçamento e esse orçamento vai contemplar aquilo que o grupo quer comer. [...] Então, com tudo isso em mãos, com todo esse orçamento em mãos, a gente rateia esse orçamento, divide esse orçamento dentro do grupo. E aí cada grupo decide se essa divisão vai ser anual, se vai ser trimestral ou se vai ser mensal. O mais tradicional é o orçamento anual. Então, você orçou R\$10.000,00, divide por 12 (meses) e divide pela quantidade de membros. A partir do momento que cada membro sabe quanto vai custar para fazer parte desse grupo e ocorre os pagamentos mensais, se for o caso. E com esse dinheiro se vai para a ação, se vai preparar o solo, se vai comprar sementes, se vai cultivar o alimento que você quer comer. E aí você desenrola os processos da agricultura, os processos de preparação do solo, o cultivo, adubo. Bom, em geral é isso (FELIPE, grifos nossos).

Os agricultores consideram que têm maior estabilidade financeira numa CSA, se comparados com agricultores autônomos, pois a união com os coagricultores vai além da mera relação comercial, garantindo receita constante por todo o ano e proteção contra perdas na lavoura e sazonalidades de mercado.

Para Tales, como as “[...] *famílias financiam a produção, então o agricultor não precisa mais ir ao banco, talvez recorrer ao Pronaf⁵⁵, porque essas famílias já fazem esse financiamento, esse microcrédito*”. Mota Júnior (2021) explica que, ao conceder pequenos empréstimos para “excluídos” do mercado formal de crédito comandado por conglomerados financeiros, o microcrédito é um instrumento de combate à pobreza e de promoção do desenvolvimento social.

A aversão ao modelo de financiamento tradicional não é infundada, uma vez que, de fato, privilegia-se o agronegócio de cunho econômico-produtivista, em detrimento de modelos sustentáveis. Ainda que se deva salientar a importância destacada do crédito no meio rural como forma de operacionalizar subsídios governamentais, os programas como o Pronaf não têm ido

⁵⁵ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

muito além do campo das intenções. Essa situação revela o limite operacional da atual política pública de crédito rural no país (GODOI; BÚRIGO; CAZELLA, 2016).

Bittencourt (2003) explica que, historicamente, o governo brasileiro não estimulou as instituições financeiras para o fornecimento de serviços visando ao desenvolvimento do meio rural, uma vez que os agricultores familiares jamais estiverem entre as prioridades, no que se refere aos créditos subsidiados aos produtores. O autor explica que a lacuna de intermediários financeiros no meio rural eleva custos e dificulta que as políticas públicas atinjam os agricultores de menor porte, de sorte que esse público historicamente tem dificuldade de acesso ao crédito rural.

Por outro lado, com o aumento da importância dada ao consumo de alimentos saudáveis, cada vez mais pessoas se mostram dispostas a financiar diretamente projetos de produção agroecológica que fomentem a agricultura familiar no país. Esse é um ponto que explica o elevado potencial de replicação das CSAs no Brasil (FERREIRA NETO *et al.*, 2015).

Assim, a busca por essa tecnologia social tem crescido bastante. Em razão disso, em 2013 a CSA BRASIL é constituída formalmente no intuito de fomentar outras unidades (TORRES, 2017). Atualmente, a CSA busca, por meio dessa associação formada, difundir os conceitos de diversidade na produção agrícola ecológica e de valorização do agricultor familiar. “*A CSA Brasil é uma entidade que dissemina o conhecimento de CSA, dissemina conceitos de CSA*” (Felipe). Segundo o sítio oficial da CSA Brasil:

CSA BRASIL é uma organização sem fins lucrativos que constrói, como modelos, projetos agrícolas baseados na comunidade, nos quais os agricultores podem se orientar para garantir um futuro a pequenos empreendimentos agrícolas. O CSA BRASIL também acompanha e supervisiona estes projetos em forma de rede, que já se espalhou por todo o Brasil (CSA BRASIL).

A CSA Brasil é um marco importante para o crescimento do modelo pelo país, pois funciona como órgão gestor que oferece apoio aos agricultores. A intenção é orientar os novos grupos de sua implementação, oferecer acompanhamento e supervisionar os projetos com vistas a garantir a perenidade do empreendimento (PAIVA, 2019).

Nessa linha, Melo, Freitas e Calbino (2020) alegam que o suporte oferecido pela CSA Brasil contribuiu no fomento e mapeamento das experiências desse modelo pelo país. Os agricultores da região confirmam que há apoio por parte da CSA Brasil, entre outros, por meio do curso de formação, materiais de apoio e o canal de vídeos no *Youtube*.

A CSA Brasil nos ajudou no início. O pessoal da CSA Brasil veio para cá no início que a gente estava construindo a CSA. Passaram três dias com a gente aqui, fizeram treinamento, fizeram uma reunião com as pessoas interessadas em formar a CSA. Então a CSA Brasil e os profissionais que estão lá estão sempre à disposição assim para nos ajudar (TALES).

Cabe salientar que a função exercida pela CSA Brasil se limita a atividades de fomento e suporte aos sítios, não havendo relação de subordinação. Cada sítio tem autonomia para tomar suas decisões (autogestão), e a CSA “[...] **não é um grupo hierárquico, não é uma instituição hierarquizada, é um grupo livre e aberto que tem algumas pessoas centrais que defendem e disseminam a cultura e os conceitos de CSA**” (Felipe, grifos nossos).

Nesse sentido, YU *et al.* (2019) afirmam que a estrutura e os métodos de sítios de CSA variam bastante, informação compartilhada também pelos agricultores da região, por exemplo, na questão da distribuição da produção.

A distribuição é feita de várias formas. Alguns grupos vão até o sítio fazer a colheita, outros grupos montam a cesta no sítio e fazem as entregas na cidade, fazem entrega porta a porta ou entregam num local específico que o pessoal da cidade vem retirar. Tem grupos que levam as cestas prontas nas feiras livres e os coagricultores vão retirar. E, se eventualmente tem a sobra, cada grupo decide o que achar melhor. Você tem grupo que doa, tem grupo que prefere vender, tem grupo que não deixa sobrar e distribui mais comida do que foi orçado para cada um (FELIPE, grifos nossos).

As CSAs que têm sobras podem optar por vendê-las para complementar o orçamento, mas, no caso em tela, toda a produção vai exclusivamente para os membros da Comunidade. Felipe relata ainda que a logística é muito rápida, com os produtos colhidos pela manhã e entregues no final da tarde ou início da noite, e que a CSA preza para que distribuição seja feita localmente, o mais próximo possível de onde vão ser consumidos.

Com relação à administração, segundo Junqueira e Moretti (2018) o modelo de CSA implica maior responsabilidade e comprometimento dos consumidores para o sucesso da iniciativa. Além de financiar e partilhar os riscos, eles participam do planejamento da produção e da distribuição dos alimentos.

Nesse sentido, tanto a abundância quanto uma possível escassez são divididas.

Se acontece algum imprevisto na horta, alguma intempérie, se cai uma chuva de granizo aqui e destrói 80% da horta, eles (os coagricultores) continuam pagando a cota, eles se unem para reerguer (a horta), para ajudar o agricultor, ajudar o grupo a reerguer, a refazer a horta (TALES).

Entretanto, não há garantias ao agricultor de que os consumidores cumprirão os contratos, sejam eles formais e/ou informais, verbais ou escritos. O princípio envolvido na relação comercial é basicamente a confiança entre as partes (JUNQUEIRA; MORETTI, 2018).

De acordo com Kondoh (2014), pesquisas recentes têm discutido a natureza desequilibrada da relação entre as partes de uma CSA, pois, notadamente, os consumidores possuem maior poder do que os agricultores, podendo abandonar o grupo a qualquer tempo sem maiores consequências.

Apesar de o compromisso implícito de manter as contribuições financeiras pelo período estabelecido, não raramente, por razões como férias, viagens ou mudanças dos coagricultores, eles deixam de efetuar os pagamentos que forçam a utilização dos recursos do fundo de reserva, quando há um (JUNQUEIRA; MORETTI, 2018).

“A rotatividade dificulta porque a gente pede que as pessoas fiquem alguns meses com a gente para dar segurança, mas não existe um contrato” (Tales), ou seja, tudo é acordado na base da conversa, sem um compromisso formal que impeça o coagricultor de entrar num dia e sair no outro.

No caso de desistência, o orçamento pode ser readequado de várias formas, como o rateio da cota entre os demais membros ou o cancelamento de investimento planejado. Porém, Tales explica que, no seu caso, não há fundo de reserva ou redistribuição compulsória entre os demais membros para compensar o prejuízo ocasionado pela eventual desistência de algum coagricultor. Existe, sim, uma mobilização dos membros mais engajados, o “grupo do coração”, para reverter os inconvenientes gerados pelo desligamento de membros que pode, inclusive, se dar em massa.

Quando sai é um (coagricultor) é prejuízo, é um déficit mesmo. Teve um mês no começo do ano que saíram oito pessoas no mês. Abaixa o custo, fica abaixo do que a gente planejou. Aí o pessoal, o grupo do coração que a gente chama, corre atrás para conseguir pessoas para colocar no lugar. O que a gente faz é isso, é essa estratégia. O pessoal vai, se mobiliza, liga para amigos, familiares para a gente tentar colocar as pessoas aí no lugar (Tales, grifos nossos).

Como se observa, a CSA também sofre discontinuidades no financiamento, porque, diferentemente do MST, que se vincula a financiamentos públicos, ela depende de compromissos individuais. Mesmo havendo planejamento do grupo em relação aos custos da produção, a própria forma como está estruturada leva a instabilidades que reverberam, tanto para o agricultor, como para os coagricultores.

Para minimizar o efeito da saída de coagricultores, as CSAs da região tentam estabelecer um tempo mínimo de permanência dos coagricultores; contudo, trata-se apenas de um acordo informal, conseqüentemente, sem obrigatoriedade de ser cumprido.

A participação efetiva dos coagricultores é fator preponderante para o sucesso de uma CSA. No entanto, muitos consumidores não se adaptam à ruptura com o sistema convencional proposto pelo modelo, pois nem todos estão preparados e dispostos a praticar sistematicamente as seguintes diretrizes do modelo: efetuar pagamentos antecipados, respeitar a sazonalidade, aceitar que há menor poder de escolha quanto aos produtos, incluir plantas alimentícias não convencionais (PANCs) à sua dieta, e adaptar-se ao fato de que o preço de mercado já não mais importa (TORUNSKY; FERREIRA NETO; AMORIM, 2015).

Felipe relata que, efetivamente, a perda da autonomia do consumidor sobre a produção é um obstáculo frequente

E uma outra dificuldade clássica da CSA é que toda vez que se começa um plantio, cultivo, toda vez que a gente começa uma horta, o que vem primeiro são as folhas, as folhagens. Então, o que vem primeiro é a rúcula, é a alface. Então, todo começo de cultivo tem muita abundância folhagens e isso causa um certo incômodo nas pessoas porque você recebe a cesta com três cabeças de alface, cinco maços de couve. [...] Se você quiser receber fruta na sua cesta de CSA, você vai ter que ter muita paciência porque primeiro você tem que orçar a fruta que você quer, ir lá plantar, cultivar, cuidar dela, esperar ela crescer. Ai sim vai ter a fruta na sua CSA (FELIPE, grifos nossos).

Portanto, a participação na CSA implica necessariamente em uma nova forma de pensar e se relacionar com a agricultura e o alimento, pois trata-se de uma nova cultura, um processo educativo que demanda vontade individual, energia e diálogo

O mais difícil na minha opinião é a coisa da cultura, é a educação, convencer os consumidores a se tornarem coagricultores porque essa que é a transição necessária. Todo mundo compra comida, todo mundo se alimenta, certo? Todo mundo vai no mercado, todo mundo vai na feira, todo mundo passa o cartão. E para fazer a CSA, você se transforma, você deixa de ser um consumidor e passa a ser um coagricultor. Isso é uma transição de cultura, é uma transição da educação. Então, esse é o processo mais difícil para mim, esse diálogo que exige gasto de energia, diálogos individuais (FELIPE, grifos nossos)

Os agricultores, na medida do possível, procuram plantar alimentos que agradem aos consumidores, mas a produção agroecológica se dá de forma sazonal, e não a qualquer tempo, como no sistema convencional, que utiliza agrotóxicos e fertilizantes para adiantar a produção. Além disso, eles fazem questão de incluir as PANCs como parte do resgate da cultura alimentar regional. De acordo com Junqueira e Moretti (2018), estudos em diferentes países indicam que

a recuperação das práticas alimentares tradicionais é uma consequência da formação de uma CSA.

A decisão sobre os produtos a serem cultivados, assim como outras decisões, segue o princípio da autogestão, ou seja, costuma ser tomada democraticamente pelo grupo. Na maioria das vezes, no entanto, os coagricultores acatam a sugestão dos agricultores, por confiarem em sua experiência (JUNQUEIRA; MORETTI, 2018).

Ainda assim, as dificuldades na produção não são poucas, pois, além do alto volume de trabalho na horta, há o compromisso de entregar uma cesta de produtos com aproximadamente 10 itens toda semana. O planejamento é cuidadoso, para que não falem itens ou para que eles se repitam constantemente na cesta, sendo necessário cultivar simultaneamente uma variedade muito maior de produtos (entre 30 e 40), para que seja possível respeitar o tempo e as especificidades de cada um deles.

Outro desafio, talvez o maior em uma CSA, e frequente em qualquer formação de grupos, é o relacionamento entre os membros.

Um dos maiores desafios que a gente encontra em qualquer coletivo, em qualquer grupo, são as relações pessoais. Os conflitos, as relações pessoais porque a gente está falando de grupo, a gente está falando de coletivo. Então, as relações pessoais são essenciais para que a coisa funcione. Então, a gente precisa aprender a lidar com as diferenças, lidar com os conflitos, aprender a ter uma comunicação não violenta, uma comunicação afetiva, aceitar as divergências de personalidade, de perfil, até de interesse (FELIPE, grifos nossos).

Esse é um assunto que perpassa a questão da cultura do consumidor. Quanto mais o consumidor compreender o papel que lhe cabe no projeto e se tornar de fato um coagricultor, tanto menores serão os conflitos, ainda que em grupos eles jamais sejam, e nem deveriam, ser eliminados.

Apesar das dificuldades, os agricultores acreditam que vale a pena trabalhar “[...] de forma solidária, humana, com calor humano, com afeto, com relação. É um caminho de autoconhecimento” (FELIPE).

[...] eu acredito que essa é a forma mais justa, melhor mesmo, de valorização do agricultor no campo. Para mim a CSA ainda é uma forma que precisa ser trabalhada, a gente precisa compreender como funciona, mas quando estiver num ponto de maturidade legal, acho que compensa. Compensa todo esforço (TALES, grifos nossos).

Os agricultores consideram que as condições de vida e renda melhoram quando se forma uma CSA, em comparação com aqueles que comercializam pelos caminhos convencionais, pois

há um grupo que se sensibiliza com suas necessidades e elaboram o orçamento para atendê-las, trazendo-lhes segurança financeira. Assim, com o amparo do grupo, o agricultor tem a receita garantida em qualquer época do ano, não ficando sujeito à sazonalidade e às oscilações de mercado.

A CSA não se volta apenas para a questão financeira, pois busca articular, junto ao aspecto econômico, aspectos sociais e ambientais. Nesse sentido, busca fomentar a economia local e garantir a renda justa ao pequeno agricultor; socialmente, valorizar o agricultor e aproximá-lo dos consumidores; e, ambientalmente, fortalecer a produção de base orgânica, que refletirá positivamente na dieta e na saúde dos participantes (PAIVA, 2019).

Entram em cena não apenas necessidades, demandas e expectativas dos consumidores quanto à oferta de alimentos mais saudáveis, íntegros, frescos e naturais, mas também formas alternativas de organização dos circuitos de distribuição agroalimentar e expressões políticas ativas em relação a defesa, promoção e proteção da biodiversidade, da economia familiar, do desenvolvimento sustentável e endógeno do local e do combate aos desperdícios, à poluição ambiental e ao uso abusivo ou desregrado dos recursos naturais (JUNQUEIRA; MORETTI, 2018 p. 517-518).

Nesse sentido, pode-se dizer que a CSA almeja o desenvolvimento sustentável, pois “[...] busca combinar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental e a inclusão social, visando ao pleno bem-estar humano” (ALEXANDRE; MARTINS; HAROLD; 2018, p. 18). Mas, conforme discutido anteriormente, o próprio debate sobre desenvolvimento e desenvolvimento sustentável é perpassado por inúmeras contradições, entre elas, destaque-se: a quantas pessoas atende?

Diante do contexto de mudanças climáticas e de transição energética, torna-se urgente envidar esforços para a preservação das terras agrícolas, em especial aquelas próximas a grandes centros urbanos. Assim, os sistemas alimentares alternativos, como a CSA, ganham ainda mais relevância, por estimularem a produção sustentável de alimentos (HITCHMAN, 2015). O tema ambiental é de fato prioritário para a CSA e, portanto, apenas agricultores que produzam alimentos agroecológicos e que dispensam o uso de agrotóxicos podem ser incorporados ao modelo.

Assim, alguns estudos já observam resultados práticos positivos, quanto aos efeitos do modelo da CSA. Silva Júnior *et al.* (2018) verificaram que o desempenho ambiental do modelo superou a linha base de sustentabilidade em todas as dimensões de análise, resultado que sugere que o modelo é uma possibilidade de desenvolvimento sustentável.

A preocupação com o meio ambiente, as mudanças da natureza e o modo de cultivo de alimentos têm aumentado o chamado consumo consciente de alimentos, ou seja, aceita-se pagar mais caro por alimentos saudáveis produzidos com respeito ao meio ambiente. Na esteira dessa questão, surgem oportunidades de desenvolvimento de CSAs, pois o modelo tem despertado interesse em um número crescente de consumidores, por incentivar a agroecologia e a conservação do solo, da água e da biodiversidade (SILVA *et al.*, 2018).

Felipe é exemplo da mudança de comportamento por parte do consumidor. Ele costumava se alimentar mal, de maneira inadequada, pelo sistema convencional; quando passou a se preocupar com a própria alimentação e de sua família, conheceu a CSA. A partir de então, foi se envolvendo cada vez mais nos modelos de economia solidária, até o ponto de se tornar um agricultor da CSA.

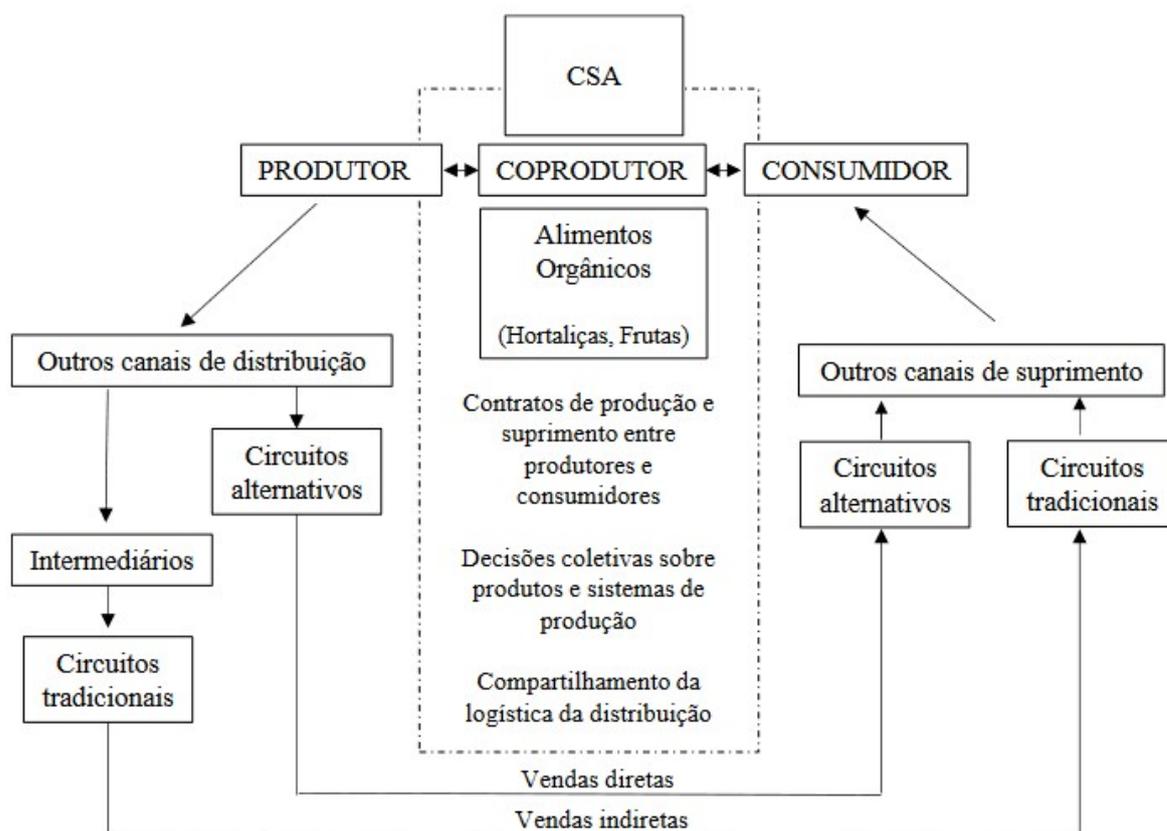
Através do interesse por alimentos in natura, por alimentos mais naturais a gente chegou no conceito de CSA e nesse meio do caminho eu conheci o Movimento dos Sem Terra, conheci vários assentamentos, vários agricultores, eu fiz cursos, cursos no Senar, curso de agricultura orgânica, curso de olericultura, fiz vivências em sítios, fui fazer tipo como se fosse voluntariado, fazer voluntariado em alguns sítios para saber o que que é agricultura e fui construindo uma trajetória de transição da vida urbana, industrial para a vida mais rural (FELIPE, grifos nossos).

Apesar da compreensão de que é um processo ainda em construção e com muitas dificuldades, os agricultores acreditam no potencial transformador da CSA, a ponto de renunciarem a uma carreira profissional promissora em suas áreas de formação, para se dedicarem exclusivamente a esse modelo de economia solidária na agricultura familiar.

Eu acredito muito na CSA. [...] Reunir um grupo em torno de um único objetivo tem os seus desafios. Não é fácil, mas é bacana que a gente trabalha essa questão de estar unido, a questão do altruísmo, a questão de ouvir o próximo, respeitar a opinião do próximo e a decisão do grupo. Que a decisão do grupo é para o bem da comunidade. Por mais que a decisão do grupo não seja a sua, você começar a aceitar isso e começar a se tornar uma pessoa mais colaborativa, menos egoísta. Eu vejo a CSA com tantas possibilidades. Não só do alimento, não só do agricultor que está lá, do agricultor familiar, mas vejo com possibilidades incríveis, pedagógicas para as crianças, vejo com possibilidades sociais incríveis, possibilidades filosóficas, possibilidades de relações humanas, de melhores tipos de relações humanas com mais respeito, com mais confiança (TALES).

A CSA “[...] é um projeto que, na verdade, tem várias possibilidades de agregação de valor, não só alimentos. Tem essa outra forma de relação humana que a CSA busca. Uma relação de respeito, de confiança, de apreço” (TALES).

Figura 28: Síntese da estrutura da CSA



Fonte: Junqueira e Moretti (2018).

A síntese expressa na Figura 28 indica que o modelo da CSA abarca formas próprias da lógica do mercado, assim como formas de gestão compartilhada inerente à economia solidária, e permite ter melhor noção de onde se insere a CSA no atual mercado agroalimentar brasileiro. Percebe-se que sua autonomia perante as estruturas dominantes do mercado pode ser classificada como parcial e relativa (JUNQUEIRA; MORETTI, 2018).

Nesse sentido, constata-se que o modelo também apresenta contradições, tendo em conta a junção de perspectivas antagônicas, fato que expõe as grandes dificuldades à sua adesão, sobretudo pelos setores da sociedade que defendem a reforma agrária como estratégia fundante para a transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho que ora finalizamos dispusemo-nos a debater o universo da agricultura familiar no Brasil a partir do contexto de iniciativas econômicas solidárias vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e à Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA).

Tal escolha nos colocou diante de sujeitos de diferentes perfis, permitindo-nos acessar visões diversas acerca da agricultura familiar e da economia solidária.

De um lado temos um movimento social já consolidado, referência na luta pela reforma agrária no país e com destacada atuação política - o MST; de outro lado, uma iniciativa recente na qual um grupo de consumidores se une a um agricultor para dividir os custos e os frutos da produção agroecológica de alimentos a um preço justo que garanta dignidade ao agricultor e alimentos saudáveis aos membros - a CSA.

As análises sobre a economia solidária e o cooperativismo apontam para questões estruturais da sociedade brasileira no que tange às questões fundiária e agrária, elementos presentes desde a formação sócio-histórica do nosso país ainda até a contemporaneidade, impedindo o acesso à terra, à riqueza socialmente produzida, e aprofundando a histórica desigualdade social,

A outra dimensão encontrada no presente estudo diz respeito à conjuntura nacional/internacional impactada pela crise capitalista contemporânea, na qual novas estratégias são construídas pelo capital, visando à retomada de suas taxas de lucro, tais como a globalização da economia, o desemprego estrutural e o neoliberalismo, com a recorrente intervenção do Estado. No escopo dessas estratégias inscreve-se a reprimarização da economia, que aprofunda o fosso entre o agronegócio e a agricultura familiar.

Nessa direção, uma primeira síntese é possível: para entendermos as propostas de economia solidária e cooperativismo é fundamental a articulação dos elementos estruturais e conjunturais da sociedade brasileira e sua inserção na economia-mundo, sem as quais nossas análises não permitem a compreensão do fenômeno em sua totalidade e complexidade.

Nesse cenário, a economia solidária desponta como estratégia de sobrevivência aos trabalhadores rurais, ainda que encoberta por contradições, pois, como praticar a economia solidária em uma economia de mercado? Como conciliar uma economia que defende a ação coletiva/ cooperada a uma economia individualista e competitiva? Como defender a agricultura familiar no contexto da reprimarização da economia?

Ao procurar responder essas e outras questões, deparamo-nos com alguns nós, os quais são impossíveis de serem desatados nos limites deste trabalho. O máximo que pudemos alcançar foi a identificação dessas contradições a partir de perspectivas diferentes – CSA e MST pelo menos do ponto de vista ideológico, já que objetivamente as duas propostas estudadas enfrentam dificuldades e incongruências.

A análise da questão agrária e fundiária no Brasil permitiu identificar a correlação de forças desfavoráveis aos agricultores familiares e às propostas de reforma agrária e, apesar das virtudes da economia solidária no sentido de minimizar os danos inerentes ao modo de produção capitalista, elas são insuficientes para sua superação, porque tanto o MST quanto a CSA procuram construir alternativas que visam amenizar os efeitos deletérios do capitalismo, sem romper com ele, ainda que o MST, por meio da defesa da reforma agrária, busque a construção de uma nova sociedade e a redistribuição da terra, diferentemente da CSA, que não almeja transformações dessa ordem.

Do ponto de vista da organização, vimos as vantagens do MST, por ter uma relação orgânica com a sua base; entretanto, isso não garantiu que alguns assentados escolhessem outro modelo para a produção e comercialização de seus produtos. Também constatamos que o cooperativismo *stricto sensu* vem perdendo espaço no Movimento, pelo menos no assentamento estudado, merecendo, portanto, estudos envolvendo outros assentamentos pelo Brasil afora, para se confirmar ou refutar essa tendência. Por certo a escolha de outros modelos foi desencadeada pela dura realidade enfrentada pelos agricultores, seja pela criminalização, seja pelo preconceito, seja pela ausência de políticas públicas favorecedoras das cooperativas, por exemplo.

Já a CSA enfrenta outras dificuldades, por conta de sua estrutura, na qual não há relação formal entre agricultores e coagricultores, fato que permite desistências no percurso e que afeta o orçamento da comunidade. Essa questão, por sua vez, suscita questionamentos sobre a sua natureza, ou seja, trata-se ou não de economia solidária.

Evidentemente, ambas as experiências apresentam virtudes, visto que promovem melhorias na vida de trabalhadoras e trabalhadores. É certo também que a CSA envolve um número reduzido de pessoas em relações de consumo e certo grau de elitização, diferentemente do MST, que envolve, em geral, a população desprovida de acesso à terra, em sua maioria vinculada ao campo.

Ao finalizar esta pesquisa, percebemos a necessidade de encontrar saídas cada vez mais coletivas, visando, em última instância, a construção de nova ordem social na qual o acesso à

terra, à moradia, à alimentação, ao trabalho e à cultura não seja privilégio de alguns, mas direito de todos.

Por fim, mas não menos importante, vimos que a distribuição dos produtos, tanto na CSA quanto no MST, são impactados pela lógica do mercado e, nesse sentido, podemos compreender o valor estratégico que elas assumem, ainda que com evidentes limites.

Os participantes da pesquisa percebem esses limites e ainda assim persistem na luta cotidiana, visando vencer o capitalismo, acreditando que ele não é invencível ou para sempre.

Contudo, é necessário lembrar que a derrota do capitalismo e as mazelas por ele produzidas passam pela organização e pela luta das classes trabalhadoras em seu conjunto, o que requer a união dos trabalhadores do campo e da cidade, para a construção da unidade na diversidade.

Assim, não temos, com este trabalho, a pretensão de esgotar o tema, pelo contrário, acreditamos que há espaço para futuras pesquisas sobre a CSA, por se tratar de experiência nova no Brasil, e para sua utilização pelo MST, visando compreender os processos que o impactam e que rumos tomará diante da ofensiva do capital sobre a terra.

Esperamos que, ao final desta leitura, tenhamos conseguido colaborar para a reflexão sobre a questão agrária, especialmente sobre os desafios da agricultura familiar, da economia solidária e da luta pela terra no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Ed. Abril, 2012.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ABRAMOVAY, R. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta mercantil**, v. 15, n. 03, p. 01, 2001.
- ALEXANDRE, V. P.; MARTINS, B. B.; HAROLD, C.A.S. Potencializando o desenvolvimento humano sustentável por meio de apoio a mercados locais em um município de Goiás, Brasil. **Segur. Aliment. Nutr.**, v. 25, n. 3, p. 17-28, set/dez 2018
- ALLEN IV, J. E. *et al.* Do community supported agriculture programmes encourage change to food lifestyle behaviours and health outcomes? New evidence from shareholders. **International Journal of Agricultural Sustainability**, v. 15, n. 1, p. 70-82, 2017.
- ALMEIDA, F. F. **As estratégias de resistência camponesa do lote Mãe Terra no assentamento Horto Bela Vista de Iperó (SP)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019.
- ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. **Brasília: CDS/UnB**, p. 1-23, 2007.
- ALVARENGA, D. N.; RESCHILIAN, P. R.; GUERRA, R. Local de moradia e vulnerabilidade social na região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e em São José dos Campos-SP. **Oculum Ensaios**, v. 15, n. 1, p. 149-169, 2018.
- AMORIM, A. N. **Economia Solidária: princípios e contradições**. Dissertação (Mestrado) em Política Social pelo Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.
- AMORIM, J. O. L. **Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) em São Paulo e agricultura solidária (SoLaWi) na Alemanha: construindo indicadores sociais, econômicos e ambientais**. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos, Campus Araras, Araras, 2018.
- ANDRADE, D. C. T. *et al.* Empreendedorismo e economia solidária: um ensaio de suas convergências e divergências. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 7, n. 1, 2016.
- ANDRIOLI, A. I. Fome não se acaba com agricultura “forte”. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 3, n. 28, 2003.
- ANDRIOLO, J. L. **Olericultura geral**. 3 ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2017.
- ANTUNES, R. **O Privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2021. Disponível em <https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/anuario-coop-2021>. Acesso em mar. 2022.

ARAÚJO, G. P. B. **Ligas Camponesas**: formação, luta e enfraquecimento. Maceió: Re-canto das Letras, 2010.

Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras: Baixada Santista, Campinas, Maceió e Vale do Paraíba. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2015.

BANCO MUNDIAL. **Quase metade do mundo vive com menos de USD \$5.50 por dia**. Disponível em <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2018/10/17/nearly-half-the-world-lives-on-less-than-550-a-day-brazilian-portuguese>. Acesso em jan. 2022.

BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BARBOSA, R. N. C. Trabalho e Economia Solidária: crítica ao empreendedorismo como possibilidade histórica. In: FRANCISCO, E. M. V.; ALMEIDA, C. C. L. de. **Trabalho, Território, Cultura**. Novos prismas para o debate das políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B. Reforma agrária no Brasil do século XXI: bloqueio e ressignificações. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.) **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

BARROS, V. A.; OLIVEIRA, F. G. Cooperação e solidariedade em empreendimentos de economia solidária. **Laboreal**, v. 15, n. 1, 2019.

BELO, D. C.; PEDLOWSKI, M. A. Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem-terra. **Revista Nera**, n. 24, p. 71-85, 2014.

BERTOLAIA, D.; QUEDA, O.; RIBEIRO, M. L. Comunidades Que Sustentam a Agricultura (CSAs): Materializando o Associativismo Sustentável e a Economia Solidária?! **Desenvolvimento em Questão**, v. 19, n. 57, 2021.

BERTONCELO, E. Classe social e alimentação. Padrões de consumo alimentar no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 34 n. 100 /2019: e3410005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/d9TdKMjbTRvhqXwwRbdL8pF/abstract/?lang=pt>. Acesso em fev. 2022.

BLEIL, S. I. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre as mudanças de hábitos no Brasil. **Cadernos de Debate**, v.6, p.1-25, 1998

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta**: o financiamento da agricultura familiar no Brasil. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BOGO, A. **Arquitetos de sonhos**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

BORGES, C. A. *et al.* Quanto custa para as famílias de baixa renda obterem uma dieta saudável no Brasil? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, p. 137-148, 2015

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. O MST e a edificação de uma proposta de reforma agrária baseada em princípios agroecológicos. **Retratos de Assentamentos**, v. 16, n. 2, p. 221-243, 2013.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa**. Brasília. DF: Senado, 1988

Brasil. Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Brasília. DF: Senado, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>. Acesso em jul. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Tabela - Plano Safra 2020/2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2020-2021/imprensa/tabela-plano-safra-2020-2021/view>. Acesso em jan. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA, RECEITA FEDERAL. Disponível em: https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/copy_of_arrecadacao-das-receitas-administradas-pela-rfb-por-municipio/arrecadacao-por-municipios. Acesso em fev.2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed., 1. Reimpressão. Brasília: Ministério da Saúde, 2014

BRASIL Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em fev. 2022

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, São Paulo, n. 93, p. 33-60, Dez. 2014. Disponível em [64452014000300003&lng=en&nrm=iso>](https://doi.org/10.1590/0034-7167-2014-003). Acesso em jul. 2020.

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil, **Temporalis** v. 17, n. 34, p. 53-76, 2017.

BRISOLA, E. M. A. Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social. **Ser Social (UnB)**, v. 14, p. 127-154, 2012.

BRUNO, R. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 24, núm. 1, abril-setembro, 2016, pp. 142-160 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil

BRUSANTIN, B.; BARBOSA, V.; CAMPOS, E. André Rebouças, Joaquim Nabuco e a abolição: algumas correspondências. **Anais do IV Colóquio de História da Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP**, Recife, p. 45-60, 2010.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: Cavalcanti. C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.

CALCANHOTO, R. *et al.* Segurança alimentar e nutricional: percepção de mulheres de um assentamento rural. **Retratos de Assentamentos**, v. 23, n. 1, p. 269-292, 2020.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estud. av.**, São Paulo, v.15, n. 43, p. 207-224, dez. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300016&lng=en&nrm=iso>. acesso em 7 mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CARTER, M.; CARVALHO, H. M. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

CARVALHO, H. J. R. **Processos de decisão estratégicos solidários**. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

CARVALHO, H. M. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Boletim DATALUTA**, dez. 2013.

CARVALHO, H. M. Governo Lula e a contrarreforma agrária no Brasil. **Revista ADUSP**, abr. 2003.

CARVALHO, L. H. A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. **Revista IDeAS**, v. 4, n. 2, p. 395-428, 2010.

CARVALHO, C. D. *et al.* Agroecologia e economia solidária. In: **Embrapa Meio Ambiente- Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 4, 2006, Belo Horizonte. Construindo horizontes sustentáveis: anais. Belo Horizonte, CBA, 2006. p. 1-4., 2006.

CASAGRANDE, A.; BEGNINI, S. Empreendimentos de Economia Solidária: Território Oeste Catarinense. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 19, n. 1, p. 181-192, jan. 2018. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151870122018000100181&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 3 ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v19i1.1467>.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova: revista de cultura e política**, São Paulo, n. 95 p. 143-180, 2015.

CATTANI, A. D. Construindo a outra economia. In: HESPANHA, P. *et al.* (Orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

CAUME, D. J. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26-44, jan./abr. 2009.

CHÃ, A. M. **Agronegócio e indústria cultural**: estratégias das empresas para construção da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHANCEL, L. *et al.* World Inequality Report 2022, World Inequality Lab, 2021.

CHANIAL, P; LAVILLE, J. L. Associativismo In: HESPANHA, P. *et al.* (Orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

CHAVANTE B. S. O. *et al.* **Circuito curto de comercialização de alimentos orgânicos**: encurtando caminhos entre produtores e consumidores. Castanhal: IFPA, 2019.

CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas**: neoliberalismo e ordem global. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

CHRISTOFFOLI, P. I. **Políticas públicas e expansão recente do agronegócio na fronteira agrícola do Brasil**. MPRA, n. 2219. Brasília: UnB, 2006.

COSTA, E. V. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, G. V. Fabricar a memória da violência: imagens do massacre de eldorado dos carajás na arte contemporânea. **Arteriais-Revista do Programa de Pós-graduação em Artes**, v. 4, n. 7, p. 164-181, 2018.

CSA BRASIL. Disponível em <http://csabrasil.org/csa/>. Acesso em jul. 2021.

CRUZ, S. S. O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 241-269, Jun. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000200003>.

DAL BELLO, U. B.; SACRAMENTO, O. J. R.; MARQUES, C. S. E. Empreendedorismo comercial, social, de sobrevivência e a neo-ruralidade: em busca de uma tipologia. **Revista GESTO**, v. 7, n. 1, p. 11-33, 2019.

DAROLT, M.; LAMINE, C. Dimensões da produção e consumo de alimentos de base ecológica em circuitos curtos na França e no Brasil. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017

DA ROS, C. A. A implementação do Banco da Terra no Rio Grande do Sul: uma leitura política. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (Orgs). **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006.

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório Brasil 2016**. Presidente Prudente, 2017

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Atualidade da questão da terra no Brasil: embates e ressignificações. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P (Orgs.) **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. – São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

DELGADO, G. C. Questão agrária hoje. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DELGADO, L. A. N.; PASSOS, M. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O Brasil Republicano**: O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014. p. 93-131.

DELGADO, N. G. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. **Novos cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, 2012.

DELSON, R. M. **Novas vilas para o Brasil-Colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Alva-Ciord, 1997.

DESLANDES, S. F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, C. S. (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade, 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DEVIDE, A. C. P. *et al.* História Ambiental do Vale do Paraíba do Sul, Brasil. **Revista Biociências**, v. 20, n. 1, 2014.

DEZEMONE, M. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 131-154, abr. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882016000100131&lng=en&nrm=iso>. Acesso em ago. 2020.

DORNELES, A. B. **Cultivando a pedagogia dos encontros**: experiências educativas da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) em Brasília-DF. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DOWBOR, L. Tendências da gestão social. **Saúde e sociedade**, v. 8, n. 1, p. 3-16, 1999.

DUARTE, K. A. Serviço Social e Questão Agrária: apontamentos acerca da questão social no campo brasileiro. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/10995> Acesso em set. 2021

EMPLASA. **Sobre a RMVPLN**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://emplasa.sp.gov.br/RMVPLN>> Acesso em: fev. 2022

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999). Tese (Doutorado do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

FERNANDES, B. M. Agronegócio nas américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo**. São Paulo, p. 4860 - 4875, 2005.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDEZ, B. P. M. Ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e economia ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 23, 2011.

FERREIRA, D. M.; SHIMBO, I. **Análise das condições facilitadoras e dificuldades na construção de uma Linha do Tempo para sistematização de experiências em Economia Solidária**. Caso: Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos, SP.

FERREIRA, J. S. W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. Publicado em Anais do Simpósio **Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização**, UNESP Bauru e SESC Bauru, 21 a 26 de agosto de 2005.

FERREIRA NETO, D. N. *et al.* Financiamento da produção agroecológica a partir do modelo de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura): um panorama no estado de São Paulo. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 3, mai. 2015. ISSN 2236-7934. Disponível em:

<<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/18005/13015>>. Acesso em: 15 set. 2021.

FERREIRA NETO, D. N.; TORUNSKY, F. Agricultura apoiada pela comunidade e a “economia viva” de Rudolf Steiner. **REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.8, n.1 e 2, 2014

FISHER, M. **Capitalist Realism: Is There No Alternative?** Ropley, Zero Books, 2009.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e estado**, v. 16, p. 245-275, 2001.

FRANCO GARCÍA, M. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Tese (Doutorado do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004

FREI BETTO. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 16-41. (Coleção Primeiros Passos).

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, G. **Rurbanização: que é?** Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Ed. Massangana, 1982.

FURLIN, N. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (ORGS.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

FURTADO, C. **O Mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, p. 211-228, 2013.

GERMER, C. A economia solidária: uma crítica marxista. **Revista de Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**, v. 1, p. 51-73, 2007.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, T. G.; BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. A. A sustentabilidade dos financiamentos do PRONAF para a agricultura familiar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, 2016.

GOMES, C.; ANDRADE, D. J. Política e planejamento no vale do paraíba e litoral norte: a integração regional em questão. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 23, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/asoc/a/ScBGnVsmH8PdmCLMRrZ4MWz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em jul. 2020.

GONÇALVES, R. (Re) politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 198-216, 2009.

GOUVÊA, D. C.; ÁVILA, P. C.; RIBEIRO, S. B. A regularização fundiária urbana na Amazônia legal. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 2, 2009. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/221/205>>. Acesso em: 1 ago. 2020.

GUANZIROLI, C. E. *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GUILHOTO, J. J. M. *et al.* A importância do agronegócio familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 44, n. 3, p. 355-382, 2006.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Fulgor, 1964.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. Uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 7, n. 1, mai., 2005, p. 73-90.

HARARI, Y. N. **Sapiens – Uma breve história da humanidade**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2019.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-176, Out. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em ago. 2020.

HITCHMAN, J. Agricultura sustentada pela comunidade: um modelo que prospera na China. **Agriculturas**, v. 12, n. 2, 2015.

HOBBSAWM, E J. **A era do Capital: 1848-1875**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. 1ª. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ICAZA, A. M. S.; ASSEBURG, H. B. Autogestão e viabilidade em cooperativas de calçado no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, L. I. G. (org.) **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

IGLÉCIAS, W. O empresariado do agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política - as batalhas do açúcar e do algodão na OMC. **Revista de sociologia e política**, n. 28, p. 75-97, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. COORDENAÇÃO DE GEOGRAFIA. **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características adicionais do mercado de trabalho 2019** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101743_informativo.pdf. Acesso em fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Número de sindicalizados caiu 11,9% de 2017 para 2018, a queda mais intensa desde o início da série**. Disponível em <https://censos.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/26423-taxa-de-sindicalizacao-cai-para-12-5-em-2018-e-atinge-menor-nivel-em-sete-anos.html>. Acesso em jan. 2022

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade vida no meio rural**. 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Números Oficiais de Assentamentos Rurais (1995-2018)**. Disponível em <https://antigo.incra.gov.br/pt/numeros-reforma-agraria>. Acesso em jan. 2022

JESUS, P.; TIRIBA, L. Cooperação. In: HESPANHA, P. *et al.* (Orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

JUNQUEIRA, A. H.; MORETTI, S. L. A. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 517-538, 2018.

KONDOH, K. The alternative food movement in Japan: Challenges, limits, and resilience of the teikei system. **Agriculture and Human Values**, v. 32, n. 1, p. 143–153, 2014.

LACERDA, A. G.; MALAGODI, E. Formas de cooperação e reforma agrária. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 26, n. 1 e 2, p. 93-100, 2007.

LAVILLE, J. L., GAIGER, L.I. Economia Solidária. In: HESPANHA, P. *et al.* (Orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

LEAL, K. S.; RODRIGUES, M. S. Economia solidária: conceitos e princípios norteadores. **Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 11, p. 209-219, 2018.

LEME, M. C.; BIDERMAN, C. O mapa das desigualdades no estado de São Paulo. **Novos Estudos Cebrap**, v. 49, p. 181-211, 1997.

LÊNIN, V.I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LONGO, R.; KOROL, C. Criminalização dos movimentos sociais na Argentina. In: BUHL, K.; KOROL, C. **Criminalização dos protestos e dos movimentos sociais**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2008, p. 10-13.

LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 24, p. 31-51, 2009.

LESSA, S. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 3 ed. rev. cor. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LISBOA, A. M. Economia solidária e autogestão: imprecisão e limites. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005.

LOPES, B. S.; MORETTI, C. Z. O trabalho como princípio educativo no MST: um estudo de caso do Assentamento Padre Réus. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 2, n. 2, p. 708-727, 2017.

LÓPEZ, M. La función social de la propiedad y la quimera de los agronegocios en Guatemala – una posibilidad en el corazón de la globalización neoliberal. In: FERNANDES, B. M. (ORG.) **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008.

LÜCHMANN, L. H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, p. 159-178, 2014.

LUKÁCS, G. **Para uma antologia do ser social**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

LUSSI, I. A. O. *et al.* Autogestão, cooperativismo e economia solidária no NuMI-EcoSol/UFSCar: a influência de Paul Singer. **P2P E INOVAÇÃO**, v. 5, p. 61-72, 2018.

LUXEMBURGO, R. **Reforma o revolución**. 1. ed. 2. reimpressão: Madri: Fundación Federico Engels, 2002.

MARANHÃO, C. H. Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais. In: MOTA, A. E. (ORG.). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2010

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, São José dos Campos, v. 20, n. 35, p. 201 - 208, jul. 2014. Disponível em: <https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/228>. Acesso em jun. 2020

MARQUES FILHO, L. C. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3 ed. revista. Campinas, Ed. da Unicamp, 2018.

MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 4251-4262, 2019.

MARTINS, C. H. B. Pobreza, meio ambiente e qualidade de vida: indicadores para o desenvolvimento humano sustentável. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p.171-188, dez. 2002

MARTINS, P. F. A.; FARIA, L. R. C. Alimentos ultraprocessados: uma questão de saúde pública. **Comunicação em Ciências da Saúde**, v. 29, n. 1, p. 14-17, 2018.

MARX, K. **O Capital - Crítica da economia política**: o processo de produção do capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital - Os Economistas**, livro I, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **O capital. Crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAURIEL, A. P. **Combate à pobreza e desenvolvimento humano**: impasses teóricos na construção da política social na atualidade. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Campinas, SP, 2008.

MATZEMBACHER, D. E.; MEIRA, F. B. Mercantilização e Contramovimento: Agricultura Sustentada pela Comunidade (CSA) – estudo de caso em Minas Gerais, Brasil. **Organizações e Sociedade**, v. 27, p. 396-430, 2020.

MEDEIROS, C. B. *et al.* Inovação social e empreendedorismo social: Uma análise sob a perspectiva da economia solidária. **Gestão. Org**, v. 15, n. 1, p. 61-72, 2017.

MELLO, L. F.; TEIXEIRA, L. R.; MELLO, A. Y. I. População e desenvolvimento na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo: desafios atuais e futuros. **ABEP Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**: Transformações na População Brasileira: Complexidades, Incertezas e Perspectivas. Águas de Lindóia, n. 36, pp. 1-25, 2012.

MELLO, L. P.; SULZBACHER, A. W. Os planos nacionais de reforma agrária no Brasil: a letargia de um desenvolvimento alternativo para o campo. **XIV ENCUENTRO DE GEOGRAFOS DE AMÉRICA LATINA**: Reencuentro de Saberes territoriales latino-americanos. **Anais**. Lima, Perú, 2013.

MELO, A. M.; FREITAS, A. F.; CALBINO, D. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): panorama das pesquisas brasileiras. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 82-99, 2020.

MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33,

n.1, jan./abr., 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/9MSJWxfVVDtXS6DWSwjyZ5d/?lang=pt&format=html>.

Acesso em fev. 2022.

MELO, L. J. A. **O Município na federação brasileira**. Brasília/Escola Nacional de administração Pública, 2018. Disponível em:

https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3839/1/PPGL_M%C3%B3dulo%201%20-%20O%20Munic%C3%ADpio%20na%20Federa%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira.pdf.

Acesso em fev.2022.

MILANOVIC, B. **Capitalismo sem Rivais: o futuro do sistema que domina o mundo**. São Paulo: Editora Todavia, 2000.

MINAYO, C. S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MIRANDA, N. R. Breve histórico da questão das terras devolutas no Brasil e dos instrumentos legais de posse sobre esses bens. **Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena**, n. 2, 2011.

MIRANDA, R. S.; CUNHA, L. H. H. A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática. **Caderno CRH**, v. 26, p. 363-376, 2013.

MIRANDA, R. S.; CUNHA, L. H. H. Análise do processo de elaboração de planos de desenvolvimento de assentamentos rurais do semiárido nordestino. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 1, p. 395-415, 2018.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GOLDFARB, Y. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2021.

MONTIBELLER FILHO, G. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável – conceitos e princípios. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.4, n.1, p. 131-142, 1993.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 3, n.1, p. 20-32, 2002. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/798/821>>

MONTOYA, A. **Manual de economia solidaria**. San Salvador: Pecosol, 2011.

MOREIRA, E. **Desigualdade & caminhos para uma sociedade mais justa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MOREIRA NETO, P. R.; COSTA, A. C. G.; ZANETTI, V. R. Políticas de desenvolvimento nacional e impactos regionais: um estudo sobre São José dos Campos e Taubaté. **Redes (St. Cruz do Sul Online)**, v. 26, 2021.

MORILLO, M; PABLOS, J. C. La «autenticidad» neorrural, a la luz de El sistema de los objetos de Baudrillard. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, v. 153, n. 1, p. 95-98, 2016.

MOTA, A. A. A Questão da terra no Vale do Paraíba: História de um Assentamento do MST. **Espaço Plural**, v. 12, n. 24, p. 38-50, 2011.

MOTA JÚNIOR, J. D. R. **BANCO DO POVO PAULISTA**: o enfrentamento da pobreza por mecanismos de financiamento popular. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2021.

MOTHÉ, D. Autogestão. In: HESPANHA, P. *et al.* (Orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

MOURA, C. **Sociologia política da guerra camponesa de canudos**: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2000.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Princípios da educação no MST. **Caderno de Educação**, n. 8. 2.ed. São Paulo, 1997

MÜLLER N. L. **O Fato Urbano na Bacia do Rio Paraíba - Estado de São Paulo**. Rio de Janeiro-RJ: Instituto Brasileiro de Geografia, 1969.

MUMIC, B.; AGUIAR, K. A. P.; LIVRAMENTO, D. E. A importância do associativismo na organização de produtores rurais. **Revista de iniciação científica da LIBERTAS**, v. 5, n. 1, 2016.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 213-240, junho. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200002&lng=en&nrm=iso Acesso em 23 jul. 2020.

NAMORADO, R. Cooperativismo – histórias e horizontes. In: GEDIEL, J. A. P. (Org). **Estudos de direito cooperativo e cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR, n. 1, 2007.

NAMORADO, R. Cooperativismo. In: HESPANHA, P. *et al.* (Orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NAVARRO, Z. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. **São Paulo em perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 86-93, 1997.

NEPOMUCENO, S. D. B. **Legislações antiterroristas e criminalização de movimentos populares latino-americanos pós 11 de setembro**: aplicação e riscos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano) Universidade de Taubaté, Taubaté, 2018.

NEVES, E. F. A relação entre economia solidária e empreendedorismo. **Economia e Desenvolvimento**, v. 31, p. 11, 2019.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **Não reforma agrária e contrarreforma agrária no Brasil do governo Lula**. Observatório Geográfico de América Latina, 2009.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.41-48, maio/ago. 2002.

OLIVIERA, L. A. A. A forma política do MST. **Cadernos Cemarx**, n. 4, p. 83-93, 2007.

OLIVEIRA, R. B.; SOUSA, E. P. Desenvolvimento humano sustentável no Brasil: interação entre bem-estar social e saúde ambiental. **Revista Ibero-americana de Economia Ecológica**, v. 32, n. 1, p. 47-66, 2020.

ORTEGA Y GASSET, J. **Meditações do Quixote**. São Paulo: Ibero-americana, 1967.

PAIVA, C. M. N. **Do preço ao apreço: um estudo sobre a construção do mercado de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) no Brasil**. 2019 Dissertação (Doutorado em Administração) Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2019.

PAIVA, J. B. *et al.* A confluência entre o “adequado” e o “saudável”: análise da instituição da noção de alimentação adequada e saudável nas políticas públicas do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00250318, 2019.

PAULILO, M. I. S. *et al.* Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

PEDROSA, A. P. P. **Redes agroalimentares alternativas e suas implicações para a política social: as motivações dos consumidores das Comunidades que Sustentam a Agricultura no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Política Social) Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2019.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado em Ciências o Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PICOLOTTO, E. L. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 201-238, 2018.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

PIZETTA, A. J. A formação de quadros políticos: elaboração teórica, experiências e atualidade. In: **Escola Nacional Florestan Fernandes**. A política de formação de quadros. Guararema, SP: ENFF, 2007

POHLMANN, H. Homem ocidental - homem oriental: Community Supported Agriculture como escultura social. **Palíndromo**, v.4, p.51-63, 2012.

POMPEIA, C. CONCERTAÇÃO E PODER O agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 35, n. 104, e 3510410, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092020000300513&lng=en&nrm=iso>. Acesso em ago. 2020.

PORTO-GONÇAVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RAMALHO, C.C. A lei geral da acumulação capitalista e a superpopulação relativa: repensando as relações de trabalho dos migrantes temporários. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina** “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. GT 3. Trabalho e classes sociais no capitalismo contemporâneo, 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4725101-A-lei-geral-da-acumulacao-capitalista-e-a-superpopulacao-relativa-repensando-as-relacoes-de-trabalho-dos-migrantes-temporarios.html>. Acesso em fev. 2022

REINTJES, C. Outra economia, além do capital. In: **Desafios da Economia Solidária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

REINTJES, C. A revolução das segundas-feiras. In: **Desafios da Economia Solidária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

REINTJES, C. La Economía Solidaria: innovación y transformación de la sociedad y de la economía, construyendo una verdadera democracia social, política y económica. **Ecología política**, n. 27, p. 63-69, 2004.

RENTING, H.; MARSDEN, T; BANKS, J. Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (ORG.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

RETIÈRE, M.; MARQUES, P. E. M. A justiça ecológica em processos de reconfiguração do rural: estudo de casos de neorrurais no estado de São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 490-503, 2019.

RIBAS, A. D. Cooperativização e (re)organização político-territorial na seara de atuação do MST. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 1, n.1, 2000. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3/772>

RIBAS, A. D. MST: Reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados. **REVISTA NERA**, n. 1, 2012.

RIBEIRO, S. L. S. Educação e formação: bandeiras de luta para um movimento social. **Trabalho & Educação (UFMG)**. v.21, p.207-217, 2012.

RIBEIRO, S. L. S. **Tramas e traumas: identidades em marcha**. 2007, Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RICCI, F. A economia cafeeira e as bases do desenvolvimento no Vale do Paraíba paulista. **G&DR**, Taubaté, v. 4, n. 3 (número especial), p. 105-117, ago. 2008.

RIEHELMANN, C. C. **Rurbanização, desenvolvimento e vida: o caso do Assentamento Nova Esperança I, do MST, em macrozona de expansão urbana de São José dos Campos: perspectivas para o planejamento urbano e regional**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2006.

RIGOTTO, R. M. **A herança maldita do agronegócio: depoimento**. Entrevista concedida a Manuela Azenha. Disponível em <https://www.viomundo.com.br/retratos/raquel-rigotto-a-heranca-maldita-do-agronegocio.html>. Acesso em mar. 2022.

RODRIGUES, M. C. P. O índice do desenvolvimento humano (IDH) da ONU. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, julho 1993.

RODRIGUES, S. N. R.; COSTA, B. L. PRIORE, S. E. Economia solidária, agricultura familiar e agroecologia. **Otra Economía**, v. 14, n. 26, p. 49-61, 2021.

ROSA, G. A. A pedagogia do MST na perspectiva das lideranças sociais do assentamento 1º de maio. **XI Congresso Nacional de Educação – Educere, 2013**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, de 23 a 26/09/2013.

ROSA, H. Contra a invisibilização de um “poder fatídico”: apelo à renovação da crítica do capitalismo. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 49, 2017.

ROSSI, A. C. S. **Cooperativismo a luz dos princípios constitucionais**. Curitiba: Juruá, 2011.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. Enferm.** São Paulo, v. 20, n. 2, p. v. vi, jun 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em set. 2020.

SABOURIN, E. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 16, n. 2, p. 151-184, 2008.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-1980, 2 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988

SAMPAIO, C. A.; PAIXÃO, D. L. Associativismo e cooperativismo como arranjos socioprodutivos de base comunitária–incubadora social. In: BENI, M. C, **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão**: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri, SP: Manole, 2012.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, A. P.; RIBEIRO, S. L. S.; MEIHY, J. C. S. B. **Vozes da marcha pela terra**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

SANTOS, C. J; RICCI, F. **Cultura, política e desenvolvimento de Taubaté-SP na época de 1930**. III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento – Unitau. - 20 a 22 de outubro de 2014.

SANTOS, J. S. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012.

SANTOS, R. O. C. O que teve de reforma agrária no governo Lula? **Campo Território: revista de geografia agrária**, v. 6, n. 12, p. 63-78, 2011.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Projeto LUPA [2019]: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo**. São Paulo: SAA: IEA: CDRS, 2019

SASTOQUE, M. J. M. Una tipología de los nuevos habitantes del campo: aportes para el estudio del fenómeno neorrural a partir del caso de Manizales, Colombia. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 51, p. s031-s048, 2013.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SAUER, S. Estado, banco mundial e protagonismo popular: o caso da reforma agrária de mercado no Brasil. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (ORGS.). **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006.

SCHENKEL, A. A Olericultura como uma opção para o pequeno estabelecimento rural: A possibilidade de produção para o mercado Não-Me-Toquense. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 3, n. 06, 1995.

SCHIAVINATTO, M. *et al.* Experiências de produção agroecológicas e criação de circuitos curtos de consumo como caminho para a sustentabilidade e a construção de soberania alimentar. **Ciência Geográfica**, Bauru, v 13, jan./dez. 2019.

SCHNEIDER, S. Introdução. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **Diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

- SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativa. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (ORG.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 84-94, 2007.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, A. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 313-334, abr.1993. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ln/a/VJKn7b5cJWQKrnTwGMmSKVM/?lang=pt>. Acesso em 19 jul. 2020.
- SEVERINO, M. R. **Organização e processo de trabalho em uma cooperativa do MST: debate teórico no contexto da empresa capitalista e da economia solidária**. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.
- SILVA, A.; BREITENBACH, R. O debate “agricultura familiar versus agronegócio”: as jaulas ideológicas prendendo os conceitos. **Extensão Rural**, v. 20, n. 2, p. 62-85, 2013.
- SILVA, F. A. **A formação política da juventude: uma experiência do MST no Assentamento Palmares – MA**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais. Universidade de Taubaté, 2013.
- SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, v. 7, n. 1, 1997.
- SILVA, L. A. T. *et al.* A Experiência da CSA-Comunidade que Sustenta a Agricultura como Fator Promotor de Desenvolvimento Local-Revisão. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 2, p. 9-9, 2018
- SILVA, P. R. P. 2004. **MST, habitus e campo educacional: plantando as sementes de uma educação libertadora**. Tese de Doutorado, UFRN, Natal, 2004.
- SILVA, S. A.; BALESTRIN, N. L.; BRANDENBURG, A. A agroecologia como um projeto em construção no movimento dos trabalhadores rurais sem-terra-MST. **Revista GeoPantanal**, v. 13, n. 24, p. 85-98, 2018.
- SILVA, S. P. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 16, n. 58, 2011.
- SILVA JÚNIOR, E. C. *et al.* Comércio justo e gestão ambiental para a sustentabilidade: o caso de uma Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA). **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 35, n. 1, p. 11-36, 2018.
- SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e estado**, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Economia solidária. **Estudos avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SOUZA, S. M. R.; THOMAZ JÚNIOR, A. A dimensão espacial do discurso do agronegócio e a expansão do capital no campo. **OKARA: Geografia em debate**, v.6, n.1, p. 122-140, 2012. Disponível em <https://periodicos3.ufpb.br/index.php/okara/article/view/13610/7743>. Acesso em fev. 2022.

SOUZA, L. R. S. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 8, n. 67, p. 231-249, 2011.

SOUZA, M. A. A cooperação agrícola em assentamentos rurais e os desafios na compreensão da cultura política dos assentados. **XXII Encontro Anual da ANPOCS**. 27 a 30 out. 1998.

SOUZA, M. A. A. Processos educativos e organização de formas cooperativas de produção em assentamentos rurais do MST. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 4, n. 1, p. 78-96, 2002.

SOUZA, M. A. A hegemonia ideológica do conceito de agronegócio como modelo de desenvolvimento prioritário para o espaço agrário brasileiro: notas para um debate. **Geografia em Atos (Online)**, v. 3, n. 10, p. 50-72, 2019.

STÉDILE, J. P. O MST e a questão agrária. **Revista Estudos Avançados**, v. 11, p. 31, 1997.

STÉDILE, J. P., FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.

STEINER, R. **Economia viva: o mundo como organismo econômico único**. 3.ed. São Paulo: Antroposófica, 2006.

TARDIF, M.; RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação & sociedade**, v. 21, p. 209-244, 2000.

TAVARES, M. A. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. **Em Pauta**, Rio de Janeiro 1º Semestre de 2018 - n. 41, v. 16, p. 107 – 121. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/36687>. Acesso em out. 2021

TAVARES, S. S.; COUTO, M. F. R. O índice de vulnerabilidade social na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. **X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2017.

TESSER JÚNIOR, Z. C. *et al.* O papel do associativismo político na promoção de saúde. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**, v. 6, n. 3, p. 1-8, 2015.

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. **Scripta Nova: revista electrónica de geografia y ciencias sociales**, 2007.

TORRES, C. L. **Comunidade que sustenta a agricultura: a reaplicação da tecnologia social a partir dos casos pioneiros em Brasília**. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017

TORUNSKY, F., FERREIRA NETO, D. N., AMORIM, J. O. L. CSA: Comunidade que Sustenta Agricultura, uma experiência em São Carlos. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 3, mai 2015. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/18005/13614>>. Acesso em: 19 out. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

URGENCI. **Principles of Teikei**. Disponível em: <https://urgenci.net/principles-of-teikei/>. Acesso em ago. 2020.

VALENTE, A. L. E. F. Algumas reflexões sobre a polêmica agronegócio versus agricultura familiar. **Área de Informação da Sede - Texto para Discussão (ALICE)**, 2008.

VANDEN, H. E. Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST. **REVISTA NERA**, n. 14, p. 63-71, 2012.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

VIEIRA, E. T. Industrialização e as políticas de desenvolvimento regional: estudo do Vale do Paraíba paulista no período de 1970 a 2000. **Redes (St. Cruz do Sul Online)**, v. 19, n. 2, p. 77-97, 2014.

VILELA, S. L. O. Perspectivas para a agricultura familiar brasileira: elementos de um projeto político de desenvolvimento rural, para além de uma “questão tecnológica”. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos Ebape. br**, v. 10, p. 569-583, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, p. 21-55, 1999.

WELCH, C. A.; FERNANDES, B. M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. **São Paulo: expressão popular**, p. 161-190, 2008.

YAMAMOTO, A. **Por que continuamos juntos?** Reciprocidade, mudança cultural e relações de poder entre o urbano e o rural. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YU, Q. *et al.* A Choice Based Experiment of Community Supported Agriculture (CSA): A Valuation of Attributes. **Agricultural and Resource Economics Review**, p. 1–20, abr. 2019.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE PESQUISA

Identificação

Idade

Sexo

Formação

Cidade de moradia

Tempo que participa da cooperativa

Tipo de produção que cultiva

Roteiro de Entrevista

1. Relate-me sobre as melhorias produzidas em sua vida por conta da iniciativa econômica solidária;
2. Conte-me sobre a estrutura administrativa e financeira da iniciativa econômica solidária;
3. Discorra sobre o processo de distribuição da produção da iniciativa econômica solidária

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

Eu (Nome do Responsável), na qualidade de responsável pela REDE APOENA VALE DO PARAIBA, autorizo a realização da pesquisa intitulada “AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO HUMANO: Desafios e Possibilidades”, a ser conduzida sob a responsabilidade do pesquisador Luiz Alexandre Canavezi de Paiva. DECLARO que esta instituição apresenta infraestrutura necessária para a realização da referida pesquisa.

Esta declaração é válida apenas no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética da Universidade de Taubaté - CEP/UNITAU para a referida pesquisa.

Taubaté, ____ de _____ de 2020

Nome e assinatura e carimbo do responsável

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Pesquisa: AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO HUMANO: Desafios e Possibilidades

Orientadora: Prof. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Coorientadora: Profa. Dra. Alexandra Magna Rodrigues

Convidamos você a participar como voluntário(a) da pesquisa **AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO HUMANO: Desafios e Possibilidades**, sob a responsabilidade do pesquisador **Luiz Alexandre Canavezi de Paiva**. Nesta pesquisa pretendemos identificar aspectos facilitadores e dificultadores dos processos de implementação e desenvolvimento em iniciativas de agricultura familiar baseadas nos princípios de economia solidária e cooperação em municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, por meio de entrevistas guiadas por roteiro aplicadas usando a metodologia da História Oral, e posterior análise pela triangulação de métodos.

Esclarece-se que há benefícios e riscos decorrentes de sua participação na pesquisa. O principal benefício consiste em ajudar a comunidade científica a compreender os desafios que se apresentam à agricultura familiar. Quanto aos riscos, pode-se citar a possibilidade de insegurança ou constrangimento por parte do participante durante o processo. Entretanto, para evitar que ocorram danos aos participantes, são reservados o direito de não responder a qualquer pergunta, bem como de abandonar a pesquisa a qualquer tempo. Caso haja algum dano ao participante, serão garantidos a ele procedimentos que visem à reparação e à indenização.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Receberá esclarecimentos sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar. Sua recusa em participar não lhe acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma como é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição, quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que dela possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias: uma delas será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será entregue a você. Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com o pesquisador por telefone (12) 99143-8875 ou pelo e-mail canavezi@gmail.com

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br

O pesquisador responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 466/12.

Rubricas: pesquisador responsável _____

participante _____

LUIZ ALEXANDRE CANAVEZI DE PAIVA (deverá ser assinado pelo pesquisador responsável)

Consentimento pós-informação

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO HUMANO: Desafios e Possibilidades**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa deixar de participar, sem que venha a sofrer prejuízo ou penalidade.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do(a) participante

ANEXO C - TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Eu, Luiz Alexandre Canavezi de Paiva, pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa intitulado AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO HUMANO: Desafios e Possibilidades, comprometo-me a dar início a este projeto somente após a aprovação do Sistema CEP/CONEP (em atendimento ao Artigo 28 parágrafo I da Resolução 510/16 e XI.2 item A ou da Resolução 466/12).

Em relação à coleta de dados, eu, pesquisador responsável, asseguro que o caráter de anonimato dos participantes desta pesquisa será mantido e que as suas identidades serão protegidas.

As fichas clínicas e/ou outros documentos não serão identificados pelo nome.

Manterei um registro de inclusão dos participantes de maneira sigilosa, contendo códigos, nomes e endereços para uso próprio.

Os Termos assinados pelos participantes serão mantidos em confiabilidade estrita, juntos em um único arquivo, físico ou digital, sob minha guarda e responsabilidade por um período mínimo de 05 anos.

Asseguro que os participantes desta pesquisa receberão uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; Termo de Assentimento (TA, quando couber), Termo de Uso de Imagem (TUI, quando couber) e TI (Termo Institucional, quando couber).

Comprometo-me a apresentar o relatório final da pesquisa, e os resultados obtidos, quando do seu término ao Comitê de Ética - CEP/UNITAU, via Plataforma Brasil como notificação.

O sistema CEP-CONEP poderá solicitar documentos adicionais referentes ao desenvolvimento do projeto a qualquer momento.

Estou ciente de que, de acordo com a Norma Operacional 001/2013 MS/CNS 2.2 item E, se o Parecer for de pendência, terei o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão na Plataforma Brasil, para atendê-la. Decorrido este prazo, o CEP terá 30 (trinta) dias para emitir o parecer final, aprovando ou reprovando o protocolo.

_____, _____ de _____ de 20__.

Luiz Alexandre Canavezi de Paiva